



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA GLOBAL

LUCIANA CRISTINA PINTO

**“IMPRESSÕES QUE ME FEREM O ESPÍRITO”: AS LEITURAS E
CONCEPÇÕES DE BRASIL PINHEIRO MACHADO SOBRE A
HISTÓRIA (1947 - 1988)**

FLORIANÓPOLIS

2025

LUCIANA CRISTINA PINTO

**“IMPRESSÕES QUE ME FEREM O ESPÍRITO”: AS LEITURAS E
CONCEPÇÕES DE BRASIL PINHEIRO MACHADO SOBRE A
HISTÓRIA (1947 - 1988)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História Global, da Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC), para obtenção do título de
Doutora em História.

Orientadora: Dra. Flávia Florentino Varela

FLORIANÓPOLIS

2025

Pinto, Luciana Cristina

"Impressões que me ferem o espírito" : as leituras e concepções de Brasil Pinheiro Machado sobre a história (1947 - 1988) / Luciana Cristina Pinto ; orientadora, Flávia Florentino Varella, 2025.

204 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. História. 2. História da leitura. 3. Brasil Pinheiro Machado. 4. Teoria da história. 5. História da historiografia. I. Varella, Flávia Florentino. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Luciana Cristina Pinto

“Impressões que me ferem o espírito”: as leituras e concepções de Brasil Pinheiro Machado sobre a História (1947 - 1988).

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 06 de agosto de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Cláudio DeNipoti, Dr.
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Diogo da Silva Roiz, Dr.
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof^a Maura Regina Petruski, Dr.^a
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.^a Tatiana Marchette, Dr.^a
Factum Pesquisas Históricas

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em História.



Documento assinado digitalmente
Flavia Florentino Varella
Data: 30/10/2025 12:49:59-0300
CPF: ***.718.756-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Documento assinado digitalmente
Flavia Florentino Varella
Data: 30/10/2025 12:50:43-0300
CPF: ***.718.756-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a Flávia Florentino Varella, Dr.^a
Orientadora

Florianópolis, 2025.

Esta tese é dedicada a: Iara, filha amada; Terezinha, mãe valente e Bruna, a melhor
irmã.

AGRADECIMENTOS

Compreendo que não cheguei até aqui sozinha. É preciso lembrar das mulheres negras do passado, que abriram tantos caminhos; as do presente, que me inspiram a continuar e as do futuro, que continuarão o percurso nesse caminho de desafios e resistências, dentro e fora dos ambientes acadêmicos.

Agradeço à Flávia Florentino Varella, minha orientadora, por todas as leituras e correções das várias versões deste trabalho, por sua paciência e disposição nesse percurso. Lembro sempre da sua presença, na entrevista da seleção do doutorado, obrigada por tudo.

Aos professores que aceitaram compor a banca de qualificação e defesa: Cláudio Denipoti, Diogo da Silva Roiz e Tatiana Marchette; suas considerações foram muito importantes para mim e, na medida do possível, busquei respondê-las.

À Maura Petruski, por aceitar o convite para compor a banca de defesa, pelas conversas encorajadoras nos corredores da UEPG.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, que no período de Pandemia, ministraram as aulas remotas, em 2020 e 2021; em especial: Rodrigo Bonaldo, Dominique Santos, Beatriz Mamigonian e Cristina Wolff, pela motivação, incentivo e gentileza num momento bastante difícil.

Aos professores do Departamento de História da UEPG, especialmente, Marco Stancik, chefe do DEHIS nos primeiros anos deste curso de doutorado; obrigada por tramitar o processo interno para meu afastamento integral das atividades no CDPH. José Galdino, pela amizade sincera de tantos anos, por seu abraço acolhedor. Luis Fernando Cerri, foi uma honra ter sido sua aluna, o apoio de vocês foi muito importante.

Aos queridos estagiários do CDPH: Thalia Almeida, Rafael Fogaça, Gabriel Lacerda, Gabrielle Maynades, Fernando Cherevate, Sara Cinque, Thaysa Ferreira, Gabriel Gouvea, por me ouvirem falar sobre o Brasil Pinheiro Machado, por se alegrarem com minhas conquistas, e me incentivarem nos períodos desafiadores.

À minha mãe, Terezinha, que sempre perguntava “quando termina o teu curso [doutorado], para você descansar a cabeça!”. Bruna, minha irmã, agradeço a força e a presença em todos os momentos; agora vou ser tia, que responsabilidade! Vilmar, meu pai por todo apoio e carinho com a minha filha.

Ao Erickson Artmann, por ser um pai amoroso e disposto a ajudar no desafio de criar e educar a Lara. Por ser o revisor de texto mais sincero e competente que essa tese poderia ter.

À CAPES, pelo apoio financeiro que possibilitou minha presença em lugares de grande relevância para o desenvolvimento desta tese e, assim, de meu crescimento profissional, como ao participar do curso ministrado por Roger Chartier, no Sesc São Paulo, em 2022, quando observei o historiador da palavra impressa preocupado com questões atuais: as traduções, a digitalização, os leitores digitais e tantos outros temas; e ao apresentar partes das fontes desse trabalho nos simpósios temáticos nos estados de São Paulo, Maranhão e Minas Gerais, conhecendo pesquisadores em diferentes níveis profissionais e com muita generosidade nos debates em torno do meu tema.

E muito especialmente à Lara, porque minha filha de 10 anos é o capítulo mais bonito de toda minha história, por me conduzir nos momentos mais difíceis, por mostrar uma força que nem eu sabia que tinha. É uma honra, para mim, ser sua mãe. Fico tão orgulhosa quando estou no Teatro Ópera e digo para qualquer desconhecido: aquela bailarina linda no palco, é minha filha. A caminhada não é fácil, mas saiba que juntas, arrasamos!

— Não fique triste Helena. Existem várias pessoas que encontram abismos na vida. Se estiver ao meu alcance, terei imenso prazer em auxiliar-te. Amou alguém e não foi correspondida?

— Amei o estudo. E não pude estudar. Existem desejos que não médram [sic]. Mas eu já estou resignada.

JESUS, Carolina Maria de. **O Escravo**. Companhia das Letras, 2023.

Gerações de pessoas negras sabem o que significa ver a educação como prática da liberdade. Embora eu hoje diga estas palavras — que entraram primeiro na minha consciência por meio do trabalho do educador brasileiro Paulo Freire, companheiro e professor —, o significado delas sempre esteve na minha vida, na minha experiência.

hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.p.111.

RESUMO

Esta tese representa um estudo sobre a história da leitura de Brasil Pinheiro Machado (1907-1997), historiador, político e professor de História do Brasil por mais de 30 anos na UFPR. A escolha por este indivíduo tem certos motivos: 1. por conta da sua importância como historiador e professor para a história local. 2. por ser um mediador cultural, dentro das salas de aula, nos meios acadêmicos e literários. 3. Pelos registros dos porquês de suas leituras. Devido à sua profissão, é de se esperar que lesse sobre muitos temas relacionados à História, mas o fato de registrar, não apenas as suas leituras, mas as suas impressões e reações ao lido foi o ensejo para o desenvolvimento dessa investigação. Por conta de sua escrita, Brasil Machado foi um leitor ativo, buscando nos textos e livros lidos por elementos para entender as questões próprias de seu ofício. Ele leu — e reagiu ao que leu — de forma bastante vigorosa, refletindo, comparando, criticando e teorizando acerca dos textos. A baliza temporal foi entendida a partir dos registros da primeira e última leitura, 1947 e 1988 respectivamente. A meu ver, a história dessa leitura conectou elementos da história local com a história global, por exemplo: com as questões debatidas em grupo, como o da UFPR, ambiente de relações com os pares e aprendizes; através de publicações conjuntas e Ata de reunião, se pode verificar a busca por temas e questionamentos que ultrapassam as barreiras locais; com a implementação do Mestrado em História, se observa certa preocupação em ensinar e produzir uma história profissional; este, aliás, era o objetivo geral durante o século XX, e com isso, o movimento desses historiadores locais pode ser entendido como reação às questões debatidas globalmente. Na atividade do leitor solitário, é perceptível o foco nos estudos sobre temas relacionados ao seu ofício, para melhorar enquanto profissional de História; mas ao longo desse processo, também é possível rastrear certas angústias e mudanças relacionadas ao fato inevitável de envelhecer. Em paralelo, manteve o desejo insistente de ler e, em certos momentos, reler, para melhor compreender a História.

Palavras-chave: história da leitura; teoria da história; história da historiografia.

ABSTRACT

This thesis presents a study on the reading history of Brasil Pinheiro Machado (1907–1997), a historian, politician, and professor of Brazilian History at the Federal University of Paraná (UFPR), where he taught for over three decades. The choice of Machado as a subject is grounded in several factors: (1) his importance as a historian and educator in the context of local history; (2) his role as a cultural mediator in classrooms, academic circles, and literary spaces; and (3) the documented motivations behind his reading practices. Given his profession, it is expected that he would engage with a broad range of historical texts. However, the fact that he recorded his readings and documented his impressions and reactions to them provides a unique basis for this investigation. His writings reveal that Machado was an active reader, consistently engaging with texts to deepen his understanding of issues related to his field. His reading process was characterized by reflection, comparison, critique, and theorization. The temporal scope of this study is defined by his earliest and latest recorded readings, spanning from 1947 to 1988. His reading of history, I argue, reveals connections between local and global historical dynamics. These connections can be observed in collective academic efforts, such as those within the UFPR, a space shaped by interactions with peers and students, as well as in collaborative publications and meeting minutes, which reflect concerns extending beyond the local context. The establishment of the Master's program in History further underscores a commitment to both teaching and the production of historical knowledge, in line with broader twentieth-century academic objectives. The actions of these local historians can thus be interpreted as responses to global historiographical debates. On an individual level, Machado's solitary reading practices were largely focused on professional development. Yet, throughout this process, one also finds personal reflections and anxieties related to the experience of aging. Despite these concerns, he maintained a persistent desire to read—and often to reread—to deepen his understanding of History.

Keywords: history of reading; theory of history; history of historiography.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História a partir de 1971, atualmente, Associação Nacional de História

CCEC – Centro Cultural Euclides da Cunha

CDPH – Centro de Documentação e Pesquisa em História

FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGPR – Instituto Histórico e Geográfico do Paraná

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPR – Universidade Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Brasil Pinheiro Machado (1907-1997).....	15
FIGURA 2 – Estatuto Centro Cultural Euclides da Cunha.....	20
FIGURA 3 – Manuscrito Brasil Pinheiro Machado, caderno 9, 1976.....	75
FIGURA 4 – Manuscrito Brasil Pinheiro Machado, caderno 9, 1976.....	76
FIGURA 5 – Manuscrito Brasil Pinheiro Machado, caderno 10, s.d.....	102
FIGURA 6 – Manuscrito Brasil Pinheiro Machado, caderno 1, 1971.....	106

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Descrição geral do Arquivo Brasil Pinheiro Machado.....	46
TABELA 2 – Informações sobre a catalogação dos documentos.....	48
TABELA 3 – Informações sobre as leituras de Brasil Pinheiro Machado.....	50
TABELA 4 – Publicações do grupo Machado-Westphalen-Balhana.....	54
TABELA 5 – Quadro síntese das leituras de Brasil Pinheiro Machado.....	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 – ARQUIVOS PESSOAIS E A PESQUISA EM HISTÓRIA.....	32
1.1 – Meu velho e querido Brasil: correspondências de amigos.....	36
1.2 – Etapas da catalogação do Acervo Brasil Pinheiro Machado.....	44
2 – A LEITURA COMO UMA ATIVIDADE GLOBAL.....	51
2.1 – As produções científicas no Departamento de História na UFPR, entre as décadas de 1960 e 1980.....	53
2.2 – Recorte temático nas leituras que compõem a concepção de História.....	64
3 – TEORIA DA HISTÓRIA E OBRAS HISTORIOGRÁFICAS.....	67
3.1 – A leitura como forma de inquietação.....	72
3.2 – Leituras sobre historiografia brasileira.....	79
3.3 - A releitura de Raízes do Brasil.....	88
4 – HISTÓRIA ECONÔMICA, HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO.....	94
4.1 – O que leu? Leituras sobre o tema da escravidão.....	100
4.2 – Estrutura e Temporalidade nas fontes.....	113
5 – METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM HISTÓRIA.....	132
5.1 – Sugestões de estudo e compreensão da História.....	134
5.2 – “Antagonismo de gerações”: as leituras para preparação de aulas e orientação dos alunos na UFPR.....	144
5.3 – “A inquietação metodológica da história”.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168
APÊNDICE — ENTREVISTA BRASIL PINHEIRO MACHADO (1996).....	186
ANEXO 1 – TÍTULOS DAS ANOTAÇÕES/TEMAS DE LEITURAS DE BRASIL PINHEIRO MACHADO (Cadernos consultados 01 – 24).....	187

INTRODUÇÃO

Por muitas vezes, nas notas que vou lançando nestes cadernos, e que são apenas registros de assuntos que a profissão me obriga a tratar, professor de história que sou – por muitas vezes aflorei o assunto da permanência do passado no presente.

Coordenemos, mais uma vez, as várias e variadas impressões que me ferem o espírito, com fragmentos de leituras e de meditações (Machado, caderno 15, 1963)¹.

Em 12 de dezembro de 1907, nasceu Brasil Pinheiro Machado, natural de Ponta Grossa (PR), filho de Maria Eugênia Guimarães Pinheiro Machado e Brasil Ribas Pinheiro Machado. Teve sete irmãos: Raul, Theodoro, Joaquim, Gastão, Odete, Lígia e Ismênia Pinheiro Machado, que atuou “como professora de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa; e Raul Pinheiro Machado, como advogado, professor e diretor do Ginásio Regente Feijó de Ponta Grossa, fundador do Curso de Direito na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa” (Oliveira, 2002, p. 185).

Brasil Machado (figura 1) estudou “o primário no Colégio Becker e Silva, em Ponta Grossa (PR), e o secundário no Liceu dos Padres Salesianos, no Estado de São Paulo. Se formou como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro”. Segundo Cordova (2016, p. 145): “retornou a Ponta Grossa para dar início a sua vida docente, ministrando aulas de História do Brasil e História Universal no Ginásio Regente Feijó no ano de 1930, exercendo também a direção do ginásio”.

¹ Brasil Machado utiliza a palavra “meditação” no sentido de reflexão; e “espírito” como pensamento, para justificar suas anotações, e o motivo seria sua profissão de professor de História.

FIGURA 1 – Brasil Pinheiro Machado (1907-1997).



FONTE: <https://site.mppr.mp.br/memorial/Pagina/Brasil-Pinheiro-Machado>

Ao longo de quase uma década, entre 1931 e 1939, se pode observar a atuação de Brasil Machado como professor, diretor de Colégio, prefeito e deputado estadual, informações que mostram seus interesses. Depois da graduação em Direito, grande parte de sua vida foi praticada como professor e político.

Foi nomeado prefeito de Ponta Grossa pelo interventor Manoel Ribas, em [1932]. Tinha então vinte e quatro anos. Posteriormente, em 1934, foi eleito Deputado Estadual aos vinte e sete anos, pelo Partido Social Democrático – PSD, reassumindo a docência somente em 1937 e em 1938 a direção do ginásio. Em 1939 deixou de atuar no Colégio (Cordova, 2016, p. 145).

Brasil Pinheiro Machado iniciou a carreira em 1939, em Curitiba (PR), como “professor catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde permaneceu até a década de 1970”; no longo período, entre 1939 e 1951, foi diretor na mesma instituição (Marchette, 2013, p. 12, 13, 14)².

A principal fonte desta tese são documentos do acervo de Brasil Pinheiro Machado presentes no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH) sob a direção do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ele é construído por cadernos e blocos de anotações manuscritos³ das

²

A autora organizou na tese uma tabela intitulada: **Quadro cronológico da vida de Brasil Pinheiro Machado**. (Marchette, 2013. p. 12-14).

³

Os cadernos serão apresentados a partir do capítulo 3 desta tese.

décadas de 1940 até 1980, correspondências das décadas de 1920 e 1930, livros, revistas e afins.

O CDPH possui documentos que priorizam a história do Paraná, destacando-se escritores e intelectuais locais. Ele serve à conservação e preservação de documentos históricos os quais, em grande parte, pertenciam à instituição que, por assim dizer, o originou: o Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC). Brasil Pinheiro Machado participou como sócio correspondente do CCEC, instituição que representou parte do esforço dos intelectuais em favor da cultura local.

O Centro Cultural Euclides da Cunha foi fundado em 1947 (e encerraria suas atividades em 1985) pelo professor “Faris Antônio Salomão Michaelle (1911-1977), intelectual que dominava várias línguas, defendia a ‘causa indígena’, era formado em Direito e grande admirador do escritor Euclides da Cunha (1866-1909)” (Pinto; Denipoti, 2008, p. 235). A trajetória de Faris Michaelle está marcada por sua atuação em muitos espaços de cultura e educação, como o fundador do Centro Cultural Euclides da Cunha (1947), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (1949), e no magistério de Ensino Secundário e Ensino Superior (De Campos; Marchese, 2010, 185).

Um dos objetivos do CCEC era “fomentar o intercâmbio cultural e científico entre todos os povos latino-americanos, para o que realizará permuta das publicações que fizer ou que patrocinar” (Wanke, 1999, p. 96-97). Do Centro Cultural Euclides da Cunha saíram iniciativas para uma Universidade, em Ponta Grossa, que principiou modestamente com a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras em 1950 e vinte anos depois seria uma realidade, com a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Enfim, o CCEC foi um refúgio para escritores, poetas, jornalistas, radialistas, professores e estudiosos em geral, ou seja, pessoas que tinham algo a ver com o estudo, a literatura e sua difusão em Ponta Grossa: um local para se reunir, discutir os assuntos, manter a amizade e a chamada camaradagem viva (Wanke, 1999, p. 99 e 217).

Longe dos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, os “intelectuais de província” precisavam de estratégias para manter sua atividade literária e “sobreviver” na sua região, divulgar sua poesia e quiçá serem reconhecidos fora do Brasil. Os intelectuais de província, do interior, desenvolviam muitas funções, alguns

como autodidatas; se preocupavam com a nação e o povo brasileiros, se especializavam em vários campos da cultura, escreviam na imprensa local e tinham dificuldades de publicar suas obras (Ditzel, 2004, p. 233).

O conceito de “intelectuais de província” foi tratado pelo antropólogo Luís Rodolfo Vilhena (1963-1997) em **Os intelectuais regionais: os estudos do folclore e o campo das ciências sociais nos anos 50** (Vilhena, 1996). Para o autor, foi “o movimento folclórico que convocou os intelectuais de província, nucleados até então apenas pelos institutos e academias locais, para construir uma imagem de nação unificada, mas que, por outro lado, conferia ao regional um lugar de destaque” (Vilhena, 1996. p. 14, 15). Esses intelectuais foram bastante “influenciados pela fábula das três raças e pelas ideias de Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. A partir da contribuição desses pensadores os folcloristas refletiam sobre a mestiçagem como traço definidor da identidade nacional” (Ditzel, 2004, p. 232, 233).

Mesmo saindo do Paraná bastante jovem para estudar em São Paulo (SP) e depois, no Rio de Janeiro (RJ), Brasil Pinheiro Machado poderia ser considerado um “intelectual de província”, pois demonstrava interesse na literatura se declarando um “pretendente a literato”, se aproximando com entusiasmo da geração da Semana da Arte Moderna, de 1922 (Machado, caderno 16, 1947, s.p) e, escrevendo poemas nos jornais locais: em 1928, publicou no *Diário dos Campos*⁴ seus versos chamados “Os quatro poemas”, em que a influência do grupo antropofágico é evidente (Ditzel, 2004, p. 88).

Vivendo nos grandes centros, lembrou um episódio desagradável, na década de 1920, “na mesa de um café com companheiros paulistas, festejando um acontecimento qualquer e bebendo chope”, quando ele e um companheiro brigaram “quase chegando as vias de fato”, mas outros os seguraram e seu adversário “rosnou: - Paranaense...” (Machado, caderno 16, 1947, s.p).

Não me ofendi por isso. Mas quando de cabeça mais fresca, recordava a cena, me vieram a mente considerações esquisitas. Ele ia me xingar, mas

4

Importante jornal na região, em atividade até os dias atuais, foi fundado em 1907, com o nome de *O Progresso*, pelo jornalista Jacob Holzmann, em 1913 passou a ser conhecido por *Diário do Campos*, se firmando ao longo da primeira década do século XX como principal órgão da imprensa ponta-grossense (Chaves N.B., 2001, p. 34).

qualquer palavrão que pretendesse dizer, vinha associado a àquele fato da minha naturalidade. Por quê?
E meu amargor crescia (Machado, caderno 16, 1947, s.p).

Quando se fala no Centro Cultural Euclides da Cunha de Ponta Grossa, a relação direta é com o jornal literário *Tapejara*, que foi seu principal veículo de publicações e divulgações. Nele, “Michael de deu asas à imaginação e abordou, entre outras coisas, temas indígenas, os ‘feitos’ do escritor Euclides da Cunha, etc. A primeira edição do *Tapejara* é de 1950, e a partir de então o jornal teve vários redatores, mas sempre sob o olhar atento de Faris” (Pinto; Denipoti, 2008, p. 235).

Os sócios do CCEC eram de Ponta Grossa, os sócios correspondentes do Estado do Paraná (grupo de que Brasil Pinheiro Machado também participou, como redator do *Tapejara* em 1961), do Brasil e do exterior (Wanke, 1999, p. 172). É possível encontrar muitas notícias que circularam no *Tapejara* entre as décadas de 1950 e 1970, quando o impresso serviu como um dos meios para o “intercâmbio de ideias com o resto do país e das Américas” (CCEC, 1948, p. 1) o qual almejavam, conforme seu Estatuto, o grupo de intelectuais locais. Assim, os sócios correspondentes seriam os que moravam fora da cidade, e atuavam na escrita de artigos ao referido jornal e nas correspondências para Faris Michael (Wanke, 1999, p.155).

Procurando no jornal e no acervo de correspondências de Faris Michael e do Centro Cultural Euclides da Cunha, não encontrei informações sobre artigos publicados e/ou cartas assinadas por Brasil Pinheiro Machado, nem a informação sobre como ocorreu a sua admissão para ser redator do *Tapejara*⁵. A relação de Brasil Machado com o CCEC ocorreu em momentos distintos: em vida, com sua participação como membro; e depois da morte, quando parte de seus documentos profissionais foram doados ao CDPH.

De acordo com a redação do Estatuto do CCEC, uma de suas atividades era a “Organização de uma biblioteca e sala de leitura” (CCEC, 1948, p. 1). No referido documento, em 1948, (figura 2) é possível identificar as aspirações do grupo

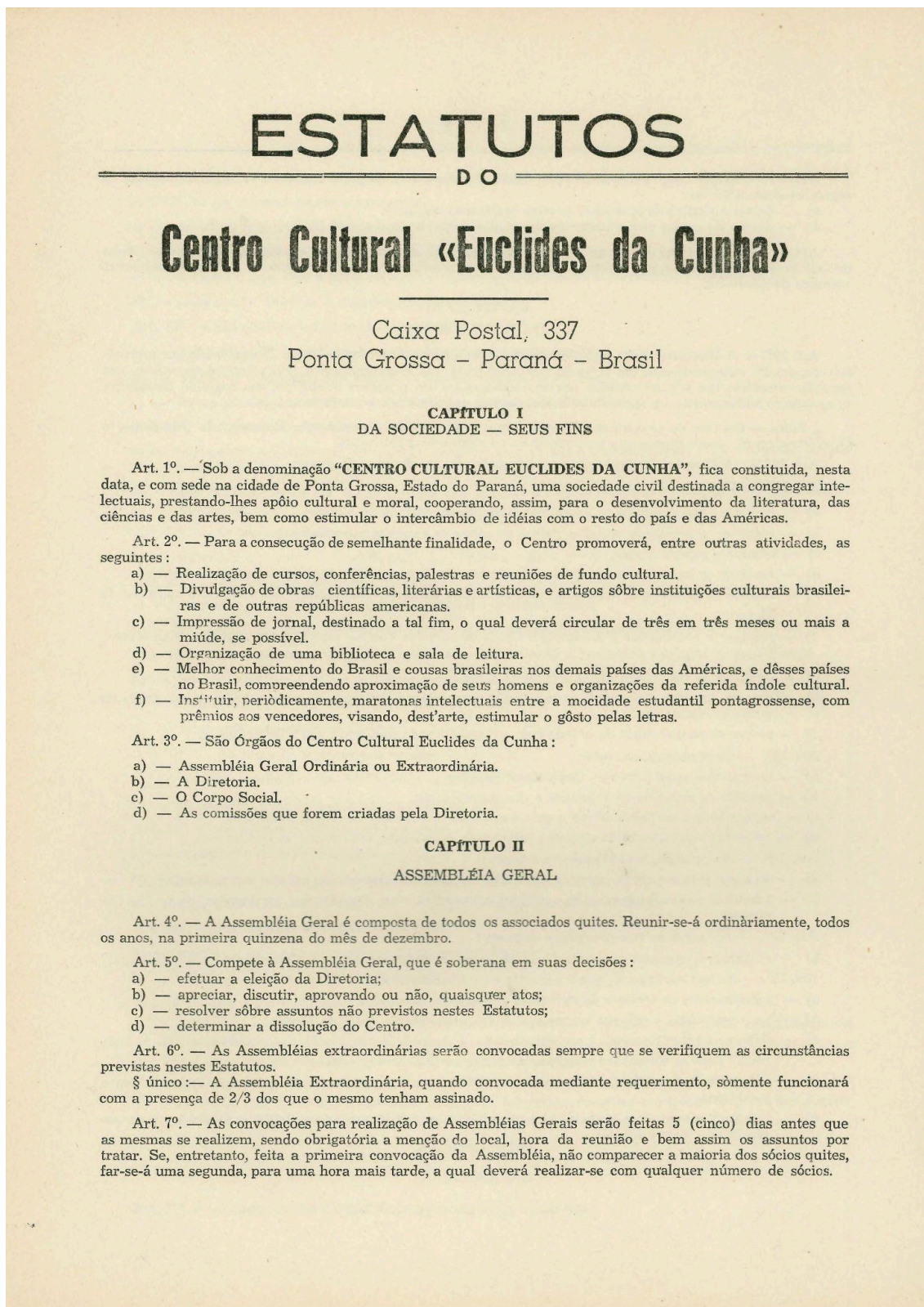
5

Hoje, o jornal se encontra disponível online, no site *Memórias Digitais*, projeto do Museu Campos Gerais para facilitar o acesso de pesquisadores aos documentos. Os originais estão preservados e podem ser encontrados no CDPH. Disponível em: <http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/collections/show/19>

formado em Ponta Grossa (PR), no qual os intelectuais buscavam conexões com outras localidades ampliando, assim, os limites geográficos deste projeto cultural:

Art. 1º. - Sob a denominação "CENTRO CULTURAL EUCLIDES DA CUNHA", fica constituída, nesta data, e com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, uma sociedade civil destinada a congregar intelectuais, prestando-lhes apoio cultural e moral, cooperando, assim, para o desenvolvimento da literatura, das ciências e das artes, bem como estimular o intercâmbio de ideias com o resto do país e das Américas (CCEC, 1948, p. 1).

FIGURA 2 – Estatuto Centro Cultural Euclides Da Cunha



FONTE: Estatutos do Centro Cultural Euclides da Cunha. Ponta Grossa, 1948. Luciana Cristina Pinto, 2022.

Pensando na trajetória do CCEC, a semente plantada por esses intelectuais gerou frutos, porque, em 1995, com a aquisição do acervo documental do CCEC, foi criado o espaço, localizado no Campus Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), inicialmente denominado Sala do Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha. Este, por sua vez, foi ampliado em 1997, quando aconteceu a doação, feita pelo Fórum de Ponta Grossa (PR), dos processos-crime da 1ª Vara criminal (1884-1987); e em 1998, com a chegada do acervo do intelectual Faris Michael, entusiasta e fundador do CCEC.

Muitos outros documentos foram compondo o acervo, como o *Jornal da Manhã*, recebido em 2008, com exemplares de 1954 a 2007; até que, em 2009, o referido acervo saiu das dependências do Campus Central e foi instalado noutro campus da mesma Instituição de Ensino Superior, o Campus de Uvaranas, por conta da transferência do curso de História, que passou a usufruir de um espaço mais apropriado. Nesse momento, o acervo passou a se chamar Centro de Documentação e Pesquisa em História – UEPG (Pinto, 2021).

Assim, o acervo acumulado por Brasil Pinheiro Machado, principal fonte para esta investigação, foi doado em 2013 ao Centro de Documentação e Pesquisa em História por Helena Isabel Mueller⁶, que foi professora na Universidade Federal do Paraná, ingressando em 1970, portanto, colega de Brasil Machado e amiga da família. Somados aos demais tipos documentais de Brasil Machado – jornais, revistas, livros, correspondências –, chamam a atenção os cadernos de anotações manuscritas, uma das principais fontes desta investigação, porque não possuem uma ordem cronológica, mas de acordo com os assuntos lidos – ou seja, os cadernos apresentam diferentes datas, de acordo com o interesse de Brasil Machado por escrever sobre determinado assunto.

Esses cadernos manuscritos, além de indicar o modo como o intelectual registrava seus estudos, numa época sem tecnologias digitais, em que anotações eram, em geral, manuscritas, evidenciam a disciplina e organização da escrita

6

“Graduou-se em História pela Universidade Federal do Paraná (1968), fez mestrado em História - University of Pittsburgh (1971) e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1990). Iniciou-se profissionalmente na Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, de 1969 permanecendo até 1973. Trabalhou no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense de 1973 a 1995; aposentou-se nesta data e retornou a Curitiba”. Escavador, 2022. Matéria disponível no site: <https://www.escavador.com/sobre/7840275/helena-isabel-mueller>. Acesso em: 20 fev. 2022. Helena Mueller foi professora na UEPG entre 2010 e 2016.

legível, e ao mesmo tempo há essa “quebra” na cronologia, evidenciada no momento da catalogação, que me levou a buscar estratégias de entendimento, como observar a data mais antiga e a mais recente (os limites/extremos das datas). Em termos de análise, por exemplo, em apenas um caderno é possível observar datações com a diferença de aproximadamente quinze anos, como é o caso do Caderno 15.

Com quase 40 anos, o intelectual relembrou o jovem leitor Brasil Machado, em 08 de setembro de 1947, Curitiba (PR), citando Arthur Schopenhauer (1788-1860), Friedrich Nietzsche (1844-1900), Stendhal (1783-1842), Henry de Montherlant (1895-1972) e André Gide (1869-1951), numa escrita um tanto poética:

Quando, aos 17 anos de idade [1924] – próximo das águas misteriosas do Cabo Bojador – eu saí do colégio interno, dei de ler umas traduções populares e fragmentárias de Schopenhauer e de Nietzsche. Certamente não os entendi, mas me calava no espírito o pessimismo do primeiro e o dionisismo do segundo. Não acredito na influência de pensadores ou escritores na formação dos outros homens, porque estou convencido que a fonte dos acontecimentos, está no interior da alma humana. Tudo vem de dentro para fora. Compreendemos o que acontece, se o fluir de nossa fonte interna necessitar desse alimento externo para se firmar ou crescer. Assim, naquelas proximidades do Cabo Bojador, o mistério das águas era apenas o que me impressionava, e nem Schopenhauer me moldou o espírito com o pessimismo das traduções baratas, nem Nietzsche me modelou com o dionisíaco, porque minha fonte interna era sadia, apesar de tudo, e me animava aquele profundo respeito pela dignidade do homem, que, sobre todas as misérias, nem sempre compreendidas embora sentimentalmente sentidas, brilhava como se fosse a própria essência da substância humana (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

As “traduções populares e fragmentárias de Schopenhauer e de Nietzsche”, que Brasil Machado tinha em mãos constituem importante informação para a história da palavra impressa. Se elas, por um lado, poderiam trazer cortes nos textos originais alterando o conteúdo das obras com certo prejuízo para a leitura, ao mesmo tempo eram “mais acessíveis” para os leitores iniciantes.

Foi já muito abaixo da linha do equinócio, que encontrei os livros de Stendhal [sic], de Montherlant e de Gide. Há, certamente, disparidade na citação desses três autores. Mas a fonte interna fluía para uma “compreensão” dos seus personagens, em um conjunto que, talvez, fosse puramente pessoal, para este leitor, sempre de boa vontade e sempre desprevenido, mas sempre alimentando sua fonte interna, no sentido da própria necessidade do escoar das águas, para evitar as enchentes arrasadoras, que, aliás, são inevitáveis (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Havia certa resistência de Brasil Machado ao afirmar que os autores lidos não modelaram seu espírito, se afastando, assim, da ideia de influência dos textos lidos, porque “a fonte dos acontecimentos estava no interior da alma humana”. Além de revelar o tipo de leitor ativo, defendido nesta tese, entendo a importância da leitura na trajetória pessoal e profissional, portanto, na formação do intelectual. Nesse sentido, aqui será relevante o “conceito de resposta, como forma de inverter a concepção passiva e inconsciente do leitor no processo de leitura e recepção de ideias” (Barroso, 2015, p. 178). Em outras palavras, o leitor possui autonomia diante do texto lido, o que difere da noção de influência em que receberia a informação de forma passiva. Essa autonomia pode ser entendida como a resposta dos leitores ativos, através da escrita – do registro de leitura para além de fichamentos e resumos, mas com reflexões, impressões, ideias convergentes e/ou divergentes da leitura.

Brasil Machado, em 24 de março de 1947, data em que completaria 40 anos, lembrava de quando tinha 21/22 anos e lera o filósofo e historiador alemão Oswald Spengler (1880-1936). Anota: “lá por 1928 ou 29, li a **Decadência do ocidente** de Spengler. Não tenho memória de livro que tivesse me impressionado tanto (Machado, caderno 16, 1947, s.p).

No mesmo trecho, refletindo sobre sua leitura de Spengler, começou a explicar sobre o início de sua profissão como professor de ginásio em Ponta Grossa e de sua concepção sobre os heróis e a glória, ressaltando ser uma característica latina. Com essa afirmação capturamos algumas impressões de leitura do historiador, reafirmando que o livro de Spengler fortaleceu seu “sentimento profético” em que “a nova civilização do mundo iria partir da América latina, do Brasil” (Machado, caderno 16, 1947, s.p).

Ainda sobre o registro das leituras do jovem historiador, citou uma edição em espanhol do livro **La Raza Cosmica**, do filósofo mexicano José Vasconcelos (1882-1959):

[...] livro sem importância nenhuma (reconheço hoje), me deu novo alento no sentido profético. José Vasconcellos é um belo escritor, e suas ideias sobre a América Latina me seduziram. Bailaram em meu ideário durante muito tempo. Hoje nem me lembro mais delas (Machado, caderno 16, 1947, s.p).

O leitor, já com 80 anos, em 28 de janeiro de 1988, registrou sua releitura de **Arqueologia do Saber**, do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), mostrando-se incomodado com as críticas aos historiadores e à “Nova História”:

Acontece que estou relendo e analisando as ideias de Michel Foucault, que estão servindo de base para muita amostra de uma historiografia contemporânea. Nessa releitura, a coisa que mais me intrigou [...] foi a enfática afirmação de nossa (historiadores tradicionais) preocupação com a origem. A “nova história”, segundo afirma Foucault, abandona qualquer preocupação nesse sentido, como se a origem das coisas nada tivesse a ver com as coisas (Machado, caderno 9, 1988, s/p).

Assim, na análise dos cadernos de anotações manuscritas, as informações sobre as leituras têm um limite temporal entre 1947 e 1988. Brasil Machado escreveu com 39 anos, lembrando dos tempos remotos quando ele tinha 17 anos; o último registro do leitor foi com 80 anos. O recorte que inicia em 1947 se justifica através da memória escrita pelo historiador de um episódio do passado, no caso a leitura. Mas “falar de ação concluída, não é somente ver no passado o que escapa aos nossos sentidos, aquilo a respeito do que não podemos mais agir, é também significar que o objeto da lembrança traz a marca indelével da perda” (Ricoeur, 2012, p. 332).

A leitura pode ser compreendida como um fenômeno social, e assim, analisada a partir de questionamentos como: quem leu? como leu? por que leu? No sentido de desenvolver uma teoria das reações do leitor, os documentos raramente mostram os leitores em atividade, moldando o significado a partir dos textos e, por isso, poucos destes registros são ricos o bastante para permitir um acesso, ainda que indireto, aos elementos cognitivos e afetivos da leitura (Darnton, 2011, p. 207).

Ora, a fonte investigada nesta pesquisa se encaixa na categoria dos raros documentos, segundo Darnton, que apresentam o leitor em atividade. Assim, iniciamos esta Introdução com as palavras do leitor Brasil Pinheiro Machado justificando suas anotações por conta da profissão como docente e das impressões de leitura que lhe “ferem o espírito” (Machado, 1963), onde podemos inferir que lhe causa inquietação e reação através da escrita, revelando o leitor em movimento imerso nessa atividade social. Portanto, é possível estudar a leitura como fenômeno social e responder às perguntas de “quem”, “o quê”, “onde”, e “quando”, auxiliares na abordagem dos mais difíceis “porquês” e “comos” (Darnton, 2011, p. 207).

Compreendo as limitações que a história da leitura apresenta, pois a atividade muda de acordo com cada pessoa, a partir das experiências e gostos individuais: um mesmo texto pode ser interpretado de formas diferentes. No entanto, de forma específica, essa capacidade de compreensão e reação a um conteúdo lido foi uma das características de Brasil Pinheiro Machado, que explicou em muitos momentos “os porquês e comos” das leituras.

Esse caminho de investigação sobre os livros, a leitura e os leitores no passado já foi trilhado por muitos historiadores – como Darnton (1986; 2011), Ginzburg (2006), Chartier (1991; 1999; 2010; 2014; 2017), Tragiano (2013), Bessone (2009; 2011), Antunes (2020), DeNipoti (2018; 2022), Álvarez, Lisboa, Martins (2023) – entre outros pontos, preocupados com o tripé “publicação, circulação e apropriação” dos livros e textos (Chartier, 2017, p. 39). No entanto, esta temática é estudada também pela área da Literatura.

Roger Chartier defendeu que a leitura é sempre uma prática com gestos, espaços e hábitos, por isso, está longe de “uma fenomenologia da leitura que apague todas as modalidades concretas do ato de ler e o caracterize por seus efeitos, postulados como universais” (Chartier, 1991, p. 178). A crítica do historiador francês é ao especialista da teoria da recepção, o alemão Wolfgang Iser (1985). Iser e Chartier, de modos distintos, refletiram sobre o sujeito (leitor) que a partir da prática (leitura) manipula o objeto (livro), e assim, possibilita uma instância sociocultural (a literatura) (Tragiano, 2013, p. 24).

Tanto a história quanto a teoria literária, ambas preocupadas com a leitura, estão sempre se desenvolvendo e ampliando os debates, pensando nas mudanças da leitura dentro da cultura. Mas, para Chartier a análise é sobre a história e para Iser, sobre a teoria literária.

Contudo, este trabalho se aproxima das concepções da História Cultural propostas por Roger Chartier que “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado”, assim as leituras são “compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação” (Chartier, 1999, p. 11-12). Pensando em uma das diversas possibilidades de compreender o conceito de representação, é fundamental o entendimento de como um indivíduo constrói, socialmente, o seu mundo e a realidade a sua volta, como a vida foi construída coletivamente de acordo com os projetos e interesses do grupo (Chartier, 1991, p. 183). Portanto, a história

local está entrelaçada à história global. Segundo Carlo Ginzburg, a análise em escala reduzida, ou seja, o estudo da vida de indivíduos comuns na sua cultura e sociedade, podem estar relacionadas com um contexto mais amplo porque “não seria arriscado supor que a voga crescente das reconstituições micro históricas esteja ligada às dúvidas crescentes sobre determinados processos macro históricos” (Ginzburg, 1989, p. 172). Jacques Revel, corrobora esse tipo de pensamento ao concluir que,

as grandes transformações que alteram profundamente a face da Terra não existem em nenhuma parte a não ser pela ação de atores que, na lógica dos contextos peculiares da sua experiência social, se esforçam em garantir para si um lugar, isoladamente e/ou com outros. Cabe à História e às ciências sociais reconhecer esses lugares e as lógicas de ação que deles fazem parte (Revel, 2010, p. 444).

A questão central desta tese consiste em analisar os elementos – questionamentos ou problematizações – que compõem as concepções de História nas impressões de leituras do intelectual Brasil Pinheiro Machado entre 1947 e 1988.

Essa tese não segue a vertente da história dos conceitos do historiador Reinhart Koselleck, considerando que “para se tornar um conceito, a palavra tem necessidade de incluir, por si só, uma pluralidade de significados e de experiências” (Prost, 2015, p. 117). Para essa investigação, portanto, o aporte teórico é a história da leitura e da escrita como práticas sociais (Darnton, 2011, p. 207) e a capacidade do leitor de apropriação dos livros e textos lidos (Chartier, 2017, p. 39).

Para compreender a história cultural da leitura numa perspectiva que pode se aproximar da história global, considero a hipótese de que o ato de ler, refletir e escrever sobre conceitos/temas historiográficos, estudados globalmente, podem mostrar elementos, de certo movimento local (o Paraná), de reação sobre problemas historiográficos investigados além das fronteiras nacionais. Em termos teóricos, uma das práticas possíveis da história global seria reconhecer nas situações mais locais as correlações que as ligam ao longe (Chartier, 2017, p. 57).

Nesse sentido, de maneira geral, os historiadores da Universidade Federal do Paraná, grupo no qual Brasil Machado atuava, se apropriou de uma historiografia defendida pela chamada Nova História, que propunha a ampliação dos debates históricos, o diálogo com outras disciplinas e a pesquisa em fontes primárias.

Também é preciso lembrar da conjuntura local de empolgação com a implementação do curso de mestrado em História, em 1972, em que iria “reacender as esperanças dos historiadores no destino da sua Ciência e na função que os estudos históricos têm na reconstrução da cultura brasileira” (Machado, 1972, p.7).

De modo específico, é possível perseguir a trajetória do leitor Brasil Machado, interessado por leituras interdisciplinares como literatura, filosofia, antropologia e sociologia; e dentro do campo da história, aparecem os temas: teoria da história e historiografias; história econômica; historiografia da escravidão; metodologia de ensino e pesquisa em história. Os registros da ação de ler, através da escrita, tornam possível a reconstrução dessa história da leitura.

No que concerne à prática de leitura na escrita de Brasil Machado, voltemos ao fragmento apresentado no início desta Introdução, em que o historiador refletiu sobre a atividade da leitura, concedendo, mesmo sem ter tal intenção, curioso material para investigação historiográfica. Primeiro, ao registrar o motivo das anotações em cadernos, que são “registros de assuntos que a profissão me obriga a tratar, professor de história que sou”, e por isso o “assunto da permanência do passado no presente”, e assim, seus estudos sobre as questões do tempo histórico; mas também, e talvez especialmente, ao admitir, nesse registro, “as várias e variadas impressões de que [lhe] ferem o espírito, com fragmentos de leituras e de meditações”, Machado permite a análise de sua trajetória de leitor, que foge, muitas vezes, do fichamento dos textos e reage ao objeto lido. É nesse momento que podemos analisar “os gestos, espaços e hábitos do leitor” (Chartier, 1991, p. 178).

Estudos sobre Brasil Pinheiro Machado podem ser encontrados com facilidade (Athaides, 2011; Cordova, 2015; 2016; 2019; Marchette, 2010; 2012; 2013), o que mostra a relevância de sua trajetória para as pesquisas acadêmicas. É possível identificar também análises a respeito de seu pensamento enquanto político paranaense e intelectual (Cordova, 2015; 2016; 2019; Marchette, 2010; 2012; 2013). Brasil Pinheiro Machado foi foco da tese da historiadora Tatiana Dantas Marchette, que percorreu várias fases da vida do historiador, como aluno, escritor de poemas, historiador e político. Contudo, Marchette não utilizou a documentação do acervo que está no CDPH/UEPG, até porque a doação do Acervo Pessoal de Brasil Pinheiro Machado foi realizada no mesmo ano de defesa da referida tese.

Sobre a pesquisa biográfica, para Marchette “a escolha tomada de se partir da obra para a vida afastou a armadilha da ‘ilusão biográfica’, conforme alertou Pierre

Bourdieu” (Marchette, 2013, p. 35). Assim, “para compreender a construção do pensamento historiográfico regional”, a autora analisa “o modelo historiográfico de história regional do Paraná proposto por Brasil Pinheiro Machado e assentado sobre 22 capítulos, com sinopse originalmente publicada como separata do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, em 1951” e, segundo a historiadora “constitui um marco da historiografia local” (Marchette, 2013, p. 9). Um marco, porque Marchette problematizou o **Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná**, de 1951, como a obra que se tornou modelo historiográfico da história regional (Marchette, 2013, p. 17).

Por outro lado, a reflexão da historiadora Maria Julieta Cordova sobre parte da produção de Brasil Machado chama a atenção porque “pode-se notar o rigor científico da academia, pautando-se em referenciais teóricos como Fernand Braudel e Max Weber” (Cordova, 2015, p. 1). A mesma autora, em outra produção acadêmica, estuda parte da trajetória intelectual de Brasil Pinheiro Machado a partir dos documentos que estão sob a guarda do (CDPH/UEPG). No livro, resultado do pós-doutorado, na Universidade Federal do Paraná, intitulado **Brasil Pinheiro Machado: um estudo de história intelectual**, ela menciona os momentos em que Brasil Machado, em suas anotações, se aproxima e dialoga com as Ciências Sociais e a Sociologia. A autora define o intelectual como “leitor e mediador cultural”, apresenta algumas notas de leitura, e assim revela certos assuntos, temas e afinidades teóricas do pesquisador. O conceito de “mediadores culturais”, que advém dos debates no campo de investigação da História intelectual, seria uma das formas de interpretação do intelectual estudado (Cordova, 2019, p. 26). Apoiada nas reflexões de Chartier (1999) sobre a “produção de significados”, Cordova esclarece que “ao tomar contato com a documentação de Brasil Pinheiro Machado no fundo de arquivo do CDPH/UEPG, foi possível pensá-lo como leitor e, por isso, produtor, mas fundamentalmente mediador cultural, tendo em conta os seus destinatários e a ‘produção dos significados’ de suas leituras” (Cordova, 2019, p. 31-32).

Cordova, portanto, não apenas utiliza fontes diferentes de Marchette, que incluem parte da documentação de Brasil Machado do acervo do CDPH, mas aborda questões diferenciadas acerca do historiador. A meu ver, estas pesquisas revelam a pertinência do trabalho historiográfico. Com diferentes fôlegos, as autoras citadas apresentam olhares e interpretações sobre um homem com vasta atividade política, acadêmica e social. Cordova estudou o diálogo de Brasil Machado com as áreas das

Ciências Sociais e da Sociologia; já Marchette se debruçou sobre a biografia do intelectual a partir da publicação do **Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná** (Machado, 1987), destacando também a vida política do biografado.

Esta tese segue no sentido de capturar a trajetória de Brasil Pinheiro Machado como um leitor dos temas e problemas relacionados à escrita da História: os projetos de pesquisa, as orientações dos alunos de pós-graduação, as preparações das aulas, as participações em bancas de avaliações acadêmicas, os trabalhos publicados em parceria com colegas do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

Com relação ao contexto acadêmico, Brasil Machado publicou em conjunto com Cecília Westphalen (1927-2004) e Altiva Pilatti Balhana (1928-2009), que seriam os principais nomes na fundação do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Paraná⁷. Brasil Machado ingressou no Departamento de História, em 1938; Westphalen e Balhana, em 1951 (Westphalen; Guimarães; Balhana; Machado; Costa; Cardoso, 2009, p. 317).

Na década de 1950, Cecília Westphalen estudou na França com Fernand Braudel e outros. Entusiasmada com os conhecimentos do Escola dos *Annales*, voltaria ao cenário acadêmico paranaense, e junto com Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana⁸, contribuiriam de forma significativa para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

O departamento de história da UFPR se tornou um lugar de investigação social e econômica, com ênfase nos estudos de imigração, relações comerciais e estruturas agrárias. Um projeto de levantamento de arquivos associado a um trabalho de quantificação na História (Westphalen, 1985, p. 60) resultaram na exploração de novas fontes e teriam permitido a ampliação dos campos de pesquisa e até mesmo uma renovação da historiografia paranaense, desta vez em bases rigorosamente científicas (Machado, D. V, 2016, p. 58).

7

A proximidade dos historiadores será mostrada na seção 2.1 – As produções científicas no departamento de História na UFPR, entre as décadas de 1960 e 1980.

8

No contexto da morte da historiadora, segue as palavras do jornal Gazeta do Povo: "De acordo com o professor de História e ex-reitor da UFPR Carlos Antunes, a professora esteve à frente de sua época. Em conjunto com a historiadora Cecília Westphalen, defendeu estudos na linha da Escola Francesa de Renovação dos Estudos de História. Foi uma pessoa brilhante. Trouxe uma concepção de História renovadora. O seu grande mérito foi fazer trabalhos com muita pesquisa, métodos inovadores e multidisciplinares" (Peres; Duarte., 2019).

Esta tese foi pensada em cinco capítulos, que contemplam o cruzamento das informações das fontes manuscritas e bibliográficas.

No primeiro capítulo, coloco em perspectiva as relações entre Brasil Machado e seus amigos, durante a juventude, com missivas que revelam parte da sua sociabilidade. A atividade de catalogação e organização do Arquivo Pessoal de Brasil Pinheiro Machado, com as tabelas 1 até 4, que mostram as etapas do meu trabalho técnico com o acervo. A seguir, passo à análise parcial dos cadernos manuscritos.

No segundo capítulo, outro viés é apreender, a partir das leituras de Brasil Machado, temas que poderiam ser compreendidos como parte da história global da leitura, como a escravização. No momento da escrita, na década de 1970, o historiador não se referiu à “história global”, mas ao longo da vida leu nos idiomas inglês, espanhol e francês, demonstrando sua habilidade na tradução dos textos e na leitura de artigos em inglês com tema referente à história da escravidão tanto antiga quanto moderna. Sugiro que é possível identificar um dos eixos temáticos da História Global e das leituras de Brasil Pinheiro Machado; pois o conceito que une os termos global e local é o “glocal”, ou seja, “os processos pelos quais referências compartilhadas, modelos impostos, textos e bens circulando em escala planetária são apropriados para criar significado num tempo e espaço específicos” (Chartier, 2014, p. 74).

Compreendendo três eixos principais nas leituras de Brasil Machado, apresentados nos capítulos que seguem, analisarei o primeiro eixo no capítulo 3: Teoria da história e obras historiográficas, onde o objetivo é rastrear os gestos das leituras, os principais temas lidos por Brasil Pinheiro Machado entre 1947 e 1988, bem como a possibilidade de diálogo com a história global, partindo do pressuposto de que o ato de ler, escrever e interpretar assuntos historiográficos debatidos globalmente revela, em parte, a movimentação dos historiadores locais, reagindo às questões que ultrapassam os limites nacionais. Serão abordados os conceitos de “estrutura” e “temporalidade” nas anotações de Brasil Pinheiro Machado.

No capítulo 4, como segundo eixo, verifico as leituras e reações do leitor Brasil Machado sobre a História econômica e historiografia da escravidão, buscando como e porquê leu sobre essa temática. Esse eixo se torna importante por ser uma das linhas de investigações da história global. Outro ponto a considerar são as leituras de Brasil Pinheiro Machado de artigos em inglês sobre o assunto.

Por fim, o capítulo 5 compreende o último eixo temático, Metodologia de ensino e pesquisa em história, em que apresento as sugestões de estudos e compreensão da História, organizadas pelo historiador paranaense. Serão abordados temas mais pessoais escritos pelo historiador paranaense, como a família, os anseios, o envelhecimento e outras reflexões sobre o tempo, como “o antagonismo das gerações” (Machado, caderno 1, 1965). Há registros “das dificuldades da transmissão de significados”, onde Brasil Machado analisou os problemas enfrentados na comunicação da sua geração mais velha com a nova geração dos seus alunos (Machado, caderno 7, 1974). Analisarei o tema de obras historiográficas (brasileira e estrangeira) nas reflexões e ações de Brasil Pinheiro Machado. Já a “inquietação metodológica da história” foi o título da sua Conferência, publicada em 1962. Refletindo sobre a historiografia, o autor volta sua narrativa ao século XIX, lembrando o método histórico da Escola Alemã, com Leopold Von Ranke⁹, Ernest Bernheim¹⁰, Langlois e Seignobos¹¹. Serão apresentadas as 23 Sugestões de estudo e compreensão da História, escritas pelo historiador paranaense entre 1972 e 1977, elaboradas para o estudo e compreensão da História, tanto para desenvolver suas pesquisas, como para orientar seus alunos.

O objetivo central deste trabalho é mostrar Brasil Pinheiro Machado (1907-1997) enquanto leitor em plena atividade, reagindo aos textos e livros lidos ao longo de sua trajetória profissional. Mapeando e contextualizando a sua produção historiográfica e obras literárias, busco compreender as respostas teóricas – ao Movimento dos *Annales* e a outras vertentes – que este historiador trouxe para a

9

Leopold Von Ranke (1795-1886) foi um historiador de origem alemã, estudado por muitos intérpretes e considerado o “pai da ciência da história”, “o maior historiador alemão do século XIX”; entretanto, é “preciso fugir desses extremos caso queiramos entender um pouco melhor seu legado e sua importância efetivos” (Mata, 2010, p.189). Sobre Ranke ver também: (Holanda, 1974).

10

Ernest Bernheim (1850-1942), historiador alemão que entre outros livros publicou o Manual do método histórico (1889), demonstrava interesse por teoria e metodologia histórica (Assis, 2010, p. 48).

11

Os franceses Charles Victor Langlois (1863-1929) e Charles Signobos (1854-1942), são os autores do livro **Introdução aos estudos históricos**, publicado em 1898, se tratou de um manual que entre outras técnicas priorizava: a objetividade, a autenticidade e a crítica aos documentos para o historiador selecionar determinados fatos; a referida obra faz parte da chamada historiografia metódica. “Numa disputa de territórios dentro das academias francesas”, a historiografia de Langlois e Seignobos foi duramente combatida por Lucien Febvre e Marc Bloch, que priorizavam a interdisciplinaridade e a problematização da História (Oliveira, 2015, p. 244).

discussão da História Regional em seus textos, na preparação de suas aulas e na formação dos seus alunos.

1 – ARQUIVOS PESSOAIS E A PESQUISA EM HISTÓRIA

Este capítulo irá abordar as relações entre Brasil Machado e seus amigos, durante a juventude, com missivas que revelam parte da sua sociabilidade e de aspirações que mudam com o avanço dos anos. Já a apresentação da atividade de catalogação e organização do Arquivo Pessoal de Brasil Pinheiro Machado, além de indicar o contato inicial com as fontes, une duas ações inseparáveis, porque a minha atuação como responsável técnica do CDPH e a reflexão sobre as informações catalogadas, deram origem a esta tese. O ato de higienizar, organizar e catalogar foi uma das motivações para o desenvolvimento desta investigação.

21 de março de 1918

Querida mãe

Desejo, em primeiro lugar, que esteja gozando de perfeita saúde e felicidade. Ontem, recebi sua carta dizendo que recebeu só uma carta do Theodoro e nenhuma minha; eu já escrevi muitas cartas e recebi só uma da senhora, e nenhuma de papai [...]. Diga ao Raul que me escreva. E aceite um abraço do filho obediente.

Brasil Pinheiro Machado (Machado, Correspondência 0181, 1918).

24 de Março de 1918

Querido pai

Desejo que em primeiro lugar esteja gozando perfeita saúde e felicidade.

Na quinta-feira passada escrevi uma carta à mamãe, que decerto ela recebeu. Eu já escrevi muitas cartas para ela e tive só uma resposta; da primeira, eu ainda não recebi nenhuma carta.

Eu já arranquei aquele dente que era para arrancar aí.

Faça favor de me escrever; e diga à vovó que me escreva, que eu logo escreverei a ela.

Estou muito contente por saber que aí em casa todos passam bem; o Theodoro recebeu uma carta sua; e eu recebi uma do Plank.

E aceite um abraço do filho obediente.

Brasil Pinheiro Machado Filho (Machado, Correspondência 0182, 1918).

As correspondências apresentam as marcas do passar do tempo: a endereçada à mãe está rasgada no canto inferior direito, o que não atrapalha o entendimento de seu conteúdo, cujo papel contém informações impressas do “Lyceu Salesiano Sagrado Coração de Jesus, de São Paulo”. Ela traz o registro de um filho atencioso e gentil com os pais, explicando que escreveu outras cartas que não

chegaram ao destino, pedindo que escrevam para ele, e contando situações do cotidiano como a retirada de um dente. A ortografia original foi corrigida.

Essas informações são importantes para a pesquisa histórica porque mostram a trajetória desses raros documentos (e o trabalho fundamental de guarda e conservação do acervo) e também o jovem Brasil Pinheiro Machado, numa relação de certa intimidade familiar. Essas missivas estão entre os poucos registros que “fogem” das características gerais do acervo, ou seja, o predomínio de papéis profissionais; e são os únicos registros que representam a década de 1910.

Na documentação pessoal de Brasil Pinheiro Machado foi possível identificar documentos profissionais, relacionados à área de atuação do historiador; pessoais, como correspondências ativas, de 1918, intituladas: “Querida mãe”, “Querido pai”, com as quais teve início este texto; e de registros, como por exemplo, o diário de viagem a Curitiba. Nesse último somos lembrados que em:

21 de dezembro de 1949 (Curitiba)

Aqui estamos em Curitiba, desde o dia 17. E como se sente o contraste com o Rio, o Rio agitado, cheio de misérias e de riquezas, cheio de apertos e pressa. Aqui estou, sentado à mesa do meu gabinete, enquanto todos já estão dormindo, e sentindo pela janela aberta, o ar fresco da noite de verão curitibano. Estou em silêncio, e a rua está em silêncio, apenas perturbado por um longínquo latir de cachorro... Agora o silêncio já é completo, o cachorro se aquietou. Pode-se meditar, estudar, lembrar... Ah! Que diferença com aquele apartamento da avenida Copacabana, onde passo assardinhado o ano todo (Machado, caderno 3, 1949, s/p).

Brasil Machado, ativo também no contexto político, trabalhou como Deputado Federal no Rio de Janeiro, e anotou sua insatisfação com a aglomeração da então capital federal comparando com a relativa tranquilidade da capital paranaense.

Os arquivos pessoais, também classificados como arquivos privados, são bastante consultados por pesquisadores. Possuem a característica de serem recebidos pelas instituições de guarda e conservação, a doação é feita por meio de uma pessoa física que pode variar entre um cidadão, profissional ou membro da família. Os documentos, assim, são preservados para além da vida da pessoa e esse conjunto documental é disponibilizado para a pesquisa pública. Eles “podem ser ‘flagrantes’ possíveis e confiáveis dos diferentes aspectos da experiência humana, experiência que cabe à historiografia captar, analisar, sintetizar” (Belotto, 2006, p. 240; 244).

No que concerne à investigação historiográfica com os arquivos pessoais, os historiadores precisam resistir ao feitiço que proporcionam tais fontes, pois “revelariam seu produtor de forma ‘verdadeira’”, portanto, para escapar desse encantamento “os historiadores devem se municiar dos nada novos procedimentos de crítica às fontes, guarnecidos com escolhas teóricas e metodológicas” (Gomes, 1998, p. 125).

Ao começar a leitura dos cadernos de anotações de Brasil Pinheiro Machado, num primeiro momento fui tomada por um sentimento incômodo, como se estivesse “bisbilhotando a vida alheia”; afinal, eram as impressões de leitura de um estudioso. Mas, avançando na leitura, entendi que o estranhamento seria o mesmo se estivesse manuseando um documento mais antigo, como um manuscrito do século XIX, em que aquelas pessoas estão distantes de nós, não são íntimas; por isso, a escrita em um caderno não é “mais verdadeira” que outro tipo de fonte.

A história da historiografia, em seus vários campos de análise, vem utilizando os arquivos pessoais como fontes na investigação, por exemplo, das “formas e regras de sociabilidade da vida intelectual” a partir da “obra e trajetória de historiadores específicos, sobre grupos ou gerações de historiadores e sobre os espaços institucionais mais amplos pelos quais a produção do conhecimento histórico é amparada e veiculada” (Iumatti; Nicodemo, 2018, p. 98).

Segundo o historiador Sirinelli, as redes – também chamadas estruturas de sociabilidade – são os laços que conectam os intelectuais e os espaços em que eles circulam, e constituíam uma ferramenta explicativa para compreender a organização e a dinâmica do campo intelectual com suas amizades, fidelidades (nem sempre harmônicas), vínculos e tomadas de posição (Sirinelli, 2003, p. 248,249).

Para inserir o arquivo pessoal que é o objeto dessa investigação, entendemos dois momentos distintos: o primeiro seria o acúmulo de documentos durante a vida, que no caso de Brasil Pinheiro Machado, corresponde em parte à sua trajetória intelectual, como professor, historiador e político; outro momento é a organização, pós-morte, do seu acervo numa instituição pública de guarda e conservação da memória.

Ao longo da vida reunimos muitos objetos, que de certa maneira, ajudam a contar a nossa história; acumulamos pertences, muitas vezes sem saber o que será feito com eles quando nossa vida se encerrar. São objetos que possuem valor especial porque remetem a determinado momento de nossa história: presentes de

aniversário ou outra data comemorativa, heranças, cadernos, livros e as cartas trocadas com os amigos, familiares, com um amor da juventude. No campo teórico, cabe ao pesquisador a análise das informações e ao arquivista, o registro/catalogação destes tipos documentais; mas não é sempre assim: em certos lugares, o historiador está dos dois “lados do balcão” (Schmidt, 2008, p. 189), ou seja, é o pesquisador e o profissional de história que deverá catalogar os acervos, prestando serviços aos investigadores e à comunidade em geral. Este é o meu caso: sou funcionária pública na UEPG, tendo iniciado em 2011 no acervo da Biblioteca no campus em Castro (PR); depois fui transferida para o Museu Campos Gerais, passei pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais e, desde 2017, atuo como responsável técnica no Centro de Documentação e Pesquisa em História em Ponta Grossa (PR).

De forma geral, os documentos em Museus, Arquivos e Centros de documentação existem em todo o globo. Com diferentes recursos econômicos, essas instituições servem de abrigo para as inúmeras fontes que colaboram nos desenvolvimentos de pesquisas acadêmicas, nos treinamentos para estudantes ainda em formação (os estagiários), para a comunidade em geral que busca a história da família ou outra informação específica.

De maneira específica, os próprios documentos podem trazer informações com conexões globais. Se as instituições de guarda tiverem uma biblioteca com exemplares em outros idiomas, essa informação pode ser explorada pelo pesquisador numa análise global, desde a trajetória editorial da obra até os prefácios de diferentes edições e como foi sua recepção crítica. Por exemplo, o CDPH/UEPG possui inúmeras bibliotecas de intelectuais da região. Essas bibliotecas trazem exemplares com edições em inglês, francês, alemão, japonês, tupi e grego. A obra mais rara do acervo¹², identificada até o momento, está na Biblioteca do CCEC, **Tractado pratico das avaliações e dos danos**, de Manuel de Almeida e Souza de Lobão, de 1826.

12

Um dos projetos que desenvolvo no CDPH, é a identificação das obras raras de todo o acervo, para futuramente, digitalizar e disponibilizar o catálogo no site: <https://www2.uepg.br/cdph/>. Assim, todos os livros datados até 1900 são considerados raros, no levantamento feito com a estagiária, acadêmica de licenciatura em história, Thaysa Albin Ferreira, identificamos aproximadamente 210 livros entre 1826 e 1900.

Ao analisar os tipos documentais, é preciso considerar a historicidade das categorias “intelectuais” ou “letrados”, entre os séculos XIX e XX. Brasil Pinheiro Machado viveu um longo período do XX, entre 1907 e 1997, quando houve um processo de transição do intelectual “polígrafo”, que dominava vários saberes, para um perfil de intelectual especializado, inserido no desenvolvimento de disciplinas universitárias e de instituições de memória como museus, arquivos e bibliotecas se espalharam no século XX (Iumatti; Nicodemo, 2018, p. 104).

Quanto ao acervo pessoal desta investigação, os documentos de Brasil Pinheiro Machado são cadernos, correspondências, folhas, revistas e livros, estes em número menor em relação aos demais documentos. Encontrei livros de poemas (Machado, 1997), (Machado, 1928) de autoria do titular do acervo, livros acadêmicos (Machado, 2002), (Centro Acadêmico de estudos americanos, 1940), (FFCL, 1945), separatas (Balhana; Machado; Westphalen, 1969), (Machado, 1974).

Portanto, a característica do referido acervo – que está organizado em duas gavetas no arquivo de metal – é a presença de papéis que revelam parte da atuação na carreira acadêmica de Brasil Machado, e assim, “a biblioteca” está registrada nas anotações e referências a autores, livros e artigos que leu.

Olhando a trajetória temporal dos documentos profissionais e também pessoais em questão, nos cadernos de anotações é possível identificar a anotação mais antiga na década de 1940 (Machado, caderno 16, 1946), e a mais recente registrada na década de 1980 (Machado, caderno 9, 1988). Mas com relação ao acervo total, esse limite temporal é bastante longo: os documentos mais antigos são as correspondências ativas escritas em 1918, quando Brasil Machado era um menino de onze anos.

1.1 – Meu velho e querido Brasil¹³: correspondências de amigos

É continuar pelo estradão sem desânimo. Há muito sol, muito pedregulho, muita planta ruim, muito inimigo comum e traiçoeiro. Porém, tudo é bom para esporear a vontade realizadora de quem é único (Cesar, Guilhermino, Belo Horizonte, 16 out. 1928).

13

Schmidt, Augusto Frederico. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Meu velho e querido Brasil**. Rio de Janeiro, sem data. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0103. Com carimbo: Schmidt – Editor. Travessa do Ouvidor, 27. Carta 1.

No trecho citado, o incentivo de um amigo de Brasil Pinheiro Machado saudando-o pela publicação de seus poemas.

Na busca da história da leitura de Brasil Pinheiro Machado é possível inserir as correspondências recebidas por ele, pois elas mostram parte da sociabilidade entre o historiador paranaense e um círculo de escritores no período da sua juventude. As cartas datam das décadas de 1920 e 1930, período anterior aos cadernos de anotações manuscritas registradas entre as décadas de 1940 e 1980.

Enquanto esses cadernos mostram a escrita do professor, leitor e historiador Brasil Machado entre seus 30 e 80 anos, a maioria das cartas mostra parte de seus relacionamentos sociais, de amizade com colegas escritores por exemplo, durante a juventude, como sugere o título que ele mesmo escreveu à mão na capa de uma das pastas que as continha: **Correspondência: cartas de amigos (anterior a maio de 1934)**; a outra parte das cartas está numa pasta sem título, mas elas datam de 1934, e as duas pastas somam 126 cartas recebidas.

É notável, a organização de Brasil Machado com as missivas recebidas até os seus 27 anos. As informações das duas fontes documentais podem ampliar o entendimento da formação e das relações desse leitor, que também foi escritor de poemas na juventude.

No que concerne à escrita da história, se de imediato temos a ideia de conseguir elevar o entendimento de uma vida, através de seu arquivo pessoal, abordando vestígios do percurso da juventude (nas cartas) e da maturidade (nos cadernos manuscritos), é necessário colocar essa ideia em xeque, por conta da fronteira presente na documentação dessa natureza. Ora, “o arquivo sempre foi um penhor e, como todo penhor, um penhor do futuro” (Derrida, 2001, p. 31), todavia, nesse processo de arquivar para a posteridade, dentro de certas regras, “o sentido arquivável se deixa também, e de antemão, co-determinar pela estrutura arquivante” (Derrida, 2001, p. 31).

Ainda com relação aos limites na documentação, infelizmente, as cartas enviadas não estão no arquivo pessoal do acumulador; as únicas cartas enviadas que constam no CDPH são as que Brasil Machado endereçou aos pais, em 1918, então com onze anos. Apesar das ressalvas, reitero a fertilidade que as missivas carregam, diante dos meus olhos, para o avanço dessa tese.

Ao decifrar a caligrafia, um processo desafiador principalmente para compreender as assinaturas de alguns, é possível notar as observações e

confidências dos amigos de Brasil Machado sobre a leitura e os livros: “Estou ansioso para ler o seu novo livro. Ainda não sei o nome. Acho que vale a pena. Você agora já deve estar mais poeta. Mais emotivo. Sincero” (Negrão, Odilon, Curitiba, 24 maio 1928). O escritor e poeta paranaense Odilon Negrão (1908-?) se referiu ao livro de Brasil Machado, publicado na mesma data da carta, pela Gráficas do Diário dos Campos, com título **4 Poemas** (Machado, 1928). Num tom de resposta a Brasil Machado, o locutor menciona algumas características dos poetas da capital do Paraná:

Você enganou-se quando disse que aqui em Curitiba, pátria dos [Tiuguys], os poetas são asfaltistas. Puro engano. Falha visão das coisas. Os poetas curitibenses [sic], quase todos, são dinâmicos, fortes e brasileiros como ninguém. Graças a Deus. Otávio de Sá Barreto é dono de um talento invulgar e forte, capaz de obnubilar esses curibócas [sic] que vivem apregoando a antropofagia remitante e incompreensível!... (Negrão, Odilon, Curitiba, 24 maio de 1928).

Otávio de Sá Barreto (1906-1986) era formado em Direito e trabalhou no jornal A República, e

Já em 1922, entusiasmou-se com o movimento modernista de São Paulo, mas só em 1926, com o manifesto de Jurandir Manfredini em prol do Modernismo, quatro anos tardio, desabrocharam-lhe os versos sob a égide da liberalidade e, portanto, do cunho personal do artista, solto das amarras acadêmicas convencionais (Miranda, A., 2021).

Outros contemporâneos, como Alceu Chichorro (1896-1977), chargista, fotógrafo e jornalista, e Correia Júnior (1900-1940), jornalista e poeta, também foram elogiados por Odilon Negrão em sua defesa da poesia paranaense, que conclui: “ninguém ainda tomou o asfalto por dogma. O asfalto é banalíssimo. Não desperta emoção” (Negrão, Odilon, Curitiba, 24 maio 1928).

Sobre a recepção positiva do livro **4 Poemas** do escritor paranaense (Machado, 1928), escreveu o leitor e amigo Guilhermino Cesar:

palavra que o seu livro me convenceu bem. Gostei da sua maneira de poetar [...]. Já se pode contar com Brasil Pinheiro Machado!
4 Poemas falam de uma sensibilidade gostosa, de um poeta que não é mais esperança, pudera! Porque mostrou um homem que existe por si (Cesar, Guilhermino, Belo Horizonte, 16 out. 1928).

O poeta, crítico literário e jornalista Guilhermino Cesar (1908-1993), junto com Francisco Peixoto (1909-1986), foram os autores do livro **Meia Pataca**, publicado pela Verde Editora (Cesar; Peixoto, 1928). Quando estava tentando decifrar a assinatura do remetente, sem sucesso, consegui identificar o título do livro

mentionado, e então através desta informação encontrei os autores e entendi a assinatura de Guilhermino Cesar¹⁴.

Espero retribuir. Acompanhado ao meu caríssimo Francisco I. Peixoto. Meia-Pataca é o livro que [?] sai-não-sai na tipografia de [?]. Coisa de quinze dias a rebentar. E ia levar a você o nosso abraço (Cesar, Guilhermino, Belo Horizonte, 16 out. 1928 grifo do autor).

Guilhermino Cesar, em menos de um mês, enviou nova carta com as novidades do referido livro “[...] tem ‘Meia pataca’ para você. Agora eu deixo muitos abraços aqui, antes de virar a segunda página do papel, são teus Brasil Pinheiro Machado” (Cesar, Guilhermino, Belo Horizonte, 9 nov. 1928).

Brasil Pinheiro Machado recebeu um convite dos diretores Antônio de Alcântara Machado e Raul Bopp, para publicar na **Revista de Antropofagia de São Paulo**¹⁵, que fazia “questão de reunir todos os nomes do movimento moderno do Brasil” e por isso “conta com sua colaboração frequente” (Machado; Bopp, sem data). Possivelmente, a data da correspondência foi entre 1927 e 1928 porque as publicações de Brasil Machado na Revista de Antropofagia datam de junho e novembro de 1928.

Brasil

A tarde é uma rede vermelha e mole
E os nervos da gente esticados como cordas de violão
Vibram no fluido de volúpia que garoa devagarzinho
Das bandas meio escuras de onde o sol nasce...
Uma mariposa começa a enlouquecer.
(de quem será que eu tenho tanta sodeade.)
Chorar.. .Ser homem! Não, homem não chora, não!
... a jaboticabeira se estorce
Ainda não arranhou posição pra dormir...
(a vida...)
Aquele mato deve estar cheio de lobisomem...
De repente o primeiro apito da coruja!
Imobilidade.
(a gente suspira e pensa no destino...)
Silêncio.

¹⁴

Sílvio Elia (1913-1998), sobre Guilhermino Cesar: “o seu primeiro livro, Meia pataca: poesias (meia pataca é nome de um riacho)” (Elia, Sílvio, 1994, p. 71).

¹⁵

“Revista idealizada por Oswald de Andrade e Raul Bopp, de curta duração: maio de 1928 a agosto de 1929. Abalando valores de época, caracterizou-se pelo espírito irreverente, pelas ideias combativas” (Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Acervo digital. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7064>. Acesso em: 30-06-2024.

Mistério;
Os fantasmas vestidos de luar dançam...
Nossa Senhora, que medo!
(Paraná) (Machado, ano 1, nº 2, jun. 1928, p. 4)

PAISAGEM DE MINHA TERRA

Manhã de domingo de sol reto.
A grande igreja sem estilo
Decorada por dentro por um batismo de Cristo
Feito por um pintor ingênuo
Que quis ser clássico e foi primitivista.

Missa internacional
Com gentes de todas as raças
Ouvindo o padre alemão rezar em latim.

Agente [sic] nem tem vontade de olhar o crucifixo desolado
Nem de rezar
Porque tem lá dentro tanta menina bonita
Que não reza também
E fica sapeando agente com meiguice...

Só os polacos de camiza nova por ser domingo
Que vieram com as famílias de carroça lá das colônias
Rezam fervorosamente
Enquanto nos seus quintaes
Os chupins malvados e alegres
Comem todo o centeio
Cantando glórias pro sol de domingo.

(PONTA GROSSA) (Machado, ano 1, nº 7, nov. 1928, p. 6)

Outra correspondência foi do redator Rosario Fusco, que assinou na carta apenas o primeiro nome, mas como escreveu em papel com carimbo da **Verde - Revista Mensal de Arte e Cultura**, foi possível identificar seu sobrenome. A referida revista foi publicada entre 1927-1929, pela Tipografia A Brasileira: Cataguases (MG).

Recebi tudo direitinho, Brasil Pinheiro Machado: os livros, o poema e a carta. Muito obrigado por tudo. O poema sairá no nº de setembro (o de junho, julho, agosto que a gente está fazendo junto pra ver se tira o atraso já está quase que pronto). Aceito poesias de amigos de Ponta Grossa e também o correspondente que não temos em parte nenhuma. É muito bom principalmente porque estamos querendo fazer de Verde uma revista de divulgação. Me queira bem. Rosário
Fale pro Schmidt pra mandar o endereço pra Verde e seguir. (Fusco, Rosário, Cataguases (MG), 6 set. 1928).

Sobre a Revista Verde, disponível para download¹⁶, o texto inicial assinado por Henrique de Resende, Ascânio Lopes, Rosário Fusco, Guilhermino Cesar,

16

Christophoro Fonte-Bôa, Marfins Mendes, Oswaldo Abritta e Camillo Soares Francisco J. Peixoto, em: Manifesto do Grupo Verde de Cataguases, traz um tom combativo no sentido de recusar o formato tradicional da composição poética dos sonetos.

Exemplo: os outros querem que escrevamos sonetos líricos e acrósticos portugueses com nomes e sobrenomes. Nós preferimos deixar o soneto na sua cova, com os seus quatorze ciprestes importados, e cantar simplesmente a terra brasileira. Não gostam? Pouco importa. O que importa, de verdade, é a glória de VERDE, a vitória de VERDE. Esta já ganhou terreno nas mais cultas cidades do país (Fusco; Cesar; et al, ano 1 nº 1, set. 1927, p.2)

Procurei publicações de poemas de Brasil Pinheiro Machado na revista citada e não encontrei, mas é fato que dois dos responsáveis pelo texto de abertura da Revista Verde (Fusco e Cesar) eram seus correspondentes, ou citavam outros correspondentes (como Schmidt), revelando parte do círculo de sociabilidade do jovem poeta paranaense.

Schmidt apareceu em quatro correspondências¹⁷ recebidas por Brasil Machado. Trata-se do editor carioca Augusto Frederico Schmidt (1906-1965): “fundada em 1930, no Rio de Janeiro, a Livraria Schmidt Editora fechou as portas em 1939. Mas, nesses nove anos de existência, publicou livros de autores como: Graciliano Ramos, Gilberto Freyre, Jorge Amado e Vinícius de Moraes” (Souza, Warley, 2024).

Numa das cartas, Augusto Schmidt inicia com **Meu velho e querido Brasil**, e em tom amigável continua: “você, meu guia desaparecido, tem feito alguma coisa? Tenho certeza que virá desse recolhimento um livro que abalará a gente de maneira brusca. Eu estou esperando o livro para publicá-lo” (Schmidt, Rio de Janeiro, carta 1, sem data). É possível capturar parte da atuação e mais do que isso, do entusiasmo do editor ao narrar ao amigo acerca da posse de um livro, ainda em processo de escrita, chamado Casa Grande e Senzala.

Estou com [inúmeros] planos editoriais. Veja por exemplo: comprei um livro do Gilberto Freyre por cinco contos. Livro que ele ainda está escrevendo mas que será formidável: [chama] de Casa Grande e Senzala e será como a

17

Como as correspondências não têm datas, identifico como: carta 1; carta 2; carta 3 e carta 4.

história das raças brasileiras e da formação da nossa vida de família e de grupo (Schmidt, Rio de Janeiro, carta 1, sem data).

A primeira edição do livro, em 1933, traz o nome da Schmidt Editora.

Outra atividade da Livraria Schmidt Editora foram as traduções e a circulação das obras por meio de assinaturas:

Outra coisa, vou iniciar uma série formidável de traduções das grandes obras estrangeiras. Isto será feito por assinaturas. A experiência será feita com o Hamlet tradução de Tristão da Cunha, como você sabe é o melhor escritor da nossa língua. [...] Escreva-me! Escreva-me!
Schmidt, não o editor. (Schmidt, Rio de Janeiro, carta 1, sem data. Grifos do autor).

Os conteúdos dessas cartas são importantes para a história editorial da palavra impressa, permitindo acessar parte do movimento da editora. Mencionavam, por exemplo, os livros (publicados pela Livraria Schmidt Editora) que extrapolaram os limites regionais: “como sabe sou o editor, publiquei Outubro, 1930 e Machiavel [sic] e o Brasil (...). Estou com um movimento de distribuição em todo país já bem forte” (Schmidt, Rio de Janeiro, carta 2, sem data. Grifos do autor); além disso, as cartas poderiam ser um veículo para chamar os autores para publicar e indicavam os interesses por publicações relacionadas com o contexto dos correspondentes: “preciso de um livro seu: será sobre Rússia e Brasil estudo comparativo ou o que você quiser. Golpe de vista sobre a [nossa] situação, com a atual revolução¹⁸ no meio etc. O plano do livro já está com você na sua cabeça” (Schmidt, Rio de Janeiro, carta 2, sem data. Grifos do autor). E também serviam, de certa forma, para tornar a Livraria Schmidt Editora atrativa para os potenciais autores:

Farei uma grande edição, lançada de maneira sensacional. Em todo caso, se não servir o tema, escolha outro. O seu romance?
Peço urgência porque se você não fizer de maneira nenhuma encomendarei o livro a outro. É preferível para mim que o livro seja seu. Faça-o!
Um grande abraço e a velha amizade do Schmidt (Schmidt, Rio de Janeiro, carta 2, sem data).

A outra correspondência de Augusto Frederico Schmidt, como o título denuncia, **Meu extraordinário prefeito**, possui uma honrosa saudação: “você será o futuro representante da nossa geração, não tenho dúvida nenhuma” e, uma cobrança: “você no entanto é o mais ingrato de todos os seres humanos. O seu

¹⁸

Schmidt, possivelmente, se referia a Revolução Russa entre 1917 e 1923.

silêncio é terrível. Agora tenho muita coisa a lhe contar, mas não conto nada. Quero resposta, resposta, resposta, resposta” (Schmidt, Rio de Janeiro, carta 3, sem data).

Em **Meu caro Brasil**, é possível encontrar a referência de um romance do escritor francês Gustave Flaubert (1819-1880), publicado em 1869: “recebi sua carta melancólica que mais parece a de um personagem da Educação sentimental, de uma educação sentimental brasileira! No entanto, continuo a crer em você e na sua obra que será formidável” (Schmidt, Rio de Janeiro, carta 4, sem data. Grifos do autor).

Outro assunto foi sobre a escultora carioca Adriana Janacópulos (1897-1978), porque haveria um concurso no Paraná, para adoção de um monumento de Santos Dumont, em que a artista iria concorrer, por isso, Schmidt pediu um favor para Brasil Machado: “escreva logo ao seu amigo interventor. Esta revolução deve servir para isto ao menos. É como se eu, seu velho amigo estivesse concorrendo” (Schmidt, Rio de Janeiro, carta 4, sem data). Não foi possível encontrar informações sobre o referido concurso no Paraná, mas sobre o tema: “Janacópulos realizou ainda maquetes e buscou ajuda para concretizar seus projetos. É o caso da maquete de um monumento em homenagem a Santos Dumont, divulgada na imprensa em 1932” (Cerchiaro, 2016, p. 142).

As cartas de Schmidt não têm datas, mas a carta 3 foi endereçada ao prefeito, e Brasil Machado foi nomeado prefeito municipal de Ponta Grossa (PR) em 1932, permanecendo até 1933 (Marchette, 2013, p. 12). Na carta 4, com o fato da escultora Adriana Janacópulos divulgar seu trabalho no Rio de Janeiro, em 1932, se pode inferir que, ambas as cartas são deste período (1932-33). Com isso, o referido interventor do Paraná, ao qual Brasil Machado deveria escrever, era Manoel Ribas (1873-1946); e a Revolução mencionada poderia ser a Revolução Constitucionalista de 1932.

Para concluir, ele insiste no livro de Brasil Machado: “um grande abraço e ansiedade pelo seu livro que editarei imediatamente” (Schmidt, Rio de Janeiro, carta 4, sem data).

Não foi possível encontrar registros de livros de Brasil Pinheiro Machado, publicados pela Livraria Schmidt Editora, mas apesar disso, sua obra **4 Poemas** (Machado, 1928), traz o prefácio do amigo editor, com palavras que acrescentam para o avanço desta tese porque revelam parte das relações traçadas, no percurso do jovem leitor e escritor paranaense, com seus amigos:

Brasil Pinheiro Machado, filho de Ponta Grossa, é e não é um produto do seu ambiente. (...) É da última camada, pertence a geração que bebeu, mamou, foi criado pelos sensatos e equilibrados brasileiros que fizeram a “Klaxon”, a Semana de Arte Moderna, Estética, Terra Roxa. É um irmão pontagrossense da tão interessante, simpática e prometedora gente que escreve a Verde de Cataguazes. Além disso, um menino da cultura. E graças ao bom Deus - nada festeiro (Schmidt, 1928, p. 2).

As revistas citadas por Schmidt: Klaxon, Estética, Terra Roxa e Verde, eram revistas modernistas publicadas ao longo do século XX e, em 2022, cem anos da Semana de Arte Moderna, foram “publicadas como fac-símiles em seis websites, incluindo um conjunto de estudos, documentos e análises” (Costa, Claudia, jun. 2022).

A meu ver, a troca de correspondências nas primeiras décadas do século XX, além de revelar parte da sociabilidade dos jovens correspondentes, mostra momentos relevantes sobre os bastidores de revistas, como nas cartas mencionadas entre Brasil Machado e Antônio de Alcântara Machado, Raul Bopp, Augusto Frederico Schmidt. A prática da escrita das missivas tanto poderia viabilizar o contato de editores com potenciais escritores; como também ressaltar a importância das revistas e seus posicionamentos para a formação dos escritores.

1.2 – Etapas da catalogação do Acervo Brasil Pinheiro Machado

A meu ver, sem o trabalho técnico e os procedimentos básicos de tratamento adequado dos documentos como restauração, organização, higienização e catalogação, eles certamente não resistiriam ao tempo. Para além do óbvio tratamento documental, é necessário lembrar que no Brasil, muitos acervos históricos sofrem com a falta de infraestrutura e o resultado, infelizmente, em casos trágicos é o desaparecimento da documentação por conta de incêndios, como o ocorrido em 2018, no Museu Nacional do Rio de Janeiro; em 2019, no Museu de História Natural da UFMG; e em 2021, na Cinemateca de São Paulo. Essa repetição dos fatos ocorre porque as instituições não recebem o devido apoio com relação à segurança e prevenção de incêndios. Muitos lugares estão com as instalações elétricas antigas, o que pode comprometer a integridade dos locais (Pinto, 2021, p. 28).

Diante desse cenário, é fundamental a manutenção dos lugares de guarda de documentos, cujos motivos são bastante nobres como: a relevância das instituições públicas, o desenvolvimento de inúmeras pesquisas em níveis de graduação e pós-graduação (como esta tese), a contribuição científica e, conseqüentemente, o avanço da disciplina da História e tantas outras ciências humanas.

Cheguei ao Acervo do Brasil Pinheiro Machado em 2017, quando iria começar a organizar documentos ainda não catalogados para os pesquisadores. Me chamou a atenção o fato dos documentos estarem em uma caixa de papelão, pois hoje estão acondicionados em caixas de poliondas e pastas suspensas no armário de metal. A primeira atividade era a higienização dos manuscritos e impressos, e quando comecei a limpeza li alguns trechos onde as primeiras palavras que me interessaram foram: “estou lendo”, “lendo Marc Bloch”, “*Annales*”, “Hegel”, “Schopenhauer”, “Braudel”, “historiografia”, “teoria da história”. Assim, logo entendi a possibilidade de investigação dessas fontes com vestígios importantes para a história da palavra impressa, porque esse leitor registrou suas impressões de leituras.

Primeira etapa – catalogação geral

Documentos em instituições de guarda e conservação precisam de certos cuidados; o primeiro deles, muitas vezes, é a retirada de tudo que possa comprometer sua conservação ao longo do tempo. Em casos específicos, os documentos podem ir para digitalização (com suporte e profissionais qualificados para o processo), e depois voltam para a etapa de limpeza. Essa inversão acontece porque a digitalização contribui para a manutenção dos originais, que deverão ser manuseados apenas em situações específicas; assim, preserva-se a integridade dos documentos originais ao mesmo tempo em que se facilita o acesso do pesquisador através do documento digital.

Ao longo dos anos de 2017 e 2018 realizei a catalogação geral do conjunto documental do historiador Brasil Pinheiro Machado (tabela 1), nas seguintes etapas: higienização deles com trinchas de cerdas macias, retirada de qualquer objeto de metal encontrado (clips e grampos) e lista dos itens e tipos documentais.

Tabela 1 – Descrição geral do Arquivo Brasil Pinheiro Machado

Quantidade de itens	Tipo documental	Ano	Documentos textuais
24	Cadernos de anotações.	Décadas de 1940 até 1980	Manuscritos
14	Blocos de anotações	Décadas de 1950 e 1960	Manuscritos
5	Livros. Brasil Pinheiro Machado	Datados de 1928, 1940, 1945, 1997, 2002	Impressos
3	Revistas	1962 e 1946	Impressos
1	Crônicas. Brasil Pinheiro Machado.	1929	Manuscritos
1	Prontuário do professor.	Décadas de 1960 e 1970.	Manuscritos
23	Correspondências passivas	Décadas de 1920 e 1930	Entre manuscritas e datilografadas
40	Correspondências passivas	Década de 1930.	A maioria manuscritas, algumas impressas
	Recortes de jornais		Impressos
1	Alvir Riesemberg. A Nau São Sebastião: os primórdios da indústria do Pinho.		Datilografado
1	Relatório apresentado pelo Snr. Raul Rodrigues Gomes, delegado de ensino, ao Snr. Chefe da 3ª Secção.	(Sobre ensino público de 1890 a 1917)	As páginas estão com carimbo do Arquivo Público do Paraná. Impresso
1	“Notas prévias do estudo sobre: Pinheiro Machado – seu papel na Primeira República”. Assinado por Nitiko Okagabi (?).		Folhas de papel almaço. Datilografado
1	“Fevereiro de 1894 chegava ao fim”.		Datilografado
1	“Raízes do Brasil – uma releitura”. Brasil Pinheiro Machado.	1976. 32 páginas.	Datilografado
1	“O Brasil Platino”. Relatório com 136 páginas.		Manuscrito
1	“O século XVIII”. 32 páginas.		Manuscrito
1	Relatório sobre História Econômica. 40 páginas.		Manuscrito
1	“A propósito de três teorias sobre o Barroco”. Hannah Levy.		Datilografado

1	"O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado".		Datilografado
1	"Caderno de História do Brasil – Prof. Brasil Pinheiro Machado. Caderno nº 2 História da Historiografia Brasileira: a história sociológica, 1960. Estudo sobre a historiografia na obra de Gilberto Freire. 19 páginas.	1960	Datilografado
1	BORUSZENKO, Oksana; BALHANA, Altiva Pilatti. Alguns problemas de aculturação nos Campos Gerais. Separata do Museu paulista. Nova série – Volume XIV. São Paulo, 1963.	1963	Impresso
1	História: Questões e debates, Curitiba 2 (3): 103-108. Dez. 1981. Teoria da História: o estudo da História Regional (uma nota prévia). Brasil Pinheiro Machado.	1981	Impresso
1	Os trabalhadores da escravidão. Por Edison Carneiro.		Datilografado
1	"Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios". Relatório de 1929. Assinado por Graciliano Ramos.	1929	Datilografado
	"A cidade do Recife (1889-1930). O crescimento urbano, o comércio e a indústria. Por Gadiel Perruci. Belo Horizonte, 1973.	1973	Impresso
1	"A historiografia de Oliveira Viana". 21 páginas.		Manuscrito
1	Universidade Federal do Paraná – Departamento de História. Notas para a problemática da História Política da Primeira República. Por Brasil Pinheiro Machado. 20 páginas.		Impresso
1	"Caracterização histórica do poder político na Primeira República". 1974.	1974	Impresso

	Pasta intitulada: "Ciclo da cana de açúcar". 178 páginas		Manuscrito
	Papéis avulsos, como cartões de apresentação.		Impressos
	Recortes de jornais. Uma folha do Jornal 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1953.		Impressos
5	Revistas		Impressas
	Documentos avulsos		Datilografados e manuscritos

Fonte: Elaborada pela própria autora.

Assim, a classificação foi feita de acordo com a grafia, os documentos são manuscritos, impressos ou datilografados. Comecei o preenchimento das tabelas no formato Word com os campos: notação, tipo de documento, descrição/data, espessura, acondicionamento e anotação específica (tabela 2).

Tabela 2 – Informações sobre a catalogação dos documentos

Notação	Atribuir número nos documentos: nesse caso, a ordem não foi cronológica, mas de acordo com a disposição em que os documentos estavam na caixa de papelão que se encontravam; depois os transferi para pastas suspensas nas gavetas de um arquivo de metal.
Tipo de documento	Cadernos, blocos, livros, revistas, documentos avulsos.
Descrição/data (inicial/final)	Por exemplo, ao folhear os cadernos, percebi que as anotações não tinham ordem cronológica, por isso, observei a data inicial/final, ou seja, a data mais antiga e a mais recente de cada caderno e bloco que Brasil Machado escreveu.
Espessura da documentação	Os documentos variam entre 2mm e 2cm de papel cada.
Acondicionamento atual	Manuscritos, impressos ou datilografados.
Anotação específica	Se algum documento está rasgado; em qual pasta está o documento; documentos com carimbos etc.

Fonte: Elaborada pela própria autora.

Este trabalho resultou em trinta e quatro páginas de tabelas, com cento e oitenta e seis documentos descritos de forma geral. Assim, cada documento recebeu

um número de identificação escrito a lápis, o que facilita a busca por informações para consultas futuras.

Iniciei, em 2019, o cuidadoso processo de fotografar integralmente os cadernos de anotações. O catálogo e as imagens, ainda não estão disponíveis on-line, as consultas, por enquanto, podem ser realizadas no CDPH.

Segunda etapa – Informações sobre as leituras de Brasil Pinheiro Machado

Por conta da profissão, Brasil Machado escreveu por um longo período: entre as décadas de 1940 e 1980 foram escritas à mão, geralmente com canetas nas cores azul ou preta, as atividades de estudos e pesquisas relacionados à área de atuação deste pesquisador, orientador, professor de história na graduação e pós-graduação.

Diante das informações deste acervo pessoal, em 2020, iniciei as leituras dos documentos, em formato digital, de capa a capa. Isso foi possível durante a pandemia, porque havia feito fotografias deles em 2019, ainda na primeira etapa de limpeza e listagem descritas anteriormente.

Pesquisei pistas sobre as impressões de leitura de Brasil Pinheiro Machado, e a abordagem teórico-metodológica escolhida foi a da produção historiográfica da História Cultural, especificamente da história da leitura, do livro, ou a história da palavra impressa. Segundo esse viés historiográfico, a leitura pode ser compreendida como um fenômeno social, e ainda assim, analisada a partir de questionamentos como: quem leu? como leu? (Darnton, 2011, p. 207).

Desse modo, os campos preenchidos (tabela 3) foram: 1. Títulos das anotações. Temas. 2. Referência do livro (o que leu?). 3. Data da anotação (quando leu?). 4. Local (onde leu?). 5. Por que leu? 6. Como leu? reflexões sobre temas/conceitos. 7. Idioma do livro/revista. 8. Tradução em português/ano.

Tabela 3 – Informações sobre as leituras de Brasil Pinheiro Machado

Títulos das anotações/Temas	Brasil Machado atribuiu títulos e subtítulos em muitas de suas anotações, e na falta dessa informação, indico a primeira frase escrita por ele.
Referência do livro (o que leu?)	Nesse caso, como Brasil Machado anotou: com citações completas e/ou apenas o nome do autor/livro/revista.
Data da anotação (quando leu?)	A maioria das anotações têm data.
Local (onde leu?)	Local da escrita.
Por que leu?	Geralmente ele leu para estudos, pesquisas e preparações de aulas.
Como leu? reflexões sobre temas/conceitos	Escrevo trechos de reflexões e reações diante das leituras.
Idioma do livro/revista	Quais idiomas Brasil Machado referenciou nas leituras.
Tradução em português/ano	Se as referências em outros idiomas apresentam traduções para o português até a data das anotações.

Fonte: Elaborada pela própria autora.

Estas tabelas têm a função de auxiliar na busca rápida por temas e questões específicas, e com isso farei um recorte no conjunto documental, entre 1947 e 1988, a partir de temas relevantes relacionados com a problemática da pesquisa: analisar os elementos – questionamentos ou problematizações – que compõem as concepções de História nas impressões de leituras do intelectual Brasil Pinheiro Machado.

A intenção, ao inserir as etapas da catalogação no corpo do texto, foi registrar algumas das demandas do trabalho técnico, porque a partir dele foi possível desenvolver parte da atuação metodológica com as fontes desta tese. Outro aspecto relevante foi que o projeto desta tese, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, em 2019, se articulava com a linha de pesquisa: História da Historiografia, Arte, Memória e Patrimônio; na época, a linha contemplava pesquisas relacionadas com a circulação e uso de fontes em acervos públicos e privados.

2 – A LEITURA COMO UMA ATIVIDADE GLOBAL

No segundo capítulo, compreendendo que uma das práticas possíveis de história global é reconhecer, em situações extremamente locais, a interdependência que as liga a situações distantes, mesmo quando as pessoas envolvidas não possuem necessariamente uma percepção clara dessas ligações (Chartier, 2014, p. 74), com isso, a proposta é mostrar parte da criação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e o ambiente acadêmico onde foram produzidas as publicações de Brasil Pinheiro Machado com Altiva Balhana (1928-2009) e Cecília Westphalen (1927-2004), e como contribuíram para o desenvolvimento do ensino e das pesquisas da UFPR, com isso, certo movimento do grupo Brasil-Westphalen-Balhana, reagindo às questões que ultrapassam os limites locais. Ainda neste capítulo, trago o recorte temático nas leituras de Brasil Machado, organizados no momento da catalogação, para estruturar, metodologicamente, os eixos temáticos que direcionam os capítulos seguintes.

O Departamento de História (DEHIS) da UFPR foi criado no começo dos anos 1960, marcando uma inflexão geracional em direção a uma outra linhagem historiográfica (Fagundes, 2014, p. 302), marcando as gerações de docentes que lideraram a universidade. “A primeira geração atuou dos anos 1930 até fins da década de 1950 e início de 1960 – tempo em que o curso manteve unidas as áreas de Geografia e História”. Os professores efetivos das disciplinas de História da chamada primeira geração foram: Brasil Pinheiro Machado, Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973) e Homero Batista de Barros (1908-1970). A “segunda, do início dos anos 1960 – quando foi criado o Departamento de História (DEHIS) – até fins dos anos 1970”. A segunda geração de docentes tem Cecília Maria Westphalen (1927-2004) e Altiva Pilatti Balhana (1928-2009). “Nesse período, em 1972, foi criado na UFPR o primeiro mestrado federal em História no Brasil reconhecido pelo MEC, e em 1974 foram produzidas as primeiras dissertações” (Fagundes, 2014, p. 296).

Entretanto, como Bento Munhoz e Homero Barros morreram na década de 1970, Brasil Machado seria um “caso paradigmático”, porque atravessou “sua geração para se combinar profissionalmente com os colegas da geração seguinte” (Fagundes, 2014, p. 302 e 312). Mesmo analisando as informações dos documentos que trazem a sua assinatura, é fundamental considerar que “qualquer que seja a sua

originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica" (Levi, 1996, p.176).

Euclides Marchi, em um projeto de releitura das produções acadêmicas de pesquisadores que atuaram entre 1959 e 1989 na UFPR, registrou que no corpo docente do Departamento de História entre os professores anteriores a 1959 estavam: Altiva Balhana (até 1989), Brasil Machado (até 1977), Cecília Westphalen (até 1989), Homero Batista de Barros (até 1968) e Bento Munhoz da Rocha Neto (até 1968) (Marchi, 1995, p. 39), respectivamente ocupando as cadeiras de História da América, História do Brasil, História Moderna e Contemporânea, História Antiga e da Idade Média, História da América (Roiz, 2019, p. 12).

Convém esclarecer que esta tese se propõe investigar as relações profissionais que Brasil Pinheiro Machado traçou com Altiva Balhana e Cecília Westphalen. Com isso, existe um recorte no amplo contexto de docentes que passaram pela UFPR¹⁹. Assim, embora a baliza temporal do trabalho de Euclides Marchi seja até 1989, é possível listar alguns nomes dos docentes (alguns se aposentaram em datas posteriores a 1989):

Maria Ivone Bergamini (1973-1978); Oksana Olga Boruszenko (1967-1989); Marionilde Dias Brepohl de Magalhaes (1986-1989); Ana Maria de Oliveira Burmester (1971-1989); Alcina Maria de Lara Cardoso (1973-1989); Jayme Antonio Cardoso (1964-1989); Odah Regina Guimarães Costa (1963-1989); Maria Ignês Mancini de Boni (1971-1989); Regina Rottemberg Gouvêa (1974-1989); Márcia de Campos Graf (1971-1989); Lando Rogério Kroetz (1978-1989); Elvira Mari Kubo (1971-1989); Jair Mequelusse (1972-1989); Beatriz Teixeira de Melo Miranda (1973-1989); Helena Isabel Mueller (1969-1973); Sergio Odilon Nadalin (1970-1989); Beatriz Pellizzetti (1968-1981); Carlos Roberto Antunes dos Santos (1970-1989); Márcia Terezinha Daledone Siqueira (1982-1989); Mariza Budant Schaaff (1971-1989); Etelvina Maria de Castro Trindade (1981-1989); Judite Maria Barboza Trindade (1982-1989); Marília Souza do Valle (1978-1989); Ruy Christovam Wachowicz (1966-1989). (Marchi, 1995, p.39).

No que concerne aos perfis historiográficos da instituição, "foi uma produção que não se deu de forma isolada, mas integrou-se ao contexto da construção da história do Brasil e no mundo" (Marchi, 1995, p. 40); e foi possível constatar certas

¹⁹

É possível encontrar informações sobre a: RELAÇÃO DOS PROFESSORES QUE EXERCERAM SUAS ATIVIDADES NO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA/UFPR, 1959-2009. (História: Questões & Debates, jan./jun. 2009).

questões teóricas levantadas pela História Demográfica e História Econômica com recortes geográficos e metodológicos em torno da História Regional, em que Bento Munhoz da Rocha, Homero de Barros, Brasil Machado, Cecília Westphalen, Altiva Balhana e Odah Costa (1928-2021) realizaram estudos que priorizam temas como Estruturas Agrárias, Campos Gerais, Povoamento do Paraná, Imigrações e Imigrantes, Comércio e Transportes (Marchi, 1995, p.41).

Ressalte-se também que os sucessivos contatos mantidos por esses professores com outros centros de excelência nacionais, como a Universidade de São Paulo, e internacionais, especialmente a França, resultaram em definições teórico-metodológicas que nortearam as pesquisas da época. Nomes como Louis Henry e Frédéric Mauro, estiveram, no decorrer da década de setenta, ministrando cursos na UFPR e sua influência, somada a de Fernand Braudel, foi perceptível na produção científica de vários professores (Marchi, 1995, p.41).

A meu ver, a partir das informações nos cadernos de anotações, é perceptível o esforço do historiador na busca por referências bibliográficas, na dedicação com a leitura e escrita à mão dos temas e abordagens da sua profissão (como serão mostradas nos capítulos seguintes). Mas, se por um lado, a intenção era adaptar-se com os colegas do DEHIS, por outro, enfrentava dificuldades pela diferença da sua geração com a dos alunos do ano de 1973.

Na próxima seção, serão analisadas as produções científicas no departamento de História na UFPR, entre as décadas de 1960 e 1980, para pensar a historiografia paranaense a partir das publicações conjuntas dos docentes Brasil Pinheiro Machado, Altiva Balhana e Cecília Westphalen e assim, como esse grupo contribuiu para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal do Paraná, em diálogo com a historiografia estrangeira.

2.1 – As produções científicas no Departamento de História na UFPR, entre as décadas de 1960 e 1980

Brasil Pinheiro Machado se manteve no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná no período de 1939 até 1978, lecionando no Curso de História e Geografia (bacharelado e licenciatura) e no mestrado em História do Brasil.

Para compreender o meio acadêmico no qual Brasil Machado atuou profissionalmente, ele precisa ser investigado e analisado a partir do grupo no qual estava inserido, especificamente, os colegas do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, onde passou grande parte de sua vida e se dedicou aos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) e pós-graduação (mestrado em História do Brasil) – mas também nas relações sociais que traçou ao longo do seu percurso fora do círculo daquela instituição.

É possível confrontar a produção impressa do grupo de historiadores ligados à Universidade Federal do Paraná (tabela 4), com os manuscritos do Brasil Machado, analisando os dois momentos do seu percurso enquanto leitor e escritor. Parto do princípio que as publicações em grupo têm um caráter mais público, como os resultados de pesquisas desenvolvidas na instituição, visando um público leitor amplo e acadêmico. As anotações manuscritas, por outro lado, são um momento em que o leitor solitário fez suas considerações de maneira mais particular, pois mesmo que as leituras sejam com objetivos de ministrar aulas e analisar autores, elas mostram um estudioso numa relação íntima com a leitura. Ambas as formas de leitura e escrita se mostram ativas, porque é através das informações das fontes que observo o engajamento e esforço de Brasil Machado por discutir e conectar as leituras com as realidades do lugar onde produzia, ou seja, numa instituição de ensino superior.

Esse exercício de confrontar os documentos traz elementos para compreensão de parte dos momentos vividos por esse historiador, amplia o foco para as aspirações e inclinações entre o leitor, o texto lido e o contexto da escrita.

Tabela 4 – Publicações do grupo Machado-Westphalen-Balhana

Títulos	Autores	Datas
1. Ata da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [Registrando sua constituição em princípios de Maio de 1959]. In: História: Questões e debates. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15679/10420 . Acesso em: 07-05-2019.	Westphalen, Cecília; Guimarães, Neusa de Castro; Balhana, Altiva; Machado, Brasil Pinheiro; Costa, Odah Regina Guimarães; Cardoso, Jayme Antonio.	1964
2. BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Campos Gerais:	Balhana, Altiva Pilatti; Machado, Brasil Pinheiro.	1968

estruturas agrárias. Curitiba: UFPR, 1968.		
3. BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1.	Balhana, Altiva Pilatti; Machado, Brasil Pinheiro; Westphalen, Cecília Maria.	1969
4. BALHANA, Altiva Pillatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. Separata dos Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo: s/e. 1969.	Balhana, Altiva Pillatti; Mschado, Brasil Pinheiro; Westphalen, Cecília Maria.	1969
5. WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, n. 7, p. 1-52, jun. 1968.	Westphalen; Cecília Maria; Balhana, Altiva Pilatti; Machado, Brasil Pinheiro.	1968
6. WESTPHALEN, C. M.; MEQUELUSSE, J. Congressos. Estado atual da pesquisa histórica no Brasil. Mesa redonda por ocasião da XXIII reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC-ANPUH). Revista de História, [S. l.], v. 43, n. 88, p. 353-368, 1971. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1971.13110 8. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131108/127543 . Acesso em: 07-05-2019.	Westphalen, C. M.; Mequelusse, J.	1971
7. MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Aula inaugural: cursos de pós-graduação em História na Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1972. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Acervo Magnus Roberto de Mello Pereira.	Machado, Brasil Pinheiro; Westphalen, Cecília Maria.	1972
8. MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, Curitiba, n. 3, jun. 1963, p. 1-27.	Balhana, Altiva Pilatti; Machado, Brasil Pinheiro.	1963
9. WESTPHALEN, Cecília Maria. Historiografia paranaense. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	Westphalen, Cecília Maria.	1984

Brasília/ Rio de Janeiro, n. 343, p. 105-126, abr./jun. 1984. p. 111.		
---	--	--

Fonte: Elaborada pela própria autora.

Assim, organizei as fontes bibliográficas em duas partes: a primeira se refere aos textos escritos por Brasil Pinheiro Machado em conjunto com as professoras Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e a segunda aos artigos assinados por Brasil Pinheiro Machado. É possível observar que, entre as décadas de 1950 e 1980, Machado produziu textos sobre questões teóricas relativas à história paranaense e, também, demandas do trabalho no Departamento de História, como ata de reunião e congresso²⁰.

Entendo como grupo a aproximação dos três docentes atuantes no Departamento de História da UFPR, assinando artigos sobre a História do Paraná e colaborando no desenvolvimento da historiografia local em diálogo com assuntos que extrapolam as fronteiras nacionais. Acerca das duas colegas de Brasil Machado, convém mencionar parte de suas trajetórias.

Altiva Pilatti Balhana (1928-2009) era bacharel e licenciada em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (posteriormente, em 1950, UFPR), foi nomeada professora assistente da Cadeira de História da América na mesma instituição. Depois de estudar na Università degli Studi di Firenze, Itália, obtém a livre-docência (1959) e chega a Professora Titular de História da América (1978) do Departamento de História. Entre 1973 e 1985, foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, sócia fundadora da ANPUH e da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Se dedicou aos estudos de história demográfica do Brasil, investigando a formação social do Paraná, se especializando em imigração italiana (Machado, Daiane. V., verbete Balhana, s.d).

Cecília Maria Westphalen (1927-2004) ingressou na UFPR em 1947 e formou-se em Geografia, História e Direito pela mesma instituição. Iniciou o magistério em 1951. Fez pós-graduação na École des Hautes Études em Sciences Sociales, de Paris, e na Universität zu Köln (RFA)²¹. Em 1957 alcançou, por

²⁰

As publicações que não levam o nome de Brasil Machado como autor, ele foi citado.

²¹

Universidade da Colônia. Em 1958, Westphalen estava “na Universidade de Colônia, Alemanha Ocidental, segue os Seminários de Richard Konetzke e Theodor Shieder, frequenta o Instituto de

concurso de títulos e provas, a cátedra de História Moderna e Contemporânea. Se tornou chefe do Departamento de História da UFPR, coordenadora dos cursos de pós-graduação e de pesquisa, e foi diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (Arquivo Público, Guia de fundos, Westphalen, 2006).

Ao utilizar certos conceitos globais sobre as concepções de tempo histórico e os métodos para a pesquisa e escrita da História para suas análises, os historiadores locais estavam estudando a partir de referências que extrapolavam os limites geográficos do Paraná. Para o historiador Valdei Lopes de Araújo, “não é possível falar de conceitos nacionais enquanto algo isolado das teias formadas na circulação entre o local, o regional e o global” (Araújo, 2008, p. 49).

Cecília Westphalen relatou com entusiasmo ao regressar da França, em 1959, sobre os conhecimentos adquiridos com Fernand Braudel e Jean Meuvret: “eu própria traria para difusão entre os meus colegas e discípulos, o conhecimento da escola de Annales, com os conceitos fundamentais da multiplicidade do tempo histórico e o emprego da quantificação na História” (Westphalen, 1984, p. 111).

Brasil Pinheiro Machado era vinte anos mais velho que Cecília Westphalen e contribuiu para o início de sua formação (e de muitos outros historiadores) nos longos anos dedicados à docência. Brasil Pinheiro Machado “como titular da cadeira de História do Brasil da Universidade Federal do Paraná, entre 1950 até a sua aposentadoria em 1978, formou inúmeras gerações de estudantes, mais tarde também professores e muitos deles historiadores. Eis aqui o efeito multiplicador de seu trabalho” (Banestado, s.d., p. 2).

Numa entrevista em 1997, questionada sobre o interesse em estudar História, Cecília Maria Westphalen argumentou que pretendia estudar Direito, mas mudou de ideia e foi fazer o curso de História. Nesse contexto, contou uma “anedota sobre o então professor Brasil Pinheiro Machado que perdemos recentemente”:

Fiz exame, estava me saindo muito bem no exame oral e ele me perguntou “Dona Cecília, como era o nome da mãe de D. João de Avis?” e eu levei um susto, porque eu não sabia. Sabia tudo, menos aquilo! Aí, olhei para ele e disse “Professor, eu não sei!” e ele me respondeu “Então, ganhou 10, porque, se soubesse, tirava zero. Quem quer saber o nome da mãe de D. João de Avis? Que interesse tem isso, não é?”. E eu ganhei 10 no exame oral de História do Brasil (Westphalen, apud Wille, 2016, s.p.).

Anos depois deste exame oral, Machado e Westphalen se tornariam colegas de profissão, de publicações, e os principais nomes na fundação do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Paraná.

É notável a importância que parte do grupo de historiadores da Universidade Federal do Paraná atribuía aos documentos – e sua preservação – para o avanço das pesquisas historiográficas. Os textos do grupo Machado-Westphalen-Balhana, trazidos ao longo deste capítulo, evidenciam essa afirmação: Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná (ATA, 1964), Congressos. Estado atual da pesquisa histórica no Brasil (Westphalen; Mequelusse, 1971) e Historiografia paranaense (Westphalen, 1984).

No ano de 1964, a reunião dos professores da então Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná foi registrada em Ata, assinada por Cecília Maria Westphalen, Neusa de Castro Guimarães, Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado, Odah Regina Guimarães Costa e Jayme Antonio Cardoso.

Segundo o documento, caberia ao Departamento de História “promover e realizar a pesquisa histórica, notadamente a regional, o estudo da teoria da História, sessões de seminário sobre o ensino da História ou qualquer outro problema da ciência histórica” (ATA, 1964, p. 288). Para essa finalidade, elencaram várias ações como estimular o avanço da docência e investigação, realizar pesquisas teóricas e de campo, propor a participação dos alunos da Faculdade, curso de História, e demais atividades do Departamento, e através de bolsas de estudos ou demais recursos, facilitar a dedicação integral à carreira científica (ATA, 1964, p. 288). Ainda na mesma página, além de outras atividades, foi registrado:

Organizar: 1. Acervo de documentação bibliográfica, iconográfica, estatística, cartográfica etc.; 2. Acervo de documentação sobre a história regional; 3. Filmoteca, fototeca e discoteca especializadas; 4. Coleções históricas e o Museu de História; 5. Biblioteca especializada (ATA, 1964, p. 288).

É possível entender que os temas discutidos pelos professores na referida reunião são parte de uma oposição, que começou nos anos de 1950 pelos docentes universitários, disputando “o lugar de fala científica”, pois o espaço era até então de uma “elite intelectual” do Movimento Paranista, “um movimento de construção identitária do Paraná que teve início após a emancipação política do estado, em 1853, e que se popularizou no final da década de 1920” (Batistella, 2012, p.1), e

também do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR), que foi “a principal instituição de incentivo e divulgação de pesquisas históricas do Estado nas primeiras décadas do século XX” (De Paula, 2023, p. 32).

Outra publicação é o artigo intitulado “Congressos: Estado atual da pesquisa histórica no Brasil”, assinada por Cecília Westphalen e Jair Mequelusse, que trata da mesa redonda por ocasião da 23ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC-ANPUH), em seis de julho de 1971. Brasil Pinheiro Machado e muitos professores participaram desse debate, que reuniu profissionais de diferentes localidades.

Westphalen, de forma crítica, lembrou a situação dos arquivos brasileiros, locais e nacionais, argumentou que o problema mais grave em relação aos mesmos era a ausência de mentalidade para a conservação e especialmente para a formação desses locais. Como medida de ação, apontou a “necessidade de formar-se uma corrente de sensibilização das várias áreas para criar uma mentalidade nova capaz de compreender a importância e a significação dos arquivos, inclusive para os programas de desenvolvimento econômico-social”. Com essa visão interdisciplinar sobre o tema, a historiadora delibera que deveria se concretizar “uma política nacional de arquivos, cujo órgão de orientação central deveria ser, sem dúvida, o Arquivo Nacional” (Westphalen, 1971, apud Westphalen; Mequelusse, 1971, p. 358).

Continuando os debates deste Congresso, com relação a atividades do Centro de Documentação Histórica, o professor Eurípedes Simões de Paula trouxe o “Relatório sobre o tema ‘Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira’”, entre outros assuntos:

Suas funções [são] bem distintas: a de salvaguardar o acervo documental histórico dos arquivos públicos e particulares, dispersos pelo Brasil, e a de auxiliar tecnicamente, através de suas máquinas e de uma equipe especializada, os pesquisadores interessados (De Paula, 1971, apud Westphalen; Mequelusse, 1971, p. 361, 362).

A participação de Eurípedes Simões de Paula, sobre as funções do Centro de Documentação em São Paulo e a indicação de Westphalen para uma política nacional de arquivos, apontando o Arquivo Nacional como órgão central, poderiam ampliar os debates para além das fronteiras geográficas do estado do Paraná, local

da reunião da mesa redonda. Assim, é possível observar o entusiasmo das professoras Cecília Westphalen e Altiva Balhana, ao apresentar as

[...] diretrizes do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, que conduziram os seus trabalhos de pesquisa para a história econômica e social regional, visando reconstituir um quadro tanto quanto completo da sociedade e da economia paranaenses, que possibilite traçar paralelos e apontar contrastes com aqueles de outras regiões do Brasil e do Mundo; e apresentaram os Projetos prioritários que se encontram em desenvolvimento (Westphalen; Balhana, 1971, apud Westphalen; Mequelusse, 1971, p. 363).

E o primeiro projeto que deveria ser prioritário estava relacionado aos Arquivos, com a ressalva de suas condições precárias.

Projeto nº 1. — Levantamento e arrolamento de Arquivos. Considerando as perdas irreparáveis e as condições precárias dos arquivos locais, objetiva o levantamento sistemático desses arquivos, bem como, a longo prazo, o seu arrolamento, conforme metodologia própria (Westphalen; Mequelusse, 1971, p. 363).

Brasil Pinheiro Machado entrou no debate da mesa redonda no Congresso falando sobre os temas de pesquisas do grupo da Universidade Federal do Paraná, e apresentou o relatório “A pesquisa Histórica na Universidade Federal do Paraná”, argumentando que como “estratégia operacional, a pesquisa histórica estaria voltada para a história regional” (Machado, 1971, apud Westphalen; Mequelusse, 1971, p. 362).

Refere o conceito de história regional, dentro do complexo da História do Brasil, como a história dos grupos humanos regionais, com a adoção, portanto, de um regionalismo social e não simplesmente geográfico, e considerando-se que cada uma dessas históricas regionais têm uma ambientação que a diferencia das outras, usando-se o termo ambientação no sentido de caracterização, de espaço social (Machado, 1971, apud Westphalen; Mequelusse, 1971, p. 362-363).

Para os desenvolvimentos das pesquisas, segundo diretrizes do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, a história regional apontada por Brasil Machado e a econômica nas falas de Cecília Westphalen e Altiva Balhana, enfim, a temática da história e estrutura econômica da sociedade, era destacada pelos três docentes.

Para esta tese, é preciso voltar no tempo para o final da década de 1960 e consultar o livro **Campos Gerais: estruturas agrárias**, publicação de 1968,

organizada por Altiva Balhana e Brasil Machado, que traz artigos de muitos pesquisadores.²² Os textos específicos que Brasil Machado assinou sozinho e com colegas ampliam as possibilidades de análise, porque tratam dos temas de interesse do grupo de pesquisadores. Na “Introdução”, por Altiva Pilatti Balhana e Brasil Pinheiro Machado, os autores mostram,

O estudo realizado na colônia agropecuária Witmarsum, deu continuidade às pesquisas anteriores desenvolvidas pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Obedecendo orientação voltada para a história econômica e social, este Departamento incluiu entre os seus projetos de pesquisa, a análise das condições da formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais e da mudança estrutural que se vem processando naquela área, desde o século XIX (Machado; Balhana, 1968, p. 7).

Ainda nesse livro, Brasil Pinheiro Machado assinou o texto intitulado “Formação histórica”, citando Oliveira Vianna em **Populações meridionais do Brasil** (1933). Vianna analisa a expansão paulista para o sul e, segundo Machado, generalizou o tipo que ele próprio denominou de ‘bandeira de povoamento’, que teria fundado as fazendas e as estâncias do Brasil meridional, pois para Vianna o fazendeiro se deslocava com toda sua família, escravos negros e vermelhos, gados, ferramentas e armas. Essa era a forma que o rural se trasladava integralmente para novas terras (Machado, 1968, p. 29). Mas Brasil Machado discorda de Oliveira Vianna, com relação às posses de terras nos Campos Gerais:

Esse modelo não é válido para os Campos Gerais do Paraná. As posses iniciais, nessa área, são feitas pelos ricos e poderosos habitantes de São Paulo, Santos, Paranaguá, não como um meio de trasladar-se uma sociedade inteira, mas simplesmente como um negócio a ser explorado comercialmente, tendo em vista o abastecimento de São Paulo e, principalmente, das regiões mineradoras do século XVIII (Machado, 1968, p. 30).

Assim, ao contrário do que definiu Vianna, os “sesmeiros não se deslocavam com a família, seus escravos e bens. A fazenda ficava sob a administração de um capataz que tinha a denominação de ‘fazendeiro’” (Machado, 1968, p. 31).

22

Além dos organizadores, é possível encontrar os seguintes nomes: Cecília Maria Westphalen, Galbas Milléo, Heloísa Barthelmess, Herbert Minich, João José Bigarella, Luiz Antônio Camargo Fayet, Oksana Boruszenko e prefácio de Bento Munhoz da Rocha Netto.

A oposição entre a pobre população curitibana e as ricas fazendas dos Campos Gerais fica mais patente nos episódios da abertura da “estrada do Viamão”. Os proprietários das sesmarias dos Campos Gerais opuseram-se à abertura desse caminho. Ao pedir a cooperação dos curitibanos para os trabalhos da estrada, o Capitão Geral de São Paulo procurava convencê-los de que para eles só haveria vantagens em trazer gado das Vacarias da Serra para os campos paranaenses, onde os paulistas, donos das sesmarias, detinham o monopólio da criação do gado que abastecia as Minas Gerais, onde um boi alcançava altíssimos preços, a troco de ouro em pó (Machado, 1968, p. 32, 33).

Em uma comunicação apresentada no Simpósio de Professores Universitários de História, intitulada “Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização”, Brasil Pinheiro Machado, Altiva Balhana e Cecília Westphalen (1967) defendiam a importância da História da imigração e colonização na escrita da História. Nesse texto, eles discutem autores que, em diferentes contextos e períodos, debateram o assunto da história do trabalho, como Emília Viotti da Costa, Henrique Handelmann, David M. Potter, J. Fernando Carneiro, José Arthur Rios, Hiroshi Saito e Leo Weibel (Balhana, Machado, Westphalen, 1969, p. 346-352), no período em que a mão de obra escrava foi sendo substituída, de forma gradual, pelo trabalho dos imigrantes.

A **Aula inaugural**: cursos de pós-graduação em História na Universidade Federal do Paraná, publicação impressa em 1972, contém dois textos dos historiadores Cecília Maria Westphalen e Brasil Pinheiro Machado. Westphalen destacou, entre outras questões, a importância do diálogo interdisciplinar, o uso de fontes primárias, temas e métodos que busquem a história das conjunturas e estruturas. Ressalta, que

Assim, as diretrizes do Departamento de História, face às conclusões do referido Seminário, conduziram os seus trabalhos científicos para a história econômica e social regional, visando construir um quadro tão completo quanto possível da sociedade e da economia paranaenses, que possibilite traçar paralelos e apontar contrastes com aqueles de outras regiões do Brasil e do Mundo. (Westphalen, 1972, p. 4).

Brasil Machado reiterou que o curso de Pós-Graduação em História, “reacende as esperanças dos historiadores no destino da sua Ciência e na função que os estudos históricos têm na reconstrução da cultura brasileira”. (Machado, 1972, p.7).

Universitários dos países mais avançados do mundo, os historiadores estrangeiros do Brasil têm consciência de que a história contemporânea se faz em escala planetária e o seu interesse, muito proveitoso para nós, é a

de acompanhar a dilatação das fronteiras da modernidade e dos processos históricos que essa dilatação vai promovendo na história dos povos ainda presos à tradição. (Machado, 1972, p. 9).

De certa maneira, é possível identificar nesses registros citados da Aula inaugural a intenção de Cecília Westphalen e Brasil Machado em ampliar o diálogo quando utilizam, respectivamente, as frases: “traçar paralelos com outras regiões do Brasil e do mundo” e “a história contemporânea se faz em escala planetária”.

Com relação às ambições sobre a ampliação dos debates acadêmicos, em seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Westphalen defendeu a relação entre a pesquisa brasileira e estrangeira:

A pesquisa histórica, sem dúvida, foi introduzida no Brasil pela ação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, por ocasião da fundação, estava perfeitamente entrosado com as modernas correntes do pensamento histórico em vigor nos centros europeus, à época, renovadores dos estudos históricos.

Do mesmo modo que, na Alemanha, se fazia apelo à historiografia para justificar as reivindicações da unificação nacional, no jovem Império brasileiro também se procurava na História as bases da nacionalidade. (Westphalen, 1984, p. 105).

Neste mesmo artigo sobre a Historiografia paranaense, a autora argumenta sobre a importância dos estudos de Brasil Pinheiro Machado, sobre comunidades tradicionais usando de base a criação de gado dos Campos Gerais, a estrada do Viamão que conduzia as tropas de muares do Rio Grande do Sul até Sorocaba e Minas Gerais nas fazendas de café, representam a importância da historiografia do Paraná (Westphalen, 1984, p. 108).

Citando em outro momento Brasil Machado, a historiadora traz a trajetória e a relevância da Sinopse da História do Paraná:

Com a criação do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, depois UFPR, surgiu a Sinopse da História do Paraná, de Brasil Pinheiro Machado, aprovada pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, em 1951. Essa História Regional do Paraná deveria ser publicada pelo Instituto por causa do Centenário da Província, a partir do conceito de que a História do Paraná é um capítulo da História Regional do Brasil. (Westphalen, 1984, p. 111).

Por fim, todas estas publicações mostram parte do envolvimento dos historiadores locais Machado, Westphalen e Balhana em ampliar e divulgar as

pesquisas desenvolvidas e assim, inserir a história regional em debates mais amplos.

2.2 – Recorte temático nas leituras que compõem a concepção de História

A reflexão das leituras de Brasil Pinheiro Machado sobre temas importantes na disciplina de História tem como principal referência suas anotações manuscritas. As fontes apresentam os motivos da leitura do titular do acervo, e assim, como hipótese desta pesquisa, as informações dos “porquês” das leituras e estudos podem indicar as relações de sociabilidade nas quais o historiador estava inserido, compreendendo que a ação de ler e reagir ao que foi lido tem como pressuposto, neste caso, se conectar com colegas, alunos e pesquisadores e contribuir no avanço da disciplina da História. Assim, é possível encontrar diversos temas estudados por Brasil Machado; nos próximos capítulos, mostrarei o que Brasil Pinheiro Machado leu, os assuntos, referências teóricas, reflexões sobre as leituras nos cadernos de anotações manuscritas.

Para o levantamento dos temas lidos e registrados por Brasil Pinheiro Machado, nas tabelas (anexo 1) é possível observar os temas mais frequentes como: história, historiografia, economia, escravidão, sociologia, filosofia, estruturas.

Além da investigação da produção acadêmica de Brasil Pinheiro Machado, com relação aos documentos do Acervo realizei, como técnica responsável no CDPH, a catalogação geral de todos os documentos. Porém, “como toda interpretação histórica mostra e oculta a verdade do que aconteceu, porque dessa verdade terá sempre e apenas uma parte” (Araújo, 2006, p. 88), para essa investigação, fiz um recorte onde estou analisando parte dos vinte e quatro cadernos manuscritos, livros, livros de poemas, separatas, correspondências ativas e passivas e revistas. Outros documentos como recortes de jornais, cartões de apresentação e selos não serão abordados, porque não possuem as informações sobre as reações do leitor e a sua atuação direta como docente na UFPR.

Os projetos de pesquisa, as orientações dos alunos de pós-graduação, as preparações das aulas, as participações em bancas de avaliações acadêmicas, os trabalhos publicados em parceria com colegas do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná são temas que aparecem com frequência nas fontes impressas e nos cadernos manuscritos, tanto que despertaram-me o

interesse em investigar a trajetória profissional do leitor Brasil Pinheiro Machado relacionada à teoria e metodologia da história.

Na busca de compreender a (possível) aproximação da história da leitura com a história global, considero a hipótese de que o interesse do leitor e do grupo de docentes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), por conceitos historiográficos estudados, pesquisados e debatidos globalmente, pode representar certo movimento local de reação sobre problemas historiográficos investigados além das fronteiras nacionais.

O livro é um objeto cultural e global, reconhecido em todas as partes do mundo, na sua forma (o livro), para que serve (a leitura) e como usá-lo (de acordo com gostos e interesses pessoais, profissionais, por indicação). A alfabetização é a condição para as pessoas lerem, lembrando que em tempos anteriores, o ato de ouvir o outro ler também aproximava as pessoas dos escritos. Com uma história de longa duração, a leitura atravessa os tempos causando as mais diversas reações em seus leitores, e são essas respostas dos leitores um precioso objeto de análise para a história da palavra impressa.

No que concerne à possibilidade de relação entre o local com o global, ao identificar os temas de leitura e estudos de Brasil Pinheiro Machado é possível verificar outra camada de análise, que são certos conceitos historiográficos destacados por ele. Nesse sentido, uma questão se torna pertinente: como alguns intelectuais regionais reagiram às questões globais propostas pela historiografia?

Um ponto relevante na documentação são as leituras de Brasil Machado em diferentes idiomas: o espanhol - dialogando com intelectuais da Espanha, Argentina e México, que demonstra seu interesse, também, nas produções dos países vizinhos; e as edições publicadas em inglês (Nova York) e francês (Paris) de autores ingleses, americanos, franceses, alemães e italianos, que ampliam o foco de seus esforços para o que era produzido longe do Brasil e da América Latina.

Retomando a problemática desta investigação, que consiste em analisar os elementos – questionamentos ou problematizações – que compõem as concepções de História nas impressões de leituras do intelectual, ainda que de forma um tanto sistemática, busco mostrar, especificamente, o quê, quando, onde, como e porquê Brasil Pinheiro Machado leu. Como uma pesquisa acadêmica não tem condições de registrar todas as leituras, selecionei passagens específicas sobre teoria da história, historiografia, livros e reflexões das leituras, assuntos relativos à problematização

deste estudo. Cabe explicar que determinados cadernos manuscritos carregam mais informações relacionados à problemática.

Como o próprio percurso da vida, mesmo com certeza da morte, a experiência de viver não segue uma rigorosa linearidade, e às vezes episódios como uma pandemia ou catástrofes climáticas podem interromper a aparente certeza das tarefas realizadas no cotidiano. Mesmo em condições normais, os sentimentos e as emoções pessoais e profissionais podem mudar, se adaptar, na busca pelo aprendizado, aperfeiçoamento e interesses de um indivíduo ou de um grupo; como parte do ser humano, a escrita também é assim, flui e de repente fica estagnada, avança e recua.

Com relação à organização da informação realizada por Brasil Machado, praticamente todas as anotações possuem um título que as caracteriza de acordo com os motivos, os “porquês” da escrita. Seus “cadernos de anotações” possuem formato variado. Vinte e dois deles são cadernos pequenos (tamanho 20 cm x 14 cm), pautados, de brochura, contendo entre cem e duzentas folhas cada um, com variadas capas. Também há dois fichários (tamanho 25cm x 19cm), em espiral, com folhas pautadas. Por exemplo, o primeiro caderno de anotações manuscritas (Machado, Caderno 1, 1964-1973) tem duzentas folhas e traz anotações de capa a capa, sem pular folhas. A maioria dos 24 documentos possui essa característica, e muitas das anotações trazem o título e/ou tema das leituras, com as datas da escrita.

Estou consciente de que entender a escrita de Brasil Pinheiro Machado, na sua experiência do tempo presente coloca-me, como historiadora, numa posição de fazer escolhas e conseqüentemente, deixar brechas para outras investigações historiográficas. A organização metodológica, portanto, foi pensada para os objetivos desta tese, de capturar a história da leitura de Brasil Machado, mas o leitor verá muitas outras possibilidades de investigações porque as fontes tratam de informações fecundas. Busquei organizar os principais temas encontrados nas fontes: Capítulo 3: Teoria da história e obras historiográficas. Capítulo 4: História econômica, historiografia da escravidão. Capítulo 5: Metodologia de ensino e pesquisa em história. As leituras interdisciplinares sobre antropologia, filosofia e sociologia aparecem em praticamente todos os cadernos.

3 – TEORIA DA HISTÓRIA E OBRAS HISTORIOGRÁFICAS

Este capítulo tem o objetivo de destacar as aspirações de Brasil Machado no contexto intelectual paranaense na década de 1940; de mostrar parte das características de leitor ativo, ou seja, como a história da leitura pode revelar indivíduos que, por meio do ato de ler, interpretam textos e reagem no meio em que vivem, a partir de diferentes enfoques. Foi possível observar que esse leitor buscou interpretar as teorias e obras historiográficas tanto estrangeiras quanto brasileiras — por exemplo quando releu **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda — buscando relacionar os objetos lidos com seus interesses de pesquisas e estudos em História.

É possível identificar, nas leituras de Brasil Machado sobre a teoria da história e referências historiográficas, seu esforço em registrar e responder sobre o objeto lido, ou seja, como o historiador poderia aplicar a teoria na pesquisa. A escrita do historiador paranaense pode revelar, além da busca pelo conhecimento e aperfeiçoamento profissional, o entendimento de que com a teoria da história, o pensamento histórico expande sua capacidade de fundamentar-se e de criticar-se (Rüsen, 2010, p. 14, 15). A autocrítica dos historiadores é fundamental porque a teoria “estende suas funções, a didática de profissionalização e a teórica de fundamentação ao campo da historiografia” (Rüsen, 2010, p. 46).

O **Caderno 16**²³ representou a escrita de Brasil Machado na década de 1940, o período mais antigo registrado por ele. Com referências em português, espanhol e francês, a fonte tem a característica de um diário, e se refere aos dias nas cidades de Curitiba e Rio de Janeiro. Traz o título de **Jornal I**, escrito especificamente em 1946, 1947, 1948 e 1949.

A meu ver, algumas anotações são importantes para compreender parte do pensamento do historiador Brasil Machado e do meio intelectual que o cercava; por exemplo quando, em 29 de março de 1947, na capital paranaense, afirmou ter

23

A numeração dos cadernos manuscritos foi realizada na ordem em que estava no momento da catalogação. Para esta tese, optou-se por seguir, na medida do possível, a ordem cronológica das informações das fontes. Alguns registros nos cadernos não têm uma linearidade de temas, em outros, não há variação dos temas; isso se deve por conta do perfil dos documentos serem anotações cotidianas.

publicado, no Rio de Janeiro em 1929, na revista **A Ordem** dirigida por Alceu Amoroso Lima, que adotou o pseudônimo de Tristão de Ataíde²⁴ (1893-1983), um trabalho sobre o Paraná denominado **Instantes Paranaenses**. Segundo Machado, o artigo causou críticas porque foi considerado uma agressão ao Estado, visto que “deprimia a história paranaense, negava a existência do homem no Paraná, negava qualquer valor de qualquer contribuição paranaense a formação do Brasil” (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Quando esse ensaio foi conhecido em Curitiba, reuniu-se o “Círculo de Estudos Bandeirantes” para examinar e providenciar a respeito.

Bento Munhoz da Rocha Neto²⁵, que nessa ocasião era genro do Governador, foi encarregado de responder ao ensaio, refutando-o, e publicando-o na mesma revista do Rio.

O “Círculo”, que tinha verba para publicar um folheto por determinado tempo, tinha reservado para editar um trabalho de Lacerda Pinto, si não me engano, sobre Antero de Quental. A assembleia do “Círculo”, porém, julgou que o ensaio de Lacerda Pinto poderia esperar, pois que era urgente publicar, amplamente, a resposta de Bento Munhoz contra o autor desconhecido. E o “Círculo” fez publicá-la contra mim (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

No trecho citado, é possível capturar a informação sobre parte da dinâmica das revistas, com publicações e réplicas, uma cota da verba para os impressos (folhetos) por certo tempo e as relações internas, como “segurar” o ensaio do professor, advogado e escritor Lacerda Pinto (1893-1974) porque era urgente responder contra o desconhecido Brasil Pinheiro Machado. Com relação ao seu crítico, escreveu:

Nesse tempo eu era absolutamente desconhecido em Curitiba. Contava eu 22 anos de idade, e Bento, 23. Ele era a grande esperança do Paraná intelectual, mas meu nome já andava em jornais e revistas literárias do Rio e S. Paulo, como um poeta iniciante. Mais tarde, vim a ser recebido no “Círculo”, com todas as honras, isso em 1931. Fizeram-me sócio (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Como o formato de escrita é um diário, Brasil Machado anota as lembranças de um pretendente a literato, e se definiu como um jovem inquieto espiritualmente, “de uma profunda inquietude”, enfatizou, no campo das artes: “em 1924, com pouco

²⁴

“Catedrático de Literatura Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia, foi um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, bem como Diretor de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (1951)” (Academia Brasileira de Letras, 2016).

²⁵

Bento Munhoz da Rocha (1905-1973), foi professor, sociólogo e político.

mais de 15 anos me rebelava contra os cânones da arte tradicional, aderindo entusiasticamente a geração da Semana da Arte Moderna, de 1922”. Com relação à religião, destacou: “tive minha profunda crise religiosa, e tinha vida interior”. Afirmou ser estudioso da história brasileira e que tinha profunda ojeriza aos republicanos históricos, do 15 de novembro e do Império (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Vivendo no Rio, de 1926 em diante, adquiri o sentimento de que o Paraná nada valia, fora da imaginação dos paranaenses que nunca saíram de Curitiba e que viviam maravilhados com o pinheiro. Cheguei, mesmo, a arquitetar um artigo chamado: “O pinheiro – desgraça da economia e da arte do Paraná”. O mais curioso, é que atribuía a culpa dessa falta de importância do Paraná, no Brasil, ao governo paranaense. Realmente o Paraná não tinha e não tem, ainda, importância no Brasil. Bem entendi isso. E como consequência, o paranaense é sem importância para os outros. Isto me mortificava (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Brasil Machado registrou que Tristão de Ataíde (1893-1983) pediu sua colaboração para a revista **A Ordem**, e confessa que **Instantes Paranaenses** era o ressentimento contra sua terra, de um inadaptado, exilado, “agredindo mais a oligarquia do que a terra, mas ferindo tanto a terra como a oligarquia que com ela se identificava”. Com o passar dos anos, a Revolução de 1930 derrubou a oligarquia e, segundo Brasil Machado, ele passou para a classe dos que dominaram politicamente. Sobre o referido crítico Bento Munhoz da Rocha, deixou claro que os papéis se inverteram: “em 1935, eu era deputado estadual ‘do governo’. E Bento Munhoz, o antigo príncipe do regime, era então o exilado, o perseguido, o suspeito” (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Contudo, admitiu que sempre quis se reabilitar com o sentimento paranaense, por isso estudou a história do Paraná, e em 1943, fez uma conferência sobre a formação do Estado, afirmando “dei novos rumos a historiografia, não tenho dúvidas” (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Em 12 de julho de 1947, o historiador paranaense afirma ter se isolado da “vida realmente curitibana” para se dedicar à Faculdade de Filosofia e aos livros, exaltando a importância deles nesta fase de sua vida como leitor:

“Ah! os livros! Não há igual fuga da realidade, do que os livros! Os filósofos, os romancistas, os historiadores – eles são os meus hóspedes nesta quadra dura de minha vida, em que perdi não sei que suporte de minha existência, e que me encontro em reais dificuldades econômicas (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

No dia 1º de agosto de 1947, Brasil Machado escreveu, para o deleite dos historiadores, sobre um espaço de sociabilidade em Curitiba (PR), a Livraria Ghignone, fundada em 1921, por João Ghignone (1889-1978), citando nomes de intelectuais como o poeta da região, Dalton Trevisan (1925-2024): “ontem, estávamos lá. O desembargador Lacerda Pinto, Wilson Martins, Temístocles Linhares, Pretextato Taborda, Eloi da Cunha Costa, Dalton Trevisan e eu”. Mas o motivo do registro seria porque um professor da antiga *Alliance Française*, atual Centro Franco Brasileiro, Monsieur Longueville, estava em Curitiba e achava que esta era uma cidade triste para a mocidade (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Não há pontos de reunião, cafés, night clubs, onde, como em outras cidades grandes, os moços possam se encontrar e se divertir. Há os clubes, é verdade, mas são clubes fechados, com reuniões esporádicas e cheios de privilégios. Há os cafés da rua 15, típicos cafés para homem, com um ar geral de cafajestagem e de sujeira. Noutros tempos fui frequentador desses cafés. Hoje, não os suporto (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Por isso, em alguns momentos era preciso se encontrar na Livraria Ghignone, que era um “lugar mais limpo, e mais próprio para uma conversa sobre livros, autores, ideias e, em geral, para um cavaco despreocupado”.

Brasil Machado dividiu em categorias o que chamou de “classe de intelectuais”: os professores, os dedicados à literatura e os mais comunicativos.

Curitiba tem uma classe de intelectuais, como todas as outras; composta dos mais variados tipos e das mais variadas diretrizes. Há uma, a dos professores, que vive inteiramente de sua profissão, nos ginásios e na Universidade, mas que se distanciou da vida real, vivendo exclusivamente no seu mister escolar. Essa classe é mais ou menos acadêmica, e, fora do seu ramerrão das aulas, absolutamente improdutiva, embora seja a que mais completamente tem uma vida inteiramente assentada sobre assuntos intelectuais (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

A outra classe, que se dedicava à literatura, era eclética por ser composta por profissionais de diferentes áreas: médicos, bacharéis ou engenheiros, ou ainda funcionários públicos vinculados à Academia Paranaense de Letras e outras instituições semelhantes. Entretanto, para Brasil Machado, eles estariam um século atrasados em relação ao mundo moderno (Machado, caderno 16, 1947, s.p.). Por fim, a classe dos que tinham mais comunicação com o mundo moderno e com as verdadeiras ideias de seu tempo; destes, uns eram mais produtivos que outros, mas nenhum tinha verdadeiramente importância no quadro cultural do país. A esta classe

pertenciam aqueles com quem Brasil Machado se reuniu, nos balcões da Livraria Ghignone (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

A próxima anotação se refere à atividade do leitor, com interpretações sobre o objeto lido. No dia 04 de agosto de 1947, em Curitiba, escreveu:

Li hoje uma revista católica, um artigo (não me lembro de quem), denominado “Os quatro evangelistas de uma nova cristandade”, atacando rijamente, Maritain, Peguy, Leon Bloy e Bernanos, em nome da pureza da ortodoxia, mas principalmente, em nome da militância sacramental. Quem verdadeiramente é atacado, na revista, não são os quatro franceses, mas os brasileiros católicos que, no dizer do articulista, querem se libertar dos deveres quotidianos da vida religiosa, sem abandonar a Igreja (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Em 25 de janeiro de 1949, no Rio de Janeiro, levantou uma questão relevante sobre a prática de acumular e registrar parte da trajetória para a posteridade, e num tom reflexivo sobre o saber, sobre a experiência, tomou nota.

Professor de direito, professor de história, de sociologia, de filosofia, leitor de literatura, de economia, de arte, espraiei-me pela superfície das coisas tão além das minhas possibilidades, que a água se escoou irregularmente pela superfície das pedras, e secou depressa ao calor do sol ardente. O que é a sabedoria? Será aquele saber que a experiência nos fez calar no espírito? Mas o saber da experiência, que só se começa a sistematizar quando se atinge as águas do Cabo das Tormentas, é todo ele voltado para o passado, e saudoso do tempo perdido, e quando a caravela estiver atingindo as águas paradas do Cabo Frio, de que vale toda essa experiência, então, já bem arrumadinha nas prateleiras dos arquivos? (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Neste caderno 16, vejo a aproximação da escrita de Brasil Machado com o que os autores Iumatti e Nicodemo (2018, p. 112) definiram: “O arquivo pessoal como memória retrospectiva”. Em **Presentes de papel**, de Giselle Martins Venancio “os arquivos privados pessoais se destacam como *lócus* privilegiado da análise histórica, pois registrariam uma forma de acumulação que possuiria como marca identitária específica o nome próprio do titular” (Venancio, 2001, p.26, 27).

A autora analisa os documentos de Oliveira Viana: “o arquivo guarda ao mesmo tempo a sua ‘leitura/escritura’ de si próprio e as múltiplas leituras e escrituras de todos aqueles que passaram por sua organização” (Venancio, 2001, p.27). É preciso concordar com a autora, pois os documentos do acumulador estudado nesta tese carregam certa “marca identitária” como carimbos e assinaturas com o nome do titular do arquivo. Entretanto, a via de acesso para a minha e tantas outras leituras e interpretações, só foi possível através dos registros de suas leituras.

3.1 – A leitura como forma de inquietação

Avançamos texto adentro como avançamos pelo mundo, passando da primeira à última página através da paisagem que se descortina, às vezes começando no meio do capítulo, às vezes não chegando ao final. A experiência intelectual de atravessar as páginas ao ler torna-se uma experiência física, chamando à ação o corpo inteiro: mãos virando as páginas ou dedos percorrendo o texto, pernas dando suporte ao corpo receptivo, olhos esquadrinhando em busca de sentido, ouvidos concentrados no som das palavras dentro da nossa cabeça. As páginas que virão prometem um ponto de chegada, um vislumbre do horizonte. As páginas já lidas propiciam a possibilidade da recordação. E no presente do texto existimos suspensos num momento que muda o tempo todo, uma ilha de tempo tremulando entre o que sabemos do texto e o que ainda está por vir. Todo leitor é um Crusoé de poltrona (Manguel, 2017, p. 27-28).

A historiografia tem exemplos dos leitores não acadêmicos, como estudado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, sobre o moleiro friulano, Domenico Scandella, apelidado de Menocchio, que no século XVI leu conteúdos e os interpretou de maneira não-cristã. Sobre os leitores na aldeia de Montereale, em que nasceu Menocchio, Ginzburg refletiu: “surpreende, entretanto, que numa aldeia tão pequena de colina se lesse tanto. Infelizmente, são poucas as indicações que nos permitem precisar a posição social desses leitores” (Ginzburg, 2006, p. 69, 70). A referência das leituras de Menocchio no século XVI levanta ainda outra questão sobre a “história das práticas de leitura” (Chartier, 1999, p. 11-12), de que ela se enquadra nos padrões da “longa duração”²⁶ do tempo histórico.

Mas segundo o trecho do escritor argentino Alberto Manguel, se pode capturar parte da atividade dos leitores com seus livros e textos em mãos, porque a leitura “dita” um ritmo, uma respiração, um envolvimento do corpo e da mente, e assim, a leitura provoca os sentidos, as reações mais adversas como prazer, alegria, inspiração e, também medo, tristeza e decepção. Nesse sentido, a leitura é uma forma de inquietação, ela mexe com os nossos sentimentos. Quando finalizamos um livro de ficção ou não-ficção, muitas destas emoções vêm à tona, e seja para o crescimento pessoal ou profissional, a leitura tem a função de ampliar o conhecimento, e assim, o reconhecimento dos progressos dos leitores.

26

O conceito historiográfico de longa duração (Braudel, 1965), é uma importante contribuição do historiador francês Fernand Braudel (1902-1985), para as concepções do tempo na História.

Sem dúvida, os docentes e pesquisadores do grupo da Universidade Federal do Paraná eram leitores, profissionais especializados na atividade, que era um dos seus instrumentos de trabalho.

Que Brasil Pinheiro Machado foi um leitor dedicado, não há dúvidas: como um presente para os pesquisadores, registrou suas leituras e interesses de estudos, que marcam sua intensa atividade de intelectual e político engajado com as questões do seu tempo. Como professor, fica evidente seu esforço para se preparar da melhor forma e atuar no seu ofício, e nesse processo de estudos, a leitura foi uma ferramenta fundamental. Mas Brasil Machado leu ativamente, concordou e discordou de autores, intitulou e datou a maioria das anotações. Esses elementos são ricos para a pesquisa acadêmica porque revelam as relações entre os indivíduos, no cenário do grupo em que o intelectual era parte. No momento da escrita, tudo o que “escapou” do fichamento direto e todas as intervenções do historiador, são registros para esta investigação das práticas de leitura.

É possível encontrar trabalhos sobre as maneiras de ler e também a organização dos leitores nesta atividade. O trabalho recente sobre o bibliófilo José Vicente Morelli (1926-2011) demonstra a possibilidade de pesquisa e a riqueza existente nas bibliotecas particulares e nas anotações de seu acumulador, que reuniu livros ao longo da vida e realizou anotações, organizando suas leituras e compondo suas citações dentro de uma ordem temática. Em **Biblioteca Morelli**: citações históricas de economia e política, é possível perceber como “o bibliófilo tinha um sistema de organização e anotação de seus livros, registrando por escrito os trechos que considerava historicamente relevantes”. O processo de catalogação identificou o total de 733 autores nacionais e estrangeiros citados no acervo (Morelli, 2020, p. 17).

Com a coordenação de sua filha Suzana Morelli, historiadores trabalharam neste empreendimento de organização e catalogação, e também editores e acadêmicos participaram da equipe, até a publicação do livro sobre a biblioteca Morelli. Esta atividade envolveu muitas etapas, e nos faz compreender diferentes momentos no percurso dos livros. O primeiro foi na época em que o advogado José Vicente Morelli estava vivo e em plena atividade profissional e intelectual; o segundo, depois de sua morte, é composto pelo desejo da família de publicar um livro com as anotações/citações realizadas por Morelli, quando o conjunto de profissionais, com seus trabalhos técnicos de organização, catalogação e seleção das informações da

biblioteca ampliam o potencial do acervo e o direcionam na confecção de um livro que, certamente, terá impactos distintos em seus leitores. Cabe também observarmos o trabalho dos historiadores em Acervos, Arquivos e Bibliotecas, colaborando nesses espaços públicos ou privados.

Brasil Pinheiro Machado foi um leitor dedicado e ativo que, ao longo da vida, anotou e analisou temas importantes para o campo da História. Mas diferente do advogado José Vicente Morelli, que realizou inúmeras citações de períodos históricos que julgou relevantes, o historiador paranaense, praticando seu ofício, analisou obras para seus estudos com diversas finalidades. Essas poderiam ser orientar seus alunos, ministrar aulas, escrever artigos e mesmo para ampliar seus conhecimentos.

Para melhor visualização da escrita do historiador estudado, selecionamos duas imagens (Figuras 3 e 4) em que se pode observar: a letra legível, poucas rasuras, e a anotação que fiz a lápis na imagem 4 no canto inferior esquerdo: “Acervo BPM 0009”, ou seja, as iniciais do nome do titular do acervo e o número do caderno, nove, dentre os vinte e quatro da catalogação geral dos cadernos.

Neste caderno, intitulado por Brasil Machado “Notas - Apontamentos”, Brasil Machado delimitou quatro títulos para as anotações: 1. Fernand Braudel (1976); 2. Hans Freyer (1979); 3. Maria Célia²⁷, “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros”, in “Cultura e Identidade Operária”, coletivo, coordenação de I. J. S. L. Lopes – Marco Zero. UFRJ etc. 1987 (1987); 4. Michel Foucault, Arqueologia do Saber (1988) (Machado, caderno 9, 1976-1988). Sobre a referida leitura de *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros*, no livro **Cultura e Identidade Operária**, afirmou que “no trabalho da Maria Célia aparece um endereço atual da historiografia brasileira. E, pode-se dizer, a história dos dominados. A história do silêncio dos dominados”. (Machado, caderno 9, 1987, s.p.)

27

Maria Célia Machado Paoli (1942-2019), foi socióloga, historiadora e pesquisadora, era filha de Brasil Pinheiro Machado e, o historiador paranaense se referiu ao artigo da filha, publicado no livro **Cultura e Identidade Operária: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora**, 1982. Disponível no Programa de Memórias dos Movimentos Sociais: <https://memov.org/site/livros-e-textos/cultura-identidade-operaria-aspectos-da-cultura-da-classe-trabalhadora/>, 2022.

Figura 3 – Manuscrito Brasil Pinheiro Machado, caderno 9, 1976.

6-10-1976

a fuga - 3

Podemos considerar o livro de Fernand Braudel, "Écrits sur l'Histoire" como o "Manifesto" da "nouvelle histoire". O livro reúne, na própria explicação de Braudel, "articles et études que j'ai publiés au cours des vingt dernières années sur la nature même de l'histoire".

Como Manifesto de escola, o livro está cheio de afirmações, mais ou menos dogmáticas, que, segundo o processo tradicional das escolas que surgem, devem ser elaboradas, filtradas, ajustadas pelos epígonos que, no tempo, vão sucedendo ao profeta.

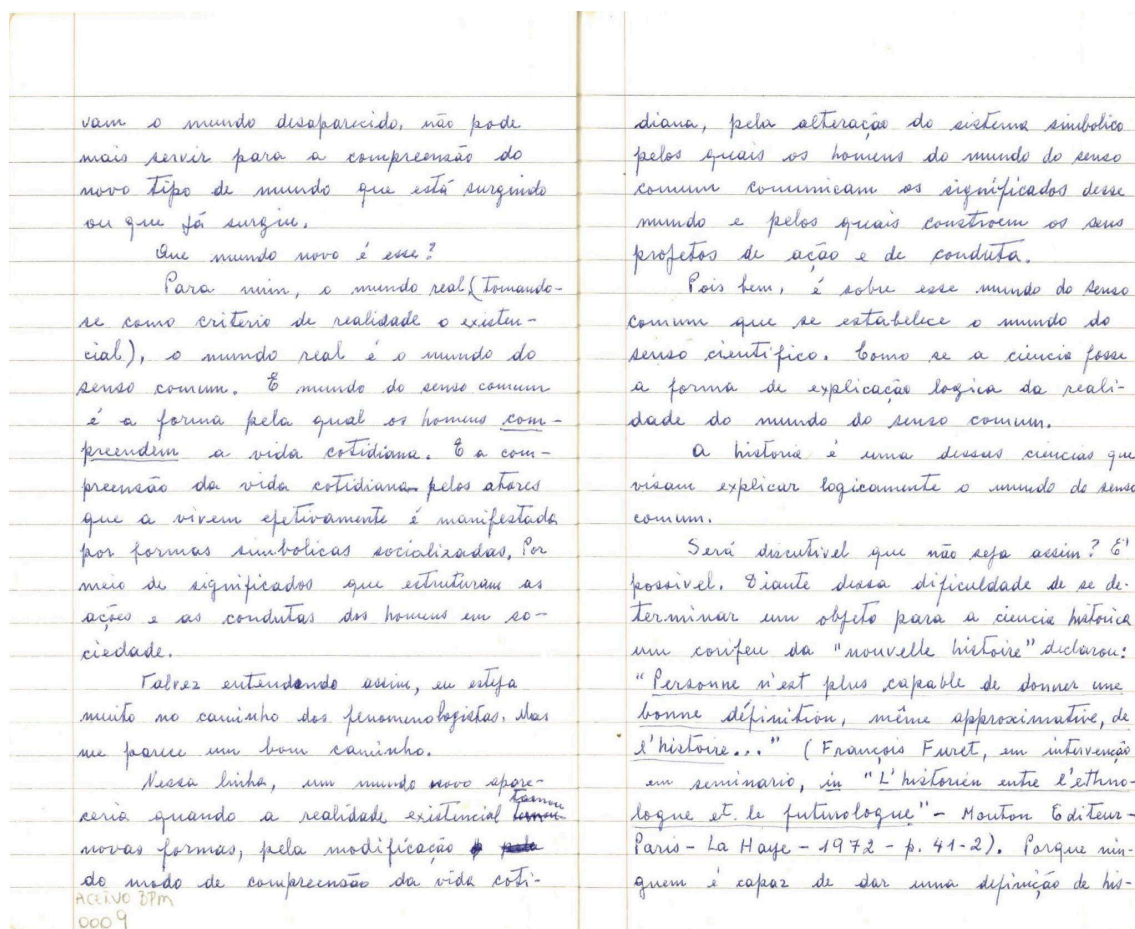
Uma das afirmações que eu coloco em primeira plana é esta: "Un nouveau monde, pourquoi pas une nouvelle histoire?"

Examinemos esta proposição.

Afirma-se aí que há necessidade de um novo tipo de história em face da desapareção de um outro tipo de situação do mundo humano. O tipo de história (ou historiografia) com que os historiadores enfrentam

FONTE: Machado, Caderno 9, 1976.

Figura 4 – Manuscrito Brasil Pinheiro Machado, caderno 9, 1976.



FONTE: Machado, Caderno 9, 1976.

Na primeira anotação com título "A Fuga - 3", (figura 3) o historiador faz algumas reflexões sobre o livro de Fernand Braudel Escritos sobre História:

Numa leitura de Braudel, posso compreender que um dos traços talvez mais significativos do "mundo novo" é a verificação do apagamento do indivíduo diante do peso da sociedade; e da inanidade do acontecimento individual que se perde e desaparece rapidamente na velocidade do processo de formação da realidade. Certamente, Braudel não disse isso, mas assim foi minha leitura. O que Braudel disse foi que as teorias do fator único, economia, raça, etc "nous ont mis progressivement sur le chemin du dépassement de l'individu et de l'événement..."²⁸ (Machado, caderno 9, 1976, s/p).

Nesse trecho é possível identificar as respostas para os questionamentos da História da leitura: O que leu? Escritos sobre História de Fernand Braudel. Como leu? Com relação a “nouvelle histoire” e o “tempo histórico”, Machado afirmou: “Eu sugiro que a ‘longue durée’, na ‘nouvelle histoire’ seja, fundamentalmente, o que poderíamos chamar o ‘tempo institucional’, que é uma ‘duração’, isto é, uma longa duração que habita na profundidade do inconsciente dos homens em sociedade”. (Machado, caderno 9, 1976, s/p.).

Ainda sobre o “como leu”, na intervenção de Machado ao afirmar: “Certamente, Braudel não disse isso, mas assim foi minha leitura”, além da leitura ativa se pode pensar nas questões das interpretações do leitor sobre as categorias de análise do tempo do historiador francês, pois na escrita de Braudel, “para uma perspectiva historiográfica, era o caso de explicitar a temporalidade da própria estrutura. Para Braudel, essa temporalidade seria a longa duração” (Braudel, 2005, p. 49, apud Rodrigues, 2009, p. 173).

O porquê dessa leitura está relacionado à condição de que a obra de Fernand Braudel era leitura obrigatória para os historiadores brasileiros. O motivo da leitura de Brasil Machado era aprofundar seus estudos sobre historiografia. É possível identificar o seu esforço de leitura e reflexão, com certa crítica ao senso científico:

O que eu quero dizer é que vive e argumenta no mundo do senso científico e parece não ter percebido que quem superou o indivíduo e o acontecimento não foram as teorias, as historiografias, mas o mundo do senso comum dos homens que estão vivendo sua vida cotidiana dentro de um processo de formação inacabada ainda, de uma nova realidade humana e social (Machado, caderno 9, 1976, s/p.).

É preciso contextualizar a escrita de Brasil Pinheiro Machado: ele escreveu nesse caderno de anotações no dia 06 de outubro de 1976. Pode não ser coincidência o historiador defender “os homens vivendo sua vida cotidiana dentro de um processo de formação inacabada”, pois segundo Peter Burke, as abordagens da chamada Nova História refletiram no modo de escrever dos historiadores:

O novo é a importância dada à vida cotidiana nos escritos históricos contemporâneos, especialmente desde a publicação do famoso estudo de Braudel da “civilização material” em 1967. Outrora rejeitada como trivial, a história da vida cotidiana é encarada agora, por alguns historiadores, como a única história verdadeira, o centro a que tudo o mais deve ser relacionado (Burke, 2011, p. 23).

É necessário chamar a atenção para o ambiente intelectual vivido por Brasil Pinheiro Machado, que além de docente na Universidade Federal do Paraná, era

membro do Conselho Editorial do periódico Estudos Brasileiros (Marchette, 2013, p. 14). E as influências teóricas do momento tinham relação com o modelo historiográfico de Fernand Braudel (1902-1985).

São muitas as contribuições do historiador francês, entre elas a sua concepção de tempo histórico, tanto na década de 1970 na escrita de Brasil Machado, como atualmente, quanto no capítulo História e Ciência Social: um retorno a Braudel, de Roger Chartier:

Com toda certeza, a história tal como é escrita hoje muitas vezes parece se postar a uma distância da história global, projetada na longa duração, o que ele [Braudel] praticou em todos os seus grandes livros. Mas essa mesma distância indica claramente que é sempre em referência a Braudel que os historiadores colocam as principais questões que confrontam hoje a disciplina: a relação da História com outras ciências sociais; a pertinência de várias escalas cronológicas de observação; as maneiras como os objetos da História são construídos (Chartier, 2014, p. 79).

Os docentes, nas universidades brasileiras, apresentavam a característica de se aproximar da teoria de Braudel, como ocorreu na Universidade de São Paulo (USP), com o curso de História criado em 1934. Nele, em que o historiador francês atuou como professor de História da Civilização, entre 1935 e 1937, retornando em 1947; “o nome de Fernand Braudel desponta como referência maior, devido à repercussão de sua permanência no país e à nucleação de estudantes em torno de sua pessoa” (Martinez, 2002, p. 12 e 14). Com relação aos modos de ser historiador, a presença de Braudel (1935-1937) inspirou os alunos uspianos e mesmo estudantes mulheres como Alice Canabrava, no período em que o ambiente acadêmico era predominantemente de homens. Em entrevista, Canabrava descreveu os trajes impecáveis e a postura encantadora do mestre francês, bem como o seu interesse por História Econômica (Canabrava, 1984, p. 92, apud Jamal Caixeta, 2023, p. 14).

Na UFPR não foi diferente com a nova geração de historiadores: Westphalen voltou entusiasmada, em 1959, com os conhecimentos adquiridos com Braudel e disposta a compartilhar no DEHIS. Brasil Pinheiro Machado não estudou com Braudel, mas foi o leitor que, possivelmente, leu para se conectar como o “modo francês” de historiografia, para aprimorar a compreensão dos novos problemas da disciplina; afinal, como mencionado anteriormente, ele “atravessou sua geração para

se combinar profissionalmente com os colegas da geração seguinte” (Fagundes, 2014, p. 302 e 312).

3.2 – Leituras sobre historiografia brasileira

Como seres humanos dentro de uma sociedade, Brasil Machado e todos nós em algum período da vida, enfrentamos os antagonismos internos, naqueles momentos em que desfazemos possíveis certezas com relação às pessoas, à profissão, aos objetivos pessoais; no caso do historiador analisado, uma dessas mudanças “das certezas” veio por meio da política.

É possível rastrear parte do entendimento de Brasil Machado sobre o chamado primeiro governo, entre 1930 e 1945, de Getúlio Vargas (1882-1954); reagindo às suas experiências do tempo presente, como este episódio da História do Brasil. A reflexão foi no período posterior ao então governo: “com a queda de Getúlio Vargas, o Brasil ficou sem líderes. Acostumado a obedecer quem sabe mandar, o povo se encontra agora em face de um homem que, absolutamente, não tem capacidade de comando” (Machado, caderno 16, 1946). O “homem” em questão era o general Eurico Gaspar Dutra (1883-1946), que governou o país entre 1946 e 1951. Para o historiador paranaense, “foi um grande erro cometido por todos, ter elegido o General Dutra para presidente da República” (Machado, caderno 16, 1946, s.p.).

Recuando no tempo em seus pensamentos, tomou nota sobre o período político de expectativa com o governo do presidente gaúcho: “de 1926 a 1930”, período que foi estudante do curso de Direito, no Rio de Janeiro: “essa época marcava a marcha firme da reação política e social no mundo”. Foi quando teve contato com a turma de Jackson de Figueiredo (1891-1928), confessando: “o sentimento reacionário se acendeu ainda mais em mim” (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Mas, em geral, eu odiava a ordem da república de 91, não pelos seus princípios, mas pela sua efetividade. Achava que o Brasil precisava de uma purificação por uma ditadura, para desmontar todo aquele monstro que a velha república tinha organizado no país. Quando surgiu a luta entre Getúlio Vargas e Júlio Prestes, em 1929, não tive dúvida nenhuma em tomar, vigorosamente, o partido de Vargas, porque, no meu sentimento de reorganizar o Brasil, dentro de um princípio realista, me parecia que um candidato de oposição seria o caminho mais viável (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Entretanto, o sentimento de ânimo durante o início do mandato de Getúlio Vargas mudou em pouco tempo, e o historiador escreveu que quando foi Interventor do Estado, em 1946, queria duas coisas para o Paraná: a primeira era a criação da Universidade; a segunda, a reconquista do Território do Iguaçu²⁹. Com a contribuição do Ministro da Educação, Ernesto de Souza Campos (1882-1970), a universidade teve reconhecimento pelo Governo Federal, em 06 de junho de 1946. Já a segunda foi mais complicada e aponta para uma das medidas do governo de Vargas, a repressão contra a liberdade de expressão:

Quando ele foi desmembrado do Paraná, no governo Getúlio Vargas, governava o Paraná o Manoel Ribas, que expressamente apoiou o desmembramento, com vários de seus auxiliares de governo. Eu era Procurador Geral do Estado, nessa época, e me conservei calado, porque o silêncio era a única condição de vida, no governo Vargas. (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Contudo Brasil Machado, como diretor da Faculdade de Filosofia, se associou a um protesto com Bento Munhoz da Rocha Neto e Temístocles Linhares. O encontro foi secreto, destacando que era a condição da época.

29

Com relação aos embates políticos pela criação do Território Federal do Iguaçu: “A partir de 1943 foram criados territórios federais em todo o país, sendo um deles o do Iguaçu, que, por um curto período de tempo, abrangeu territórios dos atuais domínios do Paraná e de Santa Catarina. O decreto-lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, foi o mecanismo legal responsável por desmembrar o Paraná e Santa Catarina para dar origem ao Iguaçu” (Priori; et al., 2012, p. 60).

Posso dizer, sem falsa modéstia, que eu fui que dei o grito oficial de reconquista, numa longa entrevista que ditei ao “Correio da Manhã”. Falava como governo do Paraná, e reclamava contra a injustiça. Afinal, a bancada se uniu nessa finalidade, e a reivindicação ficou nitidamente inscrita nos trabalhos da constituinte federal. (...) Mas, o que é doloroso, que agimos sempre debaixo da maior indiferença do povo paranaense, que não se deu conta da importância daquele território para a vida do Paraná (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

Se torna relevante observar parte do campo de disputas políticas e acadêmicas, com relação às posições antagônicas, além do fato normal da mudança de ideias: o fato de Brasil Machado conviver entre os meios da política e da universidade é de certa forma um traço pertinente do seu percurso porque indica a versatilidade do profissional.

A fonte bibliográfica sobre a historiografia brasileira é o livro **Três cadernos de História, ideias e reflexões**, escrito por Brasil Machado e publicado pela editora Arte e Letra em 2002, com trabalhos importantes desenvolvidos pelo historiador. Composto por três capítulos, os dois primeiros são intitulados: **Primeiro Caderno: a História da historiografia brasileira – a História Sociológica (a historiografia de Oliveira Viana)** e **Segundo Caderno: a História da historiografia brasileira – a História Sociológica (a historiografia na obra de Gilberto Freyre)**, escritos respectivamente em 1959 e 1960. O terceiro capítulo é sobre **A formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais**, publicado em 1963.

Frederico Marés Tizzot, no texto de apresentação, argumenta sobre a importância das pesquisas de Brasil Machado que demonstra, a partir da construção de um conceito histórico voltado à análise e à interpretação das fontes, auxiliado por outras ciências, que a História deixa de ser um método que comprova e acumula fatos e passa a ser uma ciência preocupada com o desenvolvimento e evolução social; nesse sentido, adquire grande valor teórico. (Tizzot, 2002, p. 7 apud Pinto, 2022, p. 2).

Se pode verificar, nessa fonte, as leituras interdisciplinares ao debater com os textos do historiador e sociólogo Oliveira Viana (1883-1951) e do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), com referências aos livros do primeiro: 1. **Populações Meridionais do Brasil**: 1º volume – **Populações rurais do Centro Sul** (primeira publicação em 1918); 2º volume – **O Campeador Rio-grandense** (1952); 2. **Evolução do povo brasileiro** (1922) e 3. **Instituições Políticas brasileiras** (1949). Do sociólogo pernambucano: 1. **Casa grande e senzala** (1ª publicação em 1934); 2. **Sobrados e Mucambos** (1ª publicação em 1936); 3. **Ordem e progresso** (1959). O

contexto da escrita de Brasil Machado ocorre durante o processo de modernização brasileira na primeira metade do século XX, quando certos intelectuais priorizaram o conhecimento histórico-sociológico em seus estudos e pesquisas.

Sobre **Populações Meridionais do Brasil**, o leitor Brasil Machado interpretou que “o que Oliveira Viana procura é, pela interpretação dos documentos à luz das ciências sociais”, se opor a uma historiografia tradicional, “abrindo novos rumos à historiografia brasileira”. Em sua obra, Oliveira Vianna “procura harmonizar o método histórico com os métodos das ciências sociais” (Machado, 2002, p. 13 e 16). Pensando num campo de disputas entre as disciplinas, o historiador paranaense afirma que Viana “reconheceu que as ciências sociais não estavam armadas de dados suficientes para generalizações e conceituações e que, ainda por muito tempo deveriam trabalhar como disciplinas empíricas no campo da realidade imediata” (Machado, 2002, p. 16).

O mesmo livro citado acima, com interpretações de 1959, aparece em outra fonte, o **Caderno nº 1** de anotações manuscritas, com registro de 1967. Para Brasil Machado, mesmo o velho Viana, que estaria fora de moda para a ‘intelligentsia’ atual, quando analisou as fontes da formação brasileira, colocou-as na propriedade rural. E sem esse fato não é possível ter um modelo explicativo da formação social brasileira. Entretanto, sendo um modelo lógico de explicação, apresenta distorções:

O modelo procura dar ênfase no latifúndio como gênese das configurações sociais que sobre ele se criaram. O leitor, porém, analisando tudo com cuidado, conclui que a gênese das configurações sociais do latifúndio não se apóia sobre o próprio latifúndio, mas sobre o regime servil. A base verdadeira do modelo é a instituição social da escravidão e não a instituição da propriedade (Machado, caderno 1, 1967, p. 69).

Na publicação impressa, é possível identificar a definição que Brasil Machado atribuiu sobre a historiografia na obra de Gilberto Freyre:

O que aqui estamos denominando de historiografia na obra de Gilberto Freyre, é a história social do patriarcado brasileiro. Não é uma história de método tradicional. (...) O objetivo dessa historiografia não é propriamente o acontecimento, mas as formas e os processos sociais, não como conceitos, mas como se manifestam na realidade histórica (Machado, 2002, p. 37).

Sobre o posicionamento do historiador paranaense, não houve críticas das leituras de Viana e Freyre. O objetivo era marcar as contribuições de ambos para a historiografia (Pinto, 2022, p.5).

O último capítulo da fonte impressa, **A formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais**, era uma tentativa de testar a teoria da estrutura tradicional da economia brasileira, porque “essas teorias, como teorias e não como doutrinas, devem ser testadas pelos historiadores monográficos” (Machado, 2002, p.62); dele se pode extrair as seguintes palavras:

Estou convencido de que o aspecto dominante da formação histórica brasileira, não está na região geográfica ou administrativa com sua consequente influência sobre a população, mas no fato de que, mais ou menos indiferente à geografia e à administração, a sociedade brasileira histórica se organizou sempre em grandes “comunidades” humanas e sociais (Machado, 2002, p. 62 -64).

As referências para seus argumentos são autores importantes para a historiografia brasileira, mesclando as leituras com historiadores estrangeiros. Para compreender, a teoria denominada por ele **Sobre “comunidades históricas” na história brasileira**, na fonte manuscrita, destacou três pontos; no primeiro, indicou consultar os historiadores João Ribeiro (1860-1934), Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e Capistrano de Abreu (1853-1927): “1. que a colonização do Brasil é feita de cinco pontos diferentes, ao mesmo tempo, por motivos diferentes e em áreas diferentes (v. João Ribeiro, Martius, Capistrano)” (Machado, caderno 1, 1964, p. 1); no segundo ponto, traz a afirmação de que no processo de colonização houve a expansão da população, mantendo na área ocupada as relações de dominação e subordinação; por fim, “que a expansão criou o sistema dos caminhos do povoamento, que se tornaram o veículo fundamental da manutenção dos contatos necessários à conservação da unidade cultural da subcultura regional. Indicou que sua base foi **Caminhos Históricos e Povoamento do Brasil**, de Capistrano de Abreu (Machado, caderno 1, 1964, p. 2).

Uma das teorias foi sobre a estrutura tradicional da economia brasileira, concebida na **Formação Econômica do Brasil** do economista Celso Furtado (1920-2024), assim, novamente encontrei esse livro citado na fonte manuscrita como a 4a edição, portanto, de 1961. No **Caderno nº 1**, em 1967, com título geral **História da formação social brasileira. Sobre a história do poder no Brasil**. Sobre o

referido livro de Furtado, transcreveu trechos entre aspas e se propôs a analisar a partir de pontos relevantes como “a constatação histórica de que a estrutura sócio-econômica do engenho, do latifúndio, permaneceu inalterada durante três séculos” e “a longa permanência da estrutura dominante fortaleceu o sistema de valores da sociedade, suas normas sociais” (Machado, caderno 1, 1967, p. 63, 64).

Em **História da formação social brasileira. Sobre a história do poder no Brasil**, referenciou o jesuíta italiano chamado por seu pseudônimo, Antonil, mas cujo nome era João Antônio Andreoni (1649-1716); o livro consultado por Brasil Machado foi **Cultura e Opulência do Brasil**, na 8a edição, da Companhia Editora Nacional – São Paulo, 1967, que traz a introdução **João Antônio Andreoni e sua Obra** da historiadora Alice P. Canabrava (Machado, caderno 1, 1967, p. 73). Para Machado, “de Antonil (livro I, cap. I) se tira os elementos fundamentais da reconstituição do sistema de poder que se criou no engenho” (Machado, caderno 1, 1967, p. 48), e com as citações do referido autor, se tem o modelo da estratificação social do latifúndio tradicional, ou seja, em primeiro lugar: o senhor de engenho; em segundo: a família senhorial; em terceiro: o lavrador com sua família; em quarto: dos assalariados, com diferenças entre si; por último: os escravos, distribuídos entre os domésticos, os de “enxada e foice” e os de encargos especiais (Machado, caderno 1, 1967, p. 52).

Ainda com relação à economia, no tema da indústria, tendo como referência o ano de 1880, período em que os industriais brasileiros organizaram a Associação Industrial, trouxe a referência de **A luta pela industrialização do Brasil**, da historiadora Nícia Vilela Luz, formada pela Universidade de São Paulo (USP), pois no cenário das decisões político-econômicas, ela fazia parte de um dos grupos de interesse: “a atuação da Associação Industrial se fez sentir principalmente na questão do protecionismo tarifário, que se discutia todos os anos no Congresso” (Machado, caderno 1, 1967, p. 321).

O sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995) foi debatido por Brasil Machado em **Notas e apontamentos para a crítica de “A Revolução Burguesa no Brasil” de Florestan Fernandes** (1976-1982), referenciado como o exemplar da editora Zahar, Rio de Janeiro, 1975. “O problema que se segue para o leitor da ‘turma’ (se referindo a Florestan Fernandes e seus discípulos) é saber quais os critérios ideológicos usados nessas análises e quais os instrumentos da própria

análise. A primeira tarefa do leitor, portanto, é uma crítica da crítica” (Machado, caderno 21, 1976, s.p.).

É possível verificar o campo de disputa entre a História e a Sociologia, quando Brasil Machado trouxe a tese de Maria Beatriz Nizze da Silva (1938), na Universidade de São Paulo, a historiadora notou que, “ao contrário do que ocorreu na França, no Brasil ‘a sociologia histórica’ precedeu a ‘história social’”. Portanto, o avanço “dos sociólogos no campo dos historiadores causou uma desorganização do pensamento historicista que tranquilamente dominava este campo”, por isso, “a reação dos historiadores, então complexados com a súbita compreensão da inutilidade da erudição histórica” deveriam construir a “história social do Brasil”, mas faltava base teórica (Da Silva apud Machado, caderno 21, 1976, s.p.). Nesse sentido, Brasil Machado argumentou sobre a ascensão da História à categoria de disciplina universitária, porque na falta do embasamento teórico, com a “longa e irritante crise da história e do conhecimento histórico, o historiador da nova geração seria o historiador universitário” (Machado caderno 21, 1976, s.p.).

A elevação da História a categoria de disciplina universitária teve muitas consequências no Brasil. Uma delas foi a discriminação entre historiadores. Os historiadores pré universitários foram marginalizados e transformados em exemplos de como não se devia fazer a história. Os historiadores universitários, formados já nos cursos, procuravam novos rumos e desde logo se engajaram nas correntes renovadoras da Europa, ou, mais precisamente, voltaram à influência francesa (Machado caderno 21, 1976, s.p.).

Sem sucesso, a História não conseguiu restabelecer o seu prestígio diante das demais ciências humanas, continua Machado, “é nesse momento que a ‘sociologia histórica’ avança no Brasil. Contudo, os historiadores reagem buscando o método que se afaste da história do historicismo, assim, se debruçando nos métodos e critérios da historiografia da Europa”.

Tudo isso é normal. Mas o que causa angústia no espírito do historiador brasileiro, ou, pelo menos em certa camada deles - é que a História é uma ciência da justificação. O entregar-se pura e simplesmente a um gigantesco trabalho de pesquisa empírica e ao prazer estafante de aplicar novos métodos sofisticados, não justifica a ciência histórica para os historiadores não burocratizados (Machado caderno 21, 1976, s.p.).

Um dos pontos altos das informações da fonte é a preocupação do leitor ativo em entender o livro do sociólogo, na perspectiva interdisciplinar.

Procuro compreender, para mim mesmo, o sentido de tudo isso. (...) A Revolução Burguesa não constitui um episódio histórico. Grifei a palavra episódio, porque ela está entendida no texto do A. [autor] com o sentido que a escola francesa da história dá à palavra “événement”. É que a Revolução Burguesa no Brasil é uma história não de episódios, mas de transformações estruturais (Machado caderno 21, 1976, s.p. Grifos do autor).

Sua interpretação sobre o grupo de sociólogos formados por Florestan Fernandes indica a importância destes profissionais nas pesquisas no campo social, pois, “criaram uma corrente de pensamento e de julgamento social no meio intelectual brasileiro, corrente vigorosa que promoveu revisões no pensamento tradicional e marcou o rumo dominante dos estudos sociais no Brasil, por muito tempo”. E “o instrumento foi a história”, concluiu que “a ‘sociologia histórica’ e, às vezes mais no sentido da ‘história sociológica’, marcou profundamente a orientação ou o método através do qual se liga a investigação social às transformações da sociedade brasileira” (Machado, caderno 21, 1976, s.p.).

Se quisermos uma definição mais aproximada do que caracterizaria o leitor Brasil Machado, se pode inferir em suas ações, ou seja, quando o leitor se encontrou com o autor da obra e expõe sua opinião sobre o objeto lido; isso aconteceu quando ele conversou com o autor de **História da Inteligência Brasileira**, Wilson Martins (1921-2010), que havia retornado dos Estados Unidos e chegava em Curitiba para suas “costumeiras” férias:

Disse a ele que achei uma leitura fascinante. E achei mesmo. Nesse momento, isto é, naquele momento em que conversava com ele, tinha justamente terminado a leitura do seu livro. E, ainda sob a impressão daquela imensa erudição, opinei que a “História...”, o primeiro volume, era o maior livro de História do Brasil que se tinha publicado nestes últimos anos (Machado, caderno 18, 1977, p. 78).

Sobre certo movimento dos leitores em relação ao livro lido: Brasil Machado, “uma professora” e o docente francês Jean Pierre Berthe (1926-2014) fornecem pistas de parte da recepção crítica da obra de Wilson Martins:

Ninguém tinha lido e, na verdade, não consegui contagiar ninguém com o meu entusiasmo. Uma professora iniciou a leitura, segundo me contou, mas parou; e me disse que era uma erudição muito miúda que exigia esforço para ser lido, o livro. O professor francês, Jean Pierre Berthe, americanista, que estava aqui dando um curso no Mestrado de História contou-me que conversou com um professor do Mestrado no Rio que lhe deu a opinião de que o livro do Wilson (era o 1º volume) era apenas um levantamento bibliográfico e que seria ótima matéria prima para um cientista estudar a mentalidade brasileira. Por outro lado, os meios literários do Brasil, nas páginas dos periódicos de “review” e em outras manifestações críticas

saudaram com entusiasmo a publicação da “História...” (Machado, caderno 18, 1977, p. 79,80).

Brasil Machado explicou que a primeira edição foi esgotada e a editora lançou rapidamente a segunda edição, por conta da demanda do mercado; por fim, um tempo depois, leu os três volumes da referida obra. Mas, acabou relendo o primeiro volume porque foi convidado, pela revista do Curso de Letras da UFP (a partir da década de 1960, a sigla seria UFPR), para escrever uma resenha do livro. Para isso, “traçou um plano para leitura crítica” (Machado, caderno 18, 1977, p. 80). Assim, nas páginas que seguem, o historiador intercala momentos de citações diretas e questionamentos sobre o livro de Wilson Martins.

Na sequência, em **Outra anotação**, é possível capturar parte de uma confissão sobre **como e porque** Brasil Machado lia:

A leitura (pelo menos para mim) não é aquele prazer dos humanistas que cultivam o livro, sua feição técnica, sua tipografia, seu autor, etc. etc. Não, não faço parte desses anjos eruditos.

Para mim a leitura de um livro é um corpo a corpo com o autor, onde eu procuro negá-lo, refutá-lo, desconstruí-lo, embora seja eu sempre o destruído. Sempre ou quase sempre. Pois bem, no livro de Wilson Martins esperava encontrar o como eu faria uma história mental ou intelectual do Brasil. Li o livro com esse espírito (Machado, caderno 18, 1977, p. 90, 91. Grifo meu).

Assim, na sequência se encontra **O livro e o leitor**, sem data específica, mas possivelmente em 1977 porque segue a análise de **História da Inteligência Brasileira**, afirmando suas impressões de leitura: “para mim, a continuidade conseguida na exposição do desenvolvimento temático é que constitui o encanto da leitura” (Machado, caderno 18, 1977, p. 97). Com essas palavras a erudição de Wilson Martins é elogiada por Brasil Machado (Machado, caderno 18, [1977], p. 97).

O livro **Formação do Brasil Contemporâneo**, do intelectual Caio Prado Júnior (1907-1990), foi interpretado por Brasil Machado porque no Departamento de História se debatia que: reagindo contra o pensamento dos primeiros historiadores da história brasileira, se estabeleceu que o processo da História do Brasil é uma história reflexa do conjunto do mundo ocidental inserida desde o seu nascimento (Machado, caderno 18, 1978, p. 44.).

Não posso dizer que foi desde Caio Prado Júnior que a historiografia brasileira adotou o fundamento colonial-mercantilista como modelo

explicativo da história colonial brasileira, mas posso afirmar que essa tese, tão bem realizada na obra de Caio Prado, representa uma reação ao modelo explicativo da história brasileira que vigia desde a obra de Varnhagen e de seus seguidores, embora estes seguidores sempre se armassem de um espírito crítico ao desenvolver os postulados ideológicos de Varnhagen e dos outros criadores da historiografia brasileira (Machado, caderno 18, 1978, p. 45.).

Para Machado, a obra de Caio Prado Júnior foi a que exprimiu mais clareza à tese da história reflexa.

3.3 - A releitura de Raízes do Brasil

Brasil Pinheiro Machado traz uma análise bastante detalhada da obra do historiador paulista, com o artigo **Raízes do Brasil: Uma releitura**, em 1976; 2008³⁰ demonstrando, através de suas interpretações, seu interesse na historiografia, bem como as contribuições do livro para o campo da História.

Como será mostrado no capítulo 4 desta tese, há o registro do encontro dos dois intelectuais na banca da tese de Maria Thereza Schorer Petrone, em que Sérgio Buarque de Holanda foi orientador e Brasil Machado, examinador. Portanto, essa “releitura” possui dois formatos: o texto datilografado, que se encontra no CDPH, e a publicação impressa, disponível em sites de venda de livros: **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**, que reuniu textos de diversos outros autores (Monteiro; Eugênio (orgs), 2008). A edição foi organizada em quatro partes: Perspectivas; Mensagem cifrada: textos de Sérgio Buarque de Holanda; Dos livros e Figurações. O artigo de Brasil Machado está na primeira parte, na seção: **2. Raízes do Brasil**.

Numa comparação entre os formatos do texto (Machado, 1976; 2008), com exceção de algumas inversões no início da frase de certos parágrafos e pequenas alterações na edição impressa, incorporando as normas de publicação como recuo das citações com mais de três linhas, o texto original foi mantido na íntegra. A publicação impressa traz a informação de que o artigo foi publicado originalmente em Estudos Brasileiros, em Curitiba, no ano de 1976, como homenagem ao quadragésimo aniversário do lançamento de Raízes do Brasil (Monteiro; Eugênio (orgs), 2008, p. 155).

30

O texto datilografado, de 1976, que está no CDPH possui a paginação do 1 ao 33; já o artigo impresso em 2008, as páginas são de 155 a 180. Optei por utilizar a referência da obra impressa.

No início do artigo, Brasil Machado comentou que a releitura seria uma tentativa de compreensão do livro, seu autor e sua época, mas feita em outra época da primeira edição de 1936. Com sua marca de leitor ativo e com a característica de entender que “a leitura de um livro é um corpo a corpo com o autor” (Machado, caderno 18, 1977, p. 90, 91), mostrou suas intenções de abordagem.

O livro, hoje quarentão, de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, nutre-se de temas de sua época. Não quero significar com esta afirmação que sua temática tenha se tornado inatual, pois só poderíamos verificar isso se pudéssemos acompanhar o tema do atraso, como ele tem sido sentido pelas gerações que se seguiram em consonância com as novas formas que vai tomando o conflito Estado-Nação-Capitalismo (Machado, 2008, p. 156).

Assim, o desenvolvimento dessa Releitura teve como alvo esses três conceitos presentes no referido livro. Ainda sobre as questões da temporalidade em que a obra foi escrita (1936), Brasil Machado destacou que a segunda edição saiu onze anos depois, e depois de ler o prefácio do autor, em que este esclareceu que houveram modificações na nova edição (1948), porque as ideias e concepções mudam, observou: “parece que uma época se encaminha para o seu término” (Machado, 2008, p. 156).

As características do homem no seu tempo presente são contextualizadas por De Carvalho: “*Raízes do Brasil* é, de certa forma, tributário das questões postas pelo movimento artístico na década de 1920 e de seus desdobramentos na década de 1930, sobretudo relativamente à “brasilidade” – aquilo que se acostumou a entender como os traços definidores do caráter e modo de ser brasileiro” (De Carvalho, 2013, p. 53).

No desenvolvimento do artigo é mencionada a aproximação de *Raízes do Brasil* com o pensamento de Max Weber: para Machado, a partir dos traços biográficos publicados, o fato de Sérgio Buarque ter estudado por aproximadamente dois anos na Alemanha, se poderia supor que foi o tempo da “gestação do livro” (Machado, 2008, p. 157).

(...) a intimidade com o pensamento alemão é visível em sua obra. Mas em *Raízes do Brasil* o que se torna mais perceptível ao leitor atento, é de como ele se compenetrar dos problemas centrais que constituem a grande obra de Max Weber. (...) Sérgio Buarque colhe a problemática de Weber em si mesma, sem o seu ‘diálogo com Marx’ e sem as reelaborações que os pensadores não alemães lhe deram. E ensaia reexaminar a história da sociedade brasileira à luz da problemática e da metodologia weberiana (Machado, 2008, p. 157, 158).

Brasil Machado destacou que a importância de Weber seria porque “originalmente, uma geração de pensadores alemães legitimou a noção de capitalismo como racionalidade, entre eles, sem dúvida, Max Weber se destacou, pois forneceu os fundamentos teóricos”; e ratificou seu argumento: “A polêmica ao redor de **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo** mobilizou todas as correntes de pensamento ocidental, tanto no tempo de Weber como depois consagrando uma orientação e criando temas que caracterizam a época” (Machado, 2008, p. 160). Neste livro, considerado por certos pesquisadores da área econômica como “um clássico das ciências sociais”, Weber argumentou que o “indivíduo que racionaliza suas ações, valoriza o seu trabalho e apresenta um afastamento do gozo espontâneo possui o chamado ‘espírito’ capitalista”. (Uhr, 2021, p. 397).

Em seu artigo, em todo caso, Machado argumentou que “para o historiador praticante, capitalismo é uma categoria histórica, que não pode ser hipostasiada, e que orienta seus instrumentos de pesquisa e de análise das transformações das sociedades da história moderna” (Machado, 2008, p. 160).

Na análise do historiador paranaense, na passagem em que Sérgio Buarque escreveu sobre o Concílio de Trento³¹ “está um dos pontos-chaves para o desenvolvimento da problemática de Raízes do Brasil, pois seria aí que seu autor identificou uma ética religiosa diretamente oposta à ‘ética protestante’” (Machado, 2008, p. 166). Apoiado no historiador suíço, que participou da polêmica pós-weberiana sobre o “espírito do capitalismo”, Herbert Luthy (1918-2002), Machado reiterou que: o fato realmente novo não foi a Reforma, mas a Contra-Reforma:

Muitas das raízes do Brasil, no livro de Sérgio Buarque de Holanda, estão mergulhados nessa história, o que poderia levar o leitor a imaginar que o seu pressuposto de Brasil fronteira da Europa, poderia também, ser substituído por Brasil fronteira da Contra-Reforma (Machado, 2008, p. 166, 167).

Brasil Machado, no seu artigo, se refere ao jesuíta Antonil³², porque é no seu livro **Cultura e Opulência do Brasil**, de 1711, que surgiria o tema da individualidade histórica; por essa razão, esse tema não surgiu de repente nas investigações de

³¹

Na cidade de Trento, Itália, foram realizadas reuniões da Igreja Católica entre 1545 e 1563, com o objetivo de impedir o avanço do protestantismo na Europa.

³²

Convém lembrar que, na seção anterior 3.2 – Leituras sobre historiografia brasileira desta tese, aparece a referência ao jesuíta Antonil e seu referido livro (Machado, caderno 1, 1967, p. 73).

Sérgio Buarque, pois já estava marcada na tradição da historiografia social do Brasil, e assim, articulou ao modelo de Antonil, as interpretações de Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque.

Os historiadores e escritores sociais que pensam o Brasil em dimensão histórica, partem sempre do modelo de Antonil. E todos eles têm a preocupação central, expressa ou não, de extrair desse modelo, a rede de dominação que mantém todo o conjunto. Da estrutura esboçada por Antonil, os historiadores sociais mais modernos escolheram o grupo que exercia, do alto, a dominação, para suas análises de explicação, colocando todos os demais grupos entre parêntesis (no sentido husserliano). Aquele grupo é a família senhorial, latifundiária e escravocrata (Machado, 2008, p. 169).

Nesse sentido, para Machado, em Oliveira Viana, “o grupo dominante foi traçado no perfil do ‘clã rural’, ‘clã senhorial’, clã eleitoral, assentados no poder do latifúndio”, e com isso, “esboçou a teoria da função simplificadora do grande domínio rural”. Gilberto Freyre, ao afirmar “que no Brasil, foi a família (entenda-se, a família senhorial) e não o indivíduo, nem a Igreja, nem o Estado, nem nenhuma companhia do comércio, quem conquistou o território, estruturou a sociedade e constituiu a economia e o poder político”. Em **Raízes do Brasil**, “a entidade aparece como personagem central da história, mais refinada, numa extensão ‘super-individual’, quase como um conceito, vista pelo lado de sua vida interior, como uma individualidade ética” (Machado, 2008, p. 170.).

Para Machado, todos esses autores apontam que a individualidade histórica dominante firmou seu caráter, sua ética e o tipo de solidariedade social, num período de mais de três séculos de vida agrária colonial e dentro de um sistema familiar abrangente, e o ponto-chave do que chamou de “revolução brasileira” foi a transição das castas rurais para a cidade e, com isso, a superioridade da cidade sobre a região agrária (Machado, 2008, p. 170).

Os apontamentos na análise de Brasil Machado são importantes pistas nas investigações em história da leitura, porque ao seguir seu rastro leitor é possível identificar suas impressões sobre **Raízes do Brasil**, livro bastante revisitado por tantos pesquisadores em diferentes épocas, com outras observações. As impressões de Machado, ligadas às preocupações com seu tempo presente, apontam no sentido do que se deveria fazer a partir da obra estudada, pois para ele: “na sequência lógica das investigações históricas de **Raízes do Brasil**, o estudo da cidade brasileira seria fundamental. Não a história do urbanismo, mas o estudo das

condições sociais, econômicas e administrativas, dentro das quais pode e não pode surgir uma burguesia urbana” (Machado, 2008, p. 176).

Outro ponto de inferência do leitor, em ritmo de conclusão, é de que o livro analisado “esgotou os temas de sua época sem se tornar inatual, porque preparou o embasamento sobre o qual deve surgir, na mesma ordem de preocupação, o tema da época que se segue: a revolução burguesa no Brasil” (Machado, 2008, p. 179).

A referida obra, do historiador e sociólogo brasileiro Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), possui um histórico editorial: a primeira edição é de 1936; a segunda, de 1948; mas como os textos do historiador paulista “começavam a ganhar maior destaque no mercado editorial: em 1956 saiu a terceira edição de *Raízes do Brasil*” (Roiz, 2020, p. 32). A quarta edição foi em 1963 e a quinta em 1969. Além da trajetória das edições, que avançaram ao longo de quatro décadas, seus leitores registraram suas impressões e o livro foi objeto de investigação de muitos escritores.

Com relação aos livros, não apenas as edições de **Raízes do Brasil**, a imprensa foi um veículo de divulgação para os potenciais leitores, quando registrou notícias sobre os livros:

(...) se *Cobra de vidro* e *Monções* passaram quase despercebidos nos anos 1940, o contrário se veria com a segunda e a terceira edição de *Raízes do Brasil* (de 1948 e de 1956), que receberam pelo menos 3 comentários na imprensa periódica cada uma delas, assim como a primeira edição de *Caminhos e fronteiras* (de 1957) e de *Visão do paraíso* (de 1958, 1959), que tiveram, respectivamente, 34 e 24 comentários, durante o período de 1957 a 1959 (Roiz, 2019, p. 3).

As “revisões feitas para a segunda e terceira edições de *Raízes do Brasil*, respectivamente publicadas em 1948 e em 1956, têm relação direta com a transformação de Sérgio Buarque em historiador especializado”. Com relação às modificações nas edições do livro, o motivo das alterações seria o fato do autor se desenvolver como um historiador profissional, no correr da década de 1940, segundo Nicodemo, apoiado em Koselleck: “estas modificações reforçam uma estrutura temporal protendida entre experiências do passado e expectativas do futuro ainda incluso”(Nicodemo, 2014, p. 46 e 49).

Os prefácios, além de apresentações dos livros, de certa maneira podem ser veículos de várias interpretações de seus leitores. Assim, analisando o prefácio de Antonio Candido (1918-2017) à obra, Diogo Roiz inferiu sobre a sociabilidade: as práticas políticas para pensar o país, de acordo com o projeto de interpretação da

sua história, foram sendo modeladas por Sérgio Buarque de Holanda a partir das relações estabelecidas com pessoas próximas e profissionais do Brasil e do exterior (Roiz, 2020, p. 381).

Nicodemo, ao argumentar sobre o aspecto das implicações políticas da obra, progressista e democrática, assentou que, o famoso prefácio de Antonio Candido, no final da década de 1960, reforçou essa mesma dimensão, sem considerar que as ideias elaboradas em 1948 e 1956 não se apresentavam de forma muito clara na primeira edição da obra; portanto, não foi por acaso que este prefácio se constituiu numa espécie de paradigma, influenciando muitas outras interpretações da referida obra (Nicodemo, 2014, p. 49).

Enfim, com relação às interpretações da obra, vale lembrar Robert Darnton quando, com certo tom de provocação, chama os investigadores para desvendar parte do enigma da leitura, ou seja, “saber como as pessoas se orientam no mundo dos símbolos [as palavras impressas] tecido em torno deles por sua cultura” (Darnton, 1986, p. 277). Nesse sentido, é inegável a importância da obra de Sérgio Buarque para o desenvolvimento da historiografia brasileira, porque atravessou gerações e cumpriu certa característica de muitas obras, de provocar as reações dos seus leitores em diferentes contextos, revelando estratégias de interpretação e continuação das pesquisas. Pois, sobre a tradição brasileira do pensamento do século XX e “a permanência do passado arcaico em **Raízes do Brasil**, só seremos capazes de superá-la melhor em sua historicidade, desnaturalizando suas marcas relegadas em nosso próprio olhar” (Nicodemo, 2014, p. 60).

Na sua época, Brasil Machado buscou reler a obra de acordo com as ferramentas teóricas e metodológicas do seu presente e escreveu: “apenas em duas rápidas passagens, e num contexto diferente do que estou armando aqui, Sérgio Buarque se refere à existência de uma burguesia na cidade brasileira (...). O autor não acompanha o desenvolvimento dessa burguesia, não fazia parte de seus temas” (Machado, 2008, p. 179).

4 – HISTÓRIA ECONÔMICA, HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO

A historiografia da escravidão é uma das vertentes da história global, e foi um dos temas de interesse que levou Brasil Machado a ler artigos em diferentes idiomas e buscar possíveis relações com a realidade brasileira; assim, o objetivo do capítulo é mostrar os porquês dessas leituras, e também o seu interesse em história econômica, a participação em bancas sobre o tema e os apontamentos sobre conceitos como “poder”, “disciplina”, “capitalismo” e “economia”. Os conceitos de “estrutura” e “temporalidade” encerram este capítulo.

A passagem em que Brasil Machado toma posição diante da leitura é, em 02 de outubro de 1967, na referência do livro em espanhol das teorias do sociólogo Max Weber (1864 – 1920): *Economia y Sociedad* – vol I – cap III – § 16 – p. 53 (edição do México). O motivo da leitura foi para uma aula ministrada, no dia 28 de setembro de 1967, cátedra de História Econômica e Social do Brasil (Machado, 1967, p. 40).

Depois de citar as definições de Max Weber sobre os conceitos de poder e disciplina:

Certamente, aqui, não vamos adotar todo esse palavreado de Max Weber, pois ele me pareceu apenas útil para a demonstração de seu método de raciocínio. Adotaremos, porém, a terminologia que ele usou como final de seus processos de especulação sobre os inumeráveis documentos históricos de que usou. Assim, usaremos no plano histórico, que é o que aqui nos interessa – o conceito inteiramente histórico de situação. O poder se concretiza na realidade histórica como uma situação de dominação (Machado, 1967, caderno 1, p. 43, grifos do autor).

O posicionamento de Brasil Machado, pode ser entendido no sentido de extrair as contribuições do referido sociólogo, mas usado a partir do viés do historiador, nesse exercício de diálogo entre as disciplinas.

Com a explicação sobre a escrita: “Resumo anotado da comunicação de Frederic Mauro à ‘Segunda Conferência de História Econômica’, realizada em Aix-en-Provence, em 1962. **Conceitos Econômicos e Economia Colonial na Época do Capitalismo Comercial (1500-1800)**”, sobre a leitura do historiador francês Frederic Mauro (1921-2001), outra vez, a palavra “intrigado” aparece nas impressões de leitura. “Diz F. M. [Frederic Mauro]: o que caracteriza o capitalismo comercial na Europa, é seu caráter misto. O leitor, se parasse aí a leitura,

perguntaria mais ou menos intrigado: como um capitalismo pode ser misto?” (Machado, caderno 12, 1969, s/p).

Na verdade, quando F. M. continua a explicar a característica de capitalismo de caráter misto, o que ele propõe é um estudo da “realidade histórica” integral e não de um conceito abstrato como é o de “capitalismo comercial”, resolúvel apenas no plano da abstração e nunca do plano da realidade histórica, que é sempre mista (Machado, caderno 12, 1969, s/p).

Brasil Machado segue argumentando que, ao expor a matéria, de forma inconsciente, propõe o problema: “por que é que os economistas coloniais do período do capitalismo comercial, inferiorizaram-se nesse período e vieram a construir as economias subdesenvolvidas do presente?” Mas, explicou que o autor lido e a Escola Francesa não propõem esse problema.

Segundo a sugestão de F. M., a finalidade da pesquisa desse tipo a que se está dedicando a Escola Histórica Francesa, seria a de construir uma teoria econômica da economia colonial que fosse útil aos economistas. Na minha opinião, essa finalidade é muito forçada, ou por outras palavras, essa finalidade seria irrelevante para o que se pretende – ser útil aos economistas. Poderíamos procurar outra, mais ligada às preocupações de nossa época, da época em que vivemos nós, os habitantes do mundo subdesenvolvido. Qual? (Machado, caderno 12, 1969, s/p).

Brasil Machado destacou: **Tradição e modernidade numa perspectiva de desenvolvimento. O sentido do tema e dos conceitos**, em 10 de maio de 1971, quando escreveu sobre a “formulação teórica do conceito de subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico” (Machado, caderno 5, 1971, s.p.).

Em suma, o processo do chamado desenvolvimento econômico não era simplesmente econômico, era um processo social global. A esse processo social global é que se dá a denominação de modernização, o qual, no nível histórico concreto não se apresenta harmônico, mas cheio de conflitos e de avanços e atrasos setoriais, também com grandes diferenciações nos níveis sociais, comunitários e dos atores individuais. (Acentuar o caráter ideológico do modelo). Conceber os estágios transicionais (sucessivos) como situações de declínio dos traços tradicionais e aumento dos traços modernos [...]. (Machado, caderno 5, 1971, s/p).

A leitura em inglês foi, segundo Brasil Machado, de Richard Bendix, *Tradition and Modernity Reconsidered* publicado no v. IX, n. 3 na *Comparative Studies in*

Society and History – de abril de 1967³³. Já no dia 14 de maio do mesmo ano, é possível encontrar essas impressões de leitura sobre Bendix:

Depois de ter lido o artigo de Bendix, estou achando que a abordagem histórica é a mais apropriada para conceituar o “moderno” ou “o processo de modernização”. [...] Foi da reflexão dos intelectuais sobre as transformações históricas dessa época que nasceu a ideia de uma “era moderna” que era uma ruptura com uma era anterior. (Não consegui levar avante esta abordagem) (Machado, caderno 5, 1971, s/p).

Sobre a fonte **Outros assuntos. Teses de concursos** (Machado, caderno 4, 1971-1974), nos idiomas espanhol, português³⁴ e inglês, mostra parte da atuação do historiador como examinador de trabalhos acadêmicos, especificamente, da tese de Maria Thereza Schorer Petrone (1929-2018): Comércio e Tributação de Gado na Província de S. Paulo: segundo documentação particular de Antônio da Silva Prado (1818-1830)³⁵.

A monografia da Professora Maria Teresa Schorer Petrone versa sobre a economia histórica do sul do Brasil, cujas estruturas se desenvolvem por um período de pouco menos de dois séculos (os séculos XVIII e o XIX) e que abrangem vários grupos sociais que se articulam dentro daquelas estruturas, desde os mineradores de Minas e Goiás, aos plantadores de açúcar e café de S. Paulo e Rio de Janeiro, aos criadores e contrabandistas de mulas do Rio Grande e das regiões platinas, aos fazendeiros dos Campos Gerais com seus negócios de invernadas, aos tropeiros paulistas e paranaenses e os comerciantes de gado e de mulas, estes concentrados nas feiras de Sorocaba, além de outros grupos secundários (Machado, caderno 4, 1971, s/p).

Ao longo da escrita sobre o trabalho a ser analisado, Brasil Machado citou o sociólogo argentino Ricardo Levene (1885-1959), com a referência bibliográfica no

³³

Bendix, sem tradução para o português na data da anotação. Raymond Williams é citado por Brasil Pinheiro Machado em inglês, mas o livro tem tradução para o português em 1969. Editora: São Paulo Comp. Ed. Nacional 1969. Disponível em: <https://www.worldcat.org/title/cultura-e-sociedade-1780-1950/oclc/838308204?referer=di&ht=edition>. Acesso em: 10-08-2020.

³⁴

Referências em português. 1. O economista Celso Furtado (1920-2004).

³⁵

Thereza Schorer Petrone, estava sob orientação de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). “Seu esforço, como apontou Sérgio Buarque de Holanda, foi ‘exemplar’, e sua contribuição inestimável para os estudos de história econômica do Brasil e de São Paulo” (Hum historiador, 2018). Sobre Petrone, ver Catálogo de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP): <https://www.historiografia.com.br/ind/44>.

idioma espanhol de: Investigaciones acerca de la Historia Economica del Virreinato de Plata.

A justificativa dessa leitura do trabalho de Levene é por conta da reflexão de Brasil Machado sobre o tema da tese de Thereza Schorer Petrone, o comércio de gado e mulas. O centro produtor de mulas, que segundo Machado, estava na Argentina porque “as mulas constituiriam a base de todo o sistema de transporte no sul do continente” (Machado, caderno 4, s.d, s.p).

Com leituras em inglês e português³⁶, o principal tema estudado e registrado no Caderno 6 (Machado, 1971-1976), foi sobre a História econômica³⁷, especialmente, os trabalhos de Carlos Manuel Peláez³⁸ e Celso Furtado, assim, Brasil Pinheiro Machado escreveu o debate entre estes autores. Outro ponto interessante é que o historiador paranaense lista a referência bibliográfica, que Peláez usou no capítulo, com predomínio de textos de Furtado e o tema da economia.

Segundo Brasil Machado, “A tese que Peláez diz ser a do pensamento estruturalista é a de que: ‘a quebra da divisão internacional do trabalho durante a década da Depressão resultou na industrialização da América latina’”. Continuando a observação: “Peláez pensa ter resumido os argumentos do ‘estruturalismo’, cuja fonte é Celso Furtado. Segundo ele, esse pensamento dominou o Brasil, por vinte anos” (Machado, caderno 6, 1971, s/p).

Machado apresenta o debate entre os autores e faz uma síntese das leituras em forma de tópicos:

A tese de Furtado seria a seguinte:

- o pano de sustentação do café da política de Vargas (queima) manteve o “alto” nível de renda e de emprego;
- o mesmo se deve ao programa do Reajustamento Econômico da Agricultura;
- essas rendas foram investidas na indústria nacional.

Peléez contesta:

³⁶

1. José de Souza Martins, “A imigração e a Crise Agrária no Brasil”. 2. Hans Freyer, Teoria da Época Atual.

³⁷

Brasil Pinheiro Machado escreveu, As cinco maiores contribuições de Hegel, segundo Walter Kaufmann (Machado, Caderno 6, 1976, s/p).

³⁸

“The State, the Great Depression and the industrialization of Brazil”. A critique of the Struturalist Theory of the Industrialization of Brasil” – December, 1970. By Carlos Manuel Peláez, Vanderbiet University, Graduate Program in Economic Development. (Mimeografado). (Machado, Caderno 6, 1971, s/p).

- não houve manutenção de “alto” nível de renda durante a Depressão;
- não houve transferência substancial de fundos líquidos do setor não-café para o setor café e deste para a indústria nacional.
- o que houve (em S. Paulo) foi a transferência do setor café para outro setor agrícola, transferência essa que começou 12 anos de 1929 (sic); esses setores agrícolas foram, primeiro, a cana de açúcar e depois o algodão (este, na segunda metade da década de 1930) (Machado, caderno 6, 1971, s/p).

Esse formato de estudos em tópicos é bastante comum entre os estudantes como estratégia de entendimento e organização das ideias, assim, temos a leitura ativa dos leitores.

No ano seguinte, 1972, o tema das anotações foi a historiografia econômica, com título História econômica dos U.S.A e a história do desenvolvimento brasileiro:

Estou me referindo mais a historiografia norte-americana, historiografia da “new economic history” do que propriamente a história econômica. Estou estudando a historiografia econômica de Douglas C. North, agora no seu livro: “The Economic Growth of the United States 1790-1860” – The Norton Library W. W. Norton of Company. Inc. – New York, 1966 (Machado, caderno 4, 1972, s/p).

Brasil Machado dissertou sobre a economia do algodão no desenvolvimento dos Estados Unidos, transcrevendo certas palavras de North. Partindo dessa leitura, questionou:

[...] teria o café, no Brasil, desempenhado a função que o algodão desempenhou nos Estados Unidos? Certamente não foi a mesma função, mas há pontos inteiros de semelhança, e só a pesquisa histórica esclareceria. Esclareceria o seguinte: 1) a economia cafeeira no Brasil foi uma atividade “carrier” do crescimento econômico? 2) com que parte essa atividade concorria para a formação do PIB? 3) considerando-se a economia cafeeira como a variável independente, quais as variáveis dependentes que se tornaram independentes e por que processo? (Machado, caderno 4, 1972, s/p).

Além das reflexões sobre as leituras, Brasil Machado deixou pistas do modo com que conduzia a escrita neste caderno: “continuo as anotações do livro de North e, às vezes, faço análise de sua análise” (Machado, caderno 4, 1972, s/p). O leitor compara os dois autores, o economista estadunidense Douglas Cecil North (1920-2015) e o economista brasileiro Celso Furtado (1920-2004):

Do estudo desses dois economistas, Douglas C. North, para os Estados Unidos, e Celso Furtado, para o Brasil – levanto algumas hipóteses para pesquisa, advertindo, desde já, que, agora, a única forma justificável de

história econômica para o Brasil, é aquela que North inaugura na história econômica dos Estados Unidos [...]. Só sobre a base de uma teoria do desenvolvimento econômico, a história econômica do Brasil tem sentido. De qualquer forma, não passará de uma erudição que se delicia em si mesma, de uma “história historizante” no plano dos números pelos próprios números (Machado, caderno 4, 1972, s/p).

Estas informações nas fontes revelam parte das reações de Brasil Machado, comparando os textos lidos e avançando no estudo e compreensão sobre a historiografia econômica.

No **Jornal do leitor**, dos temas lidos³⁹ em 1979, destaco o registro sobre o livro do historiador Richard Graham (nascido em 1934), Brasil Machado refletiu sobre o caso brasileiro com a aceleração da modernização e que o autor traz uma explicação que lhe pareceu nova:

Fica claro, pois, que o que o A. [autor] entende por modernização é justamente aquilo que a análise histórica impõe. Modernização é, fundamentalmente, capitalismo. No caso do Brasil entra nas estruturas do mercado capitalista mundial, que se acelera a modernização. Mas, neste livro, o A. [autor] introduz uma explicação que me parece nova: a modernização do Brasil é provocada e dirigida pelo imperialismo. Pelo imperialismo inglês (Machado, caderno 2, 1979, p. 9, 10).

Segundo Brasil Machado, a luta na Inglaterra pela abolição da escravidão foi o motivo da criação, no interior do Brasil, de um grupo de agentes da modernização, que segundo Graham, se chamavam sipaios – soldados indianos treinados pela Inglaterra, para defendê-la dentro da Índia (Machado, caderno 2, 1979, p. 9, 10).

Embora este caderno apresente menos registros de leituras, ele é fundamental na análise do como Brasil Machado leu, porque mostra o esforço de leitura e interpretação de Richard Graham:

[...] O leitor poderia fazer um exercício como este: depois de ler a narrativa e argumentação (note-se, narrativa e argumentação) poderia traçar o entendimento que Graham tem de “modernização”. Como quer que seja, porém, podemos fazer alguns comentários, decorrentes de uma meditação do trabalho de Graham. A “modernização” é um processo histórico que se inicia na civilização ocidental com a Revolução Francesa e com a Revolução Industrial. É um processo, cuja primeira direção está voltada contra a tradição existente no sistema social contemporâneo. Por isso mesmo, cada grupo social ou sociedade onde o processo aparece, tem a sua forma específica de acontecer.

39

Anexo 1 (Machado, caderno 2, 1979-1981).

Os estudos contidos no livro de Graham tematizam o processo de modernização de uma sociedade escravocrata e latifundiária (Machado, caderno 2, 1979, p. 19, 20).

A leitura de Brasil Machado do livro **Escravidão, Reforma e Imperialismo** (1979), de Richard Graham, abordou questões pertinentes na história brasileira no século XIX: “a estrutura de classe de uma economia baseada na escravidão; as transformações que acabaram com a escravidão sem destruir os fundamentos daquela estrutura de classe; a dependência do Brasil dentro do quadro econômico internacional” (Santana, 2018, p. 24). Para o autor, Graham se aproxima de Emília Viotti da Costa, quando se refere às causas da abolição e ao papel da urbanização no processo de declínio do sistema escravista (Santana, 2018, p. 24).

Sobre a leitura do cientista político Francisco Weffort (1937-2021):

O que me chamou a atenção, logo de início, é como o A. [autor] trata com seriedade as teorias polêmicas, jogando com elas, e de certa maneira evitando o tom polêmico, tão comum nos cientistas políticos brasileiros. O polemismo de um livro irrita o leitor, pelo menos um leitor como eu, que se vê como que compelido a entrar na briga do A. [autor] a favor ou contra ele. O não-polemismo leva o leitor criticar friamente o tema do livro, o método usado pelo A. [autor], os fundamentos lógicos do pensamento expresso no texto, etc. (Machado, caderno 2, 1979, p. 35. Grifo meu).

Nessas citações é possível capturar o leitor Brasil Machado em ação sobre os conteúdos lidos, seja direcionando como o leitor poderia interpretar Richard Graham ou meditando sobre as diversas sensações que a leitura provoca, como a irritação, confessando sua disposição de entrar na briga a favor ou contra o autor.

4.1 – O que leu? Leituras sobre o tema da escravidão

O objetivo desta seção é examinar as anotações de leituras de Brasil Pinheiro Machado sobre a escravidão, porque é um dos eixos temáticos da História Global e objeto das suas leituras, com referências brasileiras e estrangeiras. Numa busca da palavra “escravidão” nos dezesseis cadernos, o termo aparece em quatro, no período de 1967 a 1979: cadernos 1, 2, 5 e 10 (tabela 5). O historiador registrou, em 1971, que traduziu do inglês na íntegra, com cópia datilografada em papel avulso, o trabalho de Mervyn Ratekin, **The early sugar industry in espanhola**, publicado na **Hispanic American Historical Review**, volume 34, de 1955 (Machado, caderno 1, 1971, p. 216).

Nesse campo da escrita, bastante fecundo e marcado por reflexões de uma comunidade de historiadores do assunto, me dedico com mais atenção aos textos que nortearam e causaram reações nas interpretações do referido leitor para a disciplina da História. Sobre a historiografia brasileira da escravidão, muitos autores se destacam, no período próximo das fontes estudadas aqui, entre 1960 e 1980 se vêem nomes como: “Fernando Novais, Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Tais trabalhos aparecem inseridos numa rede discursiva da qual faz parte também **O Escravismo Colonial** de Gorender” (Adolfo, 2017, p. 12).

O escravismo colonial (1978), de Jacob Gorender (1923-2013), representou uma “espécie de síntese da dialética intelectual nos anos 1970”, sendo alvo das “críticas feitas por alguns historiadores nos anos 1980”. Adolfo (2017) se referia às pesquisas de Kátia Mattoso (*Ser escravo no Brasil*, 1982), João José Reis (*Rebelião escrava no Brasil*, 1986) e Silvia Hunold Lara (*Campos da violência*, 1988), que apresentaram enfoques teórico-metodológicos, diferentes de Gorender, e numa linha da História Social dos elementos culturais com abordagem mais recente, e distante, portanto, da preferência no período colonial (Adolfo, 2017, p. 4 e 9).

Brasil Pinheiro Machado participou como examinador de concurso e leu o trabalho escrito pela historiadora Emília Viotti da Costa (1928-2017)⁴⁰. Aqui se pode pensar nas relações definidas por intelectuais, interagindo em seu meio, debatendo questões e interesses acadêmicos. Assim, em 1964, a tese foi para o concurso de livre docência de Viotti da Costa, cuja banca era composta por: Sérgio Buarque de Holanda (USP), o orientador; Eurípedes Simões de Paula (USP); Brasil Pinheiro Machado (UFPR); Francisco Iglésias (UFMG) e José Wanderley de Araújo Pinho (UFBA). A historiadora Alice Piffer Canabrava também estaria na banca, mas na ocasião estava em um congresso no Chile (Ribeiro, 2019, p. 17).

No Caderno 10 de anotações manuscritas, no formato de brochura, intitulado **Notas para o examinador de concurso**, é possível encontrar o total de quinze títulos/subtítulos ou apenas as datas escritas pelo historiador entre as décadas de 1960 e 1970, e entre estes, seis fazem referência à escravidão. O primeiro título,

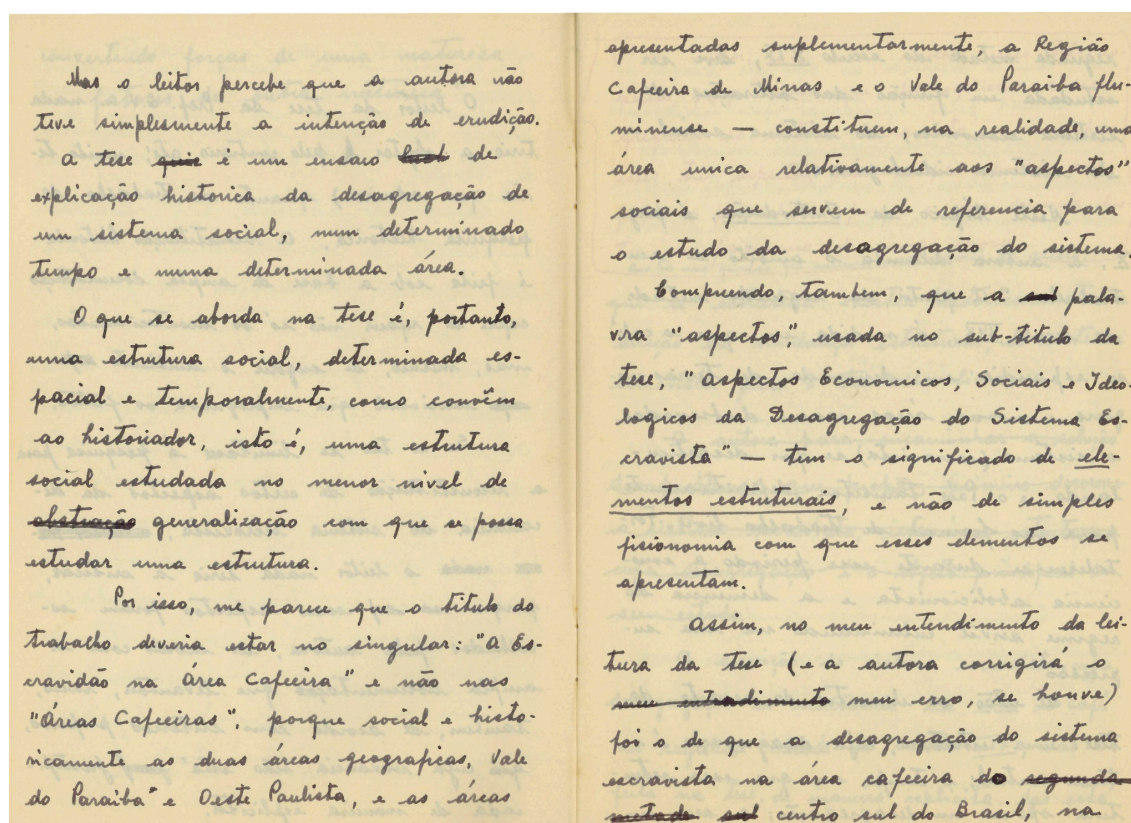
40

“Natural de São Paulo, Emília Viotti era professora emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e atuou durante 26 anos como docente de história da América Latina na Universidade Yale” (Queiroz, 2017).

sem data, é “Tese da professora Emília Viotti da Costa, ‘Escravidão nas áreas cafeeiras⁴¹’”. Brasil Machado (figura 5) elogiou a tese porque “não teve simplesmente a intenção de erudição” e, sugere um título no singular ao em vez do plural “Áreas Cafeeiras” por entender que as duas regiões Vale do Paraíba e Oeste Paulista seriam indivisíveis.

A tese é um ensaio de explicação histórica da desagregação de um sistema social, num determinado tempo e numa determinada área. O que aborda na tese é, portanto, uma estrutura social, determinada espacial e temporalmente, como convém [sic] ao historiador, isto é, uma estrutura social estudada no menor nível de generalização com que se possa estudar uma estrutura (Machado, caderno 10, s.d, s.p).

Figura 5 – Manuscrito Brasil Pinheiro Machado, caderno 10, s.d.



Fonte: Machado, caderno 10, s.d.

Com relação ao tema da escravidão colonial brasileira, Brasil Machado, no **Esboço de uma Sinopse da História Regional do Paraná**, elencando 22 capítulos,

41

Acervo pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa. **Caderno 0010**. Notas para o examinador de concurso (1966 – 1976).

sugeriu que o 12º capítulo da história do Paraná poderia “ser a história da estrutura econômica da população, com o sistema de produção sobre a escravidão e deveria investigar o regime real de escravidão negra, sua origem, seu desenvolvimento e efeitos da abolição” (Machado, 1987, p. 201).

No mesmo artigo, Brasil Machado citou o pesquisador e botânico alemão Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868), que esteve no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, percorrendo as regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Pará e Pernambuco, entre outras, segundo ele habitadas por histórias locais num país com significativo número de escravos. Para Brasil Machado, foi Martius “quem primeiro exprimiu, de maneira sistemática e clara, que a consciência histórica brasileira já estava constituída no final do último século colonial”, e foi também o pesquisador alemão “quem primeiro delineou para a história nacional o que chamou de ‘história filosófica’ ou ‘história pragmática’ do Brasil” (Machado, 1987, p. 179, 180).

Von Martius foi “o primeiro estrangeiro a publicar sobre a historiografia brasileira, na ainda recém-criada Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (Russell-Wood, 2000, p. 10, 11). Assim, em 1845, Martius publicaria a dissertação: *Como se deve escrever a História do Brasil*, trabalho que ganharia, em 1947, o concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com temas sobre as possibilidades de escrita da história brasileira. Martius estabeleceu uma “hierarquia” das raças.

[o] lugar ocupado pelo indígena e pelo negro africano, junto ao europeu, na construção da história da nação e da necessidade de conhecimento do interior do território, a fim de se legitimar limites e fronteiras, por meio da construção de uma historiografia nacional é que se contextualiza a memória de Carl Von Martius (Mendes, 2016, p. 2).

Acerca das ideias de pesquisadores estrangeiros para a historiografia do Brasil Colonial, Russell-Wood (2000), entre uma literatura vasta, escreveu sobre Arnold Sio (1917-2011) e Carl Degler (1921-2014), dois historiadores que foram objeto das leituras de Brasil Pinheiro Machado (tabela 5).

[...] Arnold Sio e Carl Degler deslocaram o foco do debate para além da relação senhor-escravo e dos contatos interpessoais entre os pólos do espectro racial, para levantar um problema pouco conhecido, mas fundamental, como o revelam Tannenbaum e Elkins: a saber, o papel da liberdade para os negros e mulatos. Devemos a Degler a teoria da “válvula de escape mulata”, termo criado por ele, para explicar as significativas

diferenças entre as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos (Russell-Wood, 2000, p. 33).

Para Roberto Motta (1983), citando o antropólogo Marvin Harris (1927-2001) sobre as relações raciais entre Estados Unidos e América Latina para quem, por razões a princípio materiais, os conquistadores no Brasil foram forçados a criar um grupo livre (os mestiços) que serviria de intermediário entre senhores e escravos para funções de caráter econômico e militar, em que o trabalho escravo não era útil e o europeu escasso (Motta, 1983, p. 218, 219 apud Harris, 1964, p.87).

Motta (1999, p. 1), sobre os modelos de interpretação das relações raciais brasileiras, destacou no “paradigma da morenidade” – mesmo nas aparentes divergências teóricas – as aproximações de Marvin Harris e Carl Degler com o escritor pernambucano Gilberto Freyre:

a palavra *moreno*, de acordo com Freyre e com certos textos recentes de Harris; a locução ambigüidade referencial no cálculo da identidade racial, de acordo com um artigo mais antigo de Harris; e a saída de emergência do *mulato*, de Degler, levando ao surgimento de uma população *morena* ou, em termos mais estritamente deglerianos, nem *preta* nem *branca*, significam muito aproximadamente a mesma coisa (Motta, 1999, p. 7).

Por fim, é preciso concordar com o autor, que essa “saída de emergência” deveria ser espaçosa para sair a maior parte do povo brasileiro; e argumenta: “tem todo o jeito de ter sido inventada como uma saída de emergência para gilbertianos não se sabe por que envergonhados” (Motta, 1999, p. 5).

Contudo, um dos motivos de Brasil Machado para ler e pesquisar sobre o tema da escravidão foi para “um levantamento dos temas escolhidos pelos historiadores, sobre a escravidão”; no Caderno 1 de anotações manuscritas (tabela 5) é possível encontrar o título: **Ainda a História da escravidão**, onde entendo o “ainda” porque existem muitas referências do leitor sobre esse assunto neste caderno. Para o historiador, esse levantamento está relacionado à seguinte questão: por que em determinados momentos os investigadores escolhem certo tema diante de muitas outras possibilidades?

O meu empenho nestas anotações que decorrem de leituras de trabalho sobre a história da escravidão, é o de fazer um levantamento dos temas escolhidos pelos historiadores, sobre a escravidão e, mais tarde, a indagação que farei será a seguinte: por que esses historiadores escolheram esses temas? Versa sobre um problema geral, que me proponho a discutir: porque os historiadores, em determinadas épocas e

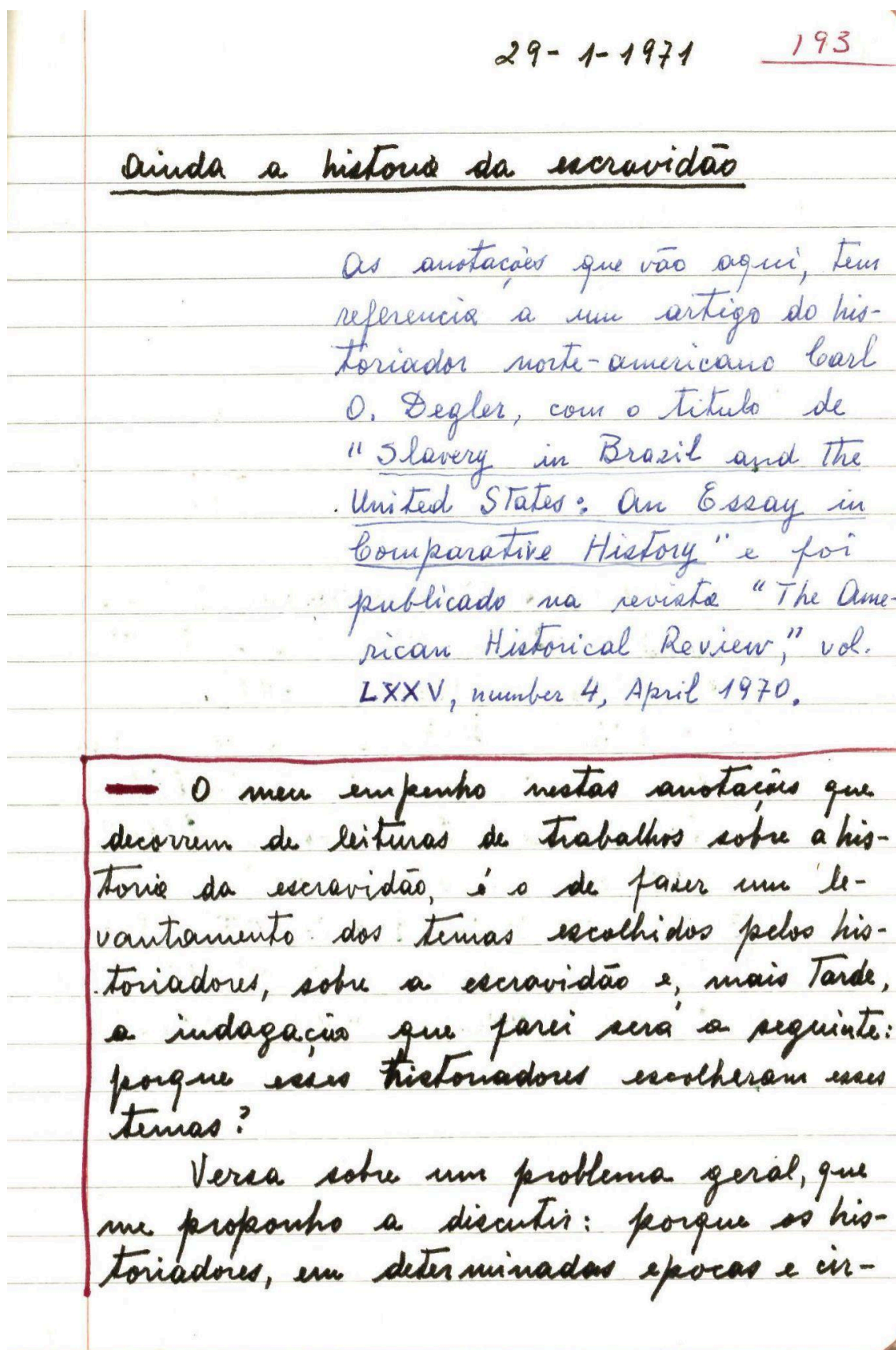
circunstâncias, escolheram tal tipo de abordagem, dentro de itens largos e gerais da história? Será uma questão ligada a [sic] “sociologia do conhecimento”? (Machado, caderno 1, 1971, p. 194)

Estas anotações (figura 6), foram feitas em 29 de janeiro de 1971 e logo abaixo do título, se encontra a referência do artigo lido, em língua inglesa⁴²: “as anotações que vão aqui, tem referência a um artigo do historiador norte-americano Carl O. Degler, intitulado “*Slavery in Brazil and the United States: An Essay in Comparative History*” publicado na revista “*The American Historical Review*, vol LXXV, number 4, april 1970” (Machado, Caderno 1, 1971, p. 193).

42

Conferi se haviam traduções dos artigos lidos por Brasil Pinheiro Machado até a data das anotações, assim, compreendi que as leituras foram realizadas no original. Não foi nesta leitura, mas em certos momentos, o próprio historiador explica que fez traduções.

FIGURA 6 – Manuscrito Brasil Pinheiro Machado, caderno 1, 1971.



Com relação à investigação de “como leu?” Brasil Pinheiro Machado faz sua crítica a Degler porque este afirmou que a importação dava preferência aos escravos do sexo masculino, e se evitava a formação de casais.

Ora, o levantamento das matrículas de escravos feito pelo Departamento de História da U.F.P., mostra que os escravos matriculados para efeitos do Fundo de Emancipação (1870 em diante) eram todos organizados em família. Isso desmente as considerações de Degler e de todos os historiadores brasileiros e americanos sobre os quais Degler se apoia. Ninguém vai as fontes... ficam discutindo opiniões... (Machado, Caderno 1, 1971, p. 203).

Ao folhear o Caderno 1 de anotações manuscritas de Brasil Machado, encontrei outras referências de leituras no título: “**História da Escravidão**, notas de um artigo de Arnold A. Sio, com o título de “*Interpretation of Slavery: the Slavery status in the Americas*”, publicado na revista “*Comparative studies in society and History*” – vol. VII, nº3, abril de 1965” (Machado, caderno 1, 1971, p. 180). Aparentemente, os motivos da leitura do artigo em inglês, em 19 de janeiro de 1971, foram para estudos: “o que realmente o autor procura esclarecer são os componentes sociais que entram na conceituação de escravidão, entre os Norte e Sul americanos e os romanos antigos. Nesse sentido, a categoria da propriedade é fundamental para todos. A propriedade definida legalmente” (Machado, caderno 1, 1971, p. 181)

Brasil Machado foi, também, um leitor da obra do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) e, em 31 de janeiro de 1971, comparou os artigos de Arnold A. Sio e Carl O. Degler, citados acima, com a obra **Casa Grande e Senzala**, sob o título: **Uma observação sobre o estudo da história da escravidão no Brasil**.

Está absolutamente lógico que [o] escravo que aparece nas páginas de Gilberto Freyre seja o escravo doméstico e nada mais do que o escravo doméstico. Pois o tema central de Freyre é a família patriarcal, o “patriarcado brasileiro” – como ele faz questão de dizer.

Por isso é que o seu escravo, que ele considera o escravo típico do Brasil, é aquele que vive dentro da Casa Grande, ou ligado intimamente à Casa Grande. É o escravo em interação cara a cara com o senhor e com a família do senhor; é a mucama vivendo dentro dos segredos e das intrigas da sinhasinha (sic); é o moleque, companheiro do menino de engenho; é, afinal, a chusma de negros do serviço doméstico, que tem dentro desse complexo familiar a sua identidade perfeitamente estabelecida.

O escravo da “plantation” é anônimo, perdeu a identidade dentro do mecanismo do trabalho do eixo. Não integra a família senhorial, é apenas, e anonimamente, parte de um rebanho que está engrenado num sistema de produção, e que tem que [ser] aproveitado ao máximo quanto à sua força de

trabalho, porque ele está inteiramente ligado ao mercado, a uma economia de mercado. (Machado, caderno 1, 1971, p. 205-207).

Brasil Pinheiro Machado, de forma crítica, defende a importância de pesquisas sobre os escravos da “*plantation*”, e assim, através das suas anotações e inquietações, encontramos os elementos da história do trabalho, ou seja, a escravidão que mantinha os escravos no serviço doméstico, e também na “*plantation*”, e o anonimato destes últimos, que segundo o referido historiador, deveria ser objeto de análise da historiografia:

Pois bem, é preciso que a historiografia brasileira faça essa distinção [entre a escravidão doméstica e a *plantation*] nas pesquisas históricas, e conclua o que for plausível.

(...). Penso que o escravo doméstico está muito estudado, e fundamentalmente na obra de Freyre. (...). É preciso que, da mesma forma se trate o perfil do escravo da “*plantation*”, sua inserção dentro da economia brasileira. Ele é o elemento fundamental da estrutura do capitalismo nascente no Brasil, e não da formação sentimental e romântica da sociedade. Ele não é a mucama, o moleque, o cocheiro, a cozinheira, o lacaio, o alcoviteiro, o capanga – ele é o braço anônimo do trabalho ligado ao mercado impessoal (Machado, caderno 1, 1971, p. 207, 208).

No contexto da escrita de Brasil Machado na década de 1970, a historiografia brasileira estava bastante adiantada com relação aos debates sobre o trabalho escravo. O historiador Luis Claudio Palermo (2017, p. 330), destaca a atuação da Escola Paulista de Sociologia (1950-1970), composta por Florestan Fernandes (1920-1995), Fernando Henrique Cardoso (1931), Octavio Ianni (1926-2004) e Emília Viotti da Costa (1928-2017), tendo sido influenciada por Caio Prado Júnior (1907-1990), ou mostrando em suas pesquisas preocupações semelhantes a este intelectual. A referida Escola Paulista tinha, como característica, se opor à teoria de Gilberto Freyre, com nova interpretação sobre a escravidão na formação do Brasil:

A posição [dos] sociólogos ligados à USP denotava preocupação bem diferentes das que haviam sido formuladas pelo sociólogo pernambucano. As divergências políticas, ideológicas, teóricas e interpretativas giravam em torno de questões importantes, como, por exemplo, a relação senhor e escravo, o papel do negro e da cultura negra na formação do Brasil, o papel do capitalismo internacional na escravidão brasileira, entre outras (Palermo, 2017, p. 331).

Contudo, a crítica de Brasil Machado à historiografia brasileira precisa ser entendida como a interpretação dos artigos de Carl Neumann Degler e Arnold A. Sio

que leu, porque esses autores, segundo ele, estariam influenciados pela figura do escravo doméstico de Freyre.

Era 01 de fevereiro de 1971, quando escreveu a próxima anotação sobre **A escravidão no continente americano e as origens do capitalismo**, onde Brasil Machado cita “**Commentaries on the Law of England**, de 1765-9”, destacando dois modelos de escravidão no continente americano.

Parece que há uma evolução muito grande entre o sistema de escravidão negra no continente americano, de modo a consagrar afinal dois modelos de escravidão: em que podemos chamar de pré-capitalista, de que é exemplo a escravidão brasileira antes do século XVIII e outro, que se cristaliza na América Central e que já denota suas relações com o capitalismo nascente (Machado, caderno 1, 1971, p. 213).

A referida leitura, **Comentários sobre as leis da Inglaterra**, do jurista britânico William Blackstone (1723-1780), teve publicação em 4 volumes, entre 1765 e 1769. Para Blackstone, “do ponto de vista do direito político ou civil, os direitos ‘absolutos’ dos Ingleses, normalmente chamados de direitos de liberdade, eram enquadrados em três categorias principais: o direito à segurança pessoal, o direito à liberdade pessoal e o de propriedade” (Blackstone, 1770, p. 137, apud Storti, 2018, p. 679).

A última referência sobre a Escravidão, com data de 05 de fevereiro de 1971, com título **A escravidão e a “plantation” no Novo Mundo, (o desenvolvimento e a difusão de uma forma social)**, tem a referência do artigo “A escravidão e a plantation no Novo Mundo”, de Sidney M. Greenfield, publicado no v. XI, n. 1 da revista *Journal of Inter-American Studies* em 1969. Brasil Machado indica outra leitura: “ver Mervyn Ratekin, ‘The Early Sugar Industry’. In **Hispanic American Historical Review** – vol XXXIV (1955). Fato importante para identificar as traduções de Brasil Machado, sobre o artigo de Mervyn Ratekin, é que o historiador explica entre parênteses que “este trabalho já foi traduzido por mim, na íntegra. Tenho cópia datilografada em papel avulso” (Machado, caderno 1, 1971, p. 216).

Estas informações são relevantes na busca que farei no percurso do leitor em outros idiomas e referências brasileiras e estrangeiras, ampliando o leque de possibilidades no entendimento da leitura enquanto fenômeno social, como definiu Robert Darnton (2011, p. 207). É possível observar, nas anotações, que Brasil

Machado se torna um pesquisador crítico sobre os autores que estuda, como aqui acerca da leitura de Greenfield:

Na verdade, o que Greenfield pretende é construir os modelos ou tipos ideais de escravidão na América. Desde logo ele encontra dois modelos, que é preciso registrar aqui: o modelo da família portuguesa escravista e o modelo anglo-saxão. Entre ambos se desenvolve uma história explicativa, uma história existencial. (Machado, Caderno 1, 1971, p. 215).

A escrita apresenta detalhes das edições do que foi lido, com as referências de artigos, edições, anos, páginas, bem como dos modos e interpretações de Brasil Machado. Todas estas leituras acadêmicas ocorreram no início da década de 1970, então penso que, em termos de cronologia, o historiador escreveu sobre o tema da escravidão em um período da vida, entre 1967 e 1971, quando era “vice-reitor da Universidade Federal do Paraná e diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL do PR)”. No ano seguinte, 1972, se tornaria membro do corpo docente do Programa de Mestrado e História da Universidade Federal do Paraná (Marchette, 2013, p. 14).

Tabela 5 – Quadro síntese das leituras de Brasil Pinheiro Machado

Caderno 1 de anotações manuscritas de Brasil Machado

Títulos das anotações. Temas	Referência do Livro (O que leu?)	Data da anotação (Quando leu?)
10.1. História da formação social brasileira. Sobre a história do poder no Brasil	Cita os estudos de Gilberto Freyre sobre o patriarcado brasileiro. p. 55.	02/10/1967
16. História da escravidão	Segundo BPM: “Notas de um artigo de Arnold A. Sio, com o título de “Interpretation of Slavery: the Slave status in the Americas”, publicado na revista “Comparative studies in society and History” – vol. VII, nº3, abril de 1965. p.180.	19/01/1971
17. Ainda a História da Escravidão	Sobre o artigo do historiador norte-americano Carl O. Degler, intitulado “Slavery in Brazil and the United States: an Essay in Comparative History” publicado na	29/01/1971

	revista "The american historical review, vol LXXV, number 4, april 1970.	
18. Uma observação sobre o estudo da história da escravidão no Brasil	Leitura dos artigos de Arnold A. Sio; e Degler. Referência do artigo de Arnold A. Sio, no item 16 desta tabela. Referência do artigo de Degler, no item 17 desta tabela.	31/01/1971
19. A escravidão no continente americano e as origens do capitalismo.	Cita: "Commentaries on the Law of England", de 1765-9.	1-2-1971
20. A escravidão e a "plantation" no Novo Mundo. (o desenvolvimento e a difusão de uma forma social)	A escravidão e a plantation no Novo Mundo de Sidney M. Greenfield, publicado na revista " Journal of Inter-American Studies ", 1969. Vol: XI. N° 1. Cita: (ver Mervyn Ratekin, "The Early Sugar Industry". In Hispanic American Historical Review – vol XXXIV (1955). Brasil Pinheiro Machado coloca entre parênteses, sobre esta última referência: "este trabalho já foi traduzido por mim, na integra. Tenho cópia datilografada em papel avulso. p. 216.	05/02/1971

Fonte: Elaborada pela própria autora.

Caderno 2 de anotações manuscritas de Brasil Machado

Títulos das anotações. Temas	Referência do Livro (O que leu?)	Data da anotação (Quando leu?)
1. Richard Graham – Escravidão, Reforma e Imperialismo. Editora Perspectiva – S. Paulo – 1979.	Richard Graham – Escravidão, Reforma e Imperialismo. Editora Perspectiva – S. Paulo – 1979.	30-6-1979

Fonte: Elaborada pela própria autora.

Caderno 5 de anotações manuscritas de Brasil Machado

Títulos das anotações. Temas	Referência do Livro (O que leu?)	Data da anotação (Quando leu?)
9. Membro de banca examinadora de concurso de professores	Gilberto Freyre Celso Furtado "Formação econômica do Brasil". Carl Degler "Neither Black Nor White: Slavery and Race Relations in Brasil and The United States" Macmillan – 1974?". Wille Lee Rose, "What we didn't know about Slavery" in "The New York Review os books", October 17, 1974. Sidney M. Greenfield, "Journal of Inter-American Studies" (vol. XI, nº 1 – janeiro, 1969), com o título de "A escravidão e a plantation no Novo Mundo. Desenvolvimento de uma forma social". Fernand Braudel "la longue durée". Cita: Troeltsch, "o historicismo e seus problemas". Cita: Collingwood, "A ideia de História". Cita: J. M. Bochenski, "A Filosofia Contemporânea Ocidental". Cita: Max Weber	3-1-1975

Fonte: Elaborada pela própria autora.

Caderno 10 de anotações manuscritas de Brasil Machado

Títulos das anotações. Temas	Referência do Livro (O que leu?)	Data da anotação (Quando leu?)
1. Notas para o examinador de concurso Tese da professora Emilia Viotti da Costa, "Escravidão nas áreas cafeeiras".	Cita o professor David M. Potter. Professor Robert Bierstedt	Sem data.

Fonte: Elaborada pela própria autora.

4.2 – Estrutura e Temporalidade nas fontes

Convém destacar a importância dos conceitos de “estrutura” e de “temporalidade” que promoveram os debates interdisciplinares que ocorreram nas reuniões e, através do artigo publicado, Brasil Machado buscou seu próprio entendimento. Lembrando que a reunião ocorreu em 1962, mas alguns anos antes, em 1958, Fernand Braudel e Lévi-Strauss foram os autores de um importante debate em que colocaram seus pontos de vista em **História e Ciências Sociais: a longa duração** e **Antropologia estrutural**, respectivamente. A intenção é mostrar que as concepções de tempo e estrutura foram alvos dos estudos e reflexões de Brasil Machado.

Assim, são verificáveis os conceitos de estrutura e temporalidade nas anotações de Brasil Pinheiro Machado, não poderia ser diferente, “o tempo” aparece ao longo de suas anotações, que variam entre orientações, estudos e o entendimento de conceitos históricos. Estudando o conceito de Estado, observou:

Somente quando o poder político é institucionalizado é que nasce o Estado. (...) Os fins do Estado não são lógicos, não são imanentes do seu próprio conceito. São históricos. Ser histórico quer dizer ser determinado no tempo e no espaço, não de uma maneira necessária, mas contingente (Machado, caderno 14, 1951, s.p.).

Em 1947, com 40 anos, o intelectual estava em “Curitiba (PR) e ocupava o cargo de Juiz do Tribunal de Contas, nomeado por decreto do governador Moises Lupion em 13 de junho de 1947. E permaneceu nessa função até 1967” (Marchette, 2013, p. 13). Em 1950, era “professor titular de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (Marchette, 2013, p. 13), e ao longo de três décadas permaneceria em atividade acadêmica.

Em **Sociologia. Direito. Economia. Notas – Apontamentos** (Machado, caderno 14, 1947-1964), num registro da escrita não linear, faz pensar em quais temas e questões interessaram, ao longo destes anos; logo na primeira anotação em 27 de junho de 1947, escreveu: “comecei a ler ‘*Los Fundamentos del Nuevo Derecho*’ de Guillermo Cabanellas. As notas daqui, são sugestões que me vem dessa leitura” (Machado, caderno 14, 1947, s/p). Desse modo, numa leitura ativa do livro em espanhol, observou que o direito civil é burguês e individualista.

O direito civil, tal como ainda o compreendem nossas classes de advogados e juízes, é a consagração, codificada no Código de Napoleão, dos valores e dos ideais da burguesia, que, desde a Declaração dos Direitos do Homem, firmava o seu poderio e sua supremacia, no governo do Estado, isto é, na legislação. O nosso direito civil é, pois, um direito burguês, e como tal, individualista (Machado, caderno 14, 1947, s/p).

As demais leituras seguem o mesmo tema do Direito; o “porquê” da leitura pode se justificar pelo fato de Brasil Machado ter, devido ao cargo de Juiz do Tribunal de Contas, como citado acima, uma afinidade com a área de formação acadêmica e a consequente atuação profissional.

Em outro assunto, registrado em 13 de novembro de 1947 com o título **Bronislaw Malinowski “A Scientific Theory of Culture”**, Brasil Machado faz uma reflexão sobre parte do papel da Antropologia no diálogo com a História. O antropólogo lido, Bronislaw Malinowski (1884-1942), nascido na Cracóvia, Polônia, é considerado um dos fundadores da antropologia social. É possível observar o esforço do historiador em refletir de maneira interdisciplinar sobre a História e a Antropologia científica.

Este breve esboço, que é realmente um ‘blue print’ para nossas análises seguintes mais completas, indica que a antropologia científica consiste em uma teoria das instituições, ou seja, uma análise completa das unidades – tipo duma organização. Como uma teoria das necessidades básicas e uma derivação dos imperativos instrumentais e integrativos, a antropologia científica fornece-nos a análise funcional, que nos permite definir tanto a forma como o sentido das ideias costumeiras ou inventadas. É fácil ver que tal aproximação (approach) científica não significa esgotamento ou negação da validade dos propósitos evolucionistas ou históricos. Apenas os provê com a base científica (Machado, caderno 14, 1947, s/p).

Em 18 de novembro de 1947, tomou nota sobre a cultura a partir ainda da leitura citada acima, com título **Apontamentos de A Scientific Theory of Culture and Other Essays de Bronislaw Malinowski**: “O que eu estou tentando esclarecer aqui, não é o de que o homem primitivo tivesse ciência, mas primeiro o de que, a atitude científica é tão velha como a cultura e, segundo, que a mínima definição de ciência é derivada de uma performance pragmática” (Machado, caderno 14, 1947, s/p).

O fato essencial da cultura, como a vivemos, a experimentamos, e como podemos observá-la cientificamente, é a organização dos seres humanos em grupos permanentes. Tais grupos são relacionados por um entendimento, alguns costumes ou leis tradicionais, alguma coisa que corresponde ao contrato social de Rousseau. Sempre os vemos cooperando dentro de uma determinada ordem material: um espaço ambiental reservado a seu uso, um equipamento de instrumentos e artefatos, uma porção de

riquezas que é sua por direito (Machado, caderno 14, 1947, s/p. Grifo do autor).

Com relação à referência do “contrato social”, livro do filósofo suíço Jean Jacques Rousseau (1712-1778), o mesmo “defendeu que a sociedade opera modificações sobre os homens, que podem ser positivas ou negativas. A partir do contrato social, as ações individuais devem respeitar as leis que levam em consideração a vontade geral”. Com isso, “há normas que regulam e limitam aquilo que os cidadãos podem ou devem fazer” (Vilalba, 2013, p. 69)

Identifiquei, neste Caderno 14, trinta e dois títulos e/ou temas destacados pelo leitor Brasil Machado, que versam sobre os três assuntos do título geral do caderno: sociologia, direito e economia. Como mencionado anteriormente, se trata do caderno com a maior baliza temporal, ou seja, é possível identificar anotações de 1947 até 1964. Nesse período, o historiador se manteve focado em refletir sobre outras áreas do conhecimento no diálogo constante com a História.

É possível notar, nessa fonte, que na década de 1940 e depois na de 1960, Brasil Machado leu e fez referências sobre o conceito histórico de “estrutura”. O historiador francês Fernand Braudel (1902-1985), definiu em **História e Ciências Sociais** o que é uma estrutura para os historiadores.

Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar. Pense-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reacções espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões, de longa duração (Braudel, 1965, p. 268).

Ainda no caderno de anotações 14, identifiquei as seguintes anotações de leituras: em 22 de setembro de 1947, com título **Estrutura política e estrutura real das sociedades anônimas**, Brasil Machado registrou (Notas e apontamentos de um estudo de Philippe Simon, in **La Vie Intellectuelle** de maio de 1945.)” (Machado, caderno 14, 1947, s/p).

Estudando o conceito de Estado, observou: “Somente quando o poder político é institucionalizado é que nasce o Estado. (...) Os fins do Estado não são lógicos,

não são imanentes do seu próprio conceito. São históricos. Ser histórico quer dizer ser determinado no tempo e no espaço, não de uma maneira necessária, mas contingente” (Machado, caderno 14, 1951, s.p.).

Em 18 de agosto de 1960, em **Apontamento**, Brasil Machado afirmou que a objetividade na construção historiográfica era um problema fundamental da teoria da história, assim, esse problema se estenderia à capacidade de objetividade do historiador. Para ele, existiam três problemas relacionados ao historiador e sua técnica: o primeiro, que todo pensamento humano está inserido em um contexto e situação histórica que o alimenta; o segundo, até que ponto o historiador, na construção da historiografia, está dominado pelo contexto histórico de situação histórica em que ele vive? por fim, Brasil Machado citou o ideal dos historiadores-documentalistas, se referindo ao historiador britânico Lord Acton (1834-1902) e sua ‘história sem historiador’, que seria apenas uma coleção ordenada e sistemática de documentos autênticos. Ainda sobre o último problema, fez uma comparação e interrogou se seria possível a ciência física ou química sem o cientista?

Indicando que não seria possível, [pois] o problema do conhecimento científico é sobre a capacidade do homem de conhecer e pensar como uma parte integrante do contexto histórico de uma situação histórica, e então caberia à História a função de explicar o pensamento humano; “mas essa lógica não tem fim”. (Machado, caderno 15, 1960, p. 43, 44, 45).

Quase um mês depois, em 16 de setembro de 1960, em **Um apontamento**, a categoria ‘tempo’ foi o motivo da escrita, e aparece em comparação entre a teoria sociológica e a teoria histórica:

... a teoria sociológica se baseia, cada vez mais, numa série de conceitos que excluem a categoria do tempo. A teoria histórica é inseparável dessa categoria. O tempo é a própria substância da História. Qualquer conceito que o exclua, que o desconheça – não se quadra, não cabe dentro de uma teoria histórica ou, mesmo, não se coaduna com o conhecimento histórico. (Machado, caderno 15, 1960, p. 47, 48).

Outro objetivo de escrita foi para um **Projeto**, em 1960, com leituras em espanhol e francês dos historiadores belga e francês e suas respectivas obras: Henri Pirenne (1862-1935), **Historia económica y social de la Edad Media** e Philippe Ariès (1914-1984) com **Le temps de l’Histoire**. Segundo Machado, a ideia central era estudar o mercantilismo do ponto de vista histórico e como o comportamento e a

ideologia mercantilista criaram as economias nacionais. O objetivo era “um estudo encaixado neste panorama: formação e cristalização do mundo feudal. O estudo de Marc Bloch [1886-1944] deve ser a base para a construção deste capítulo” (Machado, caderno 13, 1960, s/p).

O que é importante reter desse esquema de Pirenne é que a organização social e econômica não desapareceu com a invasão dos bárbaros. A estrutura econômica do Império Romano continuou com os reinos bárbaros. Essa estrutura tinha como ponto gerador, o comércio no Mediterrâneo que ligava todos os povos, desde a Bretanha até o Eufrates, numa unidade de trocas e de contactos, de acomodações e de influências mútuas, tendo por centro da comunicação a navegação do Mediterrâneo (Machado, caderno 13, 1960, s/p).

As leituras para desenvolver seu projeto indicam o interesse num tema amplo de estudos, referente à invasão bárbara sobre o Império Romano na Idade Média; no entanto, para Brasil Machado, o tema deveria ser mais explorado.

Ainda, para o fim a que me proponho, devo reter outro aspecto, mais particularmente: todos aqueles contactos comerciais repousavam sobre uma determinada organização monetária com base nos metais preciosos. Preciso, para ampliar a explicação, procurar os historiadores econômicos do Império Romano, e com o trabalho deles elucidar a estrutura da economia comercial da antiguidade e a sua base monetária (Machado, caderno 13, 1960, s/p).

Brasil Machado citou Philippe Ariès, sobre Marc Bloch:

Em Marc Bloch, o estudo das instituições sai do domínio do Direito, para entrar na história de uma estrutura mental, dum estado de costumes, dum meio humano. Bloch pesquisou em que medida o homem feudal diferia de seus ancestrais, em lugar de perseguir no mundo feudal o prolongamento do pré-feudal (Ariès apud Machado, caderno 13, 1960, s/p).

Com a característica de extrair impressões sobre as leituras, logo na sequência da citação referida acima, inferiu sobre o seu interesse em estudar o mundo feudal:

No que difere? Na estrutura histórico social. O problema da estrutura histórica de uma sociedade é ponto importante. Sua problemática, eu tenho investigado em outras notas. O que me interessa, aqui, é que naquele mundo feudal estruturado como o sabemos, desapareceu o comércio. E com o comércio desapareceram os instrumentos que compõem a estrutura social de uma sociedade comercial. Desapareceu a navegação, a moeda, a

produção para trocas e, sobretudo, desapareceu o comerciante (Machado, caderno 13, 1960, s/p).

No dia 26 de janeiro de 1961, em **Estrutura**, anota que “O que define uma estrutura é a correlação funcional das partes estruturais na manutenção do todo” (Machado, caderno 14, 1961, s/p). Alertando o leitor que se trata de **Ainda: estrutura**, em 17 de março de 1961, citou Meyerson em francês:

Lendo um trabalho de Mayerson (sic) sobre a evolução da Psicologia, na primeira metade deste século, encontro este trecho:
 ‘Il est Clair qu’il n’existe de structure que par rapport à une fonction. Donc chaque fois qu’on se trouve en face d’une complexité ou d’une habilité fonctionnelles, on doit admettre une complexité, une habilité structurales. Et, de même, en face d’une série de niveaux fonctionnels ou d’une histoire de fonctions, on doit poser des niveaux structuraux, et une histoire de structures. En d’autres termes, pour parler comme les linguistes, la structure existe tant en diachronie qu’en synchronie; l’histoire est une histoire des structures’⁴³ (Machado, caderno 14, 1961, s/p).

Brasil Machado, não acrescentou observações depois da citação em francês e, seguiu com relação aos conceitos de “integração” e “estrutura”, reagindo, em 27 de março de 1961, no título **Integração**:

Leio um longo artigo em que, polemicamente, um autor procura um sentido inequívoco para a expressão tão em moda: ‘integração econômica’. O meu pensamento é este: em qualquer assunto que diga respeito às relações humanas e as ciências sociais, o conceito expresso pela palavra ‘integração’ só pode ter sentido em conexão com o conceito expresso pela palavra ‘estrutura’.
 Integração social de uma determinada população quer dizer localizar essa população, sem diferença, na estrutura social de outra população. Integrar socialmente. Isto é, estender uma estrutura social de um grupo a outro grupo, formando dos dois grupos um terceiro grupo, pela integração de ambos numa mesma estrutura (Machado, caderno 14, 1961, s/p).

Dia primeiro de junho de 1961, no título **Apontamento**, ele seguiu nos estudos sobre economia, um dos temas do caderno 14: “a ciência econômica só tem validade quando a análise econômica é feita sobre uma determinada estrutura social histórica. Significa isso que toda a análise econômica tem como base a análise estrutural” (Machado, caderno 14, 1961, s/p).

43

“É evidente que a estrutura só existe em relação à função. Portanto, toda vez que nos deparamos com uma complexidade ou capacidade funcional, temos de admitir uma complexidade ou capacidade estrutural. E, da mesma forma, quando nos deparamos com uma série de níveis funcionais ou com um histórico de funções, temos que postular níveis estruturais e um histórico de estruturas. Em outras palavras, para usar a linguagem dos linguistas, a estrutura existe tanto diacrônica quanto sincronicamente; a história é uma história de estruturas” (Tradução livre).

Em 14 de junho de 1961, com título **Para o fichário**, e referências “(Tipos de estruturas sociais históricas atuais; classificação construída por Jacques Lambert [1901-1991] in ‘*Revue française de Science politique*’, (octobre-décembre, 1951). Título do artigo: ‘*Structures sociales et regimes politiques*’). Brasil Machado anotou os três tipos de estruturas classificadas por Jacques Lambert: “1º Estruturas sociais arcaicas. 2º As estruturas sociais evoluídas. 3º Estruturas sociais de transição” e dessa classificação observou que a ideia de Lambert é que as sociedades contemporâneas se integram numa estrutura capitalista.

(...) Observações.

(...) O que quero anotar aqui é, apenas, o seguinte: o critério dessa classificação é uma ideia de que todas as sociedades do mundo contemporâneo tendem a se integrar numa estrutura de tipo capitalista. Há, pois, subjacente ou consciente, no pensamento de Lambert, a ideia básica de uma tendência da história contemporânea, tendência essa que é a pedra de toque da historiografia. Sem o pressuposto dessa tendência, voltaremos na história, à simples erudição como critério máximo. E isso matou a ciência histórica.

Na classificação de Lambert, o que denuncia a ideia de uma tendência é a sua própria forma de construir uma classificação, com um estágio arcaico (como eram), um estágio moderno (como são as sociedades mais evoluídas hoje), é um estágio de transição, que, evidentemente, é de transição entre o arcaico e o moderno” (Machado, caderno 14, 1961, s/p. Grifos do autor).

A interdisciplinaridade também é característica das leituras de Brasil Machado, como quando citou, em 22 de julho de 1961, com o título **Para o fichário**, este trecho do sociólogo belga Eugène Dupréel (1879-1967):

Entre a geografia, a biologia, a antropologia, a psicologia, a sociologia, não se trata de um rigoroso regulamento de fronteiras, deve-se apenas reconhecer um condomínio pacífico e fecundo. As ciências não são como seres distintos, que só se classificam excluindo-se; todas as ciências que encontram o homem em seu objeto, devem ser, uma em relação às outras, auxiliares e não rivais (Machado, caderno 14, 1961, s/p).

A inclinação de Brasil Machado em refletir de forma interdisciplinar, estudando a antropologia estrutural, lendo autores que se debruçaram sobre o tema e pensando a estrutura da sociedade, pode ser relacionada com o contexto maior dentro da historiografia dos *Annales*, especialmente aos estudos de Fernand Braudel a partir do conceito de estrutura.

Com a publicação de **Antropologia estrutural** de Lévi-Strauss (1958), “o autor retirou da história o direito de se auto-definir como uma Ciência Social. Como resposta, Fernand Braudel defendeu o espaço da história entre as ciências” (Matos,

2010, p.62), escrevendo, como já citamos anteriormente, sua **História e Ciências Sociais: a longa duração**, também publicado em 1958. Esse texto, publicado “na revista dos *Annales*, no interior de uma seção chamada ‘Debates e Combates’, marcou um ponto de inflexão no debate historiográfico, assinalando uma tomada de consciência decisiva diante da virada estruturalista que conhecera, na obra de Claude Lévi-Strauss, um dos seus principais pontos de referência e difusão” (Rodrigues, 2009, p. 165).

Assim, em defesa da história Fernand Braudel alega que “as restantes ciências sociais estão bastante mal-informadas da crise que a nossa disciplina atravessou nos últimos vinte ou trinta anos”, e desconhecem, também, a importância do trabalho dos historiadores em compreender os “tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que são não só substância do passado, mas também a matéria da vida social actual”. E enfatiza que no “debate que se inicia entre todas as ciências do homem, a importância e a utilidade da história, ou melhor, da dialética da duração, tal e qual se desprende do ofício e da reiterada observação do historiador (...)” (Braudel, 1965, p. 8, 9).

Brasil Machado estava reagindo com seus estudos e reflexões sobre a localidade onde morava, a partir do conceito de estrutura: “passei a concentrar minha atenção na construção estrutural das populações regionais do Brasil” (Machado, caderno 14, 1961, s/p.); isso levanta a questão de como este intelectual regional, e possivelmente os historiadores do seu círculo de relações reagiram às questões globais.

Machado leu em vários idiomas, e as informações no caderno de anotações com o título: **Esboços, Apontamentos, Observações, Notas** (Machado, caderno 15, 1959-1963), são bastante férteis para a investigação em Teoria da História e História da historiografia, porque esses temas aparecem na fonte e, de certa maneira, Brasil Machado poderia ser inserido num perfil de intelectual com a característica de buscar se especializar em determinados assuntos. Esses traços “se multiplicam ao longo do século XX, período da escrita do historiador, como uma tendência de estudos e propõe como objeto a própria especialização, disciplinarização ou profissionalização dos conhecimentos” (Iumatti; Nicodemo, 2018, p. 104).

O referido caderno, em termos metodológicos, foi o que mais demorei (quase um ano) para ler e buscar as principais informações: como, onde, quando e por que

Brasil Machado leu? A demora é porque se trata de um caderno bastante teórico, com informações ricas para melhor entender as reações deste leitor sobre a escrita da História. Depois de terminar essa tarefa, busquei no arquivo PDF as palavras: teoria da história, história da historiografia, livros, leitura.

Sobre as reações de Brasil Machado leitor, em **Nota 2 (23-2-1961)**, na leitura de *L' Apogée du Capitalisme*, do sociólogo e economista alemão Werner Sombart (1863 - 1941) que teria argumentado “que a aparição da empresa capitalista é uma das primeiras e fundamentais manifestações do espírito do capitalismo”:

Aqui, tento elaborar minhas ideias e impressões: a passagem do espírito capitalista do homem capitalista para a organização capitalista, para mim, quer dizer o seguinte (que não encontro em Sombart): a) Não sei como se possa aclarar a ideia de espírito do homem capitalista. No pensamento de Sombart, esse espírito, malgré lui, tem como sentido assim como as ideias de Platão, vive por si, e o homem seria apenas um seu portador. E, mais, dando-se uma tonalidade histórica para a compreensão do real - seria o homem portador desse espírito apenas durante um certo tempo (Machado, caderno 15, 1961, s/p., grifos do autor).

Para rastrear as impressões sobre os livros e a leitura de Brasil Machado, identifiquei as palavras, como da última citação: “tento elaborar minhas ideias” e outras interferências na escrita de uma leitura ativa: “No meu entendimento, Sombart faz análises possíveis apenas no plano mental. Não no plano da realidade. Para mim, no plano social, a natureza fisiológica e psicológica do homem, são apenas instrumentos de adaptação do homem a situações” (Machado, caderno 15, 1961, s/p., grifos meus).

Além do leitor ativo, outra questão que pode ser identificada é a interpretação do leitor. Brasil Machado contesta o “espírito do capitalismo” do sociólogo Sombart, preso a um plano das ideias, a Platão, pois no campo da história, portanto, no plano da realidade, não há possibilidade de separar as duas ideias: homem e situação, porque o que comanda o homem é uma situação (Machado, caderno 15, 1961, s/p.).

Na **Nota nº3**, 25 de fevereiro de 1961, Brasil Machado afirmou, segundo ele, “ainda mais uma anotação marginal” (o título que deu), que leu numa revista europeia, a análise do livro: *The Medieval Theories of the Just Price Romanists, Canonists and Theologians in the Twelfth and Thirteenth Centuries*, do historiador americano John Wesley Baldwin (1929-2015). O motivo da leitura é continuação do estudo anterior, porque Baldwin é um crítico de Sombart.

Assim, segundo Brasil Machado, Baldwin apontou que em decorrência de novas pesquisas de arquivo, apareceram outros pontos de vista. Pois, 30 anos depois de Sombart, tornou-se claro que os dois mundos visualizados por ele não seguiram um depois do outro, porém coexistiram: um afetivamente artesão e o outro dirigido para a atividade intensamente econômica que era verdadeiramente internacional na sua finalidade (Machado, caderno 15, 1961, s/p.).

Recapitulemos: o que o crítico e os historiadores posteriores a Sombart dizem, é que ao mesmo tempo em que, no mesmo país, existia uma economia de “espírito de empresa” existia também uma economia de “espírito de subsistência” e que, portanto, a teoria de Sombart, de que ao mundo do pré-capitalismo sucedeu o mundo do capitalismo, não era factualmente verdadeira, pois que as pesquisas documentarias revelam que os dois mundos coexistem e coexistiram no mesmo lugar e na mesma época”. (Machado, caderno 15, 1961, s/p.).

E estudo foi aprofundado na **Nota nº 9**, em 01 de julho de 1961, em que Brasil Machado compara os economistas alemão Werner Sombart e francês André Marchal (1907-1968), a partir da leitura da edição francesa de **Systemes et Structures Économiques** do último.

Estamos, por este rumo que caracteriza os modernos estudos histórico-econômicos, já nos distanciando de Sombart. Para ele o “capitalismo” era um sistema, caracterizado pelo “espírito”. Na altura em que nos encontramos, o “espírito” da Terminologia de Sombart é, apenas uma dentre as muitas que compõem o sistema capitalista; é, digamos, o que Marchal denomina de estrutura psicológica e mental: conjunto de valores, crenças e conceitos que possibilitam a decisão. A escolha e o comportamento (Machado, caderno 15, 1961, s.p.).

A **Nota nº 10**, de 6 agosto de 1961, foi direcionada para a Teoria da História e a Cultura, sendo essa última a responsável por definir uma civilização:

Revisemos, aqui, uma teoria da História. A unidade histórica é uma civilização. A “essência” de uma civilização, isto é, o que a define, a individualiza, a personifica – é a cultura. (...) Portanto, a primeira parte da teoria da história é uma teoria da cultura. Mas, dentro de uma teoria da cultura, uma teoria da mudança cultural. Uma teoria da mudança cultural e uma teoria da história da civilização, são uma só teoria (Machado, caderno 15, 1961, s.p., grifos do autor).

Na **Nota nº 11**, de 23 de setembro de 1961, Brasil Machado citou Marc Bloch, Lucien Febvre, Karl Marx e Pierre Chaunu:

O grupo de historiadores franceses, que provêm de Marc Bloch e Lucien Febvre e estão reunidos na revista “Annales, economies, sociétés,

civilisations” – está em plena e avançada elaboração de uma teoria da História – a da História Estrutural. Todo o desenrolar da história das sociedades humanas é uma coexistência e uma sucessão de estruturas (Machado, caderno 15, 1961, s.p. grifos do autor).

Machado escreveu, nessa nota sobre a definição de estrutura, que seria “um arranjo mútuo de fatores sociais históricos, que toma individualidade pelo conjunto total e não pela justaposição desses fatores”, e continua: “a vida humana e social é um conjunto de estruturas”. (Machado, caderno 15, 1961, s.p.).

No final, escreveu uma nota sobre os seus comentários da **nota nº 11**, que “foram sugeridos pela leitura dos trabalhos de Fernand Braudel e do casal Pierre Chaunu”. (Machado, caderno 15, 1961, s.p.).

Os conceitos de capitalismo e socialismo foram tema, em 15 de junho de 1961, da **Nota nº 8**, e “a conclusão a que seria levado é a de que se não tivesse inventado a palavra ‘capitalismo’ não se teria também inventado a palavra ‘socialismo’. E se tais invenções não tivessem sido feitas, a historiografia econômica seria mais fácil” (Machado, caderno 15, 1961, s.p.). A reflexão de Brasil Machado é sobre o afastamento dos historiadores da “realidade” estudada, na tentativa de compreensão através de suas próprias referências sobre os referidos conceitos.

Esta constatação leva a pensar sobre a importância de uma palavra no próprio desenrolar da história. “Capitalismo” e “socialismo” são palavras que vivem por si mesmas e que exercem uma grande influência não só sobre a mentalidade dos homens que vivem a história, como também sobre os historiadores que armam a historiografia. Os homens agem politicamente de acordo com o conceito que fazem dessas duas palavras e os historiadores se afastam da investigação da realidade, numa tentativa de crer essa realidade nos esquemas de seus conceitos de capitalismo e de socialismo. (...) Como quer que seja, as duas palavras, para o historiador, devem fazer parte não da descrição das estruturas históricas, mas das ideologias, porque são conceitos simplesmente. (Machado, caderno 15, 1961, s.p.).

Para Brasil Machado, em **Nota nº 13**, de 16 de junho de 1962, houve duas tentativas para uma concepção abstrata da palavra “estrutura”. Uma que reuniu especialistas de diversas áreas: matemáticos, biólogos, linguistas, etnólogos, sociólogos, com o patrocínio da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Outra reunião, esta publicada no artigo do sociólogo Roger Bastide (1898-1974) no *Annales*, com a participação de matemático, historiador, filósofo, etnólogo, sociólogo e biólogo. As duas reuniões, não alcançaram resultados para o problema em questão (Machado, caderno 15, 1962, s.p.).

Pelo que posso depreender do lacônico relatório de Bastide, o filósofo (Merleau-Ponty) tirou uma conclusão geral do debate. Considerando a insistência em que as várias ciências usam o conceito de “estrutura”, parece que o filósofo concluiu que, na moderna ordem do conhecimento, o “objeto” da ciência foi, ou está sendo abandonado e substituído pelo conceito de “estrutura”. (...) Outro aspecto muito importante, que surgiu no debate, como ponto a ser estudado (e que deve ter sido levantado pelos historiadores) é o das relações entre a “estrutura” e a “temporalidade” (Machado, caderno 15, 1962, s.p.).

Machado faz reflexões a partir do artigo de Bastide, colocando suas considerações sobre o debate e o lugar da “estrutura” na pesquisa e escrita da História, pois o historiador, no exercício da sua prática, tem como “objeto a sociedade e a sociedade é a sua estrutura”, ou seja, “cada sociedade, ou melhor cada estrutura, vive num determinado tempo e num determinado lugar” (Machado, caderno 15, 1962, s.p.).

(...) cada estrutura vive num lapso de tempo certo e sobre um determinado território, que tem o seu centro e sua periferia. Essa é a relação entre “estrutura” e “temporalidade”. A “temporalidade” é a individuação da “estrutura”. Mas a “estrutura”, embora sendo um equilíbrio, não é um equilíbrio estático. Temporalmente, a “estrutura” tem uma origem, isto é, os fenômenos sociais se ordenam em relação a um elemento infra-estrutural. Em cada estrutura histórica, o historiador descobrirá qual é esse elemento infra-estrutural, se ele realmente existe (Machado, caderno 15, 1962, s.p.).

Sobre a teoria dos *Annales*, o registro foi em 02 de março de 1963, na **Nota nº 17**, para a apresentação de trabalho em evento acadêmico do 2º Simpósio dos Professores Universitários de História, em outubro 1962. Sem citar o nome do teórico lido, Brasil Machado mostra o interesse em entender as consequências da economia global para uma comunidade no Brasil.

Leio um teorista da historiografia dos “Annales”: história dos preços, história das rendas etc, tudo indicando uma história humana da vida quotidiana etc, etc. Refere-se às crises; elas comandam a história ocidental – sugere ele. Meu trabalho levanta, sobre isso, uma questão apanhada na história da vida quotidiana: uma comunidade, pertence a uma sociedade global, no Brasil pelo menos entra em crise profunda, quando a sociedade global à qual a comunidade está integrada, está em perigo de florescimento econômico ascendente. Particularidades que se explicam pela própria estrutura específica da sociedade brasileira? (Machado, caderno 15, 1963, s.p.).

A questão da **Nota nº 20**, em 20 de abril de 1963, foi estudar metodologicamente “a estrutura”.

O pesquisador tem que estar armado de um quadro conceitual básico, ou seja, de uma teoria.

Na pesquisa de estrutura, o quadro conceitual pode ser este: todas as ações dos indivíduos de um agregado são praticadas em referência a uma ordem social existente. Quando praticadas de acordo com os princípios dessa ordem – as ações concorrem para fortalecê-la; quando praticadas, consciente ou inconscientemente, em desvio dessa ordem, as ações concorrem para mudar essa ordem. O conjunto dos princípios deduzíveis como motivação das ações, constitui a organização social (Machado, caderno 15, 1963, s.p.).

Para Brasil Machado, os documentos não revelam diretamente a organização e estrutura social do grupo, é necessário a explicação histórica das ações dos agentes históricos, pela organização social e pela estrutura social (Machado, caderno 15, 1963, s.p.).

No período de nove anos de anotações (Machado, caderno 1, 1964-1973)⁴⁴, o registro do **porquê** das leituras se relaciona com os estudos e pesquisas do historiador e professor.

Logo na primeira informação desta fonte, em 27 de outubro de 1964, Brasil Machado explicou que o objetivo era elaborar uma teoria de comunidades históricas (Machado, caderno 1, 1964, p. 1). Para essa empreitada ele citou o historiador francês, Marc Bloch.

Anoto, a propósito e de passagem, que Marc Bloch usava um método semelhante para reconstituir o passado histórico na sua história agrária da França. Considerava ele que as técnicas dos trabalhos agrícolas não evoluíam uniformemente, e que o historiador agrário poderia discernir aquilo que, embora existindo contemporaneamente a métodos atualizados, eram sobrevivências de um passado, e que sobre eles o historiador poderia reconstruir as fases já passadas. Trabalho de campo na história (Machado, caderno 1, 1964, p. 7).

No rastro do **como** Brasil Machado leu e interpretou questões relacionadas ao estudo e pesquisa da História, o historiador queria “investigar na história dos núcleos originais da formação das regiões históricas brasileiras, os traços culturais funcionando em seus complexos e acompanhar-lhes a difusão por sobre os subnúcleos e até as regiões mais periféricas”. Registrou que escolheria o núcleo paulista porque “uma via de sua expansão foi em direção a Paranaguá, na cata do ouro. De Paranaguá, a expansão foi a Curitiba. De Curitiba ao planalto dos Campos Gerais e daí por diante” (Machado, caderno 1, 1964, p. 8).

A fertilidade destas informações é notável, onde é possível apreender, em

44

A organização com os títulos nas anotações e temas de leituras, do Caderno 1 até o Caderno 24 de Brasil Pinheiro Machado, estão no **Anexo 1** deste trabalho.

parte, um intelectual em pleno exercício da profissão do historiador. Com objetivos definidos, leituras e intenções para elaborar uma teoria de comunidades históricas, indicando também o método, pois as informações do “complexo cultural” precisavam ser encontradas com facilidade na documentação, como exemplo as formas de alimentação (Machado, caderno 1, 1964, p. 7, 8).

Em **Apontamentos – Notas** (Machado, caderno 8, 1970-1976), Brasil Machado leu na década de 1970: Schelling, filósofo alemão; Nicolai Hartmann, filósofo germano-báltico; Schlegel, filósofo alemão; Lord Acton, historiador italiano com cidadania britânica; Droysen, historiador alemão e Ortega y Gasset, filósofo espanhol. Em abril de 1970, com título **Idealismo (Schelling)**, Machado elencou tópicos de algumas percepções sobre esse autor:

- O espírito, para Hegel, é história. A natureza orgânica não tem história. A natureza orgânica se contém dentro de dois extremos: a espécie que é a ideia, e o Universal (é o que se chama a “natureza” de uma espécie) e o meio que é o indivíduo universal, que se opõe à espécie. (Machado, caderno 8, 1970, p. 5, 6)⁴⁵.

As informações, em 13 de abril de 1970, mostram em parte os estudos de Brasil Machado sobre os filósofos alemães Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831) e Immanuel Kant (1724 – 1804), com título **Apontamentos para o estudo do pensamento de Hegel**, citou a **Fenomenologia do Espírito**: “o espírito da época era, para Hegel, o elemento subjacente que unificava a vida social e mental, através do conceito de sociedade civil e do sistema de cooperação econômica, sobre o qual estava construída a vida social. p. 101”. (Machado, caderno 8, 1970, p. 3). Sobre Immanuel Kant: “K. [Kant] procura uma investigação sistemática da razão para fixar seus princípios e decidir sobre sua validade”. (Machado, caderno 8, 1970, p. 2).

No que concerne às relações e aproximações entre as disciplinas, sob o título **Das Lições sobre a filosofia da história**:

(...) parece impossível qualquer ligação entre a filosofia (idealista⁴⁶) e a história. Seria falsear tanto a filosofia como a história.

⁴⁵

O referido caderno foi numerado à mão por Brasil Machado.

⁴⁶

Brasil Pinheiro Machado escrevia com caneta de cor preta, mas destacou a palavra “idealista” com vermelho.

- Hegel procura refutar essa contradição, meditando sobre os fins, os interesses e o método da história, como também sobre suas relações com a filosofia (Machado, caderno 8, 1970, p. 10).

Assim, os motivos das leituras eram estudos para a atividade de ministrar aulas, e também colaboram para a história do livro e das leituras, objeto principal desta tese; como nas intervenções direcionadas em que Brasil Machado “se mostrou” analisando as leituras ao afirmar, como descrito acima, que “Hegel procurou refutar a suposta contradição entre a filosofia e a história”.

Essa intromissão do leitor aparece em outro momento, numa referência francesa, em maio de 1970 de Jean Hyppolite (1907 – 1968): **Genèse et Structure de la Phénoménologie de l'Esprit de Hegel**, onde, destacando algumas citações literais da obra lida, registrou:

Do livro de Jean Hyppolite “Genèse et Structure de la Phénoménologie de l'Esprit de Hegel”: “A consciência de si através das relações da luta das consciências de si opostas e do mestre e do escravo, que não propriamente temporais, embora sejam encontrados na origem de todas as civilizações humanas e embora elas se reproduzam, sob formas diversas em toda a história da humanidade – p. 39 – 1 vol”. (Machado, caderno 8, 1970, p. 14).

Numa outra anotação, é possível identificar a leitura, em maio de 1970, com a edição espanhola da **Filosofia del Idealismo Alemán**, tomo II, do filósofo germano Nicolai Hartmann (1882 – 1950).

Fica aberta uma questão que surpreende ao leitor da “Fenomenologia”: a que se refere ao conteúdo da obra e a sua origem. Se se deve tratar da experiência pura, da experiência que o sujeito faz com seu objeto e consigo mesmo, todo o conteúdo exposto deveria ser tomado da experiência interna. Mas não é assim. Junto a caracterização e à análise do que se encontra na intimidade, encontra-se um conteúdo de espécie totalmente diversa, um conteúdo histórico: (por dentro é igual o por fora) a modalidade espiritual das épocas e o sentido que elas tiveram para o direito e para o Estado, para a sua própria moral, religião e concepção do mundo. Em nenhum caso se poderia dizer que tal conteúdo é imediatamente dado, pertencente a própria experiência do sujeito. Supõe uma determinada elaboração: a investigação histórica. (Machado, caderno 8, 1970, p. 15).

Em junho de 1970, “em Hegel, o conceito de História Universal é um conceito fenomênico, isto é, não está no nível do desenvolvimento da história como acontecimento” (Machado, caderno 8, 1970, p. 23).

Na mesma folha, mudando a cor da caneta de azul para preta, o leitor aponta o porquê citou Friedrich Schlegel (1772-1829), na busca por entender o conceito de “ideologia”:

Esta frase de [Schlegel]⁴⁷, na sua “Filosofia da História”, publicada em 1829, talvez sirva para se compreender o que é “ideologia”. Diz [Schlegel]: “... o orgulho humano que se agita há três séculos, e que quer, ele mesmo, fazer a história, em vez de aceitar a história com humildade”. Ideologia seria então, os princípios traçados pelo homem e por meio dos quais ele quer construir a história (Machado, caderno 8, 1970, p. 23).

Além do estudo do próprio Hegel, Brasil Machado buscou os estudos e análises de Jean Hyppolite sobre a Gênese e estrutura da fenomenologia do espírito de Hegel e a Filosofia do idealismo alemão de Nicolai Hartmann, obras em francês e espanhol respectivamente. Portanto, para além do perfil óbvio do pesquisador que reúne referencial teórico para aprofundar o tema estudado, se pode capturar, em parte, o movimento do leitor em plena atividade.

Essa busca nos estudos, de aproximar a história da filosofia, é uma das características da escrita da história no contexto da tradição do movimento dos *Annales* que precede a anotação de Brasil Machado; ou seja, a intenção de dialogar de forma interdisciplinar com outras áreas do conhecimento. Nesse sentido de perseguir as informações da fonte, é possível, de certa forma, desvendar uma parte do enigma da leitura indicado por Robert Darnton, “saber como as pessoas se orientam no mundo dos símbolos [as palavras impressas] tecido em torno deles por sua cultura”. (Darnton, 1986, p. 277).

Em **Continuidade e descontinuidade em História**, Brasil Pinheiro Machado, em 26 de julho de 1971, expõe suas impressões das leituras sobre a relação da “continuidade em história”, argumentando sobre o “tempo cronológico”, apoiado no sociólogo alemão Siegfried Kracauer (1889-1966), que definiu o “tempo cronológico de eventos imagináveis”, e acrescenta: “as mudanças, diferenças, e similaridades imagináveis” (Kracauer, s.d. apud Machado, caderno 1, 1971, p.221).

Com título de **Funcionalismo. Outros**, (Machado, caderno 11, 1969-1974), em 25 de setembro de 1971, sem citar autores diretamente, Brasil Machado argumentou em defesa do modelo de explicação histórica: “A ‘nova história’ é uma tentativa de explicação do que sempre está implícito na narrativa do historiador

47

Brasil Machado escreveu “Schleger”, com r.

narrador”. (Machado, caderno 11, 1971, s/p).

O conceito de tempo aparece novamente em **Interação, processo, estrutura, sistema**, em 19 de maio de 1972, onde a hipótese levantada foi: “tudo é processo, que é o próprio conceito de tempo. E sendo de tempo - é de história. Dentro do processo emergem formas que alteram o processo, que retardam, que lhe mudam a direção. Mas essas formas emergentes são produtos do próprio processo” (Machado, caderno 4, 1972, s.p.).

Sobre a leitura, **The Economic Growth of the United States**, do economista estadunidense Douglas Cecil North (1920–1952), através da História Comparada, o alvo dos estudos era o desenvolvimento do Brasil,

... na história do desenvolvimento dos USA que North acompanha em seu livro, de certa forma ele procura esclarecer a formação do mercado interno, que é, no meu ponto de vista, o elemento fundamental do desenvolvimento econômico.

Estudo isso apenas no interesse de verificar se se pode estudar o caso do desenvolvimento brasileiro em termos comparativos. (Machado, caderno 11, 1972, s/p).

No que concerne à investigação da história da leitura, em 20 de abril de 1974, em **Divagações sem compromisso**, Brasil Machado afirmou ter relido a Fenomenologia do Espírito de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e feito releituras fragmentárias da **Gênese e Estrutura** de Jean Hyppolite (1907-1968).

A questão destas releituras era entender se a “consciência comum”, investigada pela “consciência filosófica”, só poderia ser entendida no seu desenvolvimento por meio da pura descrição e nunca por meio da análise? Para Machado, diferente da consciência filosófica, a História teria outro olhar sobre a realidade, que não seria a pura visão descritiva (Pinto, 2023).

O **caderno 8**, indica a leitura de muitos autores da historiografia⁴⁸, como os franceses Lucien Febvre (1878 - 1956) e Marc Bloch (1886 - 1944).

48

Witold Kula, “Problemas e Métodos da História Econômica”. Lucien Febvre; Marc Bloch; Seignobos; Lavissee; Elie Kedourie, “The time Literary suplemente” 7 de março de 1975. Berr; Lacombe; Simiand. Lucien Febvre, “Combats pour l’Histoire”. Pierre Nora, in Faire de l’Histoire, I – Nouveaux problèmes. Ed. Jacques Le Goff et Pierre Nora, Gallimard – Paris – 1974 – p. 211. François Furet, “L’historien entre l’ethnologue et le futurologue”, Intervenção de Furet no Seminário em Veneza, 2-8 de abril de 1971. Mouton Editeur – Paris – La Haye – 1972, pag. 57. Lord Acton, “Inaugural Lecture on the The Study of History”, at Cambridge, June, 11, 1895. Droysen, Geschichte des Hellenismus, 1843. Cita: Fustel de Coulanle; Michelet; Ranke. Troeltsch, “O historicismo e seus problemas”. Cita: Langlois. Weber. Fernand Braudel, Capítulo V da Encyclopedie Française, década de 1950. Cita: Ortega y Gasset.

Com o nome de **A fuga – 2**, que seria, na explicação do historiador, “a preocupação de fugir a contemporaneidade do contemporâneo e a se abrigar na in contemporaneidade do contemporâneo – é que estou denominando de fuga” (Machado, caderno 8, 1976, p. 46), ele faz uma longa explanação, que rendeu a escrita de 13 folhas no caderno, sobre a historiografia francesa: “esta revolução começa com o agrupamento de historiadores universitários na orientação da revista ‘*Annales*’, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929” (Machado, caderno 8, 1976, p. 42, 43).

O primeiro aspecto de “*Annales*” é o ataque aos historiadores então dominantes, Seignobos, Lavissee e, em geral à historiografia política e diplomática que predominava nos trabalhos historiográficos da França de entre guerras” (Machado, 1976, caderno 8, p. 42, 43).

Para Brasil Machado, “só hoje”, ele escrevia em 1976, “com a geração de ‘novos’ historiadores do grupo dos ‘*Annales*’ é que se empreendeu a tarefa de conceituar o fato histórico, o évènement, na ‘nouvelle histoire’ e compará-lo com o fato histórico usado pela velha história” (Machado, caderno 8, 1976, p. 44).

No rastro do como e porquê no ato da leitura, é possível identificar parte dos motivos: o entendimento e reflexão do profissional de história sobre a historiografia francesa no período dos anos de 1970; reflexão essa que se transforma em crítica ao método dos “novos” teóricos dos *Annales*:

É como se não soubessem o que está errado ou dépassé na velha historiografia que precisa ser destruída para dar lugar a “nouvelle histoire”. Em face dessa dificuldade, quando realizam seminários para fundamentar a “nouvelle histoire”, os teóricos das correntes caem todos na prática da historiografia, isto é, nos métodos, nas análises das fontes, na técnica do uso das fontes, no estabelecimento de novos objetos da história (Machado, caderno 8, 1976, p.52).

Brasil Machado utiliza um texto de Lord Acton, *Inaugural Lecture on the study of History, Cambridge, June 1895*, e citou o alemão Johann Gustav Droysen (1808 - 1884) para argumentar sobre a formação do velho historicismo:

Isso me faz lembrar o período de formação e consolidação do velho historicismo, nos meados do século XIX. Conta Lord Acton que, na primeira fase da Escola Histórica, quando esta se dirigia principalmente para a reformulação da História Grega e Romana, os acontecimentos da história clássica eram compreendidos à luz da historiografia contemporânea. Por exemplo, o clássico estudo sobre o helenismo e Alexandre da Macedônia estava carregado dos problemas da unificação alemã, como um fundo ideológico que dava interesse à ação de Alexandre, unificando o

mundo helênico. Refiro-me á obra de Droysen, *Geschichte des Hellenismus*, 1873 (Machado, caderno 8, 1976, p. 52).

Sobre **O historicismo e seus problemas** do alemão Ernst Troeltsch (1865 - 1923): “Troeltsch concluía: ‘os verdadeiros objetivos da história científica são cada vez menos os indivíduos particulares biográficos, mas cada vez mais as individualidades coletivas, os povos, as classes, as épocas culturais’” (Machado, 1976, caderno 8 p. 62). Raciocinando sobre o que a *nouvelle histoire* combatia na velha historiografia:

No historicismo, portanto, o acontecimento, o fato histórico, o “évènement” era uma totalidade orgânica, construída pelo historiador. [Max] Weber acrescentaria, depois, o sentido. O acontecimento é um todo, uma “individualidade histórica”, com sentido.

Não parece ser esse o conceito de “évènement” que os historiadores da “nouvelle histoire” escolheram para ter o que combater na velha historiografia. (Machado, caderno 8, 1976, p. 62, 63).

É possível destacar nas leituras de Brasil Machado, reflexões sobre a ciência e o tempo histórico, nas concepções de história do historicismo do século XIX e de Fernand Braudel (1902 - 1985), “que assumia a liderança da futura ‘nouvelle histoire’, em substituição a Lucien Febvre”; Brasil Machado consultou a “**Encyclopedie Française** (creio que na década de 1950)” e citou o historiador da segunda geração dos *Annales* (Machado, 1976, caderno 8, p. 63):

Comparemos com o velho historicismo do século XIX. (...)

Na concepção historicista, tudo é movente, não há o permanente, o inerte, não há aquilo que Braudel diz que se perpetuou ou que se perpetuará. Isso que se perpetuou, o inerte, parece ser uma ideia que decorre da crença numa natureza humana permanente, como o acreditavam os jusnaturalistas do século XVIII, e que os historicistas negavam. Para o historicismo não há natureza humana, o homem, a sociedade são produtos da história. (Machado, caderno 8, 1976, p. 63, 64).

Como complemento desta reflexão, Brasil Machado citou o filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1883 - 1955): “‘o homem não tem natureza, tem história’, e a história é uma transformação contínua, real e potencial, onde o mesmo homem não atravessa o mesmo rio duas vezes. Agora encontramos duas concepções contrárias da história” (Machado, caderno 8, 1976, p. 64).

No registro de **Notas – Apontamentos** (Machado, caderno 9, 1976-1988), após leituras de **Escritos sobre História** de Fernand Braudel, Brasil Machado sugeriu que “a ‘longue durée’, na ‘nouvelle histoire’ foi, fundamentalmente, o que

poderíamos chamar o ‘tempo institucional’, que é uma ‘duração’, isto é, uma longa duração que habita na profundidade do inconsciente dos homens em sociedade” (Machado, caderno 9, 1976, s.p.).

Em 17 de abril de 1979, Brasil Machado confessou a frequência de suas leituras: “no correr destes anos que vão passando há mais de uma década, tenho lido com assiduidade e com interesse os livros que se vão publicando no Brasil sobre história e assuntos sociais”. Empolgado, continua escrevendo sobre os motivos de suas leituras:

Cheguei a imaginar um projeto de estudo: acompanhar a evolução do pensamento social brasileiro sobre o Brasil. A primeira parte, ou, o primeiro trabalho, seria o de extrair dos livros publicados pelos historiadores, sociólogos, antropólogos, economista e mais cientistas das ciências humanas, a linha das temáticas. Ou seja, quais foram os temas desses cientistas, tratados nas obras publicadas, por exemplo, desde o final da Segunda Guerra Mundial? A segunda indagação seria: porque esses temas e não outros?” (Machado, caderno 9, 1979, s.p.).

5 – METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM HISTÓRIA

O último eixo de leituras e estudos pode revelar os motivos do leitor em extrair dos textos certa orientação para o desenvolvimento na metodologia de ensino e pesquisa na História. Com sugestões de como o profissional poderia atuar e como existem diferenças entre as gerações ao longo do percurso. Por fim, é possível acompanhar o leitor/historiador inquieto, talvez por se tratar também da característica desassossegada da própria História.

O Caderno 3, intitulado *Jornal II* e datado entre 1949 e 1950, tem a escrita no formato de diário, e os locais das anotações são Rio de Janeiro (onde exercia o cargo de Deputado Federal) e Curitiba. No dia 16 de setembro de 1949, a reflexão foi sobre o meio acadêmico que, segundo Brasil Machado, ainda era muito teórico e distante do ambiente social. Esta informação é relevante no sentido de compreender parte das relações universitárias.

Ultimamente tenho meditado sobre o meu verdadeiro meio. É um meio universitário, mas seus intelectuais estão em plena abstração, ao sabor dos livros e das ideias que chegam até lá. Mas, por falta do estímulo das próprias necessidades humanas, a cultura, ali, não tomou esse aspecto de uma procura dos encaminhamentos dos problemas humanos, sociais, políticos, tal como eles ali se apresentam. A cultura universitária está no

nível teórico (no pior sentido), isto é, alheia completamente às relações sociais do lugar. Que fazer? Parece que só um mecanismo econômico desenvolvido fará o interesse puramente teórico descer um pouco mais à terra. Ligar o interesse da Universidade às necessidades do ambiente, será uma experiência que pretendo desenvolver (Machado, caderno 3, 1949, s/p).

No ano seguinte desta anotação, 1950, Brasil Pinheiro Machado era “professor titular de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (Marchette, 2013, p. 13).

Brasil Machado não fez referências específicas sobre livros, artigos e/ou autores no Caderno 3, mas registrou, no Rio de Janeiro em 8 de dezembro de 1949, como lia autores estrangeiros: “quando leio os livros dos professores norte-americanos sobre a prática política naquele país, tomo coragem e confiança no Brasil, porque iguais são as mazelas daqui e de lá” (Machado, caderno 3, 1949, s/p).

Convém destacar que, muitas vezes, a ausência de citações diretas de referências bibliográficas não compromete a análise da investigação da história da leitura, porque o historiador paranaense meditava sobre o sentido das leituras sobre determinados assuntos como, por exemplo, a comparação da prática política entre o Brasil e outros países.

Encontrei uma referência, em 15 de outubro de 1949, ao filósofo francês Jean Paul Sartre (1905-1980), nesta nota em que Brasil Machado critica a aglomeração do Rio de Janeiro.

Jean Paul Sartre julga que o inferno é a presença contínua de um outro a nos espreitar. E ele tem razão. A presença contínua do “outro” na nossa vida – é um martírio, um suplício igual ao da gota d’água na cabeça, a bater continuamente. [...] O homem no Rio nem tem espaço para amar em segredo. Tem que amar em público. Nas igrejas não se tem lugar em que se possa concentrar para rezar. O “outro” está ali, nos empurrando, pedindo licença, encostado a nós (Machado, caderno 3, 1949, s/p).

Machado olhava para essa população como uma massa sem tradição, comparando-a com um rebanho de ovelhas.

No Caderno 13, **Notas para aulas**, escrito em 1960, 1963 e 1970, temos o professor em atividade, quando a escrita se direcionou à preparação de suas aulas. Brasil Machado anotou, logo depois de citar o sobrenome de Bronislaw Malinoski, e esqueceu de colocar a data, o que poucas vezes ocorreu: “É nossa cultura que

incessantemente modela nosso comportamento, que determina a forma de expressão de nossos impulsos. Embora não tendo realidade sensorial, a cultura tem uma história, uma longa história” (Machado, caderno 13, s/d. s/p). Esta informação é importante porque, de certa maneira, captura o leitor com a intenção de repassar a informação para os alunos, explicando como entender o conceito de cultura.

5.1 – Sugestões de estudo e compreensão da História

Observações esparsas (de leitura)

A história do historicismo era a compreensão da práxis humana. (...) A historiografia do século XIX penetrou em inumeráveis desses campos onde se exercia a práxis humana. (...) Criou uma história das ações, uma história da filosofia, uma história da ciência, uma história de religiões, uma história da política, econômica, artística... onde o homem se movesse, lá estava a história (Machado, caderno 7, 1977).

O historiador paranaense colaborou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, produzindo textos acadêmicos e, ao longo da década de 1970, escreveu à mão **Sugestões**, em que elencou 23 tópicos para estudar e compreender a História (Machado, caderno 7, 1972-1977). Com isso, levantou vários questionamentos, para debater e argumentar sobre os temas e conceitos na prática do historiador. Trago aqui alguns fragmentos destas anotações, compreendidas não como um “guia” de estudos, mas com apontamentos bastante pertinentes para o campo, no período da década de 1970, em que a disciplina enfrentava desafios, revisões e autocrítica. A hipótese da historiadora Rebeca Gontijo é que:

(...) ao longo da década de 1960 e início da década seguinte, em meio aos debates realizados durante eventos acadêmicos que discutiram a situação dos estudos históricos, os problemas da formação do professor e do historiador, alguns diagnósticos e prognósticos foram elaborados e contribuíram para estabelecer referenciais para as práticas da área de História, delineando um perfil profissional e, mais que isso, permitiram construir algum consenso em torno dos problemas a serem enfrentados (Gontijo, 2024, p. 6).

Brasil Machado iniciou a reflexão com referência ao filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), a **Sugestão nº 1**, de janeiro de 1972, que foi

no sentido de entender a relação entre o presente e o passado, ou seja, o historiador e suas fontes.

A história tem por objeto as coisas que já morreram. Hegel: quando a coruja de Minerva levanta voo, tudo já está morto ao redor. (...) Como poderia haver a história das coisas vivas? Será que quando conseguimos ligar um contexto passado às preocupações do presente do historiador? Mas então o contexto encerrado se colocaria apenas como o antecedente do problema vivo? Será que o caminho para unir as coisas mortas da história às coisas vivas do presente – será a ênfase no “processo histórico”? Que é “processo histórico”? (Machado, caderno 7, 1972, s.p.).

Na **Sugestão nº 2**, de 23 de março de 1972, citando Hegel novamente, argumentou que da mesma forma que o filósofo alemão “transformou a História da Filosofia em um problema filosófico, a história também poderia transformar a historiografia em um problema histórico” (Machado, caderno 7, 1972, s.p.):

Talvez pelos mesmos fundamentos pelos quais Hegel transformou a História da Filosofia, de um problema de erudição histórica num problema filosófico – seja possível transformar a história da história (historiografia) num problema histórico, isto é, de um problema de erudição num problema histórico.

A historiografia (a compreensão da história), como qualquer outra forma do entendimento humano, é fenômeno histórico, e sendo fenômeno histórico, é elemento integrante de um período histórico e não a “verdade absoluta”.

Será, então, a historiografia apenas um aspecto do desenvolvimento histórico? (Machado, caderno 7, 1972, s/p).

Na **Sugestão nº 3**, em 23 de março de 1972, Machado tratou da relação entre história regional e história nacional, com referência ao artigo *Gemeinschaft and Gesellschaft* (comunidade e sociedade), do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1855-1936), como argumento para entender o problema das interações entre os indivíduos.

A história brasileira se desenvolve, acentuadamente, em dois níveis: o da história regional e o nível da história nacional. A relação entre esses dois níveis precisa ser estudada no próprio desenvolvimento histórico concreto. (...) A predominância de um nível ou de outro existirá na realidade objetiva do acontecimento histórico, ou apenas na mente do historiador? (...) Por hipótese, quando o agente histórico entra em interação com outros, sem ser através da estrutura do grupo regional a que pertence. Mas esse momento é compreensível somente por abstração. Resolver-se-á o problema com a aplicação da tipologia da Gemeinschaft e Gesellschaft, ou da solidariedade mecânica e da solidariedade orgânica? (Machado, caderno 7, 1972, s.p.).

A **Sugestão nº 4** possui duas anotações na mesma folha. A primeira foi registrada com caneta preta e datada de 25 de março de 1972: “No processo histórico, o movimento partido da causa, tem antes que atravessar uma instituição ou uma estrutura de personalidade - para chegar ao efeito” (Machado, caderno 7, 1972, s.p.). A segunda foi escrita na cor azul, em 31 de maio de 1973, assim, Brasil Machado retornou à esta “Sugestão” para acrescentar essa frase com referência ao livro do sociólogo Max Weber: “É o problema da ética, expresso em **A ética protestante e o espírito do capitalismo**” (Machado, caderno 7, 1972, s.p.).

Em 03 de abril de 1972, com uma única frase o historiador escreveu a **Sugestão nº 5**: “A história tem por objeto muito mais os processos do que as estruturas” (Machado, caderno 7, 1972, s.p. Grifos do autor).

No que concerne ao método em história, na **Sugestão nº 6**, em 13 de abril de 1972, argumentou:

A metodologia de certa história seria a de “descrever e explicar os fenômenos históricos por meio de estruturas objetivamente constituídas”. Assim, vou estudar o período X da história. Primeiro, levanto objetivamente as estruturas significativas; depois estudarei as ações humanas dentro dessas estruturas (Machado, caderno 7, 1972, s/p).

Logo abaixo desta reflexão, um ano depois, indicando a característica não linear da escrita, Brasil Machado escreveu: “30-5-73. E a mudança, que é o substrato da história?”

A **Sugestão nº 7**, de 25 de novembro de 1972, é direcionada para a historiografia:

Mas a essência da História não é a captação dessas “coisas”, por si mesmas, num momento estático do tempo. Seria, ao contrário, a captação do processo pelo qual essas “coisas” estão em contínua mudança. O processo seria captado pelos mecanismos através dos quais o processo se manifesta. Então: o tema fundamental da historiografia é a teoria do processo histórico (Machado, caderno 7, 1972, s/p).

Com relação ao problema teórico da história, a **Sugestão nº 8** foi escrita em 15 de dezembro de 1972: “A história é constituída pelas ações dos homens. Uma teoria da ação resolveria o problema teórico da história? O processo da ação tem sua origem num processo de tomada de decisão. A teoria da ação deve se inserir na teoria da decisão?” (Machado, caderno 7, 1972, s.p.).

A **Sugestão nº 9**, de 13 de junho de 1973, foi com relação à história econômica e o lugar do mercado, do comércio, do consumo:

O mercado é o instrumento usado pela sociedade capitalista para distribuir as mercadorias - diz um economista chato. Não será o mercado, também, um instrumento primordial no processo de decisão da produção de mercadorias? Este aspecto me interessaria muito no estudo das correntes comerciais do Brasil nos séculos XVIII e XIX. Há um “mercado de consumo” e um “mercado produtor”. Quais as suas relações? Parece que o mercado produtor é induzido pelo mercado de consumo e não ao contrário? (Machado, caderno 7, 1973, s/p. Grifo do autor).

No mesmo dia, escreveu a **Sugestão nº 10**, Brasil Machado refletiu sobre a relação de coexistência entre a sociedade moderna e a sociedade arcaica:

Sobre o funcionamento da sociedade dual
A parte da sociedade “moderna” age sobre a parte da sociedade “arcaica”, destruindo as instituições da parte arcaica, mas não reorganizando-as. Essa influência de destruição deixa seus habitantes (isto é, os habitantes da parte arcaica) sem pontos de apoio social ou econômico; deixa-os libertados da solidariedade social institucionalizada, e, num certo sentido, “marginalizados” em relação a sociedade global (Machado, caderno 7, 1973, s/p, grifo do autor).

A **Sugestão nº 11**, de 14 de julho de 1973, foi sobre a possibilidade de estudar a Primeira República.

As manifestações dos grupos de interesse e dos grupos de pressão seriam mais significativas do que as manifestações dos partidos políticos, principalmente num quadro político como o da Primeira República. Se o pesquisador pudesse descobrir e ordenar todas ou muitas das manifestações extra partidárias feitas ao Governo durante a Primeira República? Manifestações de grupos (Machado, caderno 7, 1973, s.p.).

Na **Sugestão nº 12**, de 28 de setembro de 1973, o tema continua sendo a Primeira República, mas pensado como “sistema”:

(...) Que grupos fizeram demandas ao sistema? Quando fizeram? Isto é, em que fase da evolução social e econômica da República? Quando esses grupos apareceram e em que circunstâncias apareceram? Essa problemática deslocaria o acento das “classes sociais”, que são identificadas na Primeira República, para os grupos, as condições dos surgimentos dos grupos, a natureza do Estado etc (Machado, caderno 7, 1973, s.p.).

A **Sugestão nº 13**, com o título **Ditadura como instrumento de liberdade**, de 07 de outubro de 1973.

Na marcha do povo para a liberdade (teorias que vem da Ilustração) é preciso o poder forte (contra a liberdade de uma fase) para “educar” o povo para a liberdade. Na prática do desenvolvimento econômico é preciso o poder forte para “educar” o povo para o desenvolvimento econômico? (Machado, caderno 7, 1973, s.p. Grifo do autor).

Outra abordagem importante é a relação de sala de aula entre Brasil Machado e os alunos; em 07 de janeiro de 1974, na **Sugestão nº 14** com título **Das dificuldades da transmissão de significados**, ele anotou reflexões sobre a sua geração e a geração de seus alunos do ano de 1973.

(...) quando eu fico desencantado com a capacidade de compreensão de meus alunos para os problemas que me parecem fundamentais na história humana – estou equivocado. O que os meus alunos se negam a compreender são os meus problemas de instrumentalidade. Ainda mais no fundo: são os meus problemas tout court.

(...)

Só agora (e não sei porque) estou compreendendo o conflito de gerações. E estou compreendendo que não são problemas diferentes, os de duas gerações, são instrumentalidades diferentes.

Quando eu, no exercício do magistério, quero impor minhas aulas de história, estou tentando obrigar uma “outra” geração a compreender “meus” problemas e não a enfrentar “seus” problemas.

Para os meus problemas, a outra geração não tem interesse. Para os problemas deles, a minha geração não tem instrumentalidade. (Machado, caderno 7, 1974, s/p, grifos do autor).

Em 30 de março de 1974, na **Sugestão nº 15**, sobre as teorias do poder.

Deixando de lado, por serem apenas exercícios didáticos, as teorias do poder – os conceitos de poder para o historiador são abstraídos da realidade histórica dos Estados Nações, constitucionalmente organizados. O resto é folclore. (...)

Questão real: quem mantém o comando das alavancas dos mecanismos que movimentam o poder nacional político? A isso pode-se acrescentar muita coisa para enfeitar: porque tal grupo se apossou dessas alavancas? Como? Na explicação do como e do porquê estão as teorias... (Machado, caderno 7, 1974, s/p).

Na **Sugestão nº 16**, em 4 de maio de 1974, é citado o poeta francês Paul Claudel (1864-1943):

Lembro-me de ter lido uma vez, nalgum escrito qualquer de Claudel, o uso de duas imagens contrárias para explicar qualquer coisa de que não me lembro. Há dois caminhos pelos quais a coisa adquire a sua forma. Há a via

interna, como o desenvolver da semente em árvore. Há a via externa, que é a da violência, pela qual o mármore adquire a forma de estátua, cujo plano está na cabeça do artista (Machado, caderno 7, 1974, s/p).

Antecipo, aqui, um fragmento da Sugestão nº 20, **O projeto e a história**, escrita um ano depois, porque Paul Claudel apareceu novamente, com a ideia do uso das suas imagens contrárias, onde existem dois caminhos para as coisas adquirirem forma: a semente e a estatutária. Neste trecho, a reflexão do leitor sobre o objeto lido, mesmo “confiando na memória”, retomou parte das impressões de leitura e adicionou a sua opinião:

As meditações que eu já registrei neste caderno, referem-se a uma imagem construída por Paul Claudel há muitos anos e que li, também há muitos anos, embora não me recorde onde. Nem me lembro a que propósito o poeta usava a imagem. Vou repeti-la agora, somente com os traços que ficaram na minha memória. (...) O desenvolver da semente, que germina e forma a planta, traz já a sua forma (e eu acrescento aqui, a forma segundo sua espécie). O artista, com seus instrumentos de escultor, ataca o mármore de fora para dentro, como o caso da semente, e dá ao mármore a forma que tem em sua cabeça, e não a que está na espécie do bloco de pedra. Meditando, depois, sobre essa imagem que eu usei inúmeras vezes, verifiquei que tanto a forma da árvore como a forma da estátua, realizam-se segundo um projeto. Na semente, o projeto de sua espécie e na estátua, o projeto do artista (Machado, caderno 7, 1975, s/p).

Sugestão nº 17, de 05 de maio de 1974, sobre a análise de determinada “coisa”, ou seja, o método que o pesquisador utiliza sobre seu objeto.

A desmistificação de cada coisa é um resultado da análise dessa coisa. A análise separa todas as partes da coisa, por isso desmancha-a. Depois vê que cada uma dessas partes não tem nada de super-racional. Depois examina as relações entre as coisas e verifica que essas relações são aperfeiçoadas, modificáveis por uma operação racional do analista (Machado, caderno 7, 1974, s/p).

Após uma pausa de vários meses nas anotações, Brasil Machado retornou em 03 de fevereiro de 1975, dando continuidade na **Sugestão nº 18**, com a reflexão sobre a compreensão do objeto para o historiador.

Mas, esse objeto não se dá imediatamente ao historiador. Ele tem que ser reconstruído no seu enquadramento temporal, para, só então, ser construído. (...) O problema: qual é o elemento mediatizador entre a consciência do historiador e a realidade, no processo da reconstrução e da construção da realidade? (Machado, caderno 7, 1975, s/p).

A **Sugestão nº 19**, de 05 de março de 1975, e com título **Trata-se de um projeto de pesquisa**, seria sobre a história da Primeira República: “o título que imagino, sugere o campo temático a cobrir: **O Estado Liberal Brasileiro – Sociedade e Poder Político**”. Para Machado, o projeto não seria uma história das ideias, isso seria evitado. Assim, iria “construir uma história concreta das ações sociais de tipo liberal. Depois de verificar se essas ações sociais que se constituíram em sistema, e de como esses sistemas de ações estariam baseados em interesses dos agentes históricos”. Para ele, a história deveria “ser entendida como a descrição das relações humanas, relações inter-grupais”, porque “o tipo dessas relações poderia definir o Estado como liberal” (Machado, caderno 7, 1975, s/p).

A **Sugestão nº 20**, escrita em 22 de novembro de 1975 com título **O projeto e a história**, seria a continuação do tema levantado na sugestão anterior. No que concerne à história da leitura de Brasil Machado, alguns escritores foram referenciados para reflexão do seu Projeto do Estado liberal; um deles foi o sociólogo australiano Alfred Schutz (1899-1959) que, por sua vez, citou Max Weber. A partir da leitura da edição espanhola de **Fenomenologia do Mundo Social**⁴⁹, de Shutz, Machado percebeu que sua ideia de projeto, em outros contextos, já havia sido pensada.

Depois, lendo Alfred Schutz comentando a “ação racional” de Weber, tomei conhecimento de que o problema que me preocupava já tinha sido colocado e bem colocado (...).

Tempos depois, estudando a obra de Alfred Schutz, quando analisa a teoria da ação racional de Max Weber, encontrei as seguintes constatações: que “a análise da ação mostra que sempre ela é realizada de acordo com um plano mais ou menos implicitamente preconcebido. Ou, para usar um termo de Heidegger, uma ação tem sempre ‘a natureza de um projeto’” (...). O que os fenomenologistas da linha de Alfred Schutz acrescentaram à teoria da ação de Weber, é que a ação racional é unitária e quem lhe dá a unidade é o projeto (Machado, caderno 7, 1975, s/p).

Machado escreveu nas primeiras páginas desta Sugestão: “Foi com a sedução poética da imagem de Claudel que tentei encaminhar o problema da instauração do Estado liberal no Brasil” (Machado, caderno 7, 1975, s/p).

Na **sugestão nº 21**, o historiador refletiu sobre as questões do Movimento dos *Annales*, especificamente sobre Fernand Braudel (1902-1985) e a importância do

49

Editorial Paidós, Buenos Aires, sem data (Machado, caderno 7, 1975, s/p).

conceito de longa duração para a historiografia, posicionando-se como um leitor crítico, por exemplo, quando se referiu ao “processo histórico”, e logo em seguida destacou entre parênteses: “ele [Braudel] nunca usou essa expressão”. Penso que os estudos sobre a longa duração do historiador francês não ficaram só no caderno de anotações, mas provavelmente fizeram parte do conteúdo de aula, porque o título desta “sugestão” foi: **Introdução de uma aula prelecionada para o curso de pós-graduação, em 1973**, escrita em 1976.

Pensando, talvez, no conceito tradicional de “forças sociais” que desencadeiam (na historiografia anterior) o processo histórico, que é a procura de um novo equilíbrio e se cristaliza em novas estruturas e novas instituições, Braudel afirma que o processo histórico (ele nunca usou essa expressão) se desenvolve em oposição dialética às coerções da “longue durée”. Eis como soam as suas próprias palavras: É em relação a essa camada subterrânea da história lenta que “a totalidade da história pode ser repensada como a partir de uma infraestrutura. Todos os patamares, os milhares de patamares, todas as milhares de explosões do tempo da história são compreendidas a partir dessas profundidades, dessa semi-imobilidade; tudo gravita ao redor da “longue durée””. A admissão da realidade da “longue durée” ao processo histórico – é o sentido nuclear da revolução do pensamento histórico, liderada pelo grupo de Annales. (Machado, caderno 7, 1976, grifos do autor).

Continuando a análise a partir das concepções de tempo histórico de Braudel, sua interpretação foi comparar o método de Annales à metodologia de Karl Marx; pontuou que a longa duração “é a própria vida social concreta” e questionou: “como apreender a vida social na sua concreteza (sic) histórica?”:

A resposta de Braudel é: pela superação do indivíduo e do fato. À primeira vista, a resposta é contraditória em relação às premissas. O que haverá de mais concreto no nível do social, do que o indivíduo e o fato. Aqui, parece que o grupo de Annales, pela voz de Braudel, para negar a concreteza (sic) do indivíduo e do fato, está ligado à metodologia de Marx, exposta na Introdução à Crítica da Economia Política, quando, dando preeminência às estruturas conclui que o fato é resultado de muitas determinações. Aliás, Braudel reconhece isso quando se refere às existentes e anteriores abordagens históricas da vida social (Machado, caderno 7, 1976, s.p.).

Em 15 de novembro de 1976, a **Sugestão nº 22: O industrialismo e o capitalismo**, foi registrada pelo motivo que Brasil Machado explicou:

(...) acontece que sou orientador de alguns alunos de mestrado em história, cujas dissertações têm como objeto a história de uma indústria particular, no Paraná. São muitas dissertações e a feitura consiste apenas num levantamento de dados quantitativos para organização de séries. Aplicação

mecânica dos cânones da história serial dos franceses (Machado, caderno 7, 1976, s.p.).

Mas, o “orientador” não estava satisfeito com esse “roteiro”, que lhe parecia insuficiente para o estudo da industrialização no Brasil, na escrita das dissertações com temas e períodos específicos de seus orientandos. Com referência de leitura do verbete de *Industrialism da Encyclopedia of Social Sciences*, do economista George Douglas Howard Cole (1889-1959), escreveu.

Este professor, para explicar o sentido de industrialismo, começa por mostrar como a indústria surge numa sociedade originária. Na Inglaterra, precisamente, mas isso não importa. O que estou tentando aqui não é resumir o artigo de Cole, mas fazer nele uma releitura que sirva aos meus interesses do momento, isto é, de orientador de trabalhos de alunos em teses de pós-graduação. Portanto, Cole não é responsável por essa releitura (Machado, caderno 7, 1976, s.p.).

O leitor avançou nas suas impressões a partir da releitura de Cole, para entender o conceito de industrialismo, que seria de certa forma “independente”.

O que G. D. H. Cole procura mostrar no seu artigo, e que me impressionou, é que a manufatura e a indústria moderna não são necessariamente consequências do desenvolvimento do “modo de produção capitalista”. O aparecimento originário da indústria moderna surgiu numa sociedade capitalista, como a inglesa do tempo da revolução industrial, como surgiu originariamente também, numa sociedade socialista, ou anti-capitalista, como a sociedade soviética do presente (Machado, caderno 7, 1976, s.p. Grifos do autor).

Brasil Machado destacou a autonomia da atividade industrial em relação às estruturas política e filosóficas, comparando o historiador inglês Cole com o francês Raymond Aron (1905-983): “isso nos leva a confirmar as conclusões de Raymond Aron de que a sociedade industrial é a forma das sociedades mais modernas, independentemente do fato de que elas sejam capitalistas, socialistas, escravistas ou o que quer que sejam como ideologias” (Machado, caderno 7, 1976, s.p.).

Última da série, a **Sugestão nº 23** tem como nome **Industrialismo e Burguesia no Brasil**, de 23 de novembro de 1976. Nela, o historiador paranaense colocou certos problemas que teriam mais urgência para a historiografia brasileira. O primeiro, imaginando que: “se a sociedade brasileira tivesse sido uma sociedade completamente isolada de outras sociedades, sua economia poderia evoluir para a organização capitalista?” A segunda questão coloca em destaque o trabalho da sociologia e da história: “os sociólogos e historiadores que estudam as transformações capitalistas na economia a na sociedade brasileiras referem-se

sempre a uma burguesia. Então a pergunta fundamental para o historiador responder: qual é o referente empírico desses conceitos de burguesia e de burguês?” (Machado, caderno 7, 1976, s.p.).

Assim, sobre as origens e a formação da burguesia brasileira, para Brasil Machado, o historiador poderia utilizar o método histórico-estrutural, com origem no livro **Introdução à Crítica da Economia Política** de Karl Marx, “que parte das estruturas abstratas para as relações entre as partes e a consequente determinação das partes, no nosso caso, a burguesia”. Outro caminho “seria da história serial, que visa estudar a realidade social em si mesma e por ela mesma, no nosso caso, o que se entenderia por burguesia, no Brasil”. Para Brasil Machado, o objetivo era investigar o conteúdo ou a uma análise semântica dos textos de escritores, sociólogos, economistas brasileiros, qual seria o referente empírico da noção de burguesia e de burguês nas ideias desses teóricos (Machado, caderno 7, 1976, s.p.).

Vinte anos antes da escrita destas **Sugestões**, Brasil Machado (1951) publicou, com 22 capítulos, o **Esboço de uma Sinopse da História Regional do Paraná**, em que “tece considerações iniciais sobre a importância da ‘justaposição’ de histórias regionais para a formação da história nacional, legitimando tal arranjo nas ideias fundamentais oitocentistas de Karl Friedrich Philipp von Martius, e continuadas por João Ribeiro” (Marchette, 2013, p. 37, 38). Lembrando que estes autores foram objetos de leitura, no período entre o **Esboço** e as **Sugestões**, para sua explicação sobre “comunidades históricas” na história brasileira (Machado, caderno 1, 1964, p. 2).

5.2 – “Antagonismo de gerações”: as leituras para preparação de aulas e orientação dos alunos na UFPR

A nenhum leitor passam despercebidos os momentos em que Brasil Machado escreveu de maneira melancólica, como ele mesmo confessou: “Ao mesmo tempo que a melancolia nos cerca, assim como a bruma que desce da serra, uma preguiça mental se apossa da gente, inoculando uma sensação de inutilidade de tudo” (Machado, caderno 1, 1965, p. 9). Mesmo assim, registrou a atitude de que “é preciso um esforço para reconcentrar nossas forças e reagir de qualquer maneira” (Machado, caderno 1, 1965, p. 9). Em 17 de janeiro de 1965, **Intermezzo** foi um texto escrito à mão sobre a família, os anseios, o envelhecimento, “o antagonismo das gerações”, quando Brasil Machado estava com 57 anos e afirmou não querer revelar os problemas da juventude que lhe “assaltavam a sensibilidade” naquele momento.

O estímulo que produziu este distúrbio nos meus nervos, hoje, não vem ao acaso nesta meditação. Disfarçarei, meditando sobre a mocidade, a mudança dos tempos, a sensação que se sente de envelhecimento, o antagonismo de gerações... (Machado, caderno 1, 1965, p. 9).

Depois de explicar que iria disfarçar, registrou que mesmo se sentindo melancólico era necessário reagir; observou que o grupo mais próximo do homem é a família, e afirmou que os sociólogos da sua época apontavam a importância desse grupo para a formação da personalidade; no entanto, a família é o primeiro grupo dominador ao qual o indivíduo reage (Machado, caderno 1, 1965, p. 10), podemos inferir que com o passar do tempo, o indivíduo precisa reagir aos demais grupos em que convive: profissional, social e cultural.

Com relação às atividades de preparação das aulas, observa-se em **Notas para aulas**, título atribuído por Brasil Machado: os três primeiros registros começam com a palavra “aula”, e seguem com subtítulos distintos: “ponto de vista culturalista”; “ponto de vista do materialismo histórico” e “ponto de partida do liberalismo” (Machado, caderno 13, s.d, s.p). Essas anotações não possuem datas, mas precedem os registros datados de 1960, 1963 e 1970. Um fato que merece destaque é a organização do professor na preparação de suas aulas, pois além desta atividade docente, revela alguns autores, possivelmente citados em sala de aula.

Por exemplo em **Aula: ponto de vista culturalista**, o historiador dialoga com a antropologia, mais especificamente com a teoria de Bronisław Malinowski, registrando a seguinte reflexão: “os homens têm diferentes heranças sociais: línguas diferentes, hábitos diferentes, ideias e crenças diferentes, podem ser incorporados em diferentes organizações sociais e padrões culturais”, portanto, “a herança social é o conceito chave da antropologia cultural”. (Machado, caderno 13, s.d., s.p.).

(...) a cultura material requer um complemento menos simples, menos facilmente catalogado ou analisado, e que consiste num conjunto de conhecimento intelectual do sistema de valores morais, espirituais e econômicos, da organização social e da linguagem (Malinowski). (Malinowski apud Machado, caderno 13, s.d., s.p.).

Em conclusão, Brasil Machado destaca ainda que “embora não tenha realidade sensorial, a cultura tem uma história, uma longa história” (Machado, caderno 13, s.d., s.p.).

Outro tema das aulas de Brasil Machado, o materialismo histórico, tem como objeto o processo histórico: “seu ponto de partida é a hipótese que as causas das transformações sociais e das revoluções políticas devem ser procuradas no modo de produção de cada época particular” (Machado, caderno 13, s.d. s.p.). Neste texto estão resumidas as várias hipóteses sobre o materialismo histórico como interpretação histórico-social. Sem citar autores específicos, há uma anotação entre parênteses sobre a diferença do marxismo ortodoxo e as correntes marxistas dissidentes:

(No marxismo ortodoxo, as relações de produção são relações materiais, independentes da vontade de cada indivíduo, pois que os homens nascem dentro de uma sociedade em que as relações de produção já estão estabelecidas. Para correntes marxistas dissidentes, as relações de produção não são relações materiais, mas são relações psíquicas, espirituais, culturais, porque identificam a sociedade com a consciência social e não com as condições materiais da vida). (Machado, caderno 13, s.d., s.p. grifos do autor).

Na preparação de uma aula sobre o Liberalismo, cita o sociólogo e economista alemão Werner Sombart (1863-1941) com a definição: “Capitalismo ‘é um complexo existencial com aspectos definidos no espaço e no tempo’ (Sombart) e não um conceito lógico” (Sombart apud Machado, caderno 13, s.d., s.p.). Brasil Machado seguiu com citações diretas do referido teórico.

Saindo do tema da preparação das aulas, outro registro, com data de 1960, é sobre um **Projeto**, no qual se pode notar o método historiográfico, ou seja, as maneiras como o historiador cerca seu tema de estudo, o Mercantilismo; e seu embasamento teórico que norteia a investigação.

O processo de estudo pode consistir no seguinte: o que dá caráter a prática mercantilista é a intervenção do governo no regime do comércio internacional; portanto, do estudo feito pelos historiadores, deverei extrair, em primeiro lugar, as medidas do governo em relação ao comércio exterior. Não é a doutrina dos teóricos da época, o que vale aqui. O que vale é a realidade factual (Machado, caderno 13, 1960, s.p. grifo do autor).

Alegando que os historiadores do tema estavam preocupados com a história das ideias do tempo do mercantilismo, e assim, isso não valeria para sua investigação, pontua um exemplo:

Portugal não tem teóricos do mercantilismo, como os ingleses e os franceses, [que] tivessem debatido ideias e práticas, e nem tem historiadores econômicos (há exceções, sim, mas muito magras). Então como estudar o mercantilismo português? Como ele foi na realidade histórica. Mas como? Em primeiro lugar, catalogar as medidas governamentais referentes ao comércio internacional, ordenadas pelo governo português durante a era mercantilista. Isso (trabalho difícil) marcará o rumo a se seguir depois. O que se segue? Os efeitos da execução dessas medidas (Machado, caderno 13, 1960, s.p.).

Para seguir sua pesquisa, utilizou a tradução espanhola do livro *Historia Economica y Social de la Edad Media, Mexico*, do historiador belga Henri Pirenne (1962-1935); a sua intenção da leitura foi o embasamento teórico, destacando o que era relevante extrair do livro consultado para desenvolver sua investigação: “o que é importante reter [do] esquema de Pirenne é que a organização social e econômica não desapareceu com a invasão dos bárbaros. A estrutura econômica do Império Romano continuou com os reinos bárbaros” (Machado, caderno 13, 1960, s.p.). Em certos momentos, com citações diretas, revela seu objetivo de expandir o repertório teórico: “preciso, para ampliar a explicação, procurar os historiadores econômicos do Império Romano, e com o trabalho deles elucidar a estrutura da economia comercial da antiguidade e a sua base monetária” (Machado, caderno 13, 1960, s.p.).

Lendo a **Orientação de Teses: apontamentos para o mesmo fim** de 28 de outubro de 1970, compreendo que um dos pontos relevantes das informações desta fonte é a possibilidade de recuperar parte da atuação de Brasil Machado como orientador. Seus métodos para guiar os alunos do mestrado da UFPR demonstram seu compromisso com a profissão e fornecem elementos para compreensão dos

bastidores dessa atividade naquele período, indicando ainda parte da relação com seus alunos que, hoje, nos pareceria um tanto imperativa.

Desde algum tempo, todo o meu trabalho universitário está reduzido ao que se denomina “orientação de teses”. Teses para o mestrado de História. O meu modo de orientar é o seguinte: o candidato propõe um tema ou problema para a sua pesquisa, organiza um projeto. Então eu discuto com ele, obrigando-o a falar e a se defender das minhas objeções. Quando sinto sua fraqueza em relação a certos assuntos, obrigo-o a fazer leituras suplementares e a discutir comigo o que leu. Outras vezes exijo que ele escreva “paper” sobre determinada parte de seu projeto. É um mini-curso, verdadeiramente (Machado, 1970, p. 39,40).

Além de perceber os principais temas dos alunos, outro ponto relevante é a preocupação do historiador em se manter atualizado para exercer sua profissão; em suas palavras: “tenho que me manter em forma. Tenho que procurar constantemente informações sobre o desenvolvimento do pensamento histórico e social de todo o mundo, e criticar tudo isso” (Machado, 1970, p. 39,40). Neste ponto de sua escrita, é possível inferir sobre os motivos das suas inúmeras leituras, apresentadas nesta tese, no entendimento de que a leitura, enquanto prática social, é um fenômeno que traz avanços para a disciplina da História. Por fim, o historiador paranaense justifica seus registros nos cadernos de anotações: “Por isso é que mantenho apontamentos, que se parecem com frases soltas, mas que, na verdade, estão estruturadas no meu espírito” (Machado, 1970, p. 39,40).

É preciso concordar com Brasil Machado, porque muitas são as estratégias de leituras, escritas e interpretações que, de certa maneira, são camadas da prática historiadora e de todas as outras disciplinas. Mas discordo quando afirmou “que seus apontamentos se parecem com frases soltas”, pois sua escrita organizada e didática possibilita, em parte, trilhar o caminho das suas maneiras de ler e registrar impressões, ou seja, buscando aprimorar o seu espírito.

Contudo, os temas que eram atuais dos estudos históricos e sociais, selecionei alguns, eram: “os problemas da expansão do capitalismo no Brasil; os movimentos sociais; a revisão da abordagem do estudo da escravidão; a educação na fase da transição da sociedade civil para a sociedade capitalista” (Machado, 1970, p. 40,41). Brasil Machado afirmou que alguns autores clássicos estavam sendo revisados e criticados, e outros, não eram inseridos. O objetivo era desenvolver o pensamento crítico (as últimas palavras grifadas pelo autor) e, com um posicionamento crítico, concluiu: “Salvo algumas múmias antigas e modernas,

não há mais pensamento ortodoxo, nem religioso, nem marxista, nem coisa nenhuma dessa natureza" (Machado, 1970, p. 41).

Como exemplo das leituras e críticas dos autores clássicos, citou o filósofo e economista alemão Karl Marx (1818-1883), numa reflexão sobre o capitalismo, para um dos temas de orientação que versava sobre o mercantilismo:

O capital, afinal, não será na realidade uma simples (ou complexa) relação entre os homens?

Claro que tudo isso já está pensado e analisado pelos filósofos, economistas, por Marx, principalmente. Mas não é esse o meu problema. O meu problema é como colocar a noção de capital na pesquisa empírica. (...) Será que a mercantilização da produção é um dos indicadores válidos para a verificação da existência de relações capitalistas num determinado agregado social? Quando a distinção mercantil da produção visa o lucro? Quando para a consecução do lucro o produtor procura racionalizar as operações de produção? Será que é essa necessária racionalização que estabelece os sistemas de dominação e a violência das espoliações? (Machado, 1970, p. 42, 43).

No caderno 18, escrito pelo historiador paranaense em 1977, então com 70 anos, se pode identificar a escrita sobre cursos, pesquisas e orientações na pós-graduação. **O meu curso de História do Brasil na pós-graduação** versava sobre o tema da origem das histórias nacionais e os questionamentos eram: “Em que circunstâncias históricas, as nações ocidentais criaram um campo novo na área da história - a história da sua nacionalidade? Que pretendiam os criadores dessa história? Que problemas se apresentavam nesse tempo, cuja resposta seria uma demonstração da vigência da identidade nacional?”. Sobre as indagações, com a característica bastante ativa nas leituras e na escrita acadêmica, Brasil Machado respondeu: “nas perguntas acima, eu mesmo introduzi uma via de resposta: a procura da identidade nacional” (Machado, caderno 18, 1977, p. 3, 4). Para desenvolver a análise de “identidade nacional”, utilizou como referência o filósofo e escritor alemão Johann Gottfried von Herder (1744-1803) e seu livro **Ideias para a Filosofia da História da Humanidade**, e argumenta que “a história nacional parece ser, pois, uma criação do Romantismo, onde a ideia de povo está colocado no centro de toda a história possível” (Machado, 1977, p. 5. Grifo do autor).

É perceptível o avanço de Brasil Machado no desenvolvimento do seu curso ao direcionar a análise sobre o ofício dos historiadores, porque definiu que a história nacional não se desenvolve dentro de um espaço, ela é o próprio espaço histórico.

O que é que unifica esse espaço, dando-lhe o caráter de unidade, de todo, de totalidade? - Eis um problema.

Será somente a visão do historiador? Ou será mesmo uma realidade?

Por hipótese, é o historiador que constrói um espaço, de acordo com a ideologia de sua época. Depois, seleciona os fatos e os acontecimentos significativos para dar concretude a esse espaço construído. Para isso, procura distinguir os limites desse espaço (Machado, caderno 18, 1977, p. 7, 8).

Quando se lê **Registros rápidos** e logo em seguida, nas palavras de Brasil Machado, **Notas sem sentido**, se pode capturar parte de suas reflexões das leituras dos teóricos Max Horkheimer (1875-1973), Hans Albert (1921-2023), Hans Freyer (1887-1969), Eric Hobsbawm (1917-2012) e Fernand Braudel (1902-1985). Tais anotações ocorreram em abril de 1977.

Sobre o filósofo e sociólogo alemão: “Max Horkheimer tem as suas crenças, essas crenças lhe servem para fundamentar a ciência” (Machado, caderno 18, 1977, s.p.). No rastro do como e porque leu, especificamente, das suas reações como leitor, é possível observar sua intervenção logo após escrever uma citação direta da **Teoria crítica**, na tradução espanhola.

Donde Horkheimer tirou isso? É como digo, nestas coisas cada um fala como quer. (...)

O que M. H. quer dizer é que a ciência “burguesa”, como arma de emancipação burguesa contra a tradição, foi progressista durante o processo da emancipação, e foi conservadora depois de consumada a emancipação. Isso é verdade? Pode ser e pode não ser.

Em todo o caso é um dogma que não se coaduna com o que [Hans] Albert chamou de “razão crítica”. Diz M. H. que, então, o progressismo foi substituído “pelo intento de justificar o caráter eterno da situação presente” e que daí “sobrevio na ciência um momento de inibição e de desorganização”. (id-db)

Mas que ciência foi inibida e desorganizada? É que M. H. entende por ciência o conhecimento do “processo total da sociedade”.

Sabemos, hoje, talvez muito burguesamente, que as especulações sobre o “processo total da sociedade” nunca chegou a se integrar à ciência. Permaneceu sempre, e ainda permanece, boiando sem rumo na superfície do mar das ideologias (Machado, caderno 18, 1977, s.p.).

Como todo historiador, Brasil Machado contextualizou a escrita de Horkheimer, citando outro teórico alemão, Freyer: “o artigo de Horkheimer é de 1932. Para mim, historicista, é de uma época e a época, como disse H. Freyer, é composta de temas que se exaurem quando se passa de uma época para outra” (Machado, caderno 18, 1977, s. p.). Os interesses desta leitura eram em torno dos dois

métodos de Horkheimer: o método orientado para o ser e o método orientado para o devir, intercalando com a argumentação das intenções da Nova História.

O modelo maior do método orientado para o ser, seria o funcionalismo parsoniano. A história da “nova história” tem, também, pretensões de mudar o seu estilo clássico de compreensão da história como mudança social contínua para a ontologia das configurações históricas (Machado, caderno 18, 1977, s.p.).

Logo na sequência desta reflexão, acrescenta a seguinte referência, informando que leu, na tradução espanhola, **Rebeldes Primitivos** do historiador marxista Eric Hobsbawm:

(...) “os historiadores tradicionais estão interessados nos fatos de mudança social; são racionalistas e “modernistas”, e aqueles movimentos rurais parecem imprecisos e ambíguos, e são conservadores, isto é, eles revelam a persistência do social e não fatores de mudança”. Diz mais, Hobsbawm, que o desinteresse dos historiadores tradicionais deve-se, em parte, ao fato de que eles são homens instruídos e produtos da cidade e deixaram, até a pouco, simplesmente de se esforçar por compreender os que são diferentes deles (p. 13 - tradução espanhola) (Hobsbawm apud Machado, caderno 18, 1977, s.p.).

Machado retomou as análises de Horkheimer sobre o seu método orientado para o ser, citando a página 17: “os procedimentos da velha ciência natural, ajustados ao registro do que se repete” (Horkheimer apud Machado, caderno 18, 1977, s.p.). Nesse ponto, o argumento foi comparar a definição de Horkheimer com as estratégias da Nova História no campo da Ciência Histórica, a partir das concepções de tempo de Fernand Braudel, e registrou sua impressão de leitura:

A “nova história” tem a pretensão de reorganizar a ciência histórica não como uma ciência ideológica mas como uma ciência nomotética, isto é, quer incorporar a ciência histórica no antigo conceito de Ciência tout-court. Para isso é preciso cancelar o tradicional interesse da história na mudança social, e afirmar um predominante interesse no ser sobre o devenir. Não chega ao extremo de arquivar a mudança social, pois não pode negar a gênese. Então inventou, com Braudel, uma teoria do tempo, onde o tempo é substituído pela duração. E essa duração é longa, mais longa ou menos longa, longura essa, sim, medida pelo tempo. O tempo - categoria fundamental da história, tempo que só é percebido pela mudança das coisas - é, na “nova história”, percebido pela mudança das durações. E a duração é o tempo parado da coisa. (...) O tempo só reaparece quando a estrutura, no final de sua duração, começa a se desestruturar. (...) O tempo seria, então, a sucessão das durações (Machado, caderno 18, 1977, s.p.).

Enfim, no ano de 1977, são verificáveis as anotações para o aperfeiçoamento teórico do docente na pós-graduação, em que os objetivos das reflexões versavam em torno dos interesses do grupo da UFPR, onde estavam estudando o Capitalismo, suas teorias e autores. Em **O conhecimento e a técnica das coisas conhecidas**:

cheguei a uma conclusão: só podemos compreender o Capitalismo, se dominarmos os mecanismos reais pelos quais se fazem as operações econômicas no nível concreto da historicidade (...).
E a reconstituição dos mecanismos só pode ser feita pelo historiador.
Daí eu deduzo que a história quantitativa, no seu aspecto serial, é apenas um início do estabelecimento do objeto do estudo e não do próprio objeto do estudo (Machado, caderno 18, 1977, s.p. grifos do autor).

Brasil Machado, com a intenção de compreender os mecanismos das operações econômicas, expõe o exemplo do trabalho do historiador francês Ernest Labrousse (1895-1888), pois, “as séries do preço do trigo na obra de Labrousse têm que ser completadas pela reconstituição dos mecanismos pelos quais aqueles preços alcançaram determinados níveis e porque alteram esses níveis” (Machado, caderno 18, 1977, s.p.).

Em **O “poder” do Estado**, Machado foi buscar entender o conceito de poder e, ao levantar várias questões, citou a **Arqueologia do saber** de Michel Foucault. Destaco que o filósofo francês e a referida obra foram alvos de uma releitura de Brasil Machado, em 1988, em seus últimos registros como leitor.

Esse “poder” fundamental existirá independente do modo das relações sociais de produção e das relações sociais de poder visível?
Ou será que esse “poder”, que eu estou procurando enxergar, só será apreensível ao nível da arqueologia (no sentido da “arqueologia do saber” de Foucault)? Ou ao nível do inconsciente coletivo? (Machado, caderno 18, 1977, s.p.).

A reflexão sobre o tema **Classe social na pesquisa da história de pequenos grupos**, de 4 de dezembro de 1978, tem este motivo: “estava dando uma aula na qual tentava fundamentar teoricamente um projeto de pesquisa de história social, cujo objeto era uma comunidade territorial”; e continua: “o meu objeto era o conhecimento ao nível da realidade histórica de uma sociedade que viveu num determinado tempo e lugar, ou seja, a sociedade da Província do Paraná, durante a fase provincial entre 1853 e 1889” (Machado, caderno 18, p. 51).

Alguém me perguntou porque não escolhi como unidade as classes sociais. (...) Naquele tempo, cheguei à conclusão de que classe social não é uma configuração social objetiva que possa, como o grupo social, ser analisada

em si mesma, isto é, na sua composição estrutural interna (...) A única realidade social, atingível pela crítica da ideologia, em Marx, parece ser a relação social (Machado, caderno 18, p. 52,53. Grifos do autor).

Sobre a análise marxista das relações sociais: “a realidade a que se chega é de que o mito é uma construção ideológica que disfarça uma realidade última: um tipo de relação social”. Machado concorda que a classe social é um tipo de relação social e que, na teoria, parece a principal das relações sociais constituindo o sistema das relações capitalistas (Machado, caderno 18, p. 54).

Mas nós, que não somos integrados na teoria geral e que sentimos a realidade como homem vivo, perguntávamos: o homem também é um mito? O homem se lhe aplicarmos o método crítico, não passa de uma relação social? A resposta é positiva. O homem é um tipo de relação social que toma forma conforme o sistema dentro do qual ele vive. Há um homem medieval, há um homem capitalista, equivale a dizer que as relações sociais é que criam esse mito - o homem (Machado, caderno 18, p. 54, 55).

Em seguida traz a explicação de Michel Foucault de que “o homem é modelado por um sistema de relações sociais, é um mito, simplesmente um ponto de interseção de algumas linhas das relações sociais” (Machado, caderno 18, 1978, p. 55, 56). Na interferência do leitor, a intenção era partir dos grupos sociais para a compreensão global de uma sociedade:

(...) se chegarmos até as últimas consequências do método crítico, chegaremos à conclusão de que os grupos sociais são também mitos que encobrem um sistema de relações sociais. E não podemos fugir disso (Machado, caderno 18, 1978, p. 56).

Sem citar os nomes dos envolvidos, Brasil Machado foi **Membro de banca de concurso de magistério universitário**, como anunciou no título e seguiu explicando que o concurso era na área de antropologia, pontuando a sua reação ao trabalho lido, que era sobre um grupo de “camponeses” (ele destacou a palavra com aspas) que eram indígenas do norte do Paraná, aldeados nas imediações de Londrina. A crítica foi no sentido de que a autora em questão e muitos outros estudiosos, a partir de referências teóricas européias, definem os grupos sociais pré-existentes ao capitalismo como camponeses. Assim, seu principal questionamento foi com relação aos “camponeses”, conceito utilizado pela autora, por isso, ele propõe uma leitura de historiador.

Por baixo de toda discussão teórica que se usa colocar nas teses de concurso, doutoramento, mestrado, na maior parte das vezes para ou

mostrar erudição, ou proporcionar material teórico para debate - eu fiz esta leitura de historiador: os índios nas proximidades de Londrina foram aldeados aí antes que Londrina fosse uma cidade e, principalmente, antes que as terras do Norte do Paraná fossem divididas em fazendas, portanto antes que se produzisse café, cultura para o mercado, com a propriedade individual, financiamento do sistema bancário, trabalho assalariado, comercialização da safra por intermédio das empresas especializadas nisso, incorporação da renda gerada nessas transações e novos investimentos nas safras de café (Machado, caderno 18, 1978, p. 104).

Apoiado no filósofo Karl Popper (1902-994), escreveu que não era favorável à pesquisa “definir rigorosamente o objeto como ele já estava definido na literatura científica, com uma conceituação limpa, lógica, aproximadamente perfeita” (Machado, caderno 18, 1978, p. 105). Podemos inferir que como o trabalho era na área da antropologia, utilizou toda sua experiência em história regional, colocou em destaque a perspectiva da análise histórica sobre o trabalho para avançar na compreensão do conceito de camponeses. Sua conclusão: “Então eu poderia afirmar doutoralmente: ‘Na Europa o campesinato é anterior ao capitalismo. No Brasil, o campesinato é criação do capitalismo’”. (Machado, 1978, caderno 18, p. 108 e 109, grifos do autor).

O objetivo inicial de **Notas para orientações Nº 1** era discutir a ocupação da terra, para um trabalho de dissertação no mestrado da UFPR. Nesse sentido, se pode acompanhar, de certa forma, as atividades e interesses por temas específicos na pós-graduação, porque “o estudo da terra (da propriedade territorial) na história do Paraná, era um dos temas desenvolvidos e perseguidos no Departamento de História” (Machado, caderno 18, 1978, p. 187). No que concerne às questões metodológicas para abordar o referido tema:

Como, por qual ângulo se tem estudado? Como se tem enunciado o problema?

O critério fundamental tem sido o da legalidade, isto é, o ponto inicial desses estudos tem sido a história do regime legal da propriedade territorial. Esse critério de situação historicamente dada. É que todas as terras do Brasil, após o descobrimento, é claro, pertenciam à Coroa de Portugal. Eram, portanto, terras devolutas, terras [?]. E só poderia passar para a propriedade particular por meio de concessão legal. É o regime das sesmarias, no início e durante todo o período colonial. Há aí uma questão que deve ser meditada. (Machado, caderno 18, 1978, p. 187, 188).

Mas, com relação à orientação da dissertação, era preciso conceituar a expressão “ocupação de terra” no campo empírico da história agrária do Paraná.

Para que o pesquisador visiona a ordem real e não apenas legal, num trabalho de história, isto é, para que também visiona a questão histórica pelo lado do sujeito do direito como ser social e não simplesmente como ser jurídico abstrato; seria conveniente por de lado os conceitos jurídicos e visionar a “detenção” da terra como apropriação da terra (Machado, 1978, caderno 18, p. 108 e 109, grifos do autor).

5.3 – “A inquietação metodológica da história”

Era no mês de fevereiro de 1918. Depois daquele longo passeio de bonde, fomos afinal – Teodoro e eu – para o colégio interno. O Liceu Salesiano Sagrado Coração de Jesus ocupava toda uma quadra, no bairro dos Campos Elíseos. (...) Quando, naquela tarde de fevereiro, penetramos os largos umbrais do colégio, estávamos alegres e com o espírito inquieto, pela expectativa do desconhecido. Era a hora do recreio (...). Mas o tempo ia passando, e como diz Dostoiévski na “Casa dos Mortos”, o homem é um animal que se acostuma a tudo. Aos poucos entramos na rotina do colégio. (...) (Machado, caderno 16, 1947, s.p.).

O sentimento de inquietação já habitava o jovem Brasil Machado quando foi estudar, junto com seu irmão Theodoro Pinheiro Machado, na São Paulo de 1918. Nesse sentido, a reflexão sobre as mudanças e o correr do tempo foi com a referência ao escritor russo Fiódor Dostoiévski (1821-1881), na obra **Recordações da Casa dos Mortos**. O historiador que observar, ainda que de maneira parcial, vai compreender que a sua personalidade permaneceu desassossegada diante das novas experiências ao longo da vida.

A inquietação metodológica da História foi o título da Conferência de Brasil Pinheiro Machado, publicada em 1962. Ao longo do texto o autor faz reflexões sobre o método historiográfico, e volta sua narrativa ao século XIX, lembrando o método histórico da Escola Alemã, com Leopold Von Ranke, Ernest Bernhein, Langlois e Seignobos. “O método histórico de crítica das fontes possibilitou, na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século atual, o florescimento da chamada ‘história científica’ que também é conhecida como ‘história positivista’” (Machado, 1962, p. 35).

No que concerne à história da leitura, ao longo do artigo, é possível identificar as leituras feitas com o objetivo de explicar a trajetória do método historiográfico com John Emerich Edward Dalberg-Acton, conhecido como Lord Acton, em *Inaugural Lecture on the Study of History*, pronunciada na Universidade de Cambridge, em

1895; com a interferência do leitor ao comparar com o historiador brasileiro Capistrano de Abreu:

E como outros, Lord Acton afirmava: “estamos ainda no começo da idade documentária”. E essa “idade documentária” tendia a tornar “a história independente do historiador”, isto é, a tendência era a de, cada vez mais, a história ser o documento. Entre nós, no Brasil, Capistrano de Abreu diria, também, na mesma linha de pensamento: “não precisamos de História do Brasil, precisamos de documentos” (Acton, 1895 apud Machado, 1962, p. 36, 37).

No sentido de uma ciência que priorizava a crítica dos documentos e a neutralidade do historiador, características do método conhecido como “positivista”, Fustel de Coulanges (1830-1889) “advertia seu auditório entusiasmado com suas palavras: ‘não pensem que sou eu que estou falando; é a própria história que fala!’” (Machado, 1962, p. 37). Para Brasil Machado, essa seria a primeira etapa do método, ou seja, a crítica científica do documento resultando na monografia histórica; a segunda etapa seria se igualar às ciências naturais.

Apoiado em Robin George Collingwood (1889-1943), escreveu: “diz Collingwood, que Augusto Comte exigiu que se utilizassem os fatos históricos como matéria prima de algo mais importante e mais genuinamente interessante que eles próprios”. A proposta de Comte era que uma nova ciência chamada Sociologia (não a História) deveria conduzir essa tarefa, e assim, “o sociólogo seria uma espécie de super-historiador que elevaria a história ao grau de ciência, ao pensar cientificamente sobre os mesmos fatos, sobre os quais o historiador só pensava empiricamente” (Machado, 1962, p. 38).

Com o correr do tempo, esse modo de escrever a história trouxe críticas para a disciplina, e na sequência do artigo, Machado se apoia no filósofo Henri Berr (1863-1954): “depois de ter condenado as formas da história que agradavam ao público, os historiadores ‘científicos’ eram acusados de não ter lhe dado em troca, senão documentos, fatos, monografias” (Machado, 1962, p. 39).

Justificando o título de seu artigo, “a inquietação atingiu o próprio arraial dos historiadores, onde uma boa parte deles manifestou a insatisfação com a historiografia corrente. Os insatisfeitos chamavam a história tradicional de ‘história historicizante’” (Machado, 1962, p. 40). Brasil Machado utiliza novamente Henri Berr para explicar a história historicizante: “uma forma de história que, bastando-se a si

mesma, da mesma maneira pretende bastar ao conhecimento histórico” (Berr, s.d. apud Machado, 1962, p. 40).

Na sequência, sobre esta situação em que se encontrava a disciplina, Brasil Machado escreveu que a história historicizante não desapareceu, mas se abrigou na Universidade; trazendo para o debate a situação descrita pelo historiador e medievalista francês Philippe Ariès (1914-1984): “na segunda metade do século XIX e no início do século XX, conheceram-se apenas dois gêneros de história: a acadêmica e a universitária. Cada uma delas, mais do que pelo método, se define pelo seu público” (Ariès, s.d. apud Machado, 1962, p. 40). No caso da história acadêmica, era lida pela burguesia, como os magistrados, homens de lei. Já a história na universidade “perdeu o contato com o grande público, para se tornar uma preparação técnica de especialistas isolados em sua disciplina” (Ariès, s.d. apud Machado, 1962, p. 41).

Com relação à crise da História no século XX, Brasil Machado interroga: “Em que consiste a crise da História, tão apregoada e tão debatida?” e inclui o historiador francês, Lucien Febvre:

Lucien Febvre, com a sua grande autoridade de chefe de fila, não consegue defini-la: “a crise da História - disse ele - não é uma moléstia específica ferindo apenas a História. É o aspecto histórico de uma grande crise do espírito. É apenas um dos sinais e uma das consequências duma transformação muito clara, e recente, da atitude dos homens de ciência, em relação à própria ciência” (Febvre, s.d. apud Machado, 1962, p. 42).

É possível apreender parte da impressão de leitura de Brasil Machado quando concorda que Lucien Febvre tinha certa razão quando afirmou “que essa crise é apenas um aspecto de uma grande crise do espírito moderno”. Explicando a complexidade do período histórico: “Grande crise que provém do próprio desenvolvimento da ciência e da tecnologia e que tão profundamente alteraram as condições de vida e de pensamento do homem moderno” (Machado, 1962, p. 42).

Em conclusão, argumentou sobre a crise da disciplina e defendeu a importância do diálogo entre teoria e metodologia na escrita da História.

O problema da História é um problema metodológico. (...) A metodologia não é simplesmente uma técnica de manipulação de dados. Mas, tem como ponto de partida a própria construção conceitual da disciplina e se revela como um modo de tratamento dos dados, que só se desenvolve quando o quadro conceitual tem qualidades ou atributos heurísticos. Por isso, a

metodologia possibilita não só a *mise-en-oeuvre* da ciência, mas o seu refinamento e a sua própria existência (Machado, 1962, p. 50).

Voltando aos cadernos manuscritos, trago agora uma outra fonte que apresenta informações relevantes, ideias de um historiador inquieto com 72 anos. Machado sugeriu conectar a história local com a global, ao retomar a proposta de uma aula para um projeto de pesquisa no campo da história social da sociedade na província do Estado: “a ‘sociedade provincial do Paraná’ é um bom material para uma experiência de um estudo histórico global” (Machado, caderno 21, 1979, s.p.).

Três anos depois, **Ainda na mesma pesquisa**, em 1982, é possível encontrar outras referências deste tema quando propõe o estudo do espaço social do escravismo dentro de um espaço social global: “A escravidão brasileira tem sido estudada pelos historiadores como sistema, isto é, dentro do espaço social das relações senhor-escravo. O que estou propondo, agora, é o estudo do espaço social do escravismo dentro do espaço social global da comunidade histórica, concreta” (Machado, caderno 21, 1982, s.p. Grifo do autor).

Nesta fonte manuscrita, seu ponto de referência foi o sociólogo Max Weber (1864-1920), mas explicou que já havia citado Weber em publicação impressa na revista “História: questões e debates” (1981), como servindo de orientação para a pesquisa.

A citação de Weber é esta: “O desenvolvimento da economia especificamente moderna, racional, capitalista, só foi possível pela superação daquela atitude tradicionalista que predominava no Ocidente”. (...) as “comunidades históricas” de que trato, são formações sociais daquela categoria, quer dizer, tradicionalistas, nos períodos anteriores à sua entrada na fase moderna, racional, capitalista (Machado, caderno 21, 1982, s.p.).

Para contextualizar, compreendendo a história global como um campo em disputa, o fato de Brasil Machado utilizar como referência Max Weber, pode ser entendido como uma das maneiras de pensar a história globalmente, “a vontade de superar o nacionalismo metodológico e as visões eurocêntricas/ocidentalistas da história” (Santos Júnior; Sochaczewski, 2017, p. 1).

Com seus 75 anos, escreveu em **Um registro** que ouviu “pesquisadores da história demográfica do Departamento” sobre a formação da população do Estado

no século XIX. A partir desse fato afirmou que outro caminho para a explicação global da comunidade paranaense, seria através da história demográfica.

Agora, depois de tomar conhecimento das pesquisas dos historiadores da demografia, estou pensando em examinar a história demográfica como uma via de acesso para a explicação global da comunidade paranaense. Mais precisamente, essa via de acesso seria o estudo histórico da população, para o que a história demográfica seria a base (Machado, caderno 21, 1982, s.p.).

Cabe assinalar a idade de Brasil Machado nesses registros, sua vitalidade em participar dos debates, acolher novos temas, desenvolver novos projetos, características de um profissional que, mesmo aposentado da UFPR a partir de 1977, seguia desenvolvendo suas pesquisas.

No que concerne à história demográfica e à história quantitativa, tanto nas publicações do grupo machado-westphalen-balhana (Marchi, 1995, p.41) quanto nas anotações manuscritas de Brasil Machado, seus interesses por essas áreas podem indicar a sua intenção em relacionar a história local com a história global, como vimos na citação acima, porque ele compreendeu que a explicação global da comunidade paranaense seria possível através da história demográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência não é qualquer coisa que se deixa pensar de longe; é preciso que ela vos invada bruscamente, que caia sobre vós, que pese maciçamente sobre vosso coração como uma grande fera imóvel – ou então não se compreende nada (Sartre apud Machado, caderno 16, 1947, s.p).

As palavras acima são do filósofo francês Jean Paul Sartre. Os motivos pelos quais Brasil Pinheiro Machado registrou essa passagem de **La nausée** poderiam ser uma tentativa de justificar a existência, ou apenas porque achou interessante anotar, nesse caso ele não explicou por quê leu, e as suas razões me escapam.

Entretanto, busquei investigar todas as vezes que o historiador paranaense justificou os porquês dos seus registros sobre suas leituras. A vida profissional deste indivíduo torna-se um campo fecundo para investigações acadêmicas, especialmente quando o estudioso acumulou documentos durante a vida e estes foram doados e, seguem conservados pelo CDPH, ou seja, são os passaportes que os estudantes do presente e do futuro têm em mãos.

Como característica da História, são infinitas as possibilidades de análise com as fontes manuseadas, e o caminho que segui foi a procura por momentos que mostrassem, através de leituras e escrita, as suas concepções sobre a História, teorias e práticas. De certa forma, “arimei” essa metodologia por entender que esse campo de atuação o inspirou e guiou por longo período da vida acadêmica.

Pensando na citação de Sartre, Brasil Machado teve uma existência bastante ativa, invadida por seus pensamentos em torno das leituras que realizou. As fontes mostraram o leitor em plena atividade, escrevendo as suas reações. O ponto central da argumentação é o fato de que no universo da história da leitura, vivenciou relações com colegas de profissão, como com Altiva Balhana e Cecília Westphalen, especificamente analisadas nesta tese, e também com os diversos autores que citou: com quem concordou, a quem refutou, servindo como suporte de reflexão sobre a História do Paraná, a História do Brasil e as histórias que demonstrou interesse.

Certamente, suas leituras alcançaram voos em outras disciplinas, e essa interdisciplinaridade é que tornou a caminhada mais interessante, por mostrar a versatilidade do indivíduo estudado e sua capacidade de ler outras referências e voltar para os problemas da História. Como um leitor acadêmico, inserido num

ambiente de pessoas instruídas, para além do óbvio, esse leitor escreveu sobre muitos temas, algumas confissões, suas melancolias, suas tristezas com a condição de envelhecer.

Para pensar numa história global da leitura, a partir das informações das fontes apresentadas nesta tese, compreendo que a leitura continua sendo o estágio mais difícil de estudar no circuito, seguido pelos livros, como definiu Darnton (1982, p. 74)⁵⁰, historiador estadunidense que norteou parte dos questionamentos na busca de entender a leitura como fenômeno social (Darnton, 2011, p. 207). Pois, no ambiente acadêmico no qual Brasil Machado atuou, as leituras com os pares para publicações e apresentações de trabalhos, com os alunos em sala de aula, e com os orientandos para o desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso e dissertações, acabam por definir que “a vida do leitor foi construída coletivamente de acordo com os projetos e interesses do grupo” (Chartier, 1991, p. 183).

Há outros pontos a se considerar, como a habilidade de leitura de assuntos da teoria da história e da historiografia em outros idiomas e até mesmo os interesses pessoais, são outros pontos de destaque; mesmo que a investigação histórica manuseie uma “realidade opaca, existem zonas privilegiadas — sinais, indícios — que permitem decifrá-la” (Ginzburg, 1989, p. 177). Nesse sentido, a organização do leitor estudado foi fundamental, pois registrava, na maioria das vezes, as referências completas de suas leituras, com uma caligrafia admirável. Chartier, se referindo a Ginzburg, sobre as relações entre micro história e globalidade, traz a perspectiva de que os “recortes podem ser uma condição de acesso a crenças e ritos que normalmente as fontes omitem”, definindo que existe, “uma base cultural partilhada por toda a humanidade” (Chartier, 2017, p. 55).

50

“Reading remains the most difficult stage to study in the circuit followed by books” (Darnton, 1982, p. 74).

Ao pensar na história cultural numa perspectiva da história global, para aproximar as duas concepções de atuação dos historiadores, se torna necessário entender parte de suas definições:

Global is a spatial concept, and thus it is important to unpack its theoretical potential for a spatially sensitive historical approach like global cultural history. First, we should avoid conflating the analytical and spatial levels; that is, global does not necessarily mean macro (just as local cannot be equated with micro) (Tamm, 2020, p. 141)⁵¹.

Tamm faz referência aos historiadores da chamada Micro história, Ginzburg e Levi, que em seus trabalhos relacionam os dois modos de escrever a história: “Carlo Ginzburg and Giovanni Levi have enthusiastically espoused the global challenge in recent years; in Ginzburg’s words, ‘microhistory and macrohistory, close analysis and global perspective, far from being mutually exclusive, reinforce each other’” (Ginzburg apud Tamm, 2020, p. 141)⁵².

A noção de história cultural global deveria ser mais explorada, no sentido de entender e avançar nas fronteiras da análise:

Because while border-crossing perspectives have been widely practised in cultural history from its inception, the notion of ‘global cultural history’ has remained largely unexplored till today, and discussions about the advantages and disadvantages of a global approach in cultural history are few and far between (Tamm, 2020, p. 135, 136)⁵³.

⁵¹

Global é um conceito espacial e, por isso, é importante desvendar o seu potencial teórico para uma abordagem histórica espacialmente sensível como a história cultural global. Em primeiro lugar, devemos evitar confundir os níveis analítico e espacial, ou seja, global não significa necessariamente macro (tal como local não pode ser equiparado a micro). (Tamm, 2020, p. 141. Tradução livre).

⁵²

Carlo Ginzburg e Giovanni Levi abraçaram com entusiasmo o desafio global nos últimos anos; nas palavras de Ginzburg, ‘micro-história e macro-história, análise detalhada e perspectiva global, longe de serem mutuamente exclusivas, reforçam-se mutuamente’. Tradução livre. (Tamm, 2020, p. 141. Tradução livre).

⁵³

Porque, embora as perspectivas de cruzamento de fronteiras tenham sido amplamente praticadas na história cultural desde o seu início, a noção de “história cultural global” permaneceu em grande parte inexplorada até hoje, e os debates sobre as vantagens e desvantagens de uma abordagem global na história cultural são poucos e distantes entre si. (Tamm, 2020, p. 135, 136. Tradução livre).

Os historiadores da história cultural, especialmente da palavra impressa, foram o fio condutor desta tese; mas, ao ler textos sobre a história global, passei a entender que existem certas especificidades, naturais para um campo que possui disputas e trabalha com a ferramenta do tempo histórico. No entanto, a ideia de que um grupo de historiadores locais leu, discutiu, ensinou e publicou sobre temas estudados globalmente, foi o “sinal”, o “indício” de como o local percebeu e respondeu às questões historiográficas debatidas numa perspectiva global. O caminho trilhado foi possível, por causa da história da leitura de um homem.

Ao avançar na leitura das fontes, observei que seria uma documentação fecunda, e justamente por isso, decidi catalogar e analisar todas as vezes que Brasil Machado comentou sobre suas impressões de leitura, e tendo sempre em mente que de alguma forma ele explicava os “porquês”, eu deveria contextualizar e buscar entender seus motivos.

Através da história da leitura foi possível entender, em parte, as mudanças nas aspirações do jovem e do velho Brasil Machado, afinal ele atravessou o século XX. Nas reflexões da maturidade, em **Ainda a meditação sobre a história regional**, onde o “ainda” é por que nas páginas anteriores tratava do mesmo tema, explicou seu interesse por estudar a história regional, provocado por uma leitura: “Foi há muitos anos (ainda era estudante no Rio) quando li umas páginas de Vicente Licínio Cardoso [1889-1931] sobre o regionalismo na história brasileira, que o tema da história regional me empolgou”. Mas o leitor foi além do objeto lido: “o tema, tal como sentia, parecia uma questão íntima, um dos traços da minha privacidade, que não interessava a mais ninguém”; por essa razão, o historiador caracterizou os grupos regionais como “comunidades”, pois, segundo ele: “dentre os grupos sociais classificados pelas ciências sociais, a comunidade é o que é mais carregado do sentido de intimidade” (Machado, caderno 21, 1982).

Como exemplo da “comunidade histórica” definida por Brasil Machado, ele destacou, dias depois, o mesmo tema: **Ainda a mesma preocupação**, com relação à primeira metade do século XVIII, haviam expedições organizadas por paulistas que percorriam o sertão de acordo com seus interesses e depois voltavam para o lugar de partida; com essa atividade os grupos paulistas abriram caminho para o sul, por causa das informações sobre o ouro, num trânsito entre São Paulo e as regiões. Entretanto, o leste do atual Paraná, litoral e planalto curitibano, não tinham mais

indígenas, e por conta disso os paulistas retiraram os indígenas dos aldeamentos de São Paulo para lavrar ouro (Machado, caderno 21, 1982).

Na análise de Machado, muitas famílias que chegaram permaneceram no local, constituindo um agrupamento regional organizado social e economicamente, a chamada “comunidade paranaense”, formada por migrantes paulistas, diferentes de São Paulo, por serem uma comunidade com individualidade própria, eles aprofundaram os traços sociais e políticos; essa singularidade se definiria com a criação das vilas de Paranaguá e Curitiba, organizadas politicamente com suas câmaras municipais, subordinadas à comarca e, depois, à capitania geral de São Paulo (Machado, caderno 21, 1982).

Esses registros mostram certo movimento do leitor para lembrar do porquê leu e, também, como utilizou a referência estudada de acordo com seus interesses, seus sentimentos com relação à história regional; mesmo que isso seja um exercício aparentemente “comum” do ofício dos historiadores, carrega a potência das interpretações e reações que a leitura causou naquele momento da vida.

Dizia Dilthey, na sua não articulada Crítica da Razão Histórica, que a vivência é uma categoria fundamental da história. E é com essa mais autêntica vivência, isto é, com a impressão de que participamos existencialmente da história do grupo em que nascemos, que devemos enfrentar o estudo da história regional (Machado, caderno 21, 1982, grifos do autor).

Numa folha de caderno, Brasil Machado escreveu, a mão, em janeiro de 1982, **Ainda a mesma meditação**, em menos de uma página, uma reflexão singular e importante porque, aqui, tratou da sua relação com a história: “é verdade que o meu interesse pela história sempre esteve ligado a uma justificação de minha vida” (Machado, caderno 21, 1982). Por meio da trajetória deste leitor, foi possível capturar, de forma fragmentária, os anseios da juventude, como a vontade de ser poeta, participando de círculos de escritores e intelectuais, e publicando seus escritos intitulados **4 Poemas** (Machado, 1928). Mas, com o correr da vida, a linha poética foi sendo substituída por outras demandas: “tive uma orientação romântica de pensar sobre o humano. Já abandonei tudo isso há muito tempo, até poeta tentei ser, mas compreendi que não possuía a chama da poesia” (Machado, caderno 21, 1982).

De tudo, sobrou a história. E dentro do rumo da história, ative-me à história do grupo humano dentro do qual nasci, do qual quis me libertar, do qual, talvez, num certo momento me libertei. Triste libertação! A gente realmente só se liberta de uma coisa quando consegue preencher o vazio dessa coisa com outra coisa. Isso é que nunca consegui (Machado, caderno 21, 1982).

Penso que, mesmo admitindo seu afastamento da poesia, em muitos momentos da vida, Brasil Machado escreveu de forma muito poética, especialmente quando assumia o tom reflexivo sobre a família, os anseios, o envelhecimento e o correr do tempo, na busca por compreender o “antagonismo das gerações” (Machado, caderno 1, 1965).

Contudo, não se pode discordar de sua afirmação: “de tudo, sobrou a história”, pois foi sobre ela que refletiu, insistiu e escreveu:

Em certa época, libertei-me do meu grupo, mas deixei o vazio dessa libertação, vazio que nunca pude preencher. O que me fez viver no ar, flutuando. Tento agora readquirir o provincialismo, do qual sempre tive nostalgia. Não estou conseguindo, porém. Ainda me sinto estrangeiro dentro do provincialismo em que nasci, e mais estrangeiro ainda em relação ao universalismo, que um dia procurei (Machado, caderno 21, 1982).

As afirmações de Brasil Machado sobre seu “grupo” e o “lugar” onde nasceu, poderiam ser exemplo do que o historiador francês Michel de Certeau (1925-1986) definiu, entre outros assuntos, na sua **Operação historiográfica**, ao defender que a disciplina da História está sujeita ao lugar social, combinado com uma prática científica. Mas, a escrita possui regras que legitimam o valor acadêmico, assim, enquanto prática social, a escrita da História necessita de credibilidade, do reconhecimento dos pares e de relevância para a sociedade (Certeau, 1982, p. 56).

Brasil Machado buscou tudo isso, o que é verificável ao longo desta tese; fez do seu ofício sua principal atividade, lendo e escrevendo sobre diversos temas da história (para preparar aulas, orientar alunos), atuando em conjunto com as colegas, Balhana e Westphalen, na defesa de um mestrado em História na UFPR, e buscando, mesmo com a idade já avançada, o entendimento da formação do Paraná, ou seja, da comunidade paranaense.

Por tudo que foi apresentado nesta tese, compreendo que, ao longo de sua vida, Brasil Pinheiro Machado foi um “mediador cultural” (Cordova, 2019, p. 31-32), porque ele pesquisou e desenvolveu ideias em suas anotações e nos ambientes acadêmicos, elaborando sugestões tanto teóricas quanto empíricas para a profissão, contribuindo para o campo da historiografia paranaense e, por conta do seu perfil de

leitor interdisciplinar, extrapolou os limites da geografia paranaense. Por sua trajetória de longos anos como professor de graduação e pós-graduação, compartilhou seus conhecimentos com seus pares, alunos e orientandos.

Em meio às anotações sobre o estudo da história do Paraná, em setembro de 1982, com quase 75 anos, se encontra **Uma auto-justificação**, reflexão sobre sua concepção do passado, presente e futuro:

De uns tempos para cá, agrava-se em mim o tédio de olhar o passado. Ultimamente, quanto mais investigo o passado e mais penso sobre ele, mais sinto o vazio que o pensamento histórico provoca em meu espírito. Mesmo certo de que não tenho mais futuro, não consigo me refugiar no passado, e mais sinto uma necessidade de esquecimento. De esquecimento total. Mas não consigo nem esquecer, nem refazer o passado. Está presente a coruja de Minerva. É a hora do crepúsculo e a coruja de Minerva levanta voo. E tudo está morto ao redor (Machado, caderno 21, 1982).

A vontade de esquecer o passado, relacionada ao inevitável processo de envelhecer, é um sentimento que poderia ser comum ao indivíduo, mas ao trazer o pensamento hegeliano, presente no livro **Princípios da filosofia do direito**: “Quando a filosofia chega com a sua luz crepuscular a um mundo já a anoitecer, é quando uma manifestação de vida está prestes a findar. Não vem a filosofia para a rejuvenescer, mas apenas reconhecê-la. Quando as sombras da noite começaram a cair é que levanta voo o pássaro de Minerva” (Hegel, 1997, p. 39). Estabelece, penso eu, sua percepção sobre a sua existência e passagem do tempo, por que logo depois da “auto-justificação” seguiu com essas anotações: **Um registro**, já mostrado nesta tese sobre sua participação como ouvinte de pesquisadores da história demográfica (Machado, caderno 21, 1982); **A história política das “comunidades”**, em que mencionou os que compreendem a história nacional como uma história monumental, nas palavras de Machado: “a história política das comunidades a que me refiro nos trabalhos, será uma coisa tão insignificante, que até a gente fica meio encabulado”, mas o motivo deste projeto de pesquisa era de “construir um quadro de referência para conceituar a palavra política” (Machado, caderno 21, 1982). Com isso, entendo que aproveitando o crepúsculo, continuou seu voo, na compreensão da história. Com relação à anotação de Machado, da “vontade de esquecer” e a incapacidade de conseguir, é preciso inferir que estes sentimentos moldam parte da característica da profissão, porque estão relacionados com a própria pessoa, como diria em *O peso da personalidade*, Antoine Prost: “o estudo

cotidiano, durante anos a fio, da filosofia, da literatura ou da história, acaba assumindo uma significação pessoal. Não creio que seja possível ser um bom historiador sem um pouco de paixão, sinal de relevantes desafios pessoais” (Prost, 2015, p. 88).

Certamente, a dedicação à Poesia, à Política e ao Direito modelaram a personalidade de Brasil Pinheiro Machado e estava entrelaçada com a História. Como a proposta da tese foi perseguir a vida profissional do historiador, através da história da leitura, segui por esse caminho, mas confesso que a imersão nos manuscritos por vezes me desviava, obrigando-me a voltar à teoria e metodologia da história para não me “deixar hipnotizar por minha escolha” (Bloch, 2001, p. 127), afinal, o leitor pesquisado se mostrava em plena atividade, escrevendo os porquês das leituras.

Pode parecer repetitivo, nos trabalhos acadêmicos, destacar que quando uma pesquisa se encerra, deixa em aberto muitas outras possibilidades, mas isso é verdadeiro, afinal, foram as minhas escolhas e paixões pela história da leitura que motivaram esse trabalho. Felizmente, as diversas abordagens que a mesma fonte pode provocar, faz a ciência da história avançar ao longo do anos, por isso, no anexo desta tese organizei os títulos e/ou temas das anotações de Brasil Machado, nos 24 cadernos, e o leitor verá que, por questões metodológicas, alguns cadernos não foram trabalhados aqui, por exemplo, os cadernos 17, 19, 20, 23 e 24, alguns por escaparem da proposta desta tese, outros, como os últimos cadernos, que na realidade são fichários contendo citações diretas entre aspas com a paginação das referências dos temas estudados e, projetos de pesquisa na década de 1950. Tais tabelas, por sua vez, podem provocar novas investigações.

Contudo, insisti naqueles cadernos que tinham mais informações sobre as leituras do historiador paranaense para o desenvolvimento desta tese, e mesmo estes possuem infinitas abordagens dentro e fora da história da palavra impressa.

Com o objetivo de inserir as leituras sobre as concepções de história de Brasil Machado foi possível entender, nas informações das fontes, que a leitura e a escrita sobre a história acompanharam seu percurso, entre 1947 e 1988; ou seja, por mais de 40 anos ele registrou o que leu e, na maioria das vezes, porque leu. A paixão pela história manteve o leitor ativo até a maturidade, como registrou: “o velho senhor, remando rio acima, procura remontar a fonte do antigo, que polui as águas de sua biografia” (Machado, caderno 22, 1974).

Mas, se por um lado o leitor “se mostrou” através das suas anotações, por outro, a leitura permanece um mistério: “é um tema traiçoeiro, especialmente quando o pesquisador sai de questões a respeito de quem eram os leitores e o que liam e passa aos problemas de como eles compreendiam os livros” (Darnton, 2010, p. 169). Nesse sentido, as paixões: a minha, por escolher esse tema historiográfico, e a de Brasil Machado, pela história, precisam ser colocadas em xeque porque “a paixão acaba por obcecar; ela inspira a disposição de comprovar tanto os erros, quanto os acertos, de denunciar as perversidades e as ciladas ou de celebrar a generosidade e a lucidez” (Prost, 2015, p. 89). Contudo, de acordo com Manguel, um fato importante sobre os leitores é que: “depois de fechar o livro, o leitor ideal sente que se não o tivesse lido o mundo seria mais pobre” (Manguel, 2021).

A intenção até aqui foi “compreender”, afinal, “palavra que resume, domina e ilumina nossos estudos. Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de esperanças. Palavra, sobretudo, carregada de benevolência” (Bloch, 2001, p 128).

Lembro de um questionamento de Brasil Machado, sobre o saber da experiência, voltado para o passado, e saudoso do tempo perdido: de que vale toda essa experiência, então, já bem arrumadinha nas prateleiras dos arquivos? (Machado, caderno 16, 1947, s.p.). É difícil pensar em uma única resposta, mas me anima a ideia de que toda a experiência presente nas informações das fontes valera, para buscar nas reações do leitor estudado, os motivos para ele e também para nós insistirmos na História, para compreender porque determinados livros, temas e autores nos “ferem o espírito” e nos fazem reagir, e assim, as prateleiras dos arquivos abrigam um universo de compreensões para os historiadores do futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia:** Alceu Amoroso Lima (pseudônimo Tristão de Ataíde), 2016. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/alceu-amoroso-lima-pseud-tristao-de-ataide/biografia>. Acesso em: 02 out. 2023.

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. A historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980: escrita, contexto e instituição. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Janeiro - Junho de 2017 Vol.14 Ano XIV nº 1 ISSN: 1807-6971 Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/563>.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. Minas de letras: agentes e proposições analíticas acerca da “cultura dos escritos” em Minas Gerais, 1750-1834. *Antíteses*, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 621–648, 2020. DOI: 10.5433/1984-3356.2020v13n25p621. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/39617>. Acesso em: 10 out. 2024.

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/39617>

ARAÚJO, Valdei Lopes de. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. *Forum. Almanack braziliense* nº07, maio de 2008. **Portal de Revistas da USP**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11680>. Acesso em: 03 fev. 2022.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Guia de fundos Cecília Maria Westphalen**. Curitiba, 2006. Disponível em: http://celepar07web.pr.gov.br/deap/cons_titulo_perm.asp?cod_unidade=64. Acesso em: 30 dez. 2023.

ASSIS, Arthur. Ernst Bernheim (1850-1942). In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 47-68.

ATHAIDES, Rafael. **A instalação da província paranaense da AIB:** do “início esquecido” à fundação oficial (1932-1934). Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312814552_ARQUIVO_RafaelAthaides-textocompleto.pdf. Acesso em: 07 maio 2019.

Álvarez, Fernando J. Bouza; Lisboa, João Luís; Martins, Luís . **A história das culturas escritas importa**. *Cadernos do Arquivo Municipal*. ISSN 2183-3176 | 2.^a Série N.º 20 (2023), 1-10. Disponível em: <https://cadernosarquivo.cm-lisboa.pt/index.php/am/article/view/328/284>

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais:** estruturas agrárias. Curitiba: UFPR, 1968.

BALHANA, Altiva Pillatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização**. Separata dos Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo: s/e. 1969. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1544024483_9dcbad84ed28b71873f3fe0e87f7f3ae.pdf

BANESTADO: 61 anos fazendo a História do Paraná. Gente nossa coisas nossas. **Os Historiadores: Pinheiro Machado, David Carneiro, Júlio Moreira**.. Disponível em: https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/davidcarneirojuliomoreirapinehiromachado.pdf. Acesso em: 19 jan. 2019.

BARROS, José D'Assunção. **Fernand Braudel e a Geração Dos Annales**. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1883/1051>. Acesso em: 02 jun. 2017.

BARROSO, Antonio Vinícius Lomeu Teixeira. A virada linguística e o contextualismo linguístico: contribuições teóricas para se pensar a história intelectual. **Revista de Teoria da História** Ano 7, Volume 14, Número 2, novembro/2015 Universidade Federal de Goiás.

BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a Invenção da Identidade Paranaense. Revista Eletrônica **História em Reflexão**: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BESSONE, Tânia Maria. Comércio de livros: livreiros, livrarias e impressos. **Revista Escritos**: Revista da Fundação Casa de Ruy Barbosa, ano 5, nº 5, 2011. Disponível em: http://escritos.rb.gov.br/numero05/FCRB_Escritos_5_3_Tania_Bessone.pdf.

BESSONE, Tânia Maria. A história do livro e da leitura: novas abordagens. **Floema** - Ano III, n. 5 A, p. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 20122009. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/floema/article/view/1758/1496>.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, [S. l.], v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>.

BORGES, Claudio. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Brasil Pinheiro Machado Esq.** Ponta Grossa, 12 mar. 1932. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0092, idioma inglês.

BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

CAIXETA, L. J. Corpos e gênero na história da historiografia brasileira: as possibilidades do “ser historiador” através das memórias de Alice Canabrava (1981-1997). **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–24, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.2001. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/2001>. Acesso em: 02 jan. 2024.

CARVALHO, RAPHAEL GUILHERME. O modernismo e Raízes do Brasil. In: **Um “estudo compreensivo”: historicidade em Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda**. Dissertação de mestrado em História (UFPR), Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/30617/R%20-%20D%20-%20RAPHAEL%20GUILHERME%20DE%20CARVALHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

CENTRO ACADÊMICO DE ESTUDOS AMERICANOS. **Conferências**. 1ª Série. Curitiba: Plácido e Silva e Cia. LTDA, 1940.

CENTRO CULTURAL EUCLIDES DA CUNHA. Estatutos do Centro Cultural Euclides da Cunha. Ponta Grossa, 1948. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA (CDPH). Disponível em: <https://pitangui.uepg.br/cdph/historico.php>. Acesso em: 20 jan. 2018. Novo site: <https://www2.uepg.br/cdph/historico/>.

CERCHIARO, Marina Mazze. **Esculpindo para o Ministério: Arte e Política no Estado Novo**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2016.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CESAR, Guilhermino. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Brasil Pinheiro Machado**. Belo Horizonte, 16 out. 1928. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0090.

CESAR, Guilhermino. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Brasil Pinheiro**. 9 nov. 1928. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0093.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados V. 5 N. 11, 1991). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: UNB, 1999.

CHARTIER, Roger. "Escutar os mortos com os olhos". Estudos avançados 24 (69), 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/XXcnm4BDqdhWWbB7bg7GnZC/>

CHARTIER, Roger. Micro-história e globalidade. In: **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. Brasil Pinheiro Machado e o discurso de formação histórica paranaense. In: **Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e histórica paranaense**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Brasil Pinheiro Machado e o Discurso de Formação Histórica Paranaense a partir de Martius e João Ribeiro**. XXVIII Simpósio Nacional De História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427763771_ARQUIVO_ArtigoBrasilPinheiroeJoaoRibeiroANPUH.pdf. Acesso em: 08-04-2017.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Brasil Pinheiro Machado: um estudo de história intelectual**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

COSTA, Claudia. **Revistas modernistas ganham nova versão digital, cem anos depois**: Klaxon, Estética, A Revista, Terra Roxa... e Outras Terras, Verde e Revista de Antropofagia são reproduzidas em fac-símile e acompanhadas de estudos, com acesso gratuito. Site da internet. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/revistas-modernistas-ganham-nova-versao-digital-cem-anos-depois/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DARNTON, Robert. Os leitores respondem a Rousseau: fabricação da sensibilidade romântica. In: **O grande massacre de gatos: e outros episódios da História Cultural Francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DARNTON, Robert. What is the history of books? **Daedalus**, v. 111, n. 3, p. 65-83, Summer, 1982. Disponível em: https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/3403038/darnton_historybooks.pdf Acesso em 15-02-2025.

DE CAMPOS, N.; MARCHESE, E. Faris Michael: Trajetória de um intelectual moderno - Doi: 10.5212/OlharProfr.v.13i1.0012. **Olhar de Professor**, v. 13, n. 1, p. 185-199, 2010.

DENIPOTI, Cláudio. A sedução da leitura: Livros, Leitores e História Cultural (Paraná 1880-1930) [recurso eletrônico] / Cláudio DeNipoti – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. 240 p. Disponível em: <https://www.editorafi.org/372claudiodenipoti>

DENIPOTI, Cláudio. **Um livro sobre livros**: Cultura escrita em Portugal e no Brasil (1770-1820) [recurso eletrônico] / Cláudio DeNipoti – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. 334p. Disponível em: <https://www.editorafi.org/389livro>

DE PAULA, Thiago. **História, Ficção e Regionalismo**: A Escrita da História em David Carneiro (1941-1952). Dissertação de Mestrado em História UEPG. Ponta Grossa, 2023.

DE RESENDE, Henrique; LOPES, Ascânio; FUSCO, Rosário; CESAR, Guilhermino; FONTE-BÔA, Christophoro; MENDES, Antônio Martins; ABRITTA, Oswaldo; SOARES, Camillo; PEIXOTO, Francisco Inácio. Manifesto do Grupo Verde de Cataguases. In: **Verde: Revista de Arte e Cultura**. Ano 1, nº 1, set. 1927, p.2. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Acervo digital. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6935>. Acesso em: 30 jun. 2024.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: uma impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. O texto euclidiano: os intelectuais e o CCEC. In: **Manifestações Autoritárias: O Integralismo nos Campos Gerais** (1932-1955). Tese de Doutorado em História UFSC. Florianópolis, 2004.

ELIA, Sílvio. Notas e comentários: Guilhermino Cesar. **Confluência**: Revista do Instituto de Língua Portuguesa. N.º 7 – 1.º semestre de 1994 – Rio de Janeiro p.71. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/817/575>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO PARANÁ. **Anuário**. IV Ano. Curitiba: s. n., 1945.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. História, historiador e identidade profissional. Sobre a história do Curso de História da Universidade Federal do Paraná. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 295-315, julho-dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/qNgjtqggh6GbBmHccQvB5CP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt, 1933.

FUSCO, Rosário. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Verde - Revista Mensal de Arte e Cultura**. Cataguases (MG), 6 set. 1928. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação

0097.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Nas malhas do feitiço**: o historiador e os encantos dos arquivos privados. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

GONTIJO, Rebeca. A "hora da autocrítica": diagnósticos sobre a historiografia e a formação do historiador no Brasil, anos 1960-1970. **Revista de História**, São Paulo, n. 183, p. 1–34, 2024. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2024.216011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/216011>. Acesso em: 10 fev. 2025.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. **Revista de História**, São Paulo, v. 50, n. 100, p. 431–482, 1974. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1974.132639. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132639>. Acesso em: 29 out. 2024.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1999, 2 v.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. **Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil**: um balanço crítico. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. A história dos conceitos como disciplina e a história social. In: _____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LOBÃO, Manuel de Almeida e Sousa de. **Tractado pratico das avaliações, e dos danos**. Lisboa: Imprensa Regia, 1826.

LOPES, José Sérgio (coord.); Paoli, Maria Célia; et al. **Cultura e Identidade Operária**: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982.

MACHADO, Antônio de Alcântara; Bopp, Raul. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Revista de Antropofagia**. São Paulo. Sem data. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0095.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 1. Notas, Apontamentos, Anotações** (1964 – 1973). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 2. Jornal do Leitor** (1979-1981). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 3. Jornal II** (1949 – 1950). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 4. Outros assuntos. Teses de concursos.** (1971-1974). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 5.** Sem título (1971-1975). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 6.** Sem título (1971-1976). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 7. Sugestões** (1972-1977). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 8. Apontamentos-Notas** (1970-1976). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 9. Notas – Apontamentos.** (1976-1988). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 10. Notas para o examinador de concurso.** (1966 – 1976). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 11. Funcionalismo. Outros** (1969-1974). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 12. Economia** (1969-1970). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 13. Notas para aulas** (1960-1970). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 14. Sociologia. Direito. Economia. Notas – Apontamentos** (1947-1964). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 15. Esboços, Apontamentos, Observações, Notas** (1959-1963). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 16. Jornal I** (1946-1949). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 17 – Remissões dos vários cadernos e dos relatórios** (sem datas). Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 18 – (Sem título)**. 1970, 1977, 1978. Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 19 – (Sem título)**. 1975. Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 20 – (Sem título)**. 1959. Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 21 – (Sem título)**. 1974, 1976, 1979, 1981, 1984. Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno 22 – A volta do velho senhor**. 1974, 1975, 1976, 1985, 1986, 1987. Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno/Fichário 23 – (sem título)**. Datas dos livros: 1901, 1903, 1905, 1911, 1910, 1920, 1923, 1929, 1931, 1933, 1942, 1946, 1949. Datas de registros de Brasil Machado 1953, 1959. Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caderno/Fichário 24 – (sem título)**. 1957, 1958. Acervo Brasil Pinheiro Machado. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Carta à Maria Eugênia Pinheiro Machado. **Querida**

mãe. São Paulo, 21 mar. 1918. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0181.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Carta ao Brasil Ribas Pinheiro Machado. **Querido pai.** São Paulo, 24 mar. 1918. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0182.

MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Aula inaugural:** cursos de pós-graduação em História na Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1972. Acervo Magnus Roberto de Mello Pereira. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH), Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. O estudo da história regional (uma nota prévia). In: **História: Questões e Debates.** vol. 3 n. 1, dez, 1981. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/issue/view/2057/234>.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates.** Revista da Associação Paranaense de História - APAH, ano 6, n. 10, jun. 1985.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da História Regional do Paraná. **História: Questões e Debates.** Curitiba, jul. dez. 1987.

MACHADO, Brasil Pinheiro. A problemática da cidade colonial: **Separata dos Anais do VII Simpósio Nacional dos professores universitários de História.** Belo Horizonte, 2 a 8 de setembro de 1973. São Paulo: s. n., 1974.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Boletim da Universidade Federal do Paraná.** Departamento de História, Curitiba, n. 3, jun. 1963, p. 1-27.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná I: formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 2., 1962, Curitiba. **Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História.** Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, [1963?]. p. 129-155. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1543937802_944772a992c1af88a9cf18a4f2190724.pdf

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Geografia física do Estado do Paraná.** 3.ed. Curitiba: Imprensa Oficial. 2002. Segundo Capítulo. Parte E – O revestimento vegetal do Estado do Paraná. p. 210-303.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Três cadernos de história:** ideias e reflexões. Curitiba: Arte e Letra, 2002.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **4 Poemas.** Ponta Grossa: Oficinas Graphics do Diário dos Campos, 1928. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas**: seleção de poemas. Curitiba: Feira do poeta, 1997. Coleção Buquinista.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Poemas seguidos de dois ensaios**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Brazil. In: **Revista de Antropofagia**. Ano 1, nº 2. São Paulo, jun. 1928, p. 4. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Acervo digital. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/7064/1/45000033273.pdf>. Acesso em: 30-06-2024. pdf. p. 12.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Paizagem de minha terra. In: **Revista de Antropofagia**. Ano 1, nº 7, nov. 1928, p. 6. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Acervo digital. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/7064/1/45000033273.pdf>. Acesso em: 30-06-2024. pdf. p. 54.

MACHADO, BRASIL PINHEIRO. Raízes do Brasil: uma releitura. In: MONTEIRO, Pedro M.; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

MACHADO, Daiane Vaiz. **Por uma "ciência histórica": o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998**. Tese de doutorado. UNESP, Assis, 2016.

MACHADO, Daiane Vaiz. **Altiva Pilatti Balhana (1928-2009)**. Verbete biográfico. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/331>. Acesso em: 30 dez. 2023.

MANGUEL, Alberto. **O Leitor como metáfora (o viajante, a torre, e a traça)**. São Paulo: Edições SESC, 2017.

MANGUEL, Alberto. **Notas para uma definição do leitor ideal**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia do Paraná no território acadêmico - 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Aviões paulistas nos céus de agosto**: o prefeito Brasil Pinheiro Machado e a cidade de Ponta Grossa - PR em meados de 1932. **História: Debates e Tendências** – v. 12, n. 2, jul./dez. 2012, p. 360-374 Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552456395013>. Acesso em: 07 maio 2019.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **O Integralismo na trajetória do historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado na década de 30**. In: Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS. "Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil". Juiz de Fora, 2010. Disponível em:

https://www.pliniocorreadeoliveira.info/wp-content/uploads/2024/03/TD_2010_integralismo_reivindicacoes.pdf. Acesso em: 07 maio 2019.

MARCHI, Euclides. **Perfis historiográficos**: avaliação da produção científica do Departamento de História da UFPR – 1959/1989. In: Encontro Regional de História, 5., 1997, Ponta Grossa: ANPUH-PR, 1997, p. 413-423.

MARCHI, Euclides. Relendo nossos mestres. **Ciências Humanas**, Curitiba, n. 4, p. 37-53, 1995.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. **Revista de História** 146 (2002), 11-27.

MATA, Sérgio da. Leopold von Ranke (1795-1886). In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A história pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010. p. 187-215.

MATOS, Júlia Silveira. A História Estrutural: trajetória, conceitos e aplicabilidade. **Biblos**, Rio Grande, 1 (1): 55-67, 2010.

MENDES. Luís César Castrillon. Martius e o IHGB: disputas acerca da narrativa histórica oitocentista. **Boletim Historiar**, n. 16, jul. /set. 2016, p.03-15. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/5684>.

MICHAELE, Faris. O Centro de Cultura Euclides da Cunha de Ponta Grossa, Paraná, Brasil não tem cor política nem reconhece qualquer restrição à liberdade. Julho, 1957. In: **TAPEJARA. Museu Campos Gerais. Memórias Digitais**. Disponível em: <http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/items/show/1210>.

MIRANDA, Antonio. **Poesias do Brasil. De Sá Barreto**. Disponível no site: http://antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/parana/OTaVIO%20DE%20Sa%20BARRETO.html. Acesso: 20 jun. 2024.

MISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MPPR). **Memorial Brasil Pinheiro Machado**. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/memorial/Pagina/Brasil-Pinheiro-Machado>. Acesso em: 10 out. 2022.

MORELLI, José Vicente. (Org). **Biblioteca Morelli**: citações históricas de economia e política. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

MOTTA, Roberto. (2011). Gilberto Freyre: raça, religião e modelos de histórias. **Ciência & Trópico**, 11(2) 13-226, jul/dez., 1983. Recuperado de <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/339>.

MOTTA, Roberto. **Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil**. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Q8km3z3kDnGJYvChbskjBRb/?lang=pt><https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/339/228>. Acesso em: 02 jan. 2024.

MULLER, Helena Isabel. **Escavador**. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/7840275/helena-isabel-mueller>. Acesso em: 20 fev. 2021.

NEGRÃO, Odilon . Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Caríssimo Brasil**. Curitiba, 24 maio de 1928. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0089.

NICODEMO, THIAGO LIMA. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. **História da Historiografia**. Ouro Preto. n. 14. abril 2014, p. 44-61. Doi: 10.15848/hh.v0i14.653

OLIVEIRA Joselfredo Cercal de. **Educadores ponta-grossenses: 1850-1950**. Ponta Grossa: UEPG, 2002.

PEIXOTO, Francisco Inácio. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Prezado senhor**. Rio de Janeiro, 29 mar. 1932. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0104. Com carimbo: Francisco Inácio Peixoto. Advogado. Rua da Quitanda, 59.

PALERMO, Luis Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. **Dimensões**. N. 39, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/18638>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PERES, Aline; DUARTE, Tatiana. Morre a historiadora Altiva Pilatti. **Gazeta do Povo**. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/morre-a-historiadora-altiva-pilatti-bsr5mibzzrtkkj1ufg74xh4r2/>.

PESQUISA FAPESP. QUEIROZ, Christina. **Vanguarda historiográfica**: Emília Viotti deixa legado fundamental para entender processos de abolição da escravidão na América Latina. Edição 262 dez. 2017. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/vanguarda-historiografica/>.

PINTO, Luciana Cristina; DENIPOTI, Claudio. O livro como dádiva: as dedicatórias manuscritas nos livros do Centro Cultural Euclides da Cunha – Ponta Grossa – 1950-1960. In: **MÉTIS: história & cultura** – v. 7, n. 13, p. 233-255, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/702>.

PINTO, Luciana Cristina. Historiadores em acervos: o fascínio e os desafios do trabalho no Centro de Documentação e Pesquisa em História. **Anais Anpuh Brasil 31º Simpósio Nacional de História**. História, verdade e tecnologia. Rio de Janeiro (RJ), 2021. Disponível em: https://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-08/1724835600_c68600666ef96b7232be2d2e4932831e.pdf.

PINTO, Luciana Cristina. Historiadores em acervos: o fascínio e os desafios do trabalho no Centro de Documentação e Pesquisa em História. In: **Chave de**

compreensão da história: cultura & identidades /Organizadoras Denise Pereira, Karen Fernanda Bortoloti. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

PINTO, Luciana Cristina. Brasil Pinheiro Machado, leituras sobre a historiografia brasileira. **Anais XVIII Encontro Regional de História da Anpuh- PR.** Nação, Povos e Territórios: configurações e reconfigurações. (07 a 10 dez.). Foz do Iguaçu (PR), 2022. Disponível em: https://www.encontro2022.pr.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-pr-erh2022/1667237131_ARQUIVO_7b6f5c35e55d6b3508f8b36d0ee2523f.pdf.

PINTO, Luciana Cristina. Brasil Pinheiro Machado – sugestões para o estudo da História. p. 87-93. In: FRANZINI, Fábio; ANHEZINI, Karina (Orgs.). Anais XI Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia. Guarulhos (SP). **Historiografias no Brasil:** vozes, pluralidades e futuros possíveis. SBTHH, Mariana (MG), 2023. Disponível: <https://www.sbthh.org.br/wp-content/uploads/2023/09/ANAIS-XI-SNHH.pdf>.

PINTO, Luciana Cristina. O leitor com papel e caneta: a escrita de Brasil Pinheiro Machado sobre temas da historiografia. **32º Simpósio Nacional de História – ANPUH,** São Luís (MA), 2023. Disponível : https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1693170897_ARQUIVO_e0f8e64b3a867279d71827259a76cc64.pdf.

PINTO, Luciana Cristina. Brasil Pinheiro Machado, reflexões sobre o trabalho do historiador. p. 194-200. Anais XII Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia. Ouro Preto (MG). **Ensinar histórias e imaginar democracias: afetos, historicidades, teorias.** SBTHH, Mariana (MG), 2025. Disponível: <https://snhh.sbthh.org.br/wp-content/uploads/2025/02/Anais-XII-SNHH.pdf>.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. O Território Federal do Iguaçu. pp. 59-74. ISBN 978-85-7628-587-8. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-06.pdf>.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

RIBEIRO, Anderson S. **Rebelião em Demerara:** o discurso polifônico de Emília Viotti da Costa e seus diálogos com a historiografia brasileira e norte-americana (1994-2017). Guarulhos, 2019.

RICOEUR, P. A marca do passado. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,** Ouro Preto, v. 5, n. 10, p. 329–349, 2012. DOI: 10.15848/hh.v0i10.456. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/456>. Acesso em: 01 nov. 2024.

RODRIGUES, Henrique Estrada. Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 29, nº 57, p. 165-186, 2009.

ROIZ, D. da S. A escrita e o ofício da história no curso de geografia e história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (1938-1948). (2019). **Revista Brasileira de História da Educação**, 19. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e083>

ROIZ, DIOGO DA SILVA. Leitores e leituras da obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1940 e 1950. **OPSIS**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 1–13, 2019. DOI: 10.5216/o.v19i2.58684. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/58684>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ROIZ, DIOGO DA SILVA. **Para ser historiador no Brasil**: a história de um país e o ofício de historiador entre Alfredo Ellis Jr., Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. A Contribuição Acadêmica Norte-Americana à Historiografia do Brasil Colonial. **Varia História**, Belo Horizonte, nº 22, Jan/00, p.7-41. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b4f8ee707eb499d738bc3/1462456208080/01_Wood%2C+A+J+R.pdf

RÜSEN. Jörn. **Razão histórica**. Teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SANTANA, Rogério Barreto. **Caminhos para a liberdade**: Perdigão Malheiro e o problema da escravidão nas linguagens do ideário político e antiescravista, 1863-1872. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de pós-graduação em História. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/10615/6/TESE_CaminhosLiberdadePerdig%c3%a3o.pdf.

SANTOS JR; SOCHACZEWSKI. História global: um empreendimento intelectual em curso. **Revista Tempo** | Vol. 23 n. 3 | Set./Dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/5Qh7XtLX9H9Q4hxrVWMPmhG/?format=pdf&lang=pt>.

SCHMIDT, Augusto Frederico. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Meu velho e querido Brasil**. Rio de Janeiro, sem data. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0103. Com carimbo: Schmidt – Editor. Travessa do Ouvidor, 27. Carta 1.

SCHMIDT, Augusto Frederico. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Meu querido e velho Brasil**. Rio de Janeiro, sem data. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0105. Com carimbo: Schmidt – Editor. Rua Rodrigo Silva, 11. Carta 2.

SCHMIDT, Augusto Frederico. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Meu extraordinário prefeito**. Rio de Janeiro, sem data. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0108. Com carimbo: Schmidt – Editor. Travessa do Ouvidor, 27. Carta 3.

SCHMIDT, Augusto Frederico. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Meu caro Brasil**. Sem local. Sem data. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0110. Carta 4.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional. In: **Anos 90**. Porto Alegre, UFRGS, 2008, v. 15, n. 28, p. 187-196.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, Réne. (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

SOUZA, Warley. Augusto Frederico Schmidt. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/augusto-frederico-schmidt.htm>. Acesso em 16 jul. 2024.

STORTI, Claudia. Economia (e costume) versus liberdade. Questões de direito sobre o tráfico de escravos no século XIX. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 72, pp. 665-713, jan./jun. 2018.

TAMM, Marek. Introduction: cultural history goes global. *Cultural History*, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 135-155, out. 2020. **Edinburgh University Press**. 1. <http://dx.doi.org/10.3366/cult.2020.0218>. 2. https://www.researchgate.net/publication/344685675_Introduction_Cultural_History_Goes_Global. Acesso em: 25-03-2021.

TRAGIANO, Arnon. O leitor, a leitura, o livro e a literatura na Estética da recepção e na História Cultural. *Revista Mossaicum*, n 18, jul/dez. 2013.

UFPR. RELAÇÃO DOS PROFESSORES QUE EXERCERAM SUAS ATIVIDADES NO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA/UFPR, 1959-2009. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 50, p. 317-319, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15680/10421>.

UHR, DANIEL DE ABREU PEREIRA; ET AL. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo: preferências quanto ao mercado de trabalho, empreendedorismo e a estrutura familiar no Brasil. **Economia Aplicada**, v. 25, n. 3, 2021, Universidade de São Paulo, pp. 395-420. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/issue/view/11957/2109>. Acesso em: 25 fev. 2025.

HUM HISTORIADOR. **Pequena homenagem à professora Maria Thereza Schörer Petrone (1929-2018)**. USP, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://umhistoriador.wordpress.com/2018/05/27/maria-theresa-schorer-petrone-1929-2018/>. Acesso em: 03 maio 2024.

VENANCIO, Giselle M. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.28, p.23-47, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2146/1285>.

VILALBA, Hélio Garone. O contrato social de Jean-Jacques Rousseau: uma análise para além dos conceitos. Vol. 6, nº 2, 2013. **Revista Filogênese** - Unesp. p. 73. Disponível em:

<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/heliovilalba.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Os intelectuais regionais: Os intelectuais de folclore e o campo das ciências sociais nos anos 50**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 32, ano 11, out. 1996.

WANKE, Eno Theodoro. **Faris Michael, o Tapejara**: uma biografia. Edições Plaque: Rio de Janeiro, 1999.

WESTPHALEN, C. M.; MEQUELUSSE, J. Congressos. Estado atual da pesquisa histórica no Brasil. Mesa redonda por ocasião da XXIII reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC-ANPUH). **Revista de História**, [S. l.], v. 43, n. 88, p. 353-368, 1971. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1971.131108. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131108/127543>. Acesso em: 07-05-2019.

WESTPHALEN, Cecília; GUIMARÃES, Neusa de Castro; BALHANA, Altiva; MACHADO, Brasil Pinheiro; COSTA, Odah Regina Guimarães; CARDOSO, Jayme Antonio. Ata da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [Registrando sua constituição em princípios de Maio de 1959]. In: **História: Questões e debates**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 285-315, jan./jun. 2009. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15679/10420>. Acesso em: 07 maio 2019.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Historiografia paranaense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Brasília/ Rio de Janeiro, n. 343, p. 105-126, abr./jun. 1984. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/108036-revista-ihgb-volume-343.html>.

WILLE, José. **A história do Paraná foi a missão de vida de Cecília Westphalen**. Disponível em: <https://memoriaparanaense.com.br/2022/05/06/a-historia-do-parana-foi-a-missao-de-vida-de-cecilia-westphalen/>. Acesso em: 15-12-2018. Publicado em: 20 dez. 2016.

CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS CONSULTADAS

Total de cartas recebidas: 126

ALMEIDA, J. Antunes. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Brasil**. Sem local. 17 fev. 1932. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0111.

Joaquim [?]. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Caro Brasil**. Curitiba, 19 ago. 1932. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0102.

Joaquim. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Brasil. Confidencial!!** [Curitiba], sem data. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0113.

Leonidas Moura de Loyola. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Prezado confrade e distinto conterrâneo Brasil Pinheiro Machado**. Curitiba, 25 nov. 1932. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0099.

O secretário. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Centro Dom Vital. Presado Consocio [sic]**. Rio de Janeiro, 28 de maio de 1929. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0091.

Quincas. Diário Gazeta do povo matutino. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Caro Brasil. Saudações**. Curitiba, 16 jun. 1932. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0101.

Quincas. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Meu caro Brasil**. Curitiba, 5 fev. 1932. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0107.

Waldemar Moraes. Repartição Geral de Telegraphos. **Telegrama ao Brasil Pinheiro Machado**. [Rio], 30 abr. 1933. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0112.

[Ilegível]. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Brasil**. 6 dez. 1928. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0094.

[Ilegível]. **Diário dos Campos: Jornal independente fundado em 1906**. Ponta Grossa, 12 nov. [?]. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0098.

[Ilegível]. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Meu velho Brasil**. Valença, out. 1924. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0106.

[Ilegível] de Oliveira. Carta ao Brasil Pinheiro Machado. **Exmo Sr. Dr. Brasil Pinheiro Machado. Digníssimo governador da cidade de P. Grossa.** Ponta Grossa, 7 dez. 1932. Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Centro de documentação e pesquisa em História CDPH/UEPG, notação 0109.

REFERÊNCIAS IMAGÉTICAS

Figura 1: Brasil Pinheiro Machado. Fonte: <https://site.mppr.mp.br/memorial/Pagina/Brasil-Pinheiro-Machado>. Acesso em: 10-10-2022.

Figura 2: Estatutos do Centro Cultural Euclides da Cunha. Ponta Grossa, 1948. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG). Luciana Cristina Pinto, 2022. p. 1.

Figura 3: Acervo pessoal Brasil Pinheiro Machado. A fuga – 3, 1976, s/p. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa. **Caderno 9.** Notas – Apontamentos. (1976 – 1988). Imagem: Luciana Cristina Pinto, 2019.

Figura 4: Acervo pessoal Brasil Pinheiro Machado. A fuga – 3, 1976, s/p. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa. **Caderno 9.** Notas – Apontamentos. (1976 – 1988). Imagem: Luciana Cristina Pinto, 2019.

Figura 5: Acervo pessoal Brasil Pinheiro Machado. Notas para o examinador de concurso, s/d., s/p. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG), Ponta Grossa. **Caderno 10.** Notas para o examinador de concurso (1966 – 1976). Imagem: Luciana Cristina Pinto, 2019.

Figura 6: Acervo Pessoal Brasil Pinheiro Machado. Ainda a história da escravidão, 1971, p. 193. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH/UEPG). **Caderno 1.** Notas, Apontamentos, Anotações. (1964 – 1973). Imagem: Luciana Cristina Pinto, 2019.

Figura 7: Entrevista de Brasil Pinheiro Machado, 1996.

APÊNDICE — ENTREVISTA BRASIL PINHEIRO MACHADO (1996)



FONTE: Entrevista com o procurador de Justiça aposentado Brasil Pinheiro Machado, realizada em 18 de abril de 1996 na sua residência, em Curitiba (PR). Memorial do Ministério Público. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SFpG2zwdeGk>. Duração: 1:12:15.

Entrevistado: Brasil Pinheiro Machado. Procurador de Justiça do MPPR.

Entrevistadores: Marco Antonio Teixeira
Maria Eunice Rodrigues da Silva
Nilton Marcos Carias de Oliveira
Noel Nascimento
Rui Cavallin Pinto

ANEXO 1 – TÍTULOS DAS ANOTAÇÕES/TEMAS DE LEITURAS DE BRASIL PINHEIRO MACHADO (Cadernos consultados 01 – 24)

Caderno 1 – Notas, Apontamentos, Anotações. (1964 – 1973)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Sobre “comunidades históricas” na história brasileira
2	Intermezzo Sobre a família, anseios, envelhecimento, “o antagonismo das gerações”. p. 9. (escrita de si)
3	Do livro: “The development of Latin American Private Enterprise – A Report by Frank Brandenburg – with na Introduction by Theodore Geiger”, da introdução por esse ultimo. Nacionalismo Brasileiro
4	Nota – Reflexão sobre o conceito de sociedade.
5	Notas de viagem. Viagem pelo interior do Paraná Sobre conceitos, temática, problemática.
6	Nota - “Fronteiras da comunidade”. Comunidades, Sociedades
7	Notas de estudos sociais Sociologia
8	O impacto sobre do desenvolvimento econômico sobre a sociedade
9	O “Consesus” (apontamentos) Conceito de “consensus” na Sociologia
10	O modelo de poder da Primeira República Brasileira. Conceito de poder; de disciplina.
10.1	História da formação social brasileira. Sobre a história do poder no Brasil.
11	Problemas e rumos da História econômica
12	Apontamento: sobre a possibilidade do conhecimento do social.
13	O leitor analítico (ou análise de um artigo) Texto: Recherches. “Réflexions sur la pertinence d’ une théorie de l’histoire des échanges” par Georges Dupré et Pierre-Philippe Rey
14	“Tradição e Modernidade Reconsideradas”
15	A teoria do conflito de Ralf Dahrendorf
16	História da escravidão
17	Ainda a História da Escravidão
18	Uma observação sobre o estudo da história da escravidão no Brasil
19	A escravidão no continente americano e as origens do capitalismo.
20	A escravidão e a “plantation” no Novo Mundo. (o desenvolvimento e a difusão de uma forma social)
21	Continuidade e descontinuidade em História.
22	Sobre continuidade histórica
23	Revolução, ideologia e Ciência Histórica
24	Sugestão metodológica
25	Teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento (tema de aulas)
26	Observações sobre o tema tratado acima.
27	Ainda sobre os temas aflorados acima
28	Para a “análise dos métodos que estão sendo usados na História Econômica”. Trabalho que empreendi por estes dias, para preparar os programas dos cursos de pós-graduação da UFP.
29	Previa de uma análise da “longue durée de Braudel.
30	Notas (Bases da “new economic history”)
31	Do consenso e do conflito no funcionalismo
32	Sobre a “reificação”
33	Sobre História e sobre métodos
34	A Revolução de 1930 e a História da Primeira República (Notas de aula)
34.1.	Sem título, mas se trata da continuação do tema do tópico anterior.

34.2.	Sem título, mas se trata da continuação do tema do tópico 34 e 34.1, sobre A Revolução de 1930 e a História da Primeira República.
35.	Outro caminho
36.	Sobre grupos de interesse, grupos de pressão
37	Oligarquias da Primeira República (Ordenando ideias e lembranças para a “Problemática da História Política da Primeira República”)

CADERNO 2 – “Jornal do Leitor”. (1979/1980/1981)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Richard Graham – Escravidão, Reforma e Imperialismo. Editora Perspectiva – S.Paulo – 1979.
1.1.	Sem título, mas é a continuação do tema do tópico anterior, sobre o trabalho de Richard Graham. - conceito de moderno.
2.	Francisco Weffort – O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978.
3.	Louis Althusser – A favor de Marx (Pour Marx). Zahar Editores – Rio de Janeiro – 1979.
4.	Dilthey e outros...
5.	Sem título. (Escrita de si)

CADERNO 3 – Jornal II 1949, 1950.

Item	Títulos das anotações/Temas
23 anotações	Sem título. (Escrita de si). Como um diário.

CADERNO 4 – Outros assuntos. Teses de concursos. BPM. (1971/1972/1974)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Apontamentos sobre a tese de Maria Thereza Schorer Petrone, “Comercio e Tributação de Gado na Província de S. Paulo segundo documentação particular de Antônio da Silva Prado (1818-1830)
2	O quadro de referência da história econômica do Brasil
3	O examinador... A monografia da Professora Maria Teresa Schorer Petrone
4	Continuando...
5	Interação, processo, estrutura, sistema
6	História econômica dos U.S.A e a história do desenvolvimento brasileiro
7	Uma observação sobre os fundamentos da Segunda República
8	Sobre a legitimidade do Governo
9	Sobre Teoria de Sistema e 1ª República

CADERNO 5 – Sem título. (1971/1975)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Tradição e modernidade numa perspectiva de desenvolvimento. O sentido do tema e dos conceitos.
2	Refazendo
3	Ainda refazendo...
4	Notas rápidas
5	Outra abordagem
6	Abordagem histórica
7	Afinal, se eu falasse
8	Continuando...
9	Membro de banca examinadora de concurso de professores

CADERNO 6 – Sem título. (1971/1974 e 1975/1976)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	“The State, the Great Depression and the industrialization of Brazil”. A critique of the Struturalist Theory of the Industrialization of Brasil” – December, 1970. By Carlos Manuel Peláez, Vanderbiet University, Graduate Program in Economic Development. (mimeografado)
1.1	Dados retirados do texto de Pelaez
1.2	No período do Governo Provisório
1.3	As medidas do primeiro Ministro da Fazenda do Gov. Provisório, J. M. Whitaker.
1.4	O autor refuta a tese de Furtado
1.5	Bibliografia citada nesse capítulo por Peláez
1.6	Do autor Peláez
1.7	O argumento da recuperação de Furtado
1.8	Recuperação e formação de capital
1.9	Comércio e política comercial
2	Minha temática Não é “minha” sob o ponto de vista da origem, nem da criação, nem da posse ou propriedade. Mas significa simplesmente que é uma temática que me despertou curiosidade e sobre a qual eu quero saber como é que outros pensam. Nada mais.
3	As cinco maiores contribuições de Hegel, segundo Walter Kaufmann

CADERNO 7 – Sugestões. (1972/1973/1974/1975/1976/1977)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Sugestão no 1
2	Sugestão no 2
3	Sugestão no 3
4.	Sugestão no 4

5.	Sugestão no 5
6.	Sugestão no 6
7.	Sugestão no 7
8.	Sugestão no 8
9.	S. no 9
10.	S. no 10. Sobre o funcionamento da sociedade dual
11.	S. no 11. Grupos de interesse – grupos de pressão. No estudo da Primeira República
12.	S. no 12
13.	S. no 13. Ditadura como instrumento da liberdade
14.	S. no 14. Das dificuldades da transmissão de significados
15.	S. no 15
16.	S. no 16
17.	S. no 17
18.	S. no 18
19.	S. no 19. Trata-se de um projeto de pesquisa
20.	S. no 20. O projeto e a história
21.	S. no 21 Introdução de uma aula prelecionada para o curso de pós-graduação, em 1973.
22.	S. no 22. O industrialismo e o capitalismo
23.	S. no 23. Industrialismo e Burguesia no Brasil
24.	Observações esparsas (de leituras)

CADERNO 8 – Apontamentos-Notas. (1970/1974/1976)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Apontamentos para o estudo do pensamento de Hegel. Cita: Hegel, “Fenomenologia do Espírito”. Kant.
2	Idealismo (Schelling)
3	Consciência. Consciência de si. Razão
4	Das “Lições sobre a filosofia da história”
5	Da “Filosofia del Idealismo Alemán de - Nicolai Hartmann. Tomo II
6	Apontamentos. Cita: Hegel, Schlegel, “Filosofia da História”, 1829.
7	Estudos sobre a América Latina. Cita: Ludwig Von Bertalanffy, Anatol Rapoport
8	Apontamento. Soboul, Coloquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud, 15-16 de maio de 1965, tradução portuguesa, de Maria A. M. Godinho. Edições Cosmos, Lisboa, 1967 – pag. 113. Título do livro: A História Social, problemas, Fontes e Métodos. p. 39 do caderno.
9	A fuga – 2 (Continuação de outro caderno, com a título de A fuga – 1 de 22-06-1976) Witold Kula, “Problemas e Métodos da História Econômica”. Cita: Lucien Febvre; Marc Bloch; Seignobos; Lavissee; Elie Kedourie, “The time Literary suplemente” 7 de março de 1975. Berr; Lacombe; Simiand. Lucien Febvre, “Combats pour l’Histoire”. Pierre Nora, in Faire de l’Histoire, I – Nouveaux problèmes. Ed. Jacques Le Goff et Pierre Nora, Gallimard – Paris – 1974 – p. 211. François Furet, “L’historien entre l’ethnologue et le futurologue”, Intervenção de Furet no Seminário em Veneza, 2-8 de abril de 1971. Mouton Editeur – Paris – La Haye – 1972, pag. 57. Lord Acton, “Inaugural Lecture on the The Study of History”, at Cambridge, June, 11, 1895. Droysen, Geschichte des Hellenismus, 1843. Cita: Fustel de Coulanle; Michelet; Ranke. Troeltsch, “O historicismo e seus problemas”. Cita: Langlois. Weber. Fernand Braudel,

	Capítulo V da Encyclopedie Française, década de 1950. Cita: Ortega y Gasset.
--	--

CADERNO 9 – Notas – Apontamentos. (1976/1979/1987/1988)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	A Fuga 3 Fernand Braudel, “Écrits sur l’Histoire”. François Furet – “Le quantitatif em histoire”, in Faire de l’histoire, Ed. Gallimard – Paris – 1974. Cita Albert Soboul. Sobre concepções de tempo histórico cita: Dicionário de Filosofia: Kant – Crítica da Razão Pura. E Espinosa. Cita: Bergson. George Renard. François Perroux. Michel de Certeau, “L’operation historique, in Faire de l’Histoire. Jacques Le Goff – Pour Faire de l’histoire, L’inercie, force historique capital...”
2	Meditação Cita: Hans Freyer.
3	Anotações (1)
4	Anotações (2) Anotações (1) ____ Anotações (2): Maria Celia, “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros”, in “Cultura e Identidade Operária”, coletivo, coordenação de I. J. S. L. Lopes – Marco Zero. UFRJ etc. 1987.
5	Anotações sobre outras anotações Michel Foucault, Arqueologia do Saber.

CADERNO 10 – Notas para o examinador de concurso. (1966/1967/1969/1976)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Notas para o examinador de concurso Tese da professora Emilia Viotti da Costa, “Escravidão nas áreas cafeeiras”.
2	Tese da Professora Nícia Villela da Luz, “A política brasileira e as pretensões dos Estados Unidos na Amazônia – 1850-1855”
3	Notas de leitura Bert Hoselitz, “Aspectos sociológicos do desenvolvimento econômico” – 1960 – Tradução brasileira de 1964.
4	O uso das ciências sociais na explicação histórica
5	A historiografia na obra do sociólogo Octavio Ianni
6	Apontamentos Collin Clark. (M. M. Postan (Cambridge) “Agricultural problems of Under-Developed Countries in the Light of European Agrarian History” in 2 nd International Conference of Economic History – Aix-en-provence – 1962 pag – 12.)
7	Sem título. Citação de Myrdal.
8	Sem título Sobre o conceito de “sub-emprego”.
9	De Myrdal
10	Sem título Continua escrevendo sobre Myrdal. Na mesma lauda: Especialização no comércio internacional
11	Divagação
12	Sem título Um parágrafo
13	Sem título
14	Sem título Um parágrafo

15	Sem título Um parágrafo
----	----------------------------

CADERNO 11 – Funcionalismo. Outros. (1969/1970/1971/1972/1974)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Apontamentos - Funcionalismo Ross. (Da introdução da edição de 1959 ao “Social Control and The Foundations of Sociology” de E. A. Ross, pelos editores Edgard F. Borgatta e Henry J. Meyer)
2	Mannheim Controle social – in “Sociologia Sistemática”
3	Robert K. Merton “Manifest and Latent Functions” in “Social Theory and Social Structure”. Cita: Malinowski; Marx
4	Notas. “The sociology of knowledge” de Werner Stark
5	Merton Sobre Sociologia do conhecimento
6	Merton: Paradigma para a sociologia do conhecimento. Merton: Paradigma para a sociologia do conhecimento
7	O desenvolvimento econômico (Repensando o assunto) no 2. (Continuação do artigo de Jacob Viner (do caderno “Economia”))
8	O desenvolvimento econômico (Repensando o assunto) no 3. Gerald G. Meier, “O problema do desenvolvimento econômico limitado”.
9	Ainda...
10	Uma anotação: a história factual e a “nova história”
11	Anotações para a história comparada
12	Divagações sem compromisso. Numa releitura da “Fenomenologia do espírito” de Hegel, acompanhada de releituras fragmentárias da “Gênese e Estrutura” de Jean Hyppolite
13	(Para a história da 1ª República Lembrete)
14	História Econômica da América Latina

CADERNO 12 – Economia. (1969/1970)

Item	Títulos das anotações/Temas
1.	Carlos Lessa e colaboradores. “15 anos de política econômica no Brasil” (1947- 1962)
2.	L. C. Bresser Pereira. “Desenvolvimento e crise no Brasil – 1930 – 1967”
3.	Orientação geral da Política econômica brasileira, no período que vai do Tratado com a Inglaterra (1810) às tarifas Alves Branco (1844)
4.	Evolução Política do Brasil – Celso Furtado, “Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar”.
5.	Resumo anotado da comunicação de Frederic Mauro á “Segunda Conferência de História Econômica”, realizada em Aix- en-Provence, em 1962. “Conceitos Econômicos e Economia Colonial na Época do Capitalismo Comercial (1500-1800)”
6.	Resumo – (aula – Hist. Econ, Soc. E Polit. Do Brasil) outubro de 1970.
7.	O desenvolvimento econômico (Repensando o assunto) N° 1

CADERNO 13 – Notas para aulas. (1960/1963/1970)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Aula Ponto de vista culturalista. Cita Malinoski.
2	Aula O ponto de vista do materialismo histórico
3	Aula Pontos de partida do liberalismo
4	Apontamentos para o seminário de história: Tema: “A conjuntura renascentista”
5	Apontamentos para o seminário de História: Tema: “O mercantilismo”
6	Projeto “Pirenne – Hist. Econ. Y Social de la Edad media – trad. Esp. – México – F. C. E.). Marc Bloch. Philippe Ariès – Le temps de l’Histoire.
7	Anotações sobre métodos de pesquisa
8	Anotações do livro de Gunnar Myrdal “Asian Drama” (desemprego, subemprego, desemprego disfarçado)

CADERNO 14 – Sociologia. Direito. Economia. Notas – Apontamentos. (1947/1948/1951/1961/1962/1964)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	(Sem título) “Comecei a ler “Los Fundamentos del Nuevo Derecho” de Guillermo Cabanellas. As notas daqui, são sugestões que me vem dessa leitura”.
2	(Sem título) “Parece que a evolução é está: a ideia fundamental do direito (no nosso mundo burguês-cristão) é o direito da pessoa humana, o direito do indivíduo”.
3	Direito anglo-saxão
4	A Evolução da Empresa
5	La Gestion de l’ Entreprise Estrutura política e estrutura real das sociedades anonimas Auto financiamento das empresas A participação dos operários na gestão
6	Contribution a l’elaboration d’une Théorie de l’entreprise publique. A empresa pública no meio liberal A empresa pública no meio de dirigista
7	Bronislaw Malinowski “A Scientific Theory of Culture”
8	Apontamentos de “A Scientific Theory of Culture and Other Essays” de Bronislaw Malinowski
9	Au Outline of the Principles of Sociology

10	De Bertrand Nogaro “Les grands problèmes de l'économie contemporaine”. A era da cunhagem livre A cunhagem livre e a estabilidade do cambio O reino do bimetalismo A depreciação da prata e o curto reinado do escalão ouro Novo método de estabilização dos câmbios, pela convertibilidade direta da moeda nacional em moeda externa A conversibilidade dominada e a moeda dirigida Um sistema monetário racional desprovido de base metálica e autônomo O que é a moeda hoje
11	“Aspectos jurídicos do capitalismo moderno” (Notas e apontamentos sobre o livro de Georges Ripert).
12	17-6-1951 Cita: Georges Burdeau – “Traité de Science Politique, 1950” Lello Gangemi Einaudi
13	27-6-1951 Cita: Gangemi Maurice Duverger
14	18-8-1951
15	23-8-1951
16	6-1-1961 Apontamento (para a história econômica)
17	23-2-1964 Para o fichário – Definição de ciclo econômico (Schumpeter)
18	26-1-1961 Estrutura
19	17-3-1961 Ainda: estrutura
20	27-3-1961 Integração
21	1-6-1961 Apontamento
22	12-6-1961 Para o fichário (ciclos – história econômica)
23	14-6-1961 Para o fichário
24	9-7-1961 Registro
25	22-7-1961 Para o fichário
26	22-7-1961 Para o fichário (estrutura)
27	23-7-1961 Apontamento
28	13-8-1961 Para o fichário (sociologia e história)
29	9-10-1961 Anotações

30	14-2-1962 Apontamentos (Sobre mobilidade social, para servir como quadro conceptual para a tese de história “a sociedade campeira”)
31	16-2-1962
32	1-4-1962 Para o fichário “Sociologia Política”

CADERNO 15 – Esboços, Apontamentos, Observações, Notas. (1959/1960/1961/1962/1963)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	8 de setembro de 1959
2	12-9-1959 Notas para a elaboração da teoria das “comunidades históricas”
3	25-1-1960 Sugestão para a História Econômica
4	28-1-1960 <u>Considerações sobre a História Econômica</u>
5	11-2-1960 (Reflexões sobre uma sociologia brasileira) Sobre a cultura luso-brasileira
6	2-3-1960 Apontamentos (sobre “comunidades”)
7	3-3-1960 Uma meditação
8	20-7-1960 Crônica
9	29-7-1960 Apontamento A chave da história
10	18-8-1960 Apontamento
11	16-9-1960 Um apontamento
12	8-12-1960 Sobre um tema extrapolado: a classe média
13	21-1-1961 Apontamentos sobre o capitalismo Notas sobre o “Apogeu do Capitalismo” de W. Sombart. Nota nº 1
14	Nota 2 (23-2-1961)
15	Nota nº 3 (25-2-1961)
16	Nota nº 4 (28-2-1961)
17	Nota nº 5 (2-3-1961)
18	Nota nº 6 (6-3-1961)
19	Nota 7 (8-6-1961)
20	Nota nº 8 (15-6-1961)
21	Nota nº 9 (1-7-1961)

22	Nota nº 10 (6-8-1961)
23	Nota nº 11 (23-9-1961)
24	Nota nº 12 (9-10-1961)
25	Nota nº 13 (16-6-1962)
26	Nota nº 14 (17-6-1962)
27	Nota nº 15 (20-10-1962)
28	Nota nº 16 (25-10-1962)
29	Nota nº 17 (2-3-1963)
30	Nota nº 18 (16-3-1963)
31	Nota nº 19 (25-3-1963)
32	Nota nº 20 (20-4-1963)
33	Nota nº 21 (28-10-1963)

CADERNO 16 – Jornal I. (1946/1947/1948/1949).

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Curitiba, 12 de dezembro de 1946
2	14 de dezembro de 1946. (Curitiba)
3	17 de dezembro de 1946
4	12 de março de 1947 - Curitiba
5	13 de março de 1947 - Curitiba
6	24 de março de 1947 - Curitiba
7	27 de março de 1947 – Curitiba
8	29 de março de 1947 (Curitiba)
9	30 de março de 1947 (Curitiba)
10	11 de abril de 1947 (Curitiba)
11	14 de abril de 1947 (Curitiba)
12	15 de abril de 1947 (Curitiba)
13	18 de abril de 1947
14	19 de abril de 1947 (Curitiba)
15	20 de maio de 1947 (Curitiba)
16	25 de junho de 1947 (Curitiba)
17	26 de junho de 1947 (Curitiba)
18	5 de julho de 1947 (Curitiba)
19	12 de julho de 1947 (Curitiba)
20	14 de julho de 1947 (Curitiba)
21	19 de julho de 1947 (Curitiba)
22	21 de julho de 1947 (Curitiba)
23	23 de julho de 1947 (Curitiba)
24	25 de julho de 1947 (Curitiba)
25	29 de julho de 1947 (Curitiba)
26	31 de julho de 1947 (Curitiba)
27	1 de agosto de 1947 (Curitiba)
28	4 de agosto de 1947 (Curitiba)
29	5 de agosto de 1947 (Curitiba)
30	6 de agosto de 1947 (Curitiba)

31	12 de agosto de 1947 (Curitiba)
32	14 de agosto de 1947 (Curitiba)
33	15 de agosto de 1947 (Curitiba)
34	20 de agosto de 1947 (Curitiba)
35	25 de agosto de 1947 (Curitiba)
36	27 de agosto de 1947 (Curitiba)
37	31 de agosto de 1947 (Curitiba)
38	3 de setembro de 1947 (Curitiba)
39	4 de setembro de 1947 (Curitiba)
40	5 de setembro de 1947 (Curitiba)
41	8 de setembro de 1947 (Curitiba)
42	18 de setembro de 1947
43	25 de setembro de 1947 (Curitiba)
44	27 de setembro de 1947 (Curitiba)
45	12 de dezembro de 1947 (Curitiba)
46	11 de março de 1948 (Rio)
47	12 de março de 1948 (Rio)
48	13 de março de 1948 (Rio)
49	5 de maio de 1948 (Rio)
50	16 de janeiro de 1949 (Rio)
51	17 de janeiro de 1949 (Rio)
52	22 de janeiro de 1949 (Rio)
53	23 de janeiro de 1949 (Rio)
54	25 de janeiro de 1949 (Rio)

CADERNO 17 – Remissões dos vários cadernos e dos relatórios (sem datas)

Item	Títulos das anotações/Temas
1	(1) Caderno História nº 1
2	(2) Caderno História nº 2
3	(3) Relatório
4	(4) Relatório
5	(5) Relatório
6	(6) Relatório
7	(7) Relatório
8	(8) Relatório
9	(9) Relatório
10	(10) Relatório
11	(11) Relatório
12	(12) Relatório
13	História nº 2
14	História nº 2
15	Arquivo
16	História nº 2
17	Relatório
18	Caderno História nº 1
19	Relatório
20	Relatório nº 3

21	Relatório nº 5
22	Relatório nº 5
23	Relatório nº 5
24	Relatório nº 5
25	Relatório nº 5
26	Caderno Estudo Setecentista
27	Caderno História nº 4
28	Caderno História nº 4
29	Caderno História nº 4
30	Relatório nº 5
31	Relatório nº 5
32	Relatório nº 5
33	Relatório nº 5
34	Relatório nº 5
35	Relatório nº 5
36	Relatório nº 5
37	Caderno Estudo Setecentista
38	Relatório nº 5
39	Relatório nº 5
40	Relatório nº 5
41	Relatório nº 5
42	Relatório nº 5
43	Relatório nº 5
44	Caderno História nº 4

CADERNO 18 – (Sem título) 1970, 1977, 1978.

Item	Títulos das anotações/Temas
1	O meu curso de História do Brasil na pós-graduação - 1977
2	A modernização é uma ideologia
3	A Imigração e as Migrações
4	Dentro do mesmo tema
5	Orientação de Teses: apontamentos para o mesmo fim
6	30-10-1978
7	Classe social na pesquisa da história de pequenos grupos
8	Problemas de que se fala
9	A “História da Inteligência Brasileira”
10	Outra anotação
11	O livro e o leitor
12	Membro de banca de concurso de magistério universitário
13	Continuação depois de uma longa pausa
14	Notas para orientações Nº 1. 13-6-1978
15	Registros rápidos Notas sem sentido. 7-4-1977
16	O conhecimento e a técnica das coisas conhecidas
17	O “poder” do Estado

18	O referencial da história econômica moderna
19	A persistência social na historiografia da nouvelle histoire
20	Apontamento (História conceitual)
21	A imigração e as migrações
22	9-11-1977
23	21-11-1977

CADERNO 19 – (Sem título) 1975

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Nota (escolas estrangeiras)
2	2-6-1975

CADERNO 20 – (Sem título) 1959

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Cronologia das expedições do Tibagi etc.
2	Esquema da parte das relações geográficas de uma comunidade. 1-11-1959

CADERNO 21 – (Sem título) 1974, 1976, 1979, 1981, 1984.

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Notas e apontamentos para a crítica de “A Revolução Burguesa no Brasil” de Florestan Fernandes
2	Recordações do velho senhor
3	Notas e apontamentos para a História da República - 1
4	O discurso de Vargas
5	10-4-1979
6	Notas à leitura de Alfred Schütz
7	A possibilidade das ciências sociais
8	Notas e meditações para uma pesquisa
9	Ainda, meditações para uma pesquisa
10	Ainda a mesma meditação
11	Ainda a meditação sobre a história regional
12	Ainda a mesma preocupação
13	Na mesma sequência
14	Um parêntesis
15	Ainda, na mesma sequência
16	Uma auto-justificação
17	Um registro
18	A história política das “comunidades”
19	Comentários isolados do livro “O escravismo colonial” de Jacob Gorender. SP. Editora Ática, 1978. 2ª edição.

CADERNO 22 – A volta do velho senhor. 1974, 1975, 1976, 1985, 1986, 1987.

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Deslealdade para com o antigo
2	Notas preparativas para a minha História da Primeira República
3	Outra Nota - II
4	Nota III
5	Nota IV
6	O jornal do solitário: é uma continuação das páginas finais (29-10-1986)
7	Jornal nº 28
8	(continuação) 7-11-1986
9	(continuação) 12-11-1986
10	(continuação) 18-11-1986
11	Jornal nº 29 25-11-1986
12	Jornal nº 30 2-12-1986
13	Jornal nº 31 19-12-1986
14	Jornal nº 32 2-2-1987
15	(continuação) 25-2-1987
16	Notas sobre em seminário
17	A coruja de minerva
18	Jornal: o jornal do solitário - 1 21-5-1985
19	O jornal - 2 30-5-1985
20	O jornal - 3 14-6-1985
21	O jornal - 4 18-6-1985
22	O jornal - 5 21-6-1985
23	O jornal - 6 10-7-1985
24	O jornal - 7 12-7-1985
25	O jornal - 8 2-8-1985
26	O jornal - 9 11-8-1985
27	O jornal - 10 19-8-1985
28	O jornal - 11 27-8-1985
29	O jornal - 12 28-8-1985
30	O jornal - 13 20-9-1985
31	O jornal - 14 24-9-1985
32	O jornal - 15 4-10-1985
33	O jornal - 16 8-10-1985
34	O jornal - 17 21-10-1985
35	O jornal - 18 16-11-1985
36	O jornal - 19 17-1-1986
37	(continuação) 30-1-1986
38	(continuação) 7-2-1986
39	(continuação) 18-2-1986
40	(continuação) 21-2-1986
41	(continuação) 25-2-1986
42	(continuação) 26-2-1986
43	Jornal 20 24-4-1986
44	Jornal 21 28-4-1986
45	Jornal 22 6-5-1986

46	Jornal 23 23-5-1986
47	Jornal 24 10-6-1986
48	(continuação) 20-6-1986
49	Jornal 25 9-7-1986
50	Jornal 26 29-8-1986
51	(continuação) 19-9-1986
52	Jornal nº 27 23-9-1986 Este Jornal continua neste mesmo caderno, nas suas páginas atrás.

CADERNO/FICHÁRIO 23 – (sem título). Datas dos livros: 1901, 1903, 1905, 1911, 1910, 1920, 1923, 1929, 1931, 1933, 1942, 1946, 1949. Datas de registros de Brasil Machado 1953, 1959.

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Bibliografia Léon Duguit - L'État. le droit objectif et la loi positive. Paris, 1901. Léon Duguit - L'État. Les gouvernements et les agents. Paris, 1903.
2	Bibliografia Marcel de la Bigne de Villeneuve Traité Général de l'état, essai d'une théorie réaliste de droit politique Préface de Louis Le Fur (professeur Fac. Dir. Paris) 2 volumes (1929-1931)
3	Bibliografia Frank J. Goodnow The principles of the administrative law of the United States New York and London - 1905
4	Contribution à la Théorie Générale de L'État par R. Carré de Malberg (Prof. da Univers. de Strasbourg) 2 volumes. Recueil Sirey, Paris, 1920.
5	Précis de Droit administratif e de Droit public par Maurice Hauriou. 7ª edição,. Paris, 1911.
6	Ange Blondeau. La Concession de Service Public. 2ª edição. Paris, 1933.
7	A tutela jurídica do Estado sobre as autarquias (Francesco D'Alessio. Istituzioni di Diritto Amministrativo. Italiano, vol. I. pag. 459. 4ª edição, 1949.
8	Notas do Travaux de l'association Henri Capitant pour la culture juridique française. Tomo II, 1946.
9	Marcel Bridel (da faculdade de Direito de Lausanne)
10	Bibliografia a consultar: Bluntschli - Théorie général de l'état Otto von Gierke - Les théories politiques du Moyen-Age Leroy- Baulieu- L'état moderne et ses factions Jellinek - L'état moderne et cou droit Hauriou- Principes de Droit Public, 1910 Hauriou- Précis de Droit Constitutionnel, 1923
11	Apontamentos sobre as razões da ineficiência dos Parlamento modernos.
12	Apontamento
13	Poder regulamentar (Afonso Arinos de Melo Franco)
14	Reflections au government by Ernest Barker. Oxford University Press, 1942.
15	Um programa de Direito, junho de 1953
16	Assuntos para pesquisas universitárias. 14-6-1959

CADERNO/FICHÁRIO 24 – (sem título) Datas: 1957, 1958.

Item	Títulos das anotações/Temas
1	Caminho do Paraguai
2	Pero Correia
3	Carijós
4	Carijós 2
5	10-6-1585
6	Carijós 3
7	Carijós 4
8	S. Vicente
9	Catequese
10	Religiosos Ordens religiosas
11	Expansão espanhola no Sul
12	Expansão espanhola no Sul 2
13	Expansão espanhola no Sul 3
14	Expansão espanhola no Sul 4
15	Expansão espanhola no Sul 5
16	Expansão espanhola no Sul 6
17	Expansão espanhola no Sul 7
18	Expedições espanholas ao sul do continente
19	Expansão espanhola no Sul 8
20	Expansão espanhola no Sul 9
21	Descrição de Guayra e Vila Rica no final da segunda década do séc. XVII
22	Expansão espanhola no Sul 10
23	Colônia do sacramento
24	RIHGB, Tomo XXI, p. 392-393
25	Paraná - notícias gerais - 1
26	Estrada S. Paulo - Rio Grande 1
27	Estrada S. Paulo - Rio Grande 2
28	Estrada S. Paulo - Rio Grande 3
29	Estrada S. Paulo - Rio Grande 4
30	Estrada S. Paulo - Rio Grande 5
31	Gado do Continente
32	Estrada S. Paulo - Rio Grande 6
33	Estrada S. Paulo - Rio Grande 7
34	Localidades do Paraná - 1
35	Campos Gerais - 1
36	Campos Gerais - 2
37	Tipologia do brasileiro colonial sulista - 1
38	Gaúchos
39	Tipologia do brasileiro colonial sulista - 2
40	Gaúchos
41	Paulistas
42	Tipologia do brasileiro colonial sulista - 3
43	Fluminenses
44	Tipologia do brasileiro sulista colonial- 4
45	Rio Grande - 1
46	Rio Grande - 2
47	Rio Grande - 3

48	O contrabando
49	Rio Grande - 4
50	Rio Grande - 5
51	Comportamento econômico no Rio Grande
52	Rio Grande - 6
53	Espionagem na guerra de fronteira - 1
54	Iguatemi - 1
55	Iguatemi - 2
56	Economia/Impostos - 1
57	Comerciantes (Rio de Janeiro)
58	Economia/Impostos - 2
59	Aproveitamento dos vadios (1779)
60	Tabaco. Negro. Comércio com a África.
61	Economia/Impostos - 3
62	Economia/Impostos - 4
63	Comércio com a África. Escravos, tabaco etc.
64	Economia/Impostos - 5
65	Comerciantes (R. de J.)
66	Economia/Impostos - 6
67	Dificuldades do comércio (Rio de J.)
68	Importância da moeda
69	Economia/Impostos etc - 7
70	Comércio de S. Paulo
71	A fronteira - 1
72	Agrária - 1
73	Alimentação - 1
74	Militarismo - 1
75	Militarismo - 2
76	Privilégios contra o recrutamento
77	Militarismo - 3
78	Ofício do Conde de Azambuja, gov. da Bahia - 1766.
79	Isenção
80	Militarismo - 4 Isenções
81	Militarismo - 5 Recrutamento na Bahia
82	Aversão ao serviço militar (Bahia) 1797
83	Gente de Curitiba e Paranaguá para as guerras da [colônia do Sacramento]
84	Militarismo - 6
85	População do Paraná - 1
86	Recenseamento feito em 1803, na Cap. de S. Paulo, pelo gov. Franca e Horta (IHGE do Paraná doc. nº 906 e 907)
87	Vilas do litoral catarinense - 1 Desterro
88	Do artigo de Paulo Gomes
89	5-9-1957 Temas para projetos de estudos e pesquisas Tema nº 1. A formação das classes sociais no Paraná
90	Comunidade Curitiba - Paranaguá - 1
91	Comunidade Curitiba - Paranaguá - 2
92	Comunidade Curitiba - Paranaguá - 3
93	Comunidade Curitiba - Paranaguá - 4

94	Antecedentes da Colônia do Sacramento - 1
95	31-7-1958. Mercantilismo 1 Apontamentos sobre o Mercantilismo
96	31-7-1958. Diversos - 1 Apontamentos diversos
97	Diversos - 2
98	Diversos - 3
99	(Jornal) 9-7-1957. B-p.s.
100	B-p.s. - 2
101	B-p.s. - 3
102	B-p.s. - 4
103	25-5-1958. Linhas de um esboço para investigação da cultura brasileira
104	Linhas anexo 1 - 1. Lembretes.
105	Comunidades históricas - 1. 14-7-1958
106	Comunidades históricas - 2.
107	Comunidades históricas - 3.
108	Julho 1958. Fundamentos da História Econômica (FHE) - 1.
109	Obs: esse estudo seguiu de (FHE) - 2 até (FHE) - 22.